CBN Professional
Ricardo Mussa, da Raízen, fala no podcast sobre carreira e atuação ambiental no G20 B2

Tecnologia
Empresas e Senai formam parceria para desenvolver bateria de íon-lítio nacional A6

Conjuntura
Grande ameaça à economia do Brasil atualmente vem do lado fiscal, diz Persio Arida A4

Sábado e domingo, 29 e 30 de junho, e segunda-feira, 1 de julho de 2024
Ano 25 | Número 6033 | R$ 6,00
www.valor.com.br

Valor ECONÔMICO
25 ANOS

Incertezas afetam operações de fusões e aquisições no Brasil

M&A Número de transações neste ano, até 17 de junho, é 19% menor do que no mesmo período de 2023, mas o volume financeiro movimentado foi 29% maior

Fernanda Guimarães
De São Paulo

Ruídos no ambiente interno e aumento de incertezas têm travado as fusões e aquisições (M&A, na sigla em inglês) no mercado brasileiro, que pode registrar mais um ano de queda dessas operações. Até 17 de junho, foram 350 transações, retração de 19% em comparação ao mesmo período de 2023, segundo dados da Dealogic. Por outro lado, com negócios de vulto, como a união dos hospitais da Dasa e da Amil, o volume financeiro aumentou 29%, somando R$ 90,7 bilhões.

Segundo banqueiros de investimento, a deterioração do cenário fiscal, a desvalorização do real e a eleição americana criam um ambiente desfavorável para os negócios. Outro aspecto é a reforma tributária, que simplifica o sistema, mas os investidores ainda aguardam definições sobre a aplicação prática das mudanças, o que dificulta a precificação dos ativos.

Diogo Aragão, do Bank of America no Brasil, diz que os mandatos seguem fechados e há dúvidas sobre a manutenção do ritmo no 2º semestre, por causa das incertezas. Se houver desaquecimento, o resultado será um hiato nas transações anunciadas no início de 2025. As principais operações realizadas até agora foram gestadas em anos anteriores. "O investidor de M&A é de longo prazo e não se importa com a cotação do dólar hoje, mas a volatilidade atrapalha", diz.

Daniel Wainstein, da Seneca Evercore, afirma que o volume do 1º semestre é o menor dos últimos cinco anos e que o cenário atrasa o andamento dos negócios, mas não leva investidores a desistirem das transações relevantes. Foram os casos de operações como a união entre Arezzo e Soma, da Petz com a Cobasi e das petroleiras Enauta e 3R. Houve, também, a venda de usinas térmicas da Eletrobras para a Âmbar, do grupo J&F, e do controle da AES para a Auren. As operações "cross boarder", com compradores estrangeiros, passaram de 64% do total no 1º semestre de 2023 para 9% neste ano. Roderick Greenlees, do Itaú BBA, diz que, apesar das incertezas, há movimentos de consolidação, com o objetivo de racionalizar custos. **Página C1**

Governo vai liberar R$ 9,8 bi em emendas

Fernando Exman, Andrea Jubé e Julia Lindner
De Brasília

O Palácio do Planalto vai desembolsar cerca de mais R$ 9,8 bilhões até sexta-feira, em um esforço para cumprir acordo com o Congresso de pagar por volta de 60% das emendas parlamentares ao Orçamento até o último dia permitido pela lei eleitoral. Segundo o **Valor** apurou, a meta do governo é chegar a 5 de julho com R$ 13,8 bilhões de emendas individuais pagas.

A medida coincide com a reta final dos trabalhos legislativos. A expectativa é que a Câmara avance na regulamentação da reforma tributária do consumo, enquanto no Senado fontes do Palácio acreditam que o destaque da pauta será a PEC que alivia as contas dos municípios. "O início do pagamento das transferências agradou muito", diz o relator da LDO de 2024, deputado Danilo Forte (União-CE). **Página A10**

Ex-executiva da Americanas é aguardada em SP

Alessandra Saraiva
Do Rio

Anna Ramos Saicali, ex-diretora da Americanas, responsável pela B2W, deve desembarcar na manhã de hoje no aeroporto de Guarulhos (SP) em voo proveniente de Portugal. Ela é um dos alvos da "Operação Disclosure", da Polícia Federal (PF) e Ministério Público Federal (MPF-RJ), por suposta participação em fraudes contábeis envolvendo a varejista. Na sexta-feira, a Justiça do Rio decidiu suspender a prisão preventiva da ex-executiva, desde que ela retornasse ao Brasil e entregasse o passaporte à PF. Procurada, a assessoria de Saicali não respondeu ao **Valor**. **Página B4**

Partido de Le Pen sai na frente em eleições na França

Reuters, de Paris

Pesquisas de boca de urna apontaram ontem o partido de extrema direita Reunião Nacional (RN), de Marine Le Pen, vencedor do 1º turno das eleições parlamentares da França, com 33% a 34% dos votos. Pelas projeções, a extrema direita está à frente dos rivais, incluindo a aliança Juntos, do presidente Emmanuel Macron, cujo bloco deve obter de 20,3% a 22,4% dos votos. A Nova Frente Popular (NFP), coalizão de esquerda, deve ter de 28,5% a 29,6% dos votos. O resultado final no Parlamento ainda é altamente incerto por causa da maior taxa de participação dos eleitores, em 38 anos no país. O segundo turno ocorre no próximo domingo. **Página A13**

Indicadores

Ibovespa	28/jun/24	-0,32 %	R$ 22,3 bi
Selic (meta)	28/jun/24	10,50% ao ano	
Selic (taxa efetiva)	28/jun/24	10,40% ao ano	
Dólar comercial (BC)	28/jun/24	5,5583/5,5589	
Dólar comercial (mercado)	28/jun/24	5,5878/5,5884	
Dólar turismo (mercado)	28/jun/24	5,6148/5,7948	
Euro comercial (BC)	28/jun/24	5,9535/5,9547	
Euro comercial (mercado)	28/jun/24	5,9840/5,9847	
Euro turismo (mercado)	28/jun/24	6,0381/6,2181	

Ciência e diversidade

GESIVAL NOGUEIRA KEBEC/VALOR

Larissa Santos, professora de cosmologia na Universidade de Yangzhou, na China, é uma das cientistas brasileiras de projeção internacional, e busca incentivar outras mulheres a seguir carreira nas ciências exatas. A ciência precisa de diversidade, ser menos "branca", diz. No Brasil, alunos dessas áreas são menos de 30% do total. B7

'Nearshoring' do México atrai o Brasil

Stella Fontes e Ana Luiza Tieghi
De São Paulo

Um número crescente de empresas brasileiras tem investido no México como forma de estar mais perto do mercado americano. Na semana passada, a Frasle Mobility anunciou a compra de uma fabricante mexicana de autopeças por R$ 2,1 bilhões, no maior negócio feito pela companhia controlada pela Randoncorp. Outras empresas, como Gerdau e WEG, também têm apostado nessa aproximação.

Considerando apenas os anúncios mais recentes, serão mais US$ 900 milhões em investimentos brasileiros no México, o que confirma a retomada da aposta no país no pós-pandemia. Segundo do levantamento da Confederação Nacional da Indústria (CNI) para o **Valor**, após uma queda de 19,9% nos recursos aportados entre 2019 e 2020, houve crescimento de 22,9% até 2022, ano em que o volume investido por companhias brasileiras em solo mexicano chegou a US$ 1,2 bilhão, com base em dados disponíveis pelo Banco Central. **Página B5**

Reforma prevê regra uniforme para CBS e IBS

Jéssica Sant'Ana e Beatriz Olivon
De Brasília

O principal projeto de lei de regulamentação da reforma tributária vai prever a criação de um comitê e de um fórum de harmonização das regras da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que caberá a Estados e municípios. O primeiro colegiado será formado por representantes dos Fiscos e do Comitê Gestor do IBS, e o segundo, pelas procuradorias da União, Estados e municípios. O objetivo é que os novos órgãos atuem em conjunto para que haja um só entendimento sobre a cobrança dos dois tributos, evitando litígios e insegurança jurídica. "Se tivermos interpretações diferentes teremos mais complexidade, o que vai contra a intenção da reforma", diz a tributarista Ana Carolina Vasques. **Página E1**

Criatividade e modelo de negócio fazem o sucesso da publicidade brasileira
Luiz Lara A15

LEO PINHEIRO/VALOR

Lucas Lima, Juan Rios, Renata Narita e Yvan Becard, professores da nova geração da PUC Rio

Com o Plano Real, pesquisadores buscam temas além da inflação

30 anos PlanoReal

Lucianne Carneiro
Do Rio

Aos 30 anos do Plano Real, uma nova geração de professores chega ao departamento de Economia da PUC-RJ. Eram crianças ou adolescentes em 1994, ano de lançamento do plano, e fizeram toda a formação em economia sob uma moeda brasileira estável. Esses recém-chegados são parte da estratégia de atração de talentos da universidade, algo semelhante ao que foi feito no fim da década de 1970 e início dos anos 80.

A aposta daquela época são nomes da história econômica, como André Lara Resende, Edmar Bacha, Gustavo Franco, Persio Arida, Pedro Malan e Winston Fritsch. Em encontros semanais, buscavam soluções para a hiperinflação e construíram as bases do Real. "Com aquele grau de instabilidade, tudo fica ofuscado. Hoje temos um grupo de pesquisadores que se dedica a aspectos específicos da política econômica que vão além da estabilidade monetária, que é a condição necessária para o desenvolvimento do país e nos dá a capacidade de avançar na agenda econômica", diz o diretor do departamento de Economia da PUC-Rio, Juliano Assunção. **Página A16**

INÊS 249

BC nada pode fazer sobre a alta do dólar

Alex Ribeiro

O Banco Central nada pode fazer para impedir a tendência de alta da cotação do dólar. Se a autoridade monetária se arriscar a intervir com vendas de dólares, vai queimar reservas internacionais à toa e perder um pedaço de sua credibilidade na luta contra a inflação.

Na sexta-feira, quando o câmbio rumou para um novo patamar, encostando em R$ 5,60, havia alguma expectativa de que o Banco Central pudesse vender moeda estrangeira, seja à vista, seja por swaps cambiais.

Fontes ouvidas pelo **Valor**, algumas das quais já pilotaram a mesa de câmbio do BC, de forma unânime recomendam que não sejam feitas intervenções. Elas dizem que a pernada da cotação do dólar reflete o ambiente internacional mais difícil e sinais negativos do governo na política econômica, em particular no fiscal.

O Brasil não é o único país emergente sob pressão: México, Chile e Colômbia estão em situação bem parecida, alguns deles observando desvalorizações ainda mais agudas de suas moedas. Nenhum deles arriscou, até agora, a fazer novas vendas de dólares para segurar o avanço recente de suas moedas.

Só faria algum sentido intervir se acompanhado do anúncio de medidas firmes na área fiscal para lidar com a raiz do problema, pelo menos na parte no nosso controle.

Existem alguns participantes do mercado que incluem a política monetária na lista de culpados pela depreciação. Essa ala diz que o Banco Central mudou o seu discurso, mostrou total coesão na última decisão do Comitê de Política Monetária (Copom), mas no fim das contas a dose de juros não seria suficiente para colocar a inflação na meta.

Essa, é claro, não é a visão do Copom. Em reunião feita há dez dias, o colegiado divulgou projeções de inflação que mostram que, com juros estáveis em 10,5%, é possível baixar a inflação para 3,1% ao fim de 2025, percentual bem perto da meta, de 3%.

Alguns especialistas tomaram com ceticismo essa projeção de inflação. O Copom divulgou dois exercícios. Um pressupõe que a Selic cairia para 9,5% ao fim de 2025, o que levaria a inflação para 3,4%. E outro, como foi dito, manteria o juro em 10,5% e levaria a inflação a 3,1%. O argumento desses especialistas é que, com uma diferença tão pequena de juro, seria difícil baixar a projeção de inflação de 3,4% para 3,1% em 2025.

O **Valor** levou esse questionamento ao presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, em entrevista na semana passada. Ele explicou que há diferentes formas de fazer o cálculo. Uma é considerar que o mercado antecipa a manutenção dos juros, outra leva em consideração que é surpreendido por juros maiores em cada reunião do Copom. Dependendo dos critérios adotados, o juro pode ter um efeito adicional de 0,15 ponto percentual na inflação.

Isso ajuda a entender como o Copom chegou à conclusão de que a dose de juros de 10,5% ao ano era suficiente naquele momento, mas a discussão parece ter envelhecido, porque não resolve o problema atual, que fica mais grave. O Copom trabalhou com dólar de R$ 5,30 na sua reunião de junho, hoje já está em outro patamar.

O fato é que ninguém está amarrado na projeção de inflação da reunião de junho, sobretudo o BC. A comunicação diz que, naquela data, o juro estável era suficiente para levar a inflação na meta, mas esse não é um "forward guidance". O juro suficiente, no fim das contas, vai ser aquele que as projeções e todo o resto determinarem que é o necessário. O BC diz que está vigilante, o que também não é um "guidance", mas uma lembrança de que o comitê vai fazer o que a evolução dos dados disser que é necessário.

Por essas e por outras — incluindo a forte coesão do colegiado na última reunião, que vai seguir adiante —, o fator monetário, se for de fato problema, tende a deixar de ser. O que nos traz de volta à origem dos males: a incerteza fiscal.

Uma ala dos participantes de mercado levanta a tese de que a economia política leva o Banco Central a não intervir. Se fizer intervenções, seguraria a cotação do dólar e tiraria a fonte de pressão que forçaria o mundo político a reagir.

Esse é um argumento interessante, mas nem todos acham que tem premissas corretas. O primeiro problema, apontado por alguns, é que na verdade o Banco Central não teria o poder para tirar o câmbio do lugar, se o fundamento vai contra. O mercado não está desfuncional. Os ganhos teriam vida curta, e seria como enxugar gelo.

O segundo ponto é que, mesmo que o BC tivesse esse poder de intervir, não seria prudente fazê-lo. A intervenção pura e simples no câmbio seria vista como um fraquejo da política monetária. Ou seja, um expediente para deixar de fazer o ajuste necessário na Selic. Assim, para alguns, só faz sentido intervir na taxa de câmbio se vier com uma alta de juro.

Tem uma outra questão que é um desdobramento da anterior. O mercado ainda não tem plena confiança do comprometimento com o controle da inflação do novo BC que será comandado por diretores indicados por Lula, apesar de aqueles que já estão no cargo terem ganhado muitos pontos com a decisão do Copom de junho. Intervenções seriam vistas como uma tentativa de ajudar o mundo político, num novo revés à sua reputação.

Alex Ribeiro é repórter especial e escreve quinzenalmente
E-mail alex.ribeiro@valor.com.br

Educação Baseada em provas anteriores, ferramenta permite correção mais rápida de textos e aponta caminhos para estudantes melhorarem desempenho

Inteligência artificial ajuda ES a liderar redação do Enem e atrai mais Estados

Murillo Camarotto
De Brasília

Uma ferramenta baseada em inteligência artificial ajudou a colocar o Espírito Santo em primeiro lugar na redação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Os alunos da rede pública estadual capixaba, que obtiveram a 11ª nota do país em 2020, chegaram à liderança já na prova de 2022 e repetiram o feito no ano passado, desta vez empatados com Sergipe. Os dados de 2023 foram disponibilizados recentemente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inpe), responsável pelo exame.

Desenvolvida pela startup Letrus, a solução consiste no treinamento de máquina para oferecer um processo automatizado de análise e correção das redações. Desta maneira, a plataforma ampliou exponencialmente a capacidade dos estudantes praticarem a escrita, o que até então estava limitado pelo tempo hábil dos professores. Diante dos rápidos resultados refletidos nas notas do Enem, outros Estados já contrataram o sistema, casos de Mato Grosso e Goiás.

"Quanto mais prática [de redação], mais consequência de trabalho para os professores, o que é, sem dúvida, um limitador", explica Luís Junqueira, professor de Língua Portuguesa e fundador da Letrus. Adepto de um modelo de ensino sustentado no exercício contínuo da escrita, ele crê que quanto maior o número de textos corrigidos e de esclarecimentos dados aos alunos, melhor o desempenho. "O professor não vai mais precisar de três semanas para devolver uma redação a 50 alunos", complementa.

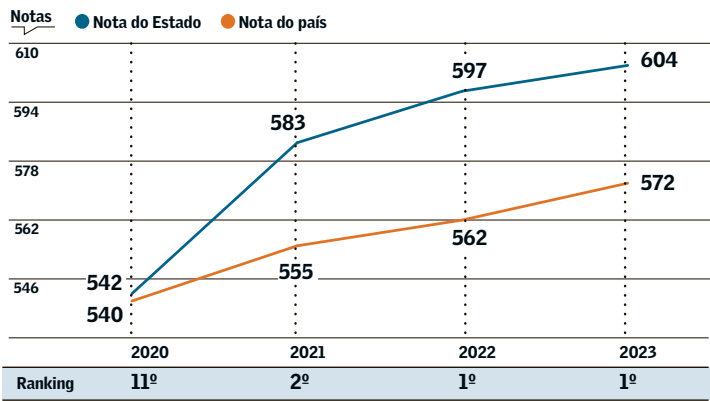
A partir de milhares de redações antigas do Enem inseridas em um banco de dados, a ferramenta foi treinada para identificar padrões textuais e, então, construir análises, comentários e sugestões. Além de questões relativas à pontuação e estrutura, a tecnologia pode alertar, por exemplo, para a falta de uma proposta clara no texto, a ausência de um agente social, um número exagerado de parágrafos ou para o abuso de expressões opinativas, entre outras ações que custam pontos na prova.

"É importante ressaltar que trata-se de um recorte específico de dissertação voltada para o Enem. Entender quais os padrões, recorrências, desvios e estratégias que os estudantes adotam na prova", explica Junqueira, que montou um inusitado time de linguistas e engenheiros para desenvolver a plataforma.

Tradicionalmente, as principais aplicações da IA na educação são os chamados sistemas tutores inteligentes (STIs). "Do ponto de vista educacional, os STIs fornecem devolutivas em tempo real, identificando áreas nas quais os estudantes podem ter dificuldades e oferecendo assistência direcionada", definiu em um relatório recente publicado pelo Centro de Inovação para a Educação Brasileira (CIEB).

Com a evolução do aprendizado da máquina, a qualidade das devolutivas aos estudantes também melhora. O fundador da Letrus diz que existem evidências de que algumas correções e observações feitas por robôs já podem ser, na média, superiores àquelas tratadas por humanos, o que poderia abrir uma discussão sobre uma suposta substituição de educadores por máquinas.

Vitor de Angelo, secretário de Educação do Espírito Santo e presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), não vê este problema. Além de salientar o fato de que nenhum professor de redação foi desligado da rede pública depois da parceria com a Letrus, ele disse que, quando o projeto estava funcionando em apenas algumas escolas, havia disputa por sua implementação. "A melhora das notas é um dado objetivo para mostrar que a tecnologia potencializa o trabalho que o professor realiza", afirma.

Correção de redação por IA
Uso da tecnologia levou Espírito Santo ao topo do Enem

Fonte: Inep

> "Tecnologia potencializa o trabalho que o professor realiza"
> *Vitor de Angelo*

Ao concordar com o secretário, Junqueira enumera várias outras funções que os professores exercem além da correção das redações, como orientação e acolhimento, por exemplo. "A tendência é que supere [a correção mecânica]. A ferramenta já é maior e com capacidade de ser menos enviesada. É um caminho sem volta, só vai melhorar", diz ele, ao acentuar que o foco da discussão deve ser o estudante.

"Me doía deixar de promover mais atividades práticas porque eu não iria conseguir acompanhar. O desafio é que a próxima geração escreva e leia melhor do que a atual. Com a tecnologia, há uma ajuda também neste processo. Até porque a inteligência artificial é uma representação do ser humano", disse. "E o lápis também é uma tecnologia".

Aprovado para o curso de arquitetura na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Lucas do Nascimento, 18, utilizou a ferramenta da Letrus nos primeiros meses do ano passado, em uma escola pública de Vitória. Pouco tempo depois, no entanto, ingressou em um cursinho pré-vestibular que oferecia uma outra plataforma para correção de redações, desta vez por humanos. Apesar de preferir a segunda opção, ele diz que as correções feitas pelos robôs ajudaram muito na evolução dos seus textos.

"No cursinho eu tive acesso a professores de redação especializados em Enem, então o resultado era melhor e as correções saíam em dois dias. Mas para quem não tem essa oportunidade, acho que a experiência com a inteligência artificial vale muito a pena", relata o estudante.

Para Bernardo Soares, professor de redação e pesquisador em tecnologias e formação docente pela Universidade de Lisboa, quando se observa as competências específicas de avaliação da redação do Enem, percebe-se que há regras bem delimitadas quanto aos aspectos esperados dos estudantes, o que leva a tecnologia a trabalhar de forma parecida com a que o professor trabalharia, mas em tempo menor e de uma maneira mais atenta.

"Assim, uma IA alimentada e treinada por critérios bem delimitados e temas bem formatados pode sim trazer resultados bastante positivos, como tem sido o caso, não só no estímulo à escrita e à revisão por parte dos estudantes, como também na elaboração de relatórios para o acompanhamento dos resultados por parte dos docentes", diz.

De acordo com o relatório do CIEB, novas abordagens são necessárias para aproveitar o potencial da inteligência artificial de forma segura e responsável no setor educacional. "Para avançar na prática da IA, é fundamental considerar o letramento em IA, garantindo que todos tenham acesso equitativo, justo e ético à tecnologia, levando em consideração as desigualdades educacionais", alerta o documento.

Na esteira dos resultados do Espírito Santo, os governos de Mato Grosso e Goiás já contrataram a ferramenta da Letrus. No caso de Mato Grosso, a política pública desenhada para a tecnologia envolve não apenas o terceiro ano, mas todos os estudantes do ensino médio. A startup também venceu uma concorrência da USAid, agência do governo americano para o desenvolvimento internacional, para tocar uma ampla pesquisa no Ceará, que vai avaliar o impacto da ferramenta não apenas no desempenho em redação, mas também na posterior inserção dos jovens no mercado de trabalho.

Sul do país registra temperatura negativa

De São Paulo

Cidades do sul do país registraram temperaturas baixas e geada no início da manhã de ontem. De acordo com o Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet), uma forte e ampla massa de ar polar derrubou a temperatura no Paraná, no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, informou a Agência Brasil.

De acordo com o instituto, a intensificação e a mudança de direção do vento ainda devem acentuar o frio nos próximos dias na Região Sul.

Em Urupema, na região da Serra Catarinense, a temperatura negativa chegou a 7,2 graus Celsius (°C) ontem, a mais baixa do ano no Estado. As cidades de São Joaquim (-6,7°C), Urubici (-5,7°C), Painel (-4°C) e Bocaina do Sul (-3,2°C) também registraram temperatura negativa.

Em São José dos Ausentes, no Rio Grande do Sul, os termômetros registraram quatro graus Celsius negativos. Em Gramado, na Serra Gaúcha, a temperatura foi de zero grau. Em Porto Alegre, os termômetros registraram 5°C.

Em Curitiba, a temperatura foi de 2°C. Em Foz do Iguaçu, localizada na região da Tríplice Fronteira, os termômetros chegaram a 5°C. Os dados são da Epagri/Ciram, órgão do governo do Estado de Santa Catarina, e do Inmet.

No Estado de São Paulo as temperaturas também caíram no último fim de semana, com a passagem de frente fria.

Segundo o Inmet, na cidade de São Paulo o declínio de temperaturas, que começou com a chegada da frente fria no decorrer do sábado, deve se manter no começo desta semana. Em razão da previsão, a Prefeitura de São Paulo retomou no sábado a Operação Baixas Temperaturas, acionada sempre que os termômetros ou sensação térmica atingem 13°C ou menos, informou a Folhapress.

Índice de empresas citadas em textos nesta edição

Conjuntura Investimentos permanecem aquém do necessário para acelerar decisivamente espaço de crescimento do Brasil, dizem economistas

Benefício de PIB potencial maior pode ter chegado ao fim

Anaïs Fernandes
De São Paulo

O avanço da atividade e do emprego no setor de serviços no início de 2024, em detrimento ao desempenho da indústria, e a forte esticada das importações podem ser sinais, segundo especialistas, de que a economia brasileira cresce ao redor de seu potencial. Ao longo de 2023, o Produto Interno Bruto (PIB) do país também avançou com força e, mesmo assim, a inflação cedeu, o que pode indicar que o PIB potencial do Brasil foi maior no período. Essa contribuição para um crescimento não inflacionário, no entanto, deve ser passageira, alertam economistas.

Medida de ociosidade da economia, o hiato do produto refere-se à diferença entre o PIB efetivo e o potencial — aquele que seria alcançado usando de forma plena todos os fatores de produção, como mão de obra e capital. Se o PIB efetivo está muito abaixo do potencial, nem todos os recursos são empregados de maneira eficiente, e o hiato é negativo. Quando essa ociosidade dos fatores da economia é ocupada, diz-se que o hiato fechou, e ele fica positivo. Tanto o PIB potencial quanto o hiato são "variáveis não observáveis", ou seja, cuja medição pode ser feita com base em diferentes metodologias.

Os dados do mercado de trabalho sugerem que a economia se encontrava próxima ao pleno-emprego (se não acima dele) já no primeiro trimestre de 2024, diz a consultoria A.C.Pastore & Associados. Nesse contexto, aponta, a expansão da demanda doméstica não pode ser integralmente atendida pelo aumento da produção local.

Como os serviços, tipicamente, não podem ser importados ou terem sua exportação reduzida, a expansão da demanda doméstica tem de ser atendida localmente, afirma a Pastore. Daí, por exemplo, o crescimento de 1,4% dos serviços no primeiro trimestre de 2024, ante o quarto trimestre de 2023, que deve ter adicionado cerca de R$ 22 bilhões ao PIB do período.

Na indústria, por outro lado, a demanda pode ser atendida por importações maiores e exportações menores, à exceção da construção e dos serviços industriais, segundo a consultoria. "Faz sentido, portanto, o aumento do déficit na balança comercial da indústria de transformação, de pouco menos de US$ 9 bilhões no trimestre final de 2023 para pouco mais de US$ 11 bilhões no primeiro trimestre de 2024", afirma em relatório.

As exportações líquidas, embora permaneçam em terreno positivo, nota, encolheram quase R$ 27 bilhões, refletindo o forte incremento das importações no primeiro trimestre de 2024 (6,5%, ante o quarto trimestre de 2023), enquanto as exportações ficaram praticamente estagnadas (0,2%).

"Dito de outra forma, com a economia operando perto de seu potencial, a expansão da demanda doméstica tende a se materializar em elevação do PIB de serviços, mas não no caso do PIB industrial, no qual importações (líquidas) podem suprir o aumento do consumo de bens industriais", escreve a equipe da Pastore.

Nesse sentido, eles também dizem esperar que a ocupação no setor de serviços supere a industrial, visto que o aumento da produção requer deslocamento da mão de obra para o setor.

"Se nosso diagnóstico estiver correto, devemos esperar padrão similar nos próximos trimestres, qual seja, expansão de serviços superando consistentemente o crescimento industrial (principalmente no que tange à manufatura)", diz a equipe da Pastore.

Esse comportamento também deve transparecer na produção de bens de capital, aponta a consultoria. "O déficit da balança de bens de capital, que ficou estável na casa de US$ 2 bilhões por três trimestres em 2023 (do segundo ao quarto), saltou para US$ 4 bilhões no primeiro trimestre de 2024, refletindo, acreditamos, exatamente a aceleração do investimento no trimestre", dizem. A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), medida para os investimentos no PIB, subiu 4,1% no primeiro trimestre deste ano, em relação aos três meses imediatamente anteriores, quando avançou 0,5%.

ANA PAULA PAIVA/VALOR

> "[Alta do PIB só pela demanda] não é bonito, impacta inflação"
> *Fabio Kanczuk*

Fabio Kanczuk, diretor de investimentos da ASA Asset, diz que é delicado olhar para o PIB trimestral em busca de informações sobre a ociosidade da economia e o PIB potencial do país.

"Considerando o período de um ano, podemos ter algumas informações, e eu diria que a coisa mais importante é a taxa de investimento. Se ela aumenta, significa que coisas bonitas estão acontecendo, as pessoas estão investindo mais, pode ter mais produtividade e, aí, é um sinal de que o PIB potencial está crescendo", afirma.

O que se observou, no entanto, é que, apesar de o investimento ter sido melhor no primeiro trimestre de 2024, a taxa de investimento no Brasil ainda é bem baixa e menor do que era no passado, diz Kanczuk. "É sugestivo de que não tenha um crescimento sustentável de produtividade ou PIB potencial."

Ex-diretor de Política Econômica do Banco Central, área responsável pelos modelos da autoridade monetária, Kanczuk diz que, embora as pessoas gostem de pensar que mudanças no PIB potencial ocorrem de forma suave e estrutural — isto é, a médio-longo prazo —, oscilações são frequentes.

Seu modelo de cálculo do hiato não depende apenas de informações sobre atividade econômica (como emprego e utilização da capacidade instalada), mas também sobre preços, como inflação e câmbio. "Se a inflação caiu bastante durante 2023, seria estranho que o hiato estivesse positivo [sem ociosidade na economia]. Provavelmente, é o PIB potencial que estava maior naquele momento e o hiato era negativo. E é essa resposta que o modelo me dá", diz Kanczuk.

Segundo ele, o modelo apontou, ao longo de 2023, que o hiato ficou negativo em torno de 1%. Como a economia cresceu ao redor de 2,5%, a indicação é de um PIB potencial também perto de 2,5%, diz Kanczuk, observando que isso seria maior do que o potencial do Brasil antes da pandemia.

Para o primeiro trimestre de 2024, a sinalização é que esse hiato fechou e se aproximou da neutralidade. "É cedo para dizer ainda, porque foi um trimestre só, mas a minha impressão é que a realidade mudou. Um por cento parece pouco, mas, para um trimestre, a variação do hiato foi grande", afirma.

Para dar ideia da magnitude, Kanczuk diz que, do crescimento de 0,8% do PIB no primeiro trimestre deste ano, boa parte foi só para suprir o aumento da demanda. "Isso não é bonito, porque uma hora vai impactar a inflação."

Por isso, para ele, a sensação é que "o benefício do PIB potencial foi algo super temporário, que durou em 2023 e está com cara de que acabou", afirma. "A impressão é que o PIB potencial meio que voltou ao ritmo anterior à pandemia, ao redor de 1,5%", diz.

A consultoria Pastore concorda que, mesmo com a melhora nos dois últimos trimestres, a FBCF permanece aquém do necessário para acelerar decisivamente o crescimento potencial do PIB brasileiro. Os economistas destacam que o investimento, como proporção do PIB, nos últimos quatro trimestres permanece em queda, ao redor de 16% no primeiro trimestre de 2024, contra pico recente de 19,5% ao fim de 2021 e patamares próximos a 20% do PIB na primeira metade da década passada.

Com outra visão, o Bradesco destaca que a taxa de investimento subiu entre o último trimestre de 2023 e o primeiro de 2024, para 16,7% do PIB, feito o ajuste sazonal, um sinal de recuperação, apesar de seguir abaixo da média histórica de 17,9%. O banco espera uma taxa de 17,3% do PIB ao fim deste ano.

Considerando o ritmo atual de crescimento da produtividade total dos fatores, de 0,5% segundo o Bradesco, e o crescimento da população economicamente ativa, restava uma contribuição maior da FBCF "para encontrarmos um PIB potencial acima de 2%", diz a economista Mayara Santiago em relatório. "Com os resultados deste primeiro trimestre, essa contribuição mais positiva confirmou nossa expectativa de algum ganho de potencial nos últimos anos, em parte em resposta às reformas realizadas e em parte a alguns fatores conjunturais", afirma.

Na reunião deste mês, o Comitê de Política Monetária (Copom) do BC revisou sua medida de hiato de "levemente negativo" para "em torno da neutralidade", entre 0,1% e 0% no primeiro e no segundo trimestre de 2024, aponta o Relatório de Inflação (RI) divulgado na semana passada. A revisão reflete, principalmente, "as significativas surpresas na atividade econômica", diz o BC. Até o fim do ano, no entanto, a expectativa da autoridade monetária é que ele volte ao terreno negativo, em torno de -0,4%.

Entrevista Com política monetária apertada e política fiscal folgada, país tem combinação oposta à ideal, afirma um dos criadores do Real

A grande ameaça vem do lado fiscal, diz Persio Arida

Sergio Lamucci
De São Paulo

A grande ameaça à economia brasileira hoje vem do lado fiscal, diz o economista Persio Arida, ex-presidente do Banco Central (BC). "Há um consenso de que o ideal é politica monetária frouxa, com juros baixos, e política fiscal apertada, com superávit fiscal. Estamos na outra ponta: política monetária apertada e política fiscal folgada", afirma ele, um dos criadores do Plano Real, que completa 30 anos.

Ao tratar das contas públicas, Arida destaca que o filme importa mais do que a foto. "Números fixos em economia fazem muito pouco sentido. O fato de a dívida ser alta, em si, não é tão problemático quanto parece. A preocupação não é o tamanho, mas a velocidade de crescimento", afirma ele, ressaltando a importância da disposição do governo de enfrentar o problema. "Em matéria fiscal, importa a expectativa."

Para ele, o filme no Brasil preocupa. "Há modos simples e complexos de agir. Uma reforma administrativa demora uma década para fazer. Mas, se você desvincular a Previdência do salário mínimo e fizer as desvinculações de educação e saúde da receita, são duas emendas constitucionais e o problema já muda de figura radicalmente", observa Arida, lembrando que, em 1994, a equipe econômica havia proposto muito mais desvinculações do que foram efetivamente aprovadas no Fundo Social de Emergência (FSE). O mecanismo desvinculava parte das receitas e dava mais flexibilidade ao manejo orçamentário. "Estou falando de 1994. E, 30 anos depois, estamos com o mesmo problema. Isso mostra que não houve o amadurecimento da sociedade como um todo para enfrentar o problema", diz ele.

"Fernando Henrique [Cardoso, ex-presidente] tinha uma frase de que eu sempre gostei — Nunca se deve desperdiçar uma crise. Na crise é que o status quo se desorganiza e é quando se consegue avançar. O governo vai aproveitar a atual crise para avançar ou não vai? No fundo, essa é a questão."

Ao falar dos 30 anos do Real, Arida destaca o papel da democracia para o sucesso do plano. "A inflação brasileira foi de 20% ao ano para 200% ao ano, de 1970 até a véspera da democracia, e não houve nenhum plano de estabilização, como se concebe", nota ele. "Com democracia, tem o voto, e os políticos percebem que o voto se orienta pela estabilidade econômica."

Ao comentar o papel da Unidade Real do Valor (URV), a moeda indexada que não existia fisicamente, fundamental na transição de uma inflação elevada para uma inflação baixa, Arida lembra que a maior parte dos economistas foi cética. "E foi cética desde a partida; o Larida foi recebido com uma saraivada de críticas monumental", diz o economista, referindo-se ao estudo escrito por ele e pelo ex-presidente do BNDES André Lara Resende em 1984 , da qual a URV é uma variante. "Mas, do ponto de vista da opinião pública, o processo foi exatamente oposto. O povo abraçou a ideia, entendeu o mecanismo intuitivo." A seguir, os principais trechos da entrevista.

Valor: *Há quem diga que mudanças econômicas radicais são mais difíceis numa democracia, mas o sr. tem ressaltado o papel da democracia para o sucesso do Real. Por quê?*

Persio Arida: Não é à toa que os vários planos de estabilização ocorreram com a democracia. A inflação brasileira foi de 20% ao ano para 200% ao ano, de 1970 até a véspera da democracia, e não houve nenhum plano de estabilização, como se concebe. Houve tentativas aqui e ali, mas nunca houve um grande plano de estabilização. Com democracia, tem o voto, e os políticos percebem que o voto se orienta pela estabilidade econômica. Ganha quem mantém a inflação baixa e, se possível, o desemprego baixo também. Mas a prioridade é a inflação. Essa percepção do voto é importante porque dá o impulso político para fazer o programa de estabilização. Como a estabilidade foi conseguida? Fernando Henrique foi eleito por causa do Real. Ele fez tudo para sustentar o Real. O próprio Lula, apesar de ter sido contra o Real e falado da herança maldita, não fez nada destruir os fundamentos do Real – pelo contrário, foi na mesma direção. A democracia permite explicitar a preferência dos eleitores e força os governos na direção da responsabilidade com o processo inflacionário.

Valor: *Quais os principais motivos que explicam o sucesso do Real, após vários planos que fracassaram?*

Arida: O Plano Cruzado era muito parecido com o plano israelense de 1985, mas foi mal executado. Em vez de ter um congelamento temporário, estendeu-se o congelamento e a política fiscal e a monetária eram expansionistas. Acabou num baita excesso de demanda. O que aconteceu com o Cruzado foi que o congelamento de preços ficou no imaginário popular. A avaliação era de que aquele plano não havia dado certo, mas um outro poderia dar. Essa visão fez com que todos os vários planos seguintes tivessem congelamento de preços. Até o Plano Collor, que era um bloqueio de liquidez monumental, tinha congelamento, o que era totalmente desnecessário — obviamente, sem liquidez não há demanda. Se você olhar os vários planos em detalhe, todos eles procuravam ter o que faltou ao Cruzado para dar certo. Ah, o Cruzado teve taxa de juros muito baixas? Então vamos ter taxas de juros altas. O Cruzado teve excesso de demanda, então vamos aumentar os impostos. O Cruzado tinha liquidez excessiva, então vamos tirar a liquidez da economia. Nesse sentido, os vários planos subsequentes foram natimortos. Repetir a dinâmica do Cruzado foi um erro enorme. Aquilo ficou no imaginário coletivo. Com isso, o mantra do Plano Real, muito mais do que a URV, foi dizer — "Não haverá congelamento. Não haverá surpresas. Tudo vai ser pré-anunciado". A preocupação era desmontar essa fixação do imaginário coletivo.

"Com democracia, tem o voto, e os políticos percebem que o voto se orienta pela estabilidade"

Valor: *Esse foi um dos fatores decisivos para o plano ter dado certo?*

Arida: Eu não tenho a menor dúvida. É claro que a montagem da URV, basicamente uma variante do Larida, [um trabalho] que eu e o André [Lara Resende] tínhamos escrito em 1984, foi fundamental. Mas, do ponto de vista da opinião pública, tão importante quanto a URV foi enfatizar o mantra de que não haveria congelamento de preços e salários e que tudo seria pré-anunciado. Esses dois elementos, do ponto de vista da retórica política e do convencimento, foram fundamentais. Tem um livro do Fernando Henrique, "A Arte da Política", em que há um capítulo sobre o Real. Há um momento em que ele fala de uma reunião de economistas e eu dei uma ideia que o entusiasmou — fazer um plano pré-anunciado em etapas, o que ele chamou de uma pedagogia democrática. Ele começou a percorrer o país para explicar as etapas ao povo. Seria o modo de não ter mais surpresas, de não ter o elemento que lembrava o congelamento. O país precisava do oposto da surpresa que vinha do congelamento.

Valor: *Qual foi o papel da URV? Fazer a transição de uma inflação muito alta para uma inflação bem mais baixa?*

Arida: Foi exatamente esse papel. A URV é uma construção "made in Brazil" – não teve nenhum plano do mundo feito desse modo — e se conseguiu desinflacionar a economia de uma maneira surpreendente. O mais extraordinário é que a maioria da profissão dos economistas sempre foi cética em relação ao plano – e foi cética desde a partida; o Larida foi recebido com uma saraivada de críticas monumental. Mas, do ponto de vista da opinião pública, o processo foi exatamente oposto. O povo abraçou a ideia, entendeu o mecanismo intuitivo, embora a URV tenha uma tecnicalidade grande. O fato é que a população percebeu que havia ali um elemento da coisa certa, da coisa justa. O salário vai ter um valor que não vai mais ser corroído pela inflação. A questão da conversão de preços em URVs também foi algo extraordinário. Não tinha norma, não tinha decreto, não havia exigência legal. Quando nós dizíamos que os preços estavam livres para serem convertidos em URV, por que a pessoa iria aumentar o preço? O termo que eu usaria é de um pacto social implícito. Não havia norma. Ninguém obrigou. Havia explicação.

Valor: *A fragilidade das contas públicas sempre foi apontada como um dos calcanhares de aquiles para o lançamento e para a sustentação do Real, embora o FSE tenha dado alguma margem de manobra para o governo. De que modo as incertezas fiscais afetaram o Plano?*

Arida: Em matéria fiscal, muitas vezes importa mais o filme do que a foto. Houve uma substantiva contração de despesas no ano de 1994, em parte pelo FSE, em parte pela não liberação efetiva de verbas. Mas, estruturalmente, o ajuste de 1994 foi insuficiente e o déficit voltou. Só acabou com o tripé macroeconômico [adotado em 1999, composto pelo regime de câmbio flutuante, metas de inflação e superávits primários]. Mas o fato de FHC ter sido eleito por causa do Plano Real deu certeza aos mercados de que, se necessário fosse, ele faria tudo para sustentar o plano, inclusive um forte ajuste fiscal. Essa expectativa se mostrou fundada. Voltando ao FSE, ele saiu muito menor e muito menos ambicioso do que nós queríamos, mas ele acabou acontecendo. Além disso, houve um represamento na boca do caixa de gastos pelo Tesouro, o que se sustenta apenas por um tempo. Foram dois elementos importantes. Isso sinalizou a nossa disposição e o nosso entendimento de que o fundamento da estabilidade é fiscal. Nesse sentido, ter uma equipe que implementa e fala isso foi muito importante. Não adianta a promessa do ajuste fiscal, porque a dinâmica política é incontrolável. Você tem que começar por ele. A experiência do Cruzado foi muito importante nesse aspecto, porque mostrou que você precisa partir primeiro do ajuste fiscal. Com o Real, não foi o ajuste fiscal definitivo. Quando você olha os anos subsequentes, havia déficit, de 1995 a 1999. Mas, como eu disse, em matéria fiscal, importa o filme muito mais do que a foto. A foto era de um déficit, mas as pessoas sabiam que a equipe econômica tinha começado com o ajuste fiscal, sabiam que a equipe econômica continuava no governo, sabia que o governo dependia do programa e sabia que o Fernando Henrique foi eleito por causa do Real. Se precisasse, ele faria o ajuste fiscal, o que ele acabou fazendo. Em matéria fiscal, importa a expectativa. Vamos dizer que eu tenha um déficit hoje, que pressiona a demanda, o que faz o juro ser alto demais, para manter a inflação sob controle. Se eu achar que daqui a um, dois, três anos, isso vai acabar, eu não desancoro a expectativa de inflação.

Valor: *A âncora cambial durou tempo demais. O real só flutuou em janeiro de 1999. Isso colocou em risco o Real?*

Arida: Houve muito debate entre nós sobre a âncora cambial. Eu queria ter flutuado de partida. O presidente achou muito arriscado, o que acabou levando à minha saída como presidente do Banco Central [em junho de 1995]. Impossível saber hoje se teria sido o melhor caminho — exercícios contrafactuais são sempre controversos. O fato é que o caminho da âncora cambial terminou no Brasil como terminou em inúmeros outros países: numa enorme crise do balanço de pagamentos que leva à flutuação.

Valor: *O Real completa 30 anos e a inflação nunca mais saiu do controle, embora tenha voltado em alguns momentos a superar dois dígitos, como em 2002/2003, 2015/2016 e 2021/2022. Por que o Brasil não teve mais episódios de inflação mais elevada e persistente, ao contrário da Argentina?*

Arida: A inflação de um dígito tem dinâmica muito diferente da alta inflação. É basicamente o resultado da política monetária e da política fiscal do presente e das expectativas sobre a sua evolução no futuro. Nos casos em que chegou a ser de dois dígitos, houve uma rápida correção de rumos na política macroeconômica porque os governantes sabem que inflação alta leva à perda de poder. Nesse sentido, o voto popular é o esteio da estabilidade. Quanto à Argentina, houve um paralelo artificial com o Brasil. Ambos tiveram inflações crônicas que degeneraram em hiperinflação, mas a reserva de valor da Argentina sempre foi o dólar no exterior, enquanto no Brasil foi o ativo monetário doméstico, sustentado por taxas de juros que compensavam a inflação. O Plano Cavallo era uma plano de conversibilidade plena e o Real um plano lastreado na experiência da correção monetária, porque as histórias dos dois países na escolha da reserva de valor foi diferente.

Valor: *Qual é o principal legado do Real? E qual é a maior a ameaça hoje à economia?*

Arida: O principal legado é a própria estabilidade. A grande ameaça vem do lado fiscal. Ter um Banco Central independente ajuda muito na estabilização das expectativas. O tema da coordenação de políticas fiscal e monetária é antigo, há décadas e décadas debatido no mundo todo. Há dois modos de sustentar uma inflação baixa — com taxa de juros baixa e política fiscal apertada ou política fiscal solta e taxa de juros alta. Há um consenso de que o ideal é politica monetária frouxa, com juros baixos, e política fiscal apertada, com superávit fiscal. Estamos na outra ponta: política monetária apertada e política fiscal folgada. Parte do problema é institucional. É importante dar voz e voto ao Banco Central na determinação da política fiscal. Veja bem, as diretrizes básicas da política monetária estão fixadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), composto pelos ministros do Planejamento e da Fazenda e pelo presidente do Banco Central. Teríamos que ter uma institucionalidade semelhante para a política fiscal. A razão é que trajetória da dívida pública depende das duas políticas, fiscal e monetária. E também da taxa de crescimento, é claro.

"Em matéria fiscal, muitas vezes importa mais o filme do que a foto"

Valor: *Qual é problema institucional nesse caso?*

Arida: Nós temos uma institucionalidade curiosa. A Fazenda opina sobre o BC, mas o BC não opina sobre a Fazenda. É necessário ter uma institucionalidade em que o BC opine sobre assuntos fiscais tanto quanto o Tesouro opina sobre assuntos monetários. A institucionalidade tem que forçar a coordenação, o que nós não temos hoje. Outro problema é a eterna pergunta — quando a dívida pública fica impagável. O que importa é o filme, muito mais do que a foto. Se você tiver disposição para equacionar o problema da dívida pública, se você sinalizar que vai fazer de um modo crível, o problema não aparece hoje. O compromisso do governante nessa direção faz uma enorme diferença. Não é tanto o deficit hoje, mas o compromisso de resolver o problema para frente. Quanto se fala em dívida pública, há uma noção errada. Ah, você vai monetizar e vai dar uma hiperinflação. Não dá, isso é uma visão antiga. Hoje, a liquidez é toda remunerada.

Valor: *O sr. vê o risco de dominância fiscal no Brasil?*

Arida: Dominância fiscal é algo de que se fala muito, mas eu nunca vi ocorrer no Brasil. Há um teste que é muito simples sobre dominância fiscal. Se você aumenta a taxa de juros e a moeda desvaloriza, há um problema de dominância fiscal. Se você aumentar os juros e a moeda, tirando outros fatores, valorizar, não há dominância fiscal, que é a situação que nós temos aqui. A discussão não é tanto sobre o tamanho da dívida. O que faz diferença é a disposição de enfrentar o problema da dívida pública.

Valor: *Como o sr. vê a situação fiscal? A dívida bruta deve crescer 10 pontos percentuais do PIB no atual governo.*

Arida: Não existe um número fixo — a partir de 90% do PIB, por exemplo, cria-se uma situação irreversível. Números fixos em economia fazem muito pouco sentido. O fato de a dívida ser alta, em si, não é tão problemático quanto parece. A preocupação não é o tamanho, mas a velocidade de crescimento. De novo, se você sabe que o governante, se necessário, vai agir, é uma coisa. Eu insisto que o problema não é tanto o nível, mas sim a velocidade de crescimento, que é intrinsecamente ligada à crença na determinação do governo de equacionar o problema.

Valor: *Voltando à sua imagem. Não é o que está ocorrendo? A foto não é tão ruim, mas o filme está preocupando?*

Arida: O filme preocupa. Como sempre, há aquela história de que o Brasil vai até a beira do precipício e dá meia volta. Não pula. Há essa visão de que se a situação ficar realmente grave, os governantes agem. Há modos simples e complexos de agir. Fazer uma reforma administrativa, por exemplo, uma desconstitucionalização geral, são coisas complexas, difíceis e levam tempo. Uma reforma administrativa demora uma década para fazer. Mas, se você desvincular a Previdência do salário mínimo e fizer as desvinculações de educação e saúde da receita, são duas emendas constitucionais e o problema já muda de figura radicalmente. Uma coisa é a reforma estrutural do setor público para ter um Estado eficiente, moderno e barato. Outra coisa é corrigir distorções que fazem uma enorme diferença na evolução da dívida pública. São simples de escrever juridicamente, como essas desvinculações. Mas é fácil falar. Eu disse que o FSE aprovado foi um pedaço do que nós tínhamos proposto, porque na versão original havia inúmeras outras desvinculações. Estou falando de 1994. E, 30 anos depois, estamos com o mesmo problema. Isso mostra que não houve o amadurecimento da sociedade como um todo para enfrentá-lo. Não é uma questão intelectual de dificuldade de compreensão. Já estava maduro, tinha sido proposto em 1994. É muito mais uma questão política de amadurecimento da sociedade.

Valor: *O sr. vê o atual governo com disposição para enfrentar isso?*

Arida: Fernando Henrique tinha uma frase de que eu sempre gostei — Nunca se deve desperdiçar uma crise. Na crise é que o status quo se desorganiza e é quando se consegue avançar. O governo vai aproveitar a atual crise para avançar ou não vai? No fundo, essa é a questão.

TON MOLINA/BLOOMBERG

Arida: em 1994, equipe econômica propôs grande número de desvinculações; 30 anos depois, país está com o mesmo problema

Política monetária 25 anos depois da adoção, aperfeiçoamento do modelo dará a Banco Central ferramenta mais eficaz para atingir os objetivos

Para Arminio, meta contínua para inflação coroa êxito do sistema

Lu Aiko Otta e Gabriel Shinohara
De Brasília

Adotado como parte do tripé macroeconômico que deu sustentação ao Real, o regime de metas de inflação completou 25 anos no último dia 30 em um momento de evolução. Na mais importante mudança ocorrida desde sua criação, o sistema passará, a partir do ano que vem, a mirar uma meta contínua de 3%, e não mais um objetivo estabelecido a cada ano.

A mudança dá mais flexibilidade ao Banco Central (BC) em seu trabalho de definir taxas de juros para controlar a inflação, explicou o secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Guilherme Mello. Na nova versão, a autoridade monetária traçará um plano de voo para devolver a inflação à meta, que pode ser mais ou menos longo, a depender do choque. Assim não será necessário elevar exageradamente os juros para alcançar a meta no fim do ano.

"É o coroamento de um caminho longo", disse ao **Valor** o economista Arminio Fraga, que era presidente do Banco Central quando o sistema de metas foi criado. "O Brasil chegar hoje a um compromisso com um nível fixo e que vai ficar fixo, esperamos, por muito tempo, é algo a se comemorar."

O nível escolhido pelo governo, de 3%, comentou, é o que vem sendo utilizado por muitos países.

A adoção da meta contínua, ao lado do novo arcabouço fiscal, cria um "novo horizonte macroeconômico", comentou o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. São evoluções das pernas fiscal e monetária do tripé macroeconômico que tem mantido a inflação sob controle há 30 anos.

> "Eu percebi que funcionou ao final do primeiro ano"
> *Sergio Werlang*

Durante entrevista coletiva sobre o Relatório de Inflação, o presidente do BC, Roberto Campos Neto, afirmou que há mais previsibilidade com a meta contínua. "Maior previsibilidade significa maior capacidade de os agentes se programarem e maior fomento do investimento de longo prazo, taxa de juros longas mais estáveis e, de forma geral, você aumenta a eficiência do canal de transmissão de política monetária."

O regime de metas de inflação faz parte do conjunto que forma o Plano Real. Em sua versão original, o plano utilizou uma taxa de câmbio administrada para manter os preços comportados. Isso, porém, gerou problemas no balanço das transações do país com o exterior. O governo decidiu, então, deixar o câmbio flutuar.

"O câmbio estava muito atrasado, tinha um déficit de conta corrente grande", comentou Arminio. Na mesma época, outros países e regiões enfrentaram problema semelhante: México, Ásia, Rússia.

Havia, porém, o receio que o câmbio flutuante trouxesse de volta as altas de preços. Por isso, o plano foi reforçado com o ajuste das contas públicas e a criação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Além disso, a inflação passou a ser controlada por meio da taxa de juros, um sistema que vinha sendo adotado por vários países naquela época.

O tripé, comentou Arminio, representa um "compromisso solene com a estabilidade de preços e a inflação baixa, assumido simultaneamente pela autoridade fiscal e pela autoridade monetária."

O impacto do câmbio sobre preços foi contido também porque o Brasil passou a acumular reservas internacionais, o que deu estabilidade à cotação da moeda estrangeira. Foi, na visão de Guilherme Mello, uma mudança estrutural na economia. Em 2005, as reservas estavam na casa dos US$ 50 bilhões. Sete anos depois, atingiram o pico de US$ 375 bilhões.

Sergio Werlang, professor de economia da Fundação Getulio Vargas (FGV), foi convidado por Arminio para assumir a Diretoria de Política Econômica e implementar o novo sistema. Ao **Valor** o professor lembra que tinha "razoável certeza" de que o novo sistema iria funcionar porque, entre outros motivos, já havia uma experiência internacional. "Eu percebi que funcionou ao fim do primeiro ano e estava lá, foi dentro da banda, até na parte ligeiramente inferior da banda. Nós ficamos muito felizes."

Werlang relata o esforço do Banco Central para falar da novidade para a sociedade. Ele visitou várias representações regionais do BC no país para explicar e responder a perguntas sobre o novo sistema. O público-alvo eram associações comerciais, federações da indústria e a imprensa local.

Dados do Banco Central mostram que, desde sua adoção, as metas de inflação não foram cumpridas em sete anos: 2001, 2002, 2003, 2015, 2017, 2021 e 2022. Em todo ano em que houve descumprimento, o presidente do Banco Central precisou escrever uma carta ao ministro da Fazenda para explicar as razões e apontar como a inflação seria colocada novamente na meta.

A meta foi alterada em apenas dois anos: 2003 e 2004. Em 2003, passou de 3,25% para 4% e depois ainda houve uma "meta ajustada" de 8,5%, que considerava a inércia da inflação do ano anterior e o efeito primário do choque de preços administrados. O intervalo de tolerância ainda foi alargado de 2 pontos percentuais (p.p.) para 2,5 p.p.

Já em 2004, a meta inicial era de 3,75% e a "meta ajustada" de 5,5%, proposta pelo Banco Central e posteriormente chancelada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Desde 2005 as metas não foram mais alteradas.

Ao anunciar a meta contínua, Haddad destacou que Lula é um "cumpridor" de metas de inflação. Em nove anos completos sob seu comando, foi cumprida em oito.

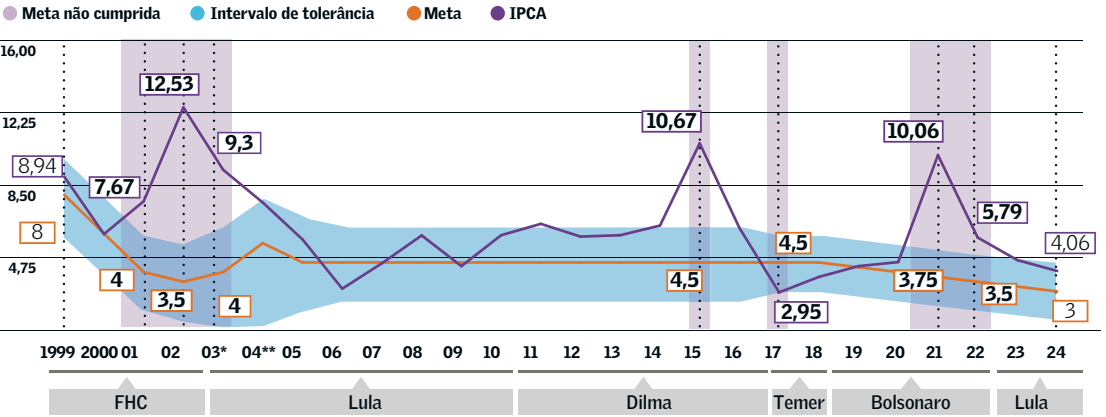
Em 2023, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva liderou um debate para elevar a meta de inflação, pois considerava 3,25% um exagero que obrigava o Banco Central a promover um arrocho monetário. A ala política do governo, que defendia essa mudança, acreditava que dessa forma haveria mais espaço para a redução das taxas de juros. Houve muito ruído, mas a meta foi mantida.

Lula tem atacado Campos Neto depois que o Comitê de Política Monetária (Copom) desacelerou, e depois interrompeu, os cortes nas taxas de juros.

Na visão de Arminio, o atual nível dos juros "mostra que o Banco Central precisa de ajuda". E a melhor ajuda, acrescentou, é a atuação mais forte da política fiscal, frente na qual o governo tem enfrentado dificuldade em avançar.

Por outro lado, ele fez ressalvas a algumas atitudes de Campos Neto, cujo trabalho diz admirar. "Eu acho que em alguns momentos ele também sinalizou uma posição político-partidária que não foi boa para o Banco Central", comentou. "Não foi boa para ele também, se quer saber minha opinião."

Histórico das metas de inflação

Não houve cumprimento da meta em sete anos desde 1999 - em %

Fonte: Banco Central do Brasil. *Meta ajustada, mas não alterada, para 8,5%. ** Meta ajustada, e posteriormente alterada, para 5,5%.
*** Acumulado em 12 meses segundo o IPCA-15 de junho

Comércio exterior Tema divide países do grupo, e preocupação é que regras ampliem custos e sirvam como protecionismo

Protecionismo ambiental é entrave para Brasil no G20

Paula Martini e Camila Zarur
De Rio

O protecionismo ambiental é um empecilho nas negociações do Grupo de Trabalho de Comércio e Investimento do G20, que reúne grandes economias globais. O colegiado discute como evitar que a multiplicação de regras ambientais adotadas unilateralmente por países ou blocos econômicos resulte em custos elevados ao comércio internacional.

O tema é uma das prioridades estabelecidas pela coordenação brasileira do GT, que reconhece dificuldades para um acordo entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. O grupo de trabalho é coordenado pelo ministério de Relações Exteriores e o de Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC).

De acordo com a secretária de comércio exterior do MDIC, Tatiana Prazeres, o Brasil apresentou uma proposta ambiciosa para orientar a relação entre comércio e desenvolvimento sustentável e há interesse dos membros do G20 sobre a proposta brasileira, ainda que longe de um consenso.

"Os países-membros do G20 concordaram em trabalhar com a proposta brasileira e sugerir edições e adições para buscarmos convergência", afirmou a jornalistas após a terceira reunião do GT, realizada na quinta (27) e sexta (28), no Rio.

Segundo Prazeres, vários países mostraram preocupação com os custos comerciais associados à multiplicação de regras ambientais durante o encontro.

De acordo com ela, o objetivo do grupo é "olhar para frente" sem "apontar dedos para países ou medidas específicas". Prazeres, contudo, acrescenta que o comércio internacional tem potencial para contribuir com o desenvolvimento sustentável, embora medidas de protecionismo ambiental possam trazer impactos negativos.

"Há o risco de que medidas adotadas, por exemplo, por motivos ambientais, tenham um impacto mais restritivo do que o necessário ao comércio internacional", diz.

O embaixador Fernando Pimentel, diretor do departamento de política comercial do Ministério das Relações Exteriores, explicou que a transparência e coerência com os acordos internacionais vigentes são alguns dos princípios colocados no rascunho já apresentado pelo Brasil aos demais países do G20 para a elaboração de uma declaração final conjunta.

"Os princípios, para serem úteis, não podem ser super rígidos e super focados. Têm que ser princípios gerais para se adaptarem a diferentes situações e darem uma baliza na hora de pensar como alavancas de comércio podem contribuir em políticas de desenvolvimento sustentável", afirmou.

O objetivo é chegar a um consenso até a quarta e última reunião do grupo, em 24 de outubro, que será realizada junto com o encontro de ministros de Comércio dos países do G20, em Brasília.

Pimentel reconheceu, porém, que ainda não há concordância entre os países quando se trata de comércio e investimentos sustentáveis. "O único consenso que temos agora é que o tema é importante e que o G20 é um fórum relevante para tratar dele. Mas há muita divergência, principalmente entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento", ressaltou.

O GT trabalha com mais três prioridades: inclusão de mulheres no comércio internacional, previsão e disciplina em acordos de investimento e reforma da Organização Mundial do Comércio (OMC).

LEO PINHEIRO/VALOR

Prazeres: G20 vai trabalhar com proposta brasileira e buscar convergência

"Para serem úteis, princípios não podem ser super rígidos ou focados"
Fernando Pimentel

Parceria de empresas e Senai promete bateria íon-lítio nacional

Marli Olmos
De São Paulo

No próximo mês, Curitiba vai ganhar uma fábrica-piloto de baterias de íon de lítio para carros elétricos. Resultado de uma parceria entre a academia e o setor privado, a iniciativa faz parte de um dos projetos do Instituto Senai de Inovação, criado há 12 anos pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial para sustentar a área de pesquisa e desenvolvimento nas empresas.

O Senai já tem 26 institutos de inovação em operação e dois em fase de implantação, que abrangem áreas de diversos segmentos industriais, como automação, energias renováveis, biodiversidade, biossintéticos, logística, química verde e sistemas avançados de saúde. "Cada um deles possui o domínio profundo de uma área que interessa à indústria", destaca Gustavo Leal, diretor-geral do Senai.

No caso da linha de baterias, o projeto interessa principalmente à indústria automotiva num momento em que o setor, globalmente, passa por uma das mais importantes e profundas transformações da sua história, com a eletrificação assumindo papel importante na descarbonização do transporte.

Sejam os carros puramente elétricos ou híbridos, as baterias passarão a ser o "coração" das próximas gerações de veículos. E o Brasil ainda depende da importação desse produto.

"Precisamos aprender a produzir baterias; hoje somos dependentes da China", destaca Marcos Berton, pesquisador-chefe do Instituto Senai em Eletroquímica. O instituto liderado por Berton é o responsável pelo projeto-piloto de baterias, que ocupará uma área de 800 metros quadrados dentro do próprio instituto, em Curitiba. A duração do projeto será de três anos.

Essa "linha de produção" foi criada pelo Senai junto com 27 empresas, entre as quais estão montadoras como Stellantis, Volkswagen, General Motors e Marcopolo, e fornecedores de componentes como WEG, Moura e Tupy, além de Petrobras, Companhia Brasileira de Alumínio e a Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM). Ao grupo se juntaram também diversas startups e empresas que atuarão no fornecimento de minerais como o fosfato, usado em baterias.

"Pensamos em criar um projeto envolvendo toda a cadeia", destaca Berton. Segundo ele, há dois anos, as empresas começaram a ser abordadas pelo Senai para participar do projeto.

A relevância do projeto das baterias foi confirmada recentemente, quando começou uma onda de anúncios de novos ciclos de investimentos nas montadoras envolvendo, em sua maioria, o desenvolvimento de carros híbridos e, futuramente, 100% elétricos. Somente nas montadoras de carros e comerciais leves, os investimentos já somam R$ 115,5 bilhões para a década.

"Precisamos aprender a produzir baterias; hoje somos dependentes da China"
Marcos Berton

A bateria de íon-lítio é uma tecnologia de armazenamento de energia em expansão em todo o mundo porque permite carregamento mais rápido. Além dos carros elétricos, é usada em aparelhos celulares, notebooks e tablets.

A execução desse projeto envolve investimento de R$ 60 milhões, dos quais R$ 45 milhões do Senai e R$ 15 milhões da Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii). Ambas as entidades desembolsaram outros R$ 36 milhões em outro projeto também voltado ao desenvolvimento de baterias de lítio, em Pernambuco.

Nos últimos 82 anos, o Senai tornou-se bastante conhecido como parceiro da indústria na área dos cursos técnicos. Mas nem todos conhecem o Instituto de Inovação, criado a partir de recursos próprios do Senai e mais uma linha especial de financiamento do BNDES de R$ 1 bilhão.

Com centros de atuação espalhados em diversos Estados, mas todos com atuação nacional, o instituto reúne 1.350 pesquisadores e já desenvolveu mais de 3 mil projetos de pesquisa, nos quais já foram investidos R$ 2 bilhões. O desenvolvimento do instituto envolveu, ainda, uma parceria com a Sociedade Fraunhofer, entidade de pesquisa científica da Alemanha.

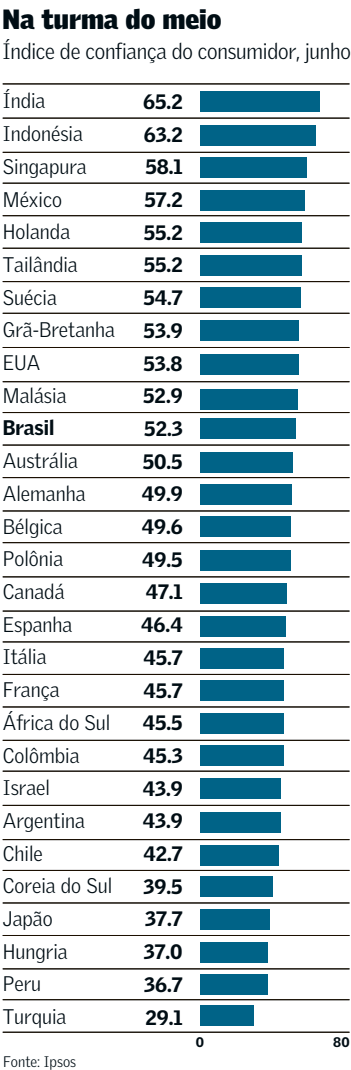
Desde então, o instituto tem buscado ser um elo entre a academia e as demandas do setor industrial. Os projetos envolvem parcerias com universidades e as diversas fontes de financiamento, como a Embrapii. No caso do setor automotivo, uma parte importante dos recursos vem de programas governamentais voltados ao setor, como o Rota 2030 e, agora, a segunda etapa dele, chamada de Mover. As empresas inscritas nesses programas recebem incentivos fiscais em troca de investimento em pesquisa e inovação.

Para Roberto de Medeiros, superintendente de Inovação e Tecnologia do Senai, o Mover é um dos programas voltados ao setor automotivo que mais têm estimulado a indústria a investir em parceria com o meio acadêmico. Segundo ele, esse movimento já tem se refletido em ganhos de produtividade na cadeia de fornecedores.

Vários projetos de inovação do Senai já saíram do ambiente de pesquisa e foram para o mercado. Há dois anos, por meio de projeto encomendado pela Shell, o Instituto em Automação da Produção, na Bahia, desenvolveu um robô para inspecionar equipamentos submarinos da indústria de óleo e gás.

No Instituto Senai em Eletroquímica, uma parceria com a Companhia Brasileira de Alumínio (CBA) obteve certificação internacional de uma folha de alumínio como componente para as baterias de íon de lítio.

Durante a pandemia, a pesquisa científica também ajudou a encontrar soluções para produtos em falta no mercado. O Instituto de Biossintéticos e Fibras trabalhou com a Klabin para encontrar, no derivado de celulose, uma nova fórmula para o álcool em gel.

E, lembra Berton, numa ação voluntária, empresas e Senai conseguiram produzir 50 mil respiradores em 30 dias. "O mundo gira em torno do conhecimento e nós queremos ser uma extensão da pesquisa e desenvolvimento da indústria", destaca Leal.

Confiança do consumidor sobe após 4 meses

Na turma do meio
Índice de confiança do consumidor, junho

Fonte: Ipsos

Alex Jorge Braga
De São Paulo

Após quatro meses consecutivos de queda, a confiança do consumidor brasileiro subiu em junho, conforme os dados do Índice de Confiança do Consumidor (ICC) do Instituto Ipsos. O indicador de junho, publicado com exclusividade pelo **Valor** apresentou suave elevação de 0,6 pontos em relação a maio, quando teve queda de 1,6 pontos.

Com o resultado, o Brasil fechou o mês com 52,3 pontos. O resultado ainda o mantém acima da linha da neutralidade (50 pontos) e indica uma leve tendência otimista.

Queda no ranking

Contudo, a subida do índice não foi suficiente para se manter no décimo lugar que ocupara no mês anterior, e o país caiu para o posto de número 11, em um ranking com 29 nações. De março para cá, o Brasil caiu nove posições no indicador do Ipsos.

"É normal que em meses que o consumidor não tenha sido tão fortemente ou diretamente impactado por algum advento muito negativo, a sua percepção sobre o cenário se mantenha neutra ou levemente otimista, como foi o caso deste mês", explica o CEO da Ipsos no Brasil, Marcos Calliari.

O especialista lembra que no fim de 2023 e início deste ano, o indicador brasileiro passou por uma situação parecida com a vivida neste mês. De acordo com ele, foram três meses de queda seguidas, entre novembro de 2023 e janeiro de 2024, e uma leve melhora em fevereiro — que não perdurou nos meses seguintes.

"Em um primeiro momento, não vejo esta leve recuperação de junho como algo mais consistente — é comum observarmos em momentos de quedas consecutivas uma leve recuperação em determinado mês", afirma. "Observando este histórico instável, acredito que não consigamos fugir de uma volta à queda no próximo mês, exceto se alguma notícia bastante positiva no âmbito econômico traga otimismo à população."

No acumulado dos últimos 12 meses, segundo o Ipsos, o índice brasileiro segue em queda de 6,3 pontos.

A terceira pior queda entre os países monitorados, atrás apenas de Turquia (-6,8) e Peru (-7,8), os dois países com os piores índices do ranking geral.

Efeito Rio Grande do Sul

O CEO do Ipsos explica que fatores sociais e políticos, como as recorrentes altas da cotação do dólar e os desastres ambientais no Rio Grande do Sul, não tornam propício uma estabilidade para o crescimento mais expressivo da confiança dos consumidores e podem puxar os índices para baixo.

Somando a este dado, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo IBGE, subiu 0,46% em maio, por causa de uma forte alta dos alimentos já refletindo os efeitos das enchentes no Estado.

"A alta dos alimentos é sempre um fator muito visível de um momento econômico delicado e certamente tem um peso enorme em derrubar a confiança no consumo", comenta Marcos Calliari.

Além disso, a gasolina subiu 5% desde o início do ano, mostrando os reflexos negativos no bolso do consumidor brasileiro.

Cenário internacional

No cenário internacional, a Argentina, assim como o Brasil, teve uma alta de 0,8 ponto e fecha junho com 43,9 pontos. O indicador argentino permanece abaixo da linha de otimismo e reflete a grande instabilidade que o nosso vizinho atravessa.

Já os Estados Unidos seguem no caminho oposto às duas nações sul-americanas, e teve uma ligeira queda de 0,5 ponto. Porém, o indicador para os consumidores americanos segue o mais alto entre os três, com 53,8 pontos na escala de 0 a 100.

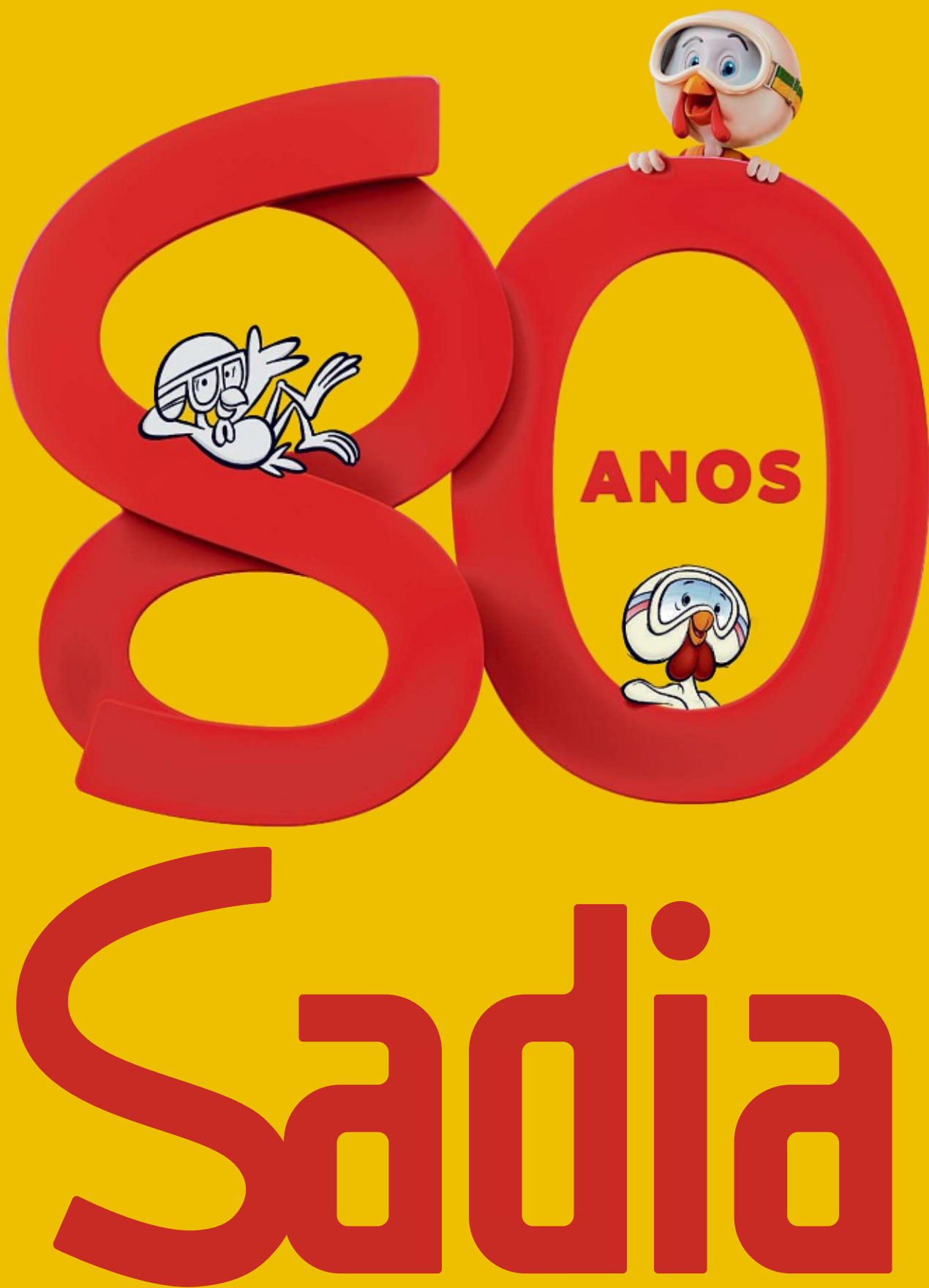
Neste mês, Marcos Calliari destaca o desempenho de Israel, que foi o país que teve maior queda na confiança dos consumidores entre os pesquisados pelo instituto. O indicador israelense caiu 4,8 pontos e fechou junho com 43,9 pontos. Desde o início dos conflitos armados em Gaza, em outubro de 2023, a nação do Oriente Médio vinha mantendo uma estabilidade econômica e a confiança do consumidor seguia sem grandes alterações.

Contudo, a recusa das lideranças israelenses em aceitar um cessar-fogo levou diversos países a impor sanções econômicas. A atitude foi, inclusive, abraçada pelos Estados Unidos, seu maior aliado. Toda esta situação, de acordo com o levantamento, afeta a confiança da população, comenta o executivo.

Calliari não vê a situação econômica que Israel atravessa impactando o Brasil, mas, pelo contrário, o especialista afirma que a situação pode criar oportunidades para o país.

"Como observamos em cenários de guerras anteriores, mercados não diretamente afetados, como é o caso do Brasil, podem se tornar opções atrativas para novos negócios e investimentos, que tinham foco nos países envolvidos nos conflitos."

PARABÉNS, SADIA: 80 ANOS DE HISTÓRIA, SEMPRE ALIMENTANDO O FUTURO.

Há 80 anos na mesa dos brasileiros todos os dias, a Sadia investe em inovação para estar sempre à frente do seu tempo. Com atributos que foram construídos com trabalho duro e consistência nas últimas 8 décadas, a marca se mantém relevante para o público cativo e conquista a confiança das novas gerações de consumidores oferecendo qualidade em toda a sua linha de produtos.

É por tudo isso que a BRF tem o maior orgulho de produzir e comercializar essa marca tão icônica, que hoje é a marca de alimentos mais valiosa do Brasil.*

Há 80 anos seu dia pede Sadia.

1944 — A Sadia foi fundada em junho de 1944, em Concórdia (SC).

1955 — A marca foi a primeira empresa do país a fazer transporte aéreo refrigerado.

1971 — Criação do famoso mascote da marca, o Lek Trek, e entrada na Bolsa de Valores (internacionalização da marca).

1973 — Em 1973, a Sadia mudou o Natal dos brasileiros com o peru que avisa quando tá pronto, e início da exportação para o Oriente Médio.

1982 — A Sadia criou o primeiro SAC da indústria alimentícia brasileira.

*Kantar, divisão insights | Brand Z Brasil 23/24.

Trinta anos do Plano que não terminou

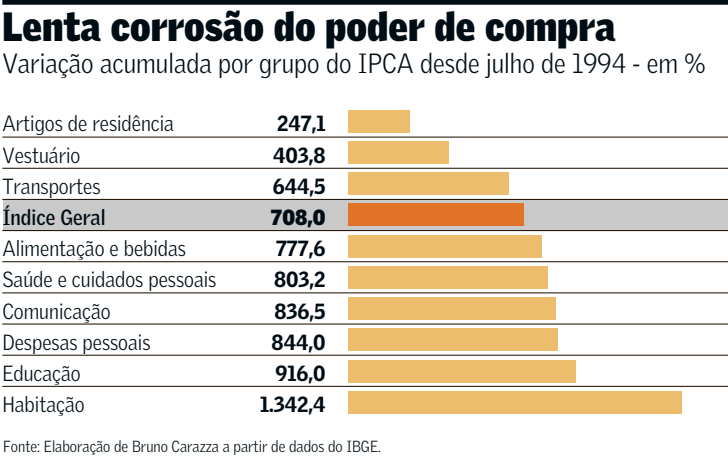
Bruno Carazza

Hoje é dia de celebrar o trigésimo aniversário de um dos maiores feitos da história brasileira em termos de política econômica: o Plano Real.

Para se ter ideia do que isso significa, basta recorrer a um número. De janeiro de 1980, quando o atual índice oficial de inflação foi criado, até junho de 1994, o IPCA subiu 11.256.886.924.720,79914%. Isso mesmo: mais de onze trilhões por cento.

Explicar como era viver naqueles tempos de hiperinflação para os jovens de hoje, além de revelar nossa faixa etária, é também uma oportunidade para reconhecer como o Brasil mudou a partir daquele 1º de julho de 1994.

Cada pessoa tem as suas lembranças. No meu caso, o Plano Real determinou o fim da necessidade de viagens mensais para Belo Horizonte. Por anos a fio, sempre que recebia o pagamento, meu pai nos colocava num fusquinha e rodávamos 150km para chegar no sábado bem cedo a um hipermercado na capital para fazer toda a compra do mês, evitando assim que o poder de compra do seu salário fosse corroído pela inflação.

O Plano Real também aposentou vários utensílios, como as maquininhas de remarcação dos supermercados, os freezers usados pela classe média para estocar carne e comida congelada e os carimbos que os bancos usavam para mudar o valor nominal das células, quando a inflação corroía os três últimos zeros.

Lenta corrosão do poder de compra
Variação acumulada por grupo do IPCA desde julho de 1994 - em %

Grupo	%
Artigos de residência	247,1
Vestuário	403,8
Transportes	644,5
Índice Geral	708,0
Alimentação e bebidas	777,6
Saúde e cuidados pessoais	803,2
Comunicação	836,5
Despesas pessoais	844,0
Educação	916,0
Habitação	1.342,4

Fonte: Elaboração de Bruno Carazza a partir de dados do IBGE.

A estabilização monetária obtida trinta anos atrás também foi o fim de uma sequência de outras experiências malsucedidas, algumas bastante traumáticas. Os congelamentos de preços faziam sumir produtos no mercado, e lembro quando, criança, passamos semanas comendo proteína de soja (argh!) porque não havia carne nos açougues da minha cidade.

Nada, porém, foi mais traumático do que ver a preocupação do meu pai ao saber que a poupança que acumulou por anos para terminar de construir nossa casa havia sido confiscada pelo ex-presidente Fernando Collor de Mello.

Hoje é dia de comemorar a fantástica engenharia econômica imaginada e implementada por um time brilhante de economistas, comandado por um gênio político que soube contornar as resistências, comunicando muito bem aquele plano complicadíssimo para a sociedade.

Mas hoje também precisamos lembrar que a tarefa de controlar a inflação não terminou ali. Quando contemplamos a lenta corrosão da inflação ao longo dos anos, nos damos conta do tamanho da nossa perda de poder de compra.

Uma nota de cem reais emitida em julho de 1994 compraria hoje o equivalente a pouco mais de doze reais, em função de uma inflação acumulada de 708,02% até maio de 2024. Para se ter ideia, com uma variação nos preços de 112% no mesmo período, cem dólares emitidos em julho de 1994 continuam comprando o mesmo que US$ 47,16 hoje.

Esses 708% de inflação acumulada desde julho de 1994 também não se fizeram sentir de forma semelhante em todos os segmentos econômicos. Entre os grupos que compõem o IPCA, bens industrializados, que se favoreceram da globalização e do avanço tecnológico, subiram menos: artigos de residência, vestuário e transporte. Já alimentos, bebidas e serviços, de forma geral, ficaram bem mais caros.

Habitação foi a despesa que mais aumentou (1.342,4%). Entre os itens de maior destaque, está o aluguel, que subiu 1.566,86%, muito em função de um resquício de nosso passado hiperinflacionário: os reajustes indexados ao IGP-M, índice que sofre grande influência do valor do câmbio e nada tem a ver com contratos de locação de imóveis.

Analisando a evolução do IPCA, podemos correlacionar seu sobe e desce às nossas desventuras econômicas e políticas. O índice acumulado em doze meses teve três grandes altas neste século. A maior, de 17,2% em maio de 2003, foi devido aos efeitos cumulativos do apagão de energia elétrica do final do governo de FHC e à disparada do dólar com os temores quanto à primeira eleição de Lula.

Outro pico, de 10,71% em janeiro de 2016, ocorreu em meio às incertezas geradas pela Lava-Jato e o impeachment de Dilma Rousseff. Mais recentemente, em abril de 2022, a inflação atingiu o seu segundo maior valor neste século (11,2%), num efeito combinado de excesso de gastos do governo Bolsonaro e a elevação de preços internacionais no pós-pandemia, tudo isso potencializado pela subida do dólar, que desde janeiro de 2020 insiste em se manter acima de cinco reais.

Analisados em conjunto, esses picos inflacionários devem-se a problemas que não conseguimos resolver nessas três décadas: instabilidade política, descontrole fiscal e deficiências na regulação e na infraestrutura.

Trinta anos depois, continuamos esperando um Plano Real parte 2.

Bruno Carazza é professor associado da Fundação Dom Cabral e autor de "Dinheiro, Eleições e Poder: as engrenagens do sistema político brasileiro" (Companhia das Letras). Escreve às segundas-feiras
E-mail bruno.carazza@gmail.com

Congresso Desembolso acontece na reta final dos trabalhos legislativos; espera-se avanços na regulamentação da tributária

Governo irá pagar R$ 9,8 bi em emendas em 10 dias

Fernando Exman, Andrea Jubé e Julia Lindner
De Brasília

Em um esforço para cumprir o acordo feito com o Congresso de pagar cerca de 60% das emendas parlamentares ao Orçamento até o último dia permitido pela legislação eleitoral, o Palácio do Planalto irá desembolsar aproximadamente R$ 9,8 bilhões entre o dia 25 de junho e sexta-feira (5). A medida coincide com a reta final dos trabalhos legislativos: a expectativa é que a Câmara avance na regulamentação da reforma tributária do consumo, enquanto no Senado fontes do Palácio do Planalto acreditam que o destaque da pauta será a proposta de emenda constitucional (PEC) que alivia as contas dos municípios.

Segundo o **Valor** apurou, a meta do Palácio do Planalto é chegar a 5 de julho com um total de R$ 13,8 bilhões de emendas individuais pagas. Como até 25 de junho o valor quitado foi de R$ 8,9 bilhões, isso demanda R$ 4,9 bilhões.

Em relação às emendas de bancada, o pagamento entre 25 de junho e 5 de julho deve ser de R$ 28,5 milhões, o que totalizaria R$ 401,2 milhões. Isso porque já foram realizados pagamentos de R$ 372,7 milhões até 25 de junho.

Já a expectativa para pagamentos referentes às emendas de comissão também é de R$ 4,9 bilhões, fazendo com que os desembolsos nessa rubrica somem R$ 7,8 bilhões até a sexta-feira. Entre janeiro e 25 de junho, eles foram de R$ 2,9 bilhões.

Dessa forma, somando emendas individuais, de comissão e de bancada, a estimativa do Executivo é pagar R$ 9,8 bilhões em dez dias. No acumulado do ano até 25 de junho, os pagamentos totalizaram R$ 12,1 bilhões. Ou seja, se cumprida a meta, em 2024 serão R$ 22 bilhões destinados até 5 de julho para as emendas parlamentares.

A liberação contempla o acordo feito com o Congresso por meio do qual o governo conseguiu manter o veto presidencial que barrou a criação de um calendário para esses pagamentos de emendas.

Relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024, o deputado Danilo Forte (União-CE) disse que o início do pagamento das transferências especiais, as chamadas emendas Pix, agradou os parlamentares. Criticadas pela falta de transparência e controle, elas são enviadas diretamente para as prefeituras e estão dentro da conta de emendas individuais.

"Está todo mundo otimista. O início do pagamento das transferências agradou muito. E a gente espera que o governo consiga cumprir o pagamento do que prometeu até o dia 5, que é a questão dentro do prazo eleitoral, principalmente aquilo que é primeiro pagamento, para não causar infração à lei eleitoral", disse Forte.

"A grande preocupação é fazer com que os recursos cheguem aos municípios, principalmente na véspera do período eleitoral. A dinâmica empreendida nesses últimos dias foi positiva e agora estamos aguardando que ele [governo] consiga terminar bem essa primeira rodada [de pagamentos]", acrescentou, apontando, por outro lado, que existem muitos pagamentos de "restos a pagar" do Orçamento do ano passado que também são alvo de pressão para serem quitados em breve.

Forte lembrou que os deputados e senadores tentaram impor um calendário para esses pagamentos até o dia 30 de junho, mas que o governo negociou fazer as liberações até o dia 5 de julho.

O senador Marcelo Castro (MDB-PI) afirmou que o governo tem cumprido o acordo até o momento. "Isso é bom. Ninguém é obrigado a fazer acordo. Agora, se fez, tem que cumprir", declarou ao **Valor**.

Castro disse que o governo se comprometeu a pagar as emendas da saúde e parte das emendas de transferências especiais, que são recursos fundo a fundo, que não dependem de projeto para serem destinados, antes do prazo eleitoral. Segundo fontes do governo, isso tem ocorrido, e vem reduzindo a pressão política sobre a ministra da Saúde, Nísia Trindade.

"Como estamos em um ano de eleição e não pode haver transferência depois do dia 5 de julho, qualquer recurso que fosse para obras só vai funcionar no ano que vem. Então, o governo fez esse acordo para pagar esses recursos fundo a fundo até o dia 5 de julho. E o governo está cumprindo, está pagando muita coisa, acredito que vai pagar tudo [o que prometeu]", afirmou o senador piauiense.

ZECA RIBEIRO/CÂMARA DOS DEPUTADOS — 19/6/2024

Danilo Forte: "O início do pagamento das transferências agradou muito"

Em paralelo, a expectativa do governo é que o Congresso consiga aprovar algumas pautas estratégicas antes de entrar em recesso e ficar vazio devido às campanhas municipais.

Na Câmara, o destaque da pauta é a regulamentação da reforma tributária. Preocupam o governo o fato de os relatórios ainda serem desconhecidos e o calendário apertado. Segundo fontes do Planalto, o Senado tende a privilegiar a PEC 66. Ela reabre o prazo para que as prefeituras parcelem dívidas com a Previdência Social e define limites para o pagamento de precatórios. Já foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e agora depende do plenário.

Datena e Marçal aumentam pressão sobre Nunes e Tabata

Lucas Ferraz
De São Paulo

A entrada em cena de dois personagens na disputa pela Prefeitura de São Paulo, o apresentador de TV José Luiz Datena (PSDB) e o "coach" Pablo Marçal (PRTB), aumentou a pressão sobre os oponentes, em especial o prefeito Ricardo Nunes (MDB) e a deputada federal Tabata Amaral (PSB). Os reflexos no tabuleiro político ficaram evidentes nos últimos dias, seja em pesquisas de intenção de voto, seja até mesmo no comportamento público desses dois últimos.

Datena e Marçal são "outsiders" da política e querem, cada um à sua maneira, disputar a prefeitura da maior cidade do país com uma campanha improvisada, sem uma estrutura partidária ou aliados de peso, contando sobretudo com a popularidade de seus nomes. O apresentador está na TV aberta há mais de três décadas e conduz atualmente um programa policial de grande audiência. O "coach" é um personagem das redes sociais, tendo em uma delas mais de 11 milhões de seguidores.

Em duas diferentes pesquisas de intenção de voto divulgadas no mês passado, Datena e Marçal aparecem em diferentes posições, mas nas duas eles pressionam adversários como o atual prefeito, que vai tentar a reeleição, e a deputada federal.

No caso de Nunes, a entrada em cena de Pablo Marçal — um bolsonarista que já tinha concorrido a deputado federal em 2022, mas que ficou sem mandato por irregularidades do partido — apressou uma inevitável submissão aos interesses do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), que ao lado do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), referendou um aliado na chapa: o ex-coronel da Polícia Militar de São Paulo Ricardo Mello Araújo (PL), pré-candidato a vice-prefeito.

Os acenos do prefeito ao universo da direita, incorporando até mesmo trejeitos consagrados pelo bolsonarismo, vêm crescendo. Na semana passada, ao comentar sobre os ataques de traficantes aos agentes da Guarda Civil Metropolitana na Cracolândia, na região central da capital paulista, Nunes disse que quem "vier pra cima da gente, vai tomar na testa".

REPRODUÇÃO INSTAGRAM

Datena, de vice a oponente de Tabata

RODILEI MORAIS/FOTOARENA/AGÊNCIA O GLOBO — 6/6/2024

Marçal disputa voto bolsonarista

O termo causou surpresa nos aliados mais próximos, em especial no MDB, que resistiu o quanto pôde à indicação para a vice de um ex-PM que nunca disputou antes uma eleição. A candidatura de Pablo Marçal é defendida por muitos aliados de Bolsonaro, como o deputado federal e ex-ministro Ricardo Salles (PL-SP), que não veem em Nunes um político genuinamente de direita.

Na pesquisa Genial/Quaest divulgada na quinta-feira, há uma situação de empate técnico entre Nunes, com 22%, o deputado federal Guilherme Boulos (Psol), 21%, e Datena, que apareceu com 17%. Marçal ficou com 10% e Tabata, em quinto, com 6%. Sem o apresentador de TV e o coach na disputa, Nunes teve o seu melhor desempenho no levantamento, evidenciando que a dupla tira votos do prefeito.

O resultado da Genial/Quaest destoou, contudo, do levantamento realizado também no mês passado pelo Instituto Atlas/Intel, quando Boulos marcou 35,7% das intenções de voto, isolado na frente, seguido por Nunes (23,4%), Marçal (12,6%) e Tabata (10,7%), com Datena, na sexta posição, marcando apenas 5,8%.

Tabata Amaral não se manifestou sobre as pesquisas e evitou comentar o crescimento de Datena, que até o início do ano era um aliado do seu projeto político de se eleger prefeita da capital paulista. Em janeiro, ao lançar sua pré-candidatura na laje da casa de sua mãe, na periferia sul de São Paulo, Tabata estava acompanhada do apresentador.

Por articulação da própria campanha de Tabata, Datena, que antes estava no PSB, resolveu se filiar ao PSDB. Sua pré-candidatura à Prefeitura de São Paulo acabou sendo anunciada pelos tucanos no mês passado, gesto lido pelos aliados do PSB como um "descumprimento do acordo".

Com o resultado da pesquisa Genial/Quaest, começaram as especulações — difundidas em especial por integrantes do PSDB — de uma possível inversão de papéis, com Tabata na vice de Datena. Procurada pelo **Valor**, ela também não quis se manifestar a respeito. O entorno da deputada considerou essa proposta desrespeitosa.

"Trata-se de mera especulação, não houve nenhum pedido para Tabata ser vice e acredito que eles vão respeitar o acordo [de Datena ou outro nome do PSDB na vice de Tabata]", afirmou Orlando Faria, coordenador da pré-campanha da deputada federal que é, além do mais, filiado ao PSDB.

Faria diz que é preciso ter cautela com as pesquisas, já que elas são muitas e utilizam metodologias distintas. Segundo ele, não aconteceu nenhum fato político relevante para explicar o salto de Datena. Os pré-candidatos aguardam nesta semana mais uma rodada do Datafolha sobre a eleição municipal em São Paulo.

Datena, cujo histórico de desistência pesa contra — ele desistiu na última hora nas últimas quatro eleições —, afirmou que não vai recuar e que a última pesquisa "aumentou sua vontade de se tornar prefeito de São Paulo".

Atividade econômica

Indicadores agregados

	mai/24	abr/24	mar/24	fev/24	jan/24	dez/23	nov/23	out/23	set/23	ago/23
Índice de atividade econômica - IBC-Br (%) (1)	-	0,01	-0,36	0,36	0,60	0,72	0,11	-0,02	-0,01	-0,55
Indústria (1)										
Produção física industrial (IBGE - %)										
Total	-	-0,5	0,9	0,1	-1,2	1,2	0,7	0,1	0,2	0,4
Indústria de transformação	-	0,3	0,8	0,5	0,1	0,5	0,0	0,3	-0,4	1,1
Indústrias extrativas	-	-3,4	0,4	-1,3	-7,1	3,7	3,2	-0,5	6,2	-4,9
Bens de capital	-	3,5	-0,4	2,2	11,2	-1,7	-0,5	-0,4	-2,4	5,3
Bens intermediários	-	-1,2	1,1	-0,8	-2,8	1,7	1,7	0,7	0,6	-0,4
Bens de consumo	-	0,2	0,5	1,5	-0,8	1,2	0,0	-0,8	-1,6	2,5
Faturamento real (CNI - %)	-	1,5	-0,5	2,3	0,1	2,0	0,7	-0,3	-1,1	1,5
Horas trabalhadas na produção (CNI - %)	-	2,4	-1,6	2,4	0,2	1,6	0,6	-0,2	-0,7	0,1
Comércio										
Receita nominal de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	0,3	1,1	1,2	1,1	0,3	1,0	0,0	0,9	0,7
Volume de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	0,9	0,3	1,0	2,1	-1,0	0,3	-0,2	0,6	0,0
Serviços										
Receita nominal de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	1,1	2,2	-2,0	2,3	0,0	1,2	-0,1	1,0	-0,4
Volume de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	0,5	0,7	-0,9	0,4	0,5	0,6	-0,4	-0,1	-1,4
Mercado de trabalho										
Taxa de desocupação (Pnad/IBGE - em %)	7,1	7,5	7,9	7,8	7,6	7,4	7,5	7,6	7,7	7,8
Emprego industrial (CNI - %) (1)	-	-0,3	0,3	0,4	0,5	0,1	0,2	0,5	-0,1	-0,2
Indicador Antecedente de Emprego - (FGV/IBRE) (1)(3)	-1,3	0,7	1,0	0,3	0,9	2,3	0,0	-1,4	-0,5	-1,1
Balança comercial (US$ milhões)										
Exportações	30.338	30.584	27.718	23.457	26.711	28.786	27.886	29.682	28.713	31.101
Importações	21.804	21.895	20.491	18.222	20.511	19.463	19.097	20.501	19.532	21.468
Saldo	8.534	8.689	7.227	5.236	6.200	9.323	8.789	9.181	9.182	9.633

Fontes: Banco Central, CNI, FGV, IBGE e SECEX/MDIC. Elaboração: Valor Data (1) Metodologia com ajuste sazonal. (2) Nova série com índice base 2014 = 100. (3) Var. em pts

Atualize suas contas

Variação dos indicadores no período

	Em %									Em R$	
Mês	TR (1)	Poupança (2)	Poupança (3)	TBF (1)	Selic (4)	TJLP	TLP	FGTS (5)	CUB/SP	UPC	Salário mínimo
dez/22	0,2072	0,7082	0,7082	1,0489	1,12	0,6005	0,4670	0,4543	0,17	23,81	1.212,00
jan/23	0,2081	0,7091	0,7091	1,0398	1,12	0,6142	0,4812	0,4552	-0,06	23,93	1.302,00
fev/23	0,0830	0,5834	0,5834	0,8536	0,92	0,5546	0,4931	0,3298	0,00	23,93	1.302,00
mar/23	0,2392	0,7404	0,7404	1,0912	1,17	0,6142	0,4986	0,4864	-0,18	23,93	1.302,00
abr/23	0,0821	0,5825	0,5825	0,8527	0,92	0,5873	0,4907	0,3289	0,29	24,06	1.302,00
mai/23	0,2147	0,7158	0,7158	1,0465	1,12	0,6070	0,4812	0,4619	1,44	24,06	1.320,00
jun/23	0,1799	0,6808	0,6808	1,0014	1,07	0,5873	0,4622	0,4270	0,64	24,06	1.320,00
jul/23	0,1581	0,6589	0,6589	0,9694	1,07	0,5843	0,4464	0,4051	0,09	24,17	1.320,00
ago/23	0,2160	0,7171	0,7171	1,0578	1,14	0,5843	0,4321	0,4632	0,05	24,17	1.320,00
set/23	0,1130	0,6136	0,6136	0,9039	0,97	0,5654	0,4194	0,3599	-0,05	24,17	1.320,00
out/23	0,1056	0,6061	0,6061	0,8964	1,00	0,5478	0,4186	0,3525	-0,05	24,29	1.320,00
nov/23	0,0775	0,5779	0,5779	0,8481	0,92	0,5301	0,4337	0,3243	0,12	24,29	1.320,00
dez/23	0,0690	0,5693	0,5693	0,8395	0,89	0,5478	0,4519	0,3158	0,00	24,29	1.320,00
jan/24	0,0875	0,5879	0,5879	0,8582	0,97	0,5462	0,4551	0,3343	0,00	24,35	1.412,00
fev/24	0,0079	0,5079	0,5079	0,7380	0,80	0,5109	0,4456	0,2545	0,10	24,35	1.412,00
mar/24	0,0331	0,5333	0,5333	0,7733	0,83	0,5462	0,4400	0,2798	0,10	24,35	1.412,00
abr/24	0,1023	0,6028	0,6028	0,7830	0,89	0,5395	0,4456	0,3492	0,05	24,38	1.412,00
mai/24	0,0870	0,5874	0,5874	0,7576	0,83	0,5576	0,4630	0,3338	1,22	24,38	1.412,00
jun/24	0,0365	0,5367	0,5367	0,7268	0,79	0,5395	0,4796	0,2832	-	24,38	1.412,00
jul/24	-	-	-	-	0,91	0,5770	-	-	-	24,44	1.412,00
2024	**0,35**	**3,40**	**3,40**	**4,73**	**6,17**	**3,88**	**2,76**	**1,85**	**1,47**	**0,62**	**6,97**
Em 12 meses*	**1,10**	**7,33**	**7,33**	**10,64**	**11,50**	**6,80**	**5,46**	**4,13**	**2,31**	**1,12**	**6,97**
2023	**1,76**	**8,04**	**8,04**	**12,01**	**13,04**	**7,15**	**5,65**	**4,81**	**2,31**	**2,02**	**8,91**

Fontes: Banco Central, CEF, Sinduscon e Ministério da Fazenda. Elaboração: Valor Data * Até o último mês de referência
(1) Taxa do período iniciado no 1º dia do mês. (2) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos até 03/05/12 (3) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012 (4) Taxa efetiva; para junho projetada. (5) Crédito no dia 10 do mês seguinte (TR + Juros de 3% ao ano)

Produção e investimento

Variação no período

Indicadores	1º Tri/24	4º Tri/23	2024 (1)	2023	2022	2021
PIB (R$ bilhões) *	2.714	2.831	10.987	10.856	10.080	9.012
PIB (US$ bilhões) **	556	571	2.233	2.174	1.952	1.670
Taxa de Variação Real (%)	0,8	-0,1	2,5	2,9	3,0	4,8
Agropecuária	11,3	-7,4	6,4	15,1	-1,1	0,0
Indústria	-0,1	1,2	1,9	1,6	1,5	5,0
Serviços	1,4	0,5	2,3	2,4	4,3	4,8
Formação Bruta de Capital Fixo (%)	4,1	0,5	-2,7	-3,0	1,1	12,9
Investimento (% do PIB)	16,9	16,1	16,5	16,5	17,8	17,9

Fontes: IBGE e Banco Central. Elaboração: Valor Data
*** Valores correntes. ** Banco Central. (1) 1º trim de 2024, nos últimos 12 meses**

Contrib. previdenciária*

Empregados e avulsos**

Salário de contribuições em R$	Alíquotas em % (1)
Até 1.412,00	7,50
De 1.412,01 até 2.666,68	9,00
De 2.666,69 até 4.000,03	12,00
De 4.000,04 até 7.786,02	14,00
Empregador doméstico	8,00

Fonte: Previdência Social. Elaboração: Valor Data *Competência jun/24. **Inclusive empregado doméstico. (1) Para fins de recolhimento ao INSS

IR na fonte

Faixas de contribuição

Base de cálculo* em R$	Alíquota em %	Parcela a deduzir IR - em R$
Até 2.259,20	0,0	0,00
De 2.259,21 até 2.826,65	7,5	169,44
De 2.826,66 até 3.751,05	15,0	381,44
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	662,77
Acima de 4.664,68	27,5	896,00

Fonte: Receita Federal. Elaboração: Valor Data
***Valor considera o desconto simplificado de R$ 564,80**
Obs. Desconto por dependente: R$ 189,59

Principais receitas tributárias

Valores em R$ bilhões

Discriminação	Janeiro-abril		Var.	abril		Var.
	2024	2023	%	2024	2023	%
Receita Federal						
Imposto de renda total	**295,1**	**271,0**	**8,90**	**73,7**	**68,8**	**7,19**
Imposto de renda pessoa física	10,8	9,9	9,31	3,2	3,0	6,66
Imposto de renda pessoa jurídica	135,8	134,2	1,20	35,7	33,7	5,80
Imposto de renda retido na fonte	148,5	126,9	17,01	34,9	32,1	8,70
Imposto sobre produtos industrializados	24,2	19,7	22,99	6,5	4,9	31,08
Imposto sobre operações financeiras	21,1	20,1	5,01	5,4	5,4	0,45
Imposto de importação	21,3	17,9	19,11	5,8	4,4	33,47
Cide-combustíveis	1,0	0,0	-	0,2	0,0	-
Contribuição para Finsocial (Cofins)	131,6	105,3	24,99	34,9	27,2	28,37
CSLL	72,1	67,7	6,47	18,2	16,9	7,73
PIS/Pasep	36,7	29,8	23,30	9,4	7,4	26,31
Outras receitas	283,5	254,2	11,52	74,7	68,9	8,41
Total	**886,6**	**785,7**	**12,85**	**228,9**	**203,9**	**12,25**

	fev/24		jan/24		fev/23	
	Valor**	Var. %*	Valor**	Var. %*	Valor	Var. %*
ICMS - Brasil	**51,2**	**-16,88**	**61,6**	**-5,42**	**50,7**	**-9,74**
	fev/24		**jan/24**		**fev/23**	
	Valor	Var. %*	Valor	Var. %*	Valor	Var. %*
INSS	**47,9**	**-7,38**	**51,7**	**-32,82**	**44,1**	**-4,61**

Fontes: Receita Federal, Previdência Social, Secretaria da Fazenda. Elaboração: Valor Data * sobre o mês anterior. **preliminar

Inflação

Variação no período (em %)

			Acumulado em			Número índice			
	jun/24	mai/24	2024	2023	12 meses	jun/24	mai/24	dez/23	jun/23
IBGE									
IPCA	-	0,46	2,27	4,62	3,93	-	6.926,96	6.773,27	6.659,95
INPC	-	0,46	2,42	3,71	3,34	-	7.123,19	6.954,74	6.886,37
IPCA-15	0,39	0,44	2,52	4,72	4,06	6.813,08	6.786,61	6.645,93	6.547,15
IPCA-E	0,39	0,44	2,52	4,72	4,06	6.813,08	6.786,61	6.645,93	6.547,15
FGV									
IGP-DI	-	0,87	0,61	-3,30	0,88	-	1.112,26	1.105,54	1.086,47
Núcleo do IPC-DI	-	0,31	1,64	3,48	3,47	-	-	-	-
IPA-DI	-	0,97	-0,06	-5,92	-0,22	-	1.293,59	1.294,35	1.268,86
IPA-Agro	-	0,38	-0,08	-11,34	-2,98	-	1.783,95	1.785,32	1.768,81
IPA-Ind.	-	1,19	-0,05	-3,77	0,83	-	1.093,97	1.094,53	1.068,79
IPC-DI	-	0,53	2,23	3,55	3,30	-	750,05	733,67	725,34
INCC-DI	-	0,86	2,07	3,49	4,02	-	1.110,89	1.088,31	1.075,54
IGP-M	0,81	0,89	1,10	-3,18	2,45	1.136,41	1.127,23	1.124,07	1.109,23
IPA-M	0,89	1,06	0,47	-5,60	1,94	1.340,52	1.328,63	1.334,20	1.315,07
IPC-M	0,46	0,44	2,65	3,40	3,70	735,41	732,02	716,46	709,20
INCC-M	0,93	0,59	2,63	3,32	3,77	1.114,75	1.104,46	1.086,15	1.074,29
IGP-10	0,83	1,08	1,18	-3,56	1,79	1.156,82	1.147,26	1.143,35	1.136,43
IPA-10	0,88	1,34	0,57	-6,02	1,07	1.374,57	1.362,56	1.366,78	1.360,08
IPC-10	0,54	0,39	2,73	3,43	3,65	740,54	736,54	720,87	714,44
INCC-10	1,06	0,53	2,71	3,04	3,65	1.099,18	1.087,61	1.070,21	1.060,50
FIPE									
IPC	-	0,09	1,61	3,15	2,66	-	686,12	675,27	668,11

Obs.: IPCA-E no 2º trimestre = 1,04%, IGP-M 2ª prévia jun/24 0,88% e IPC-FIPE 3ª quadrissemana jun/24 0,40%
Fontes: FGV, IBGE e FIPE. Elaboração: Valor Data

Imposto de Renda Pessoa Física

Pagamento das quotas - 2024

No prazo legal				
Quota	Vencimento	Valor da quota (Campo 7 do DARF)	Valor dos juros (Campo 9 do DARF)	Valor total (Campo 10 do DARF)
1ª ou única	31/05/2024		-	Campo 7
2ª	28/06/2024		1,00%	
3ª	31/07/2024		1,79%	+
4ª	30/08/2024	Valor da declaração		Campo 8
5ª	30/09/2024			
6ª	31/10/2024			+
7ª	29/11/2024			Campo 9
8ª	30/12/2024			

Pagamento com atraso

Multa (campo 08) - sobre o valor do campo 7 aplicar 0,33% por dia de atraso, a partir do primeiro dia após o vencimento até o limite de 20%; Juros (campo 09) - aplicar os juros equivalentes à taxa Selic acumulada mensalmente, calculados a partir de junho/24 até o mês anterior ao do pagamento e de 1% no mês de pagamento; Total (campo 10) - informar a soma dos valores dos campos 7, 8 e 9. Fonte: Receita Federal do Brasil. Elaboração: Valor Data

Mais informações: valor.globo.com/valor-data/, ibge.gov.br e fipe.org.br

Dívida e necessidades de financiamento

Valores em R$ bilhões - no setor público

Dívida líquida do setor público	mai/24		abr/24		mai/23	
	Valor	% do PIB	Valor	% do PIB	Valor	% do PIB
Dívida líquida total	**6.897,1**	**62,16**	**6.787,2**	**61,50**	**5.935,7**	**56,66**
(-) Ajuste patrimonial + privatização	-19,7	-0,18	-27,2	-0,25	11,8	0,11
(-) Ajuste metodológico s/ dívida*	-819,0	-7,38	-783,2	-7,10	-750,1	-7,16
Dívida fiscal líquida	**7.735,9**	**69,72**	**7.597,6**	**68,84**	**6.674,0**	**63,71**
Divisão entre dívida interna e externa						
Dívida interna líquida	7.604,4	68,53	7.474,6	67,73	6.667,2	63,64
Dívida externa líquida	-707,3	-6,37	-687,4	-6,23	-731,4	-6,98
Divisão entre as esferas do governo						
Governo Federal e Banco Central	5.923,8	53,39	5.826,0	52,79	5.006,3	47,79
Governos Estaduais	859,1	7,74	851,8	7,72	827,5	7,90
Governos Municipais	61,5	0,55	59,1	0,54	40,2	0,38
Empresas Estatais	52,7	0,48	50,2	0,46	61,7	0,59
Necessidades de financiamento do setor público	**mai/24**		**abr/24**		**mai/23**	
Fluxos acumulados em 12 meses	**Valor**	**% do PIB**	**Valor**	**% do PIB**	**Valor**	**% do PIB**
Total nominal	**1.061,9**	**9,57**	**1.042,8**	**9,45**	**656,5**	**6,27**
Governo Federal**	871,2	7,85	843,3	7,64	471,1	4,50
Banco Central	107,3	0,97	110,7	1,00	110,2	1,05
Governo regional	73,5	0,66	80,6	0,73	68,5	0,65
Total primário	**280,2**	**2,53**	**266,5**	**2,41**	**-39,0**	**-0,37**
Governo Federal	-47,6	-0,43	-39,0	-0,35	-268,4	-2,56
Banco Central	0,5	0,00	0,7	0,01	0,5	0,00
Governo regional	-23,6	-0,21	-17,8	-0,16	-21,5	-0,21

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data * Interna e externa. Inclui INSS. Obs.: Sem Petrobras e Eletrobras.**

Resultado fiscal do governo central

Valores em R$ bilhões a preços de abril*

Discriminação	Janeiro-abril		Var.	abril		Var.
	2024	2023	%	2024	2023	%
Receita total	**672,8**	**829,5**	**-18,89**	**228,0**	**211,5**	**7,78**
Receita Adm. Pela RFB**	444,8	537,6	-17,25	150,5	136,0	10,63
Arrecadaçao Líquida para o RGPS	151,8	190,2	-20,20	50,5	47,5	6,32
Receitas Não Adm. Pela RFB	76,2	101,8	-25,08	27,0	28,0	-3,56
Transferências a Estados e Municípios	**133,9**	**159,3**	**-15,92**	**36,7**	**35,0**	**4,89**
Receita líquida total	**538,9**	**670,3**	**-19,59**	**191,3**	**176,5**	**8,35**
Despesa Total	**518,6**	**620,5**	**-16,42**	**180,2**	**160,3**	**12,40**
Benefícios Precidenciários	214,2	272,5	-21,38	80,7	69,0	17,03
Pessoal e Encargos Sociais	88,2	112,7	-21,71	28,6	27,2	5,22
Outras Despesas Obrigatórias	102,7	91,6	12,05	27,8	24,5	13,80
Despesas Poder Exec. Sujeitas à Prog. Financeira	113,5	143,7	-21,01	43,0	39,6	8,42
Resul. Primário do Gov. Central (1)	**20,3**	**49,8**	**-59,21**	**11,1**	**16,2**	**-31,66**

Discriminação	abr/24		mar/24		abr/23	
	Valor	Var. %	Valor	Var. %	Valor	Var. %
Ajustes metodológicos	-0,1	-15,50	-0,2	1,55	-0,2	85,94
Discrepância estatística	-2,2	641,58	-0,3	-	1,5	-
Result. Primário do Gov. Central (2)	**8,8**	**-**	**-1,9**	**-96,72**	**17,5**	**-**
Juros Noniminais	**-69,0**	**24,42**	**-55,4**	**-3,14**	**-39,6**	**-33,08**
Result. Nominal do Gov. Central	**-60,2**	**5,01**	**-57,3**	**-50,29**	**-22,1**	**-68,10**

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração: Valor Data
*** Deflator: IPCA ** Somando Incentivos fiscais (1) Acima da linha. (2) Abaixo da linha**

Partidos Edinho Silva, prefeito de Araraquara (SP), tem o aval de Lula para a disputa em 2025

Cresce apoio a candidatos do Nordeste para suceder Gleisi no PT

BRENNO CARVALHO/AGÊNCIA O GLOBO — 31/1/2024

Gleisi Hoffmann: deputada e atual presidente do partido pretende comandar a própria sucessão, depois de cumprir sete anos de mandatos sucessivos

Andrea Jubé
De Brasília

A cerca de um ano do fim do mandato da deputada Gleisi Hoffmann (PR) na presidência nacional do PT, ganhou corpo um movimento para tentar emplacar um nome do Nordeste como sucessor da dirigente. As articulações são internas e incipientes, mas intensificaram-se depois que veio a público o nome do prefeito de Araraquara (SP) e ex-ministro Edinho Silva como um dos mais cotados para o cargo, com o aval do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Em declaração recente, o governador do Ceará, o petista Elmano de Freitas, defendeu o nome do líder do governo na Câmara e integrante da Executiva Nacional, José Guimarães (CE), para a função, argumentando que um representante do Nordeste na presidência do PT contribuiria para oxigenar a legenda.

Além de Guimarães, outro quadro nordestino lembrado para o comando da sigla é o do senador e ex-ministro Humberto Costa (PE), que também faz parte da direção nacional e, atualmente, coordena o grupo de trabalho eleitoral do partido.

A ala do PT que se organiza para emplacar um nordestino na direção da sigla invoca a força política da região na estrutura partidária e no mapa eleitoral como argumentos para o rodízio de poder. Os quatro governadores eleitos pelo PT são do Nordeste: Jerônimo Rodrigues, da Bahia; Fátima Bezerra, do Rio Grande do Norte; Rafael Fonteles, do Piauí; além de Elmano, do Ceará.

Além disso, três ex-governadores nordestinos estão entre os principais ministros de Lula: Rui Costa (Casa Civil), Wellington Dias (Desenvolvimento Social) e Camilo Santana (Educação).

O titular da Secretaria-Geral da Presidência, Márcio Macêdo, representa o Sergipe. E a fatia mais expressiva do eleitorado de Lula concentra-se na região. Por exemplo, em 2022, a vitória com folga na Bahia foi fundamental para compensar a derrota de Lula em São Paulo e garantir o resultado final das urnas.

Outra alegação é de que desde a fundação do PT, há 44 anos, somente um presidente da sigla tinha base política na região, o ex-senador José Eduardo Dutra (morto em 2015), eleito pelo Sergipe. Dutra — que também presidiu a Petrobras — comandou a legenda entre 2010 e 2011, quando do renunciou por problemas de saúde. Ele foi alçado ao cargo com apoio do ex-governador de Sergipe Marcelo Déda, morto em 2013. Um dos mais influentes da sigla, Déda também era um dos mais queridos por Lula.

Em defesa da pré-candidatura de Guimarães, um influente petista mineiro observa que ele também agrega apoios fora do Nordeste, inclusive em Minas Gerais e São Paulo. Duas vezes líder do governo — de Lula e de Dilma Rousseff —, Guimarães é influente na bancada federal do PT, e como vice-presidente da sigla, é atuante no cotidiano partidário.

> Três nomes já colocados integram a corrente majoritária

Mas se Guimarães angaria simpatizantes para além do Nordeste, Edinho também reúne apoiadores influentes na região. Aliados do prefeito de Araraquara afirmaram ao **Valor** que lideranças históricas do PT como o ministro Wellington Dias, do Piauí, e o líder governista no Senado, Jaques Wagner, da Bahia, avalizariam o nome do paulista para a sucessão de Gleisi.

Inicialmente, Edinho Silva era lembrado para assumir uma vaga no Ministério de Lula a partir de 2025, na reforma do primeiro escalão. Isso porque, no momento, ele tem como prioridade eleger o seu sucessor em Araraquara, uma das prefeituras mais importantes governadas pelo PT em São Paulo.

Um dos interlocutores mais frequentes de Edinho relatou ao **Valor** que, há alguns meses, Lula o sondou sobre a possibilidade de concorrer à sucessão de Gleisi, o que foi interpretado como "missão". Muito próximo de Lula e quadro de expressão nacional, Edinho foi coordenador da campanha presidencial em 2022, tesoureiro da campanha presidencial em 2014 e ministro da Secretaria de Comunicação Social (Secom) de Dilma Rousseff.

Contudo, segundo este mesmo interlocutor, o nome dele foi recebido com restrições por petistas mais próximos da gestão de Gleisi. A leitura desse grupo sobre Edinho é de que, no comando do PT, ele assumiria uma postura menos crítica à política econômica por ser ligado ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad — num contexto em que o principal contraponto à política fiscal e monetária tem sido feito pela atual dirigente petista.

Um interlocutor de Gleisi ouvido pelo **Valor** ponderou que o debate sobre a sucessão da dirigente é prematuro, até porque ela está concentrada no desempenho dos candidatos petistas nas eleições de outubro e em concluir o mandato.

Segundo a mesma fonte, as discussões sobre o processo de eleição direta (PED) para a escolha do sucessor de Gleisi serão deflagradas somente no início de 2025, e devem se estender até meados do ano. Nesse formato, votam na nova direção todos os filiados que estejam adimplentes com as obrigações partidárias.

Ainda segundo este interlocutor de Gleisi, embora seja próxima de Guimarães e de Humberto — que dividem com ela atribuições do cotidiano partidário —, Gleisi sempre teve boa relação com Edinho. Esta fonte relembra que partiu de Gleisi a sugestão para que o prefeito de Araraquara assumisse a função de coordenador da campanha de Lula em 2022.

Edinho, Guimarães e Humberto integram a corrente majoritária do PT, Construindo um Novo Brasil (CNB), a mesma de Lula e de Gleisi, e que manterá a hegemonia partidária. Mas uma fonte do partido adverte que os movimentos em torno desses nomes são embrionários, e que outras tendências deverão lançar outros candidatos no momento oportuno.

Partido testa nomes para pressionar por vice de Paes

Camila Zarur
Do Rio

O PT vai começar a testar nomes de filiados no Rio de Janeiro em pesquisas internas de intenção de voto para a eleição municipal deste ano. O objetivo não é, segundo interlocutores, lançar um candidato do partido à prefeitura da capital fluminense, mas pressionar o prefeito, Eduardo Paes (PSD), para que ceda o espaço de vice em sua chapa à reeleição.

Paes dividiu palanque com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ontem, na inauguração de um programa de moradia popular na zona oeste da cidade e, durante o discurso, Lula carregou nos elogios ao aliado. Chegou a dizer, em certo momento, que estava diante "do possível melhor gerente de prefeitura que esse país já teve".

A ida de Lula ao Rio faz parte da agenda de viagens pelo país, para participar de inaugurações de obras e anúncios de investimentos, que se intensificou com a proximidade das eleições. O objetivo é estar no palanque com aliados locais para tentar conquistar as prefeituras mais importantes.

No sábado, ele esteve com Guilherme Boulos (Psol), pré-candidato à prefeitura de São Paulo, em dois eventos na capital paulista. O PT tem a vice, Marta Suplicy, na chapa.

No Rio, no entanto, o partido tem dificuldade de compor com Paes. O prefeito quer concorrer à reeleição com uma chapa pura, tendo um aliado do mesmo partido como vice.

Os testes de nomes que começarão a ser feitos fazem parte de um movimento de partidos de esquerda, que hoje compõem o arco de aliança de Paes, justamente para que ele não forme uma chapa pura. Atualmente, PT, PDT, PSB, PCdoB e PV estão no palanque do prefeito.

Os nomes a serem testados, nas próximas sondagens, são os dos deputados federais petistas Lindbergh Farias e Benedita da Silva. Também será avaliado o da deputada estadual Martha Rocha (PDT), que foi colocada como opção pelos pedetistas.

Integrantes do PT acreditam que haverá margem para negociar com Paes se conseguirem alguém que faça ao menos 10% nas sondagens internas. Paes é líder nas pesquisas. Genial/Quaest divulgada em junho aponta 51% das intenções de voto — são 40 pontos percentuais de diferença para o segundo colocado, o deputado federal Alexandre Ramagem (PL-RJ).

> PT acredita que terá mais margem para negociar se mostrar força eleitoral

Paes quer alguém de seu próprio grupo político como vice para ter quem leve à frente seu projeto para a cidade do Rio e manter sua influência na capital. O pano de fundo para a escolha é a expectativa de que o prefeito se candidate ao governo do Estado em 2026. Caso se reeleja, Paes terá que se desincompatibilizar em abril, seis meses antes da disputa estadual.

O nome preferido para estar ao seu lado é o do deputado federal Pedro Paulo (PSD-RJ). Outras possibilidades, também do mesmo partido, são os deputados estaduais Eduardo Cavalieri e Guilherme Schleder e o presidente da Câmara Municipal, Carlo Caiado.

Petistas ouvidos pelo **Valor** argumentam que Paes, apesar de líder nas pesquisas, não pode achar que a eleição está ganha. Eles citam dois dados da própria Quaest. O primeiro é que, embora o prefeito esteja no terceiro mandato, ele aparece apenas com 12% na pesquisa espontânea. É um percentual maior do que os demais postulantes, mas abaixo do que esperavam os partidos aliados.

O segundo dado é a aprovação do prefeito, que, de acordo com a Quaest, é de 35% — menos que a avaliação regular de sua gestão, de 38%. Na visão de quem pressiona pela vice, esses dois números mostram que Paes ainda não pode virar as costas para alianças políticas e não fazer uma composição.

Outro argumento usado pelo PT é que Paes precisará de tempo de televisão para garantir sua vantagem em relação a Ramagem, que cresce 18 pontos quando é associado ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Maior bancada da Câmara dos Deputados, o PL tem o maior tempo de propaganda eleitoral na TV e no rádio. O segundo maior tempo é da federação formada por PT, PCdoB e PV.

Com a composição cada vez mais distante, a presidente nacional do PT, deputada federal Gleisi Hoffmann (PR), em conversa com o Psol, disse que poderá liberar seus filiados a apoiarem o candidato psolista no Rio, deputado federal Tarcísio Motta. Segundo a Quaest, ele aparece em terceiro lugar nas intenções de voto, com 8%.

A reunião ocorreu em Brasília, no dia 18, na sede do PT. A conversa girou em torno das eleições municipais em todo o país.

Cenário Porém, o resultado final no Parlamento ainda é incerto por causa da maior taxa de participação dos eleitores em 38 anos

Extrema direita de Marine Le Pen sai à frente no 1º turno na França

Juliette Jabkhiro e Layli Foroudi
Reuters, de Paris

O partido de extrema direita Reunião Nacional (RN) de Marine Le Pen venceu o primeiro turno das eleições parlamentares da França ontem, segundo apontaram as pesquisas de boca de urna, mas o resultado final dependerá de intensas negociações ao longo da semana antes do segundo turno no próximo domingo.

O RN obteve entre 33% e 34,2%, segundo pesquisas de boca de urna dos institutos Elabe, Ifop, Ipsos, OpinionWay e Toluna Harris Interactive.

Isso coloca a extrema direita à frente dos rivais de esquerda e de centro, incluindo a aliança Juntos do presidente Emmanuel Macron, cujo bloco deve obter entre 20,3% e 22,4% dos votos. A Nova Frente Popular (NFP), uma coalizão de esquerda formada às pressas, deve conquistar entre 28,5% e 29,6% dos votos, segundo as projeções.

As pesquisas de boca de urna ficaram em linha com as pesquisas de intenção de voto antes do primeiro turno, mas forneceram pouca clareza sobre se o RN, anti-imigração e eurocético, será capaz de formar um governo para "coabitar" com Macron, um defensor do bloco europeu, após o segundo turno do próximo domingo.

As chances de o RN de ganhar o poder na próxima semana dependerão dos acordos políticos feitos por seus rivais nos próximos dias. No passado, partidos de centro-direita e centro-esquerda se uniram para impedir que o RN chegasse ao poder, mas essa dinâmica, conhecida como "frente republicana", é mais incerta do que nunca.

Se nenhum candidato alcançar 50% no primeiro turno, os dois primeiros colocados se qualificam para o segundo turno, assim como todos aqueles com 12,5% dos votos dos eleitores registrados no distrito. No segundo turno, quem receber mais votos leva o distrito.

A alta participação no domingo sugere que a França está caminhando para um número recorde de disputas de segundo turno com três candidatos. Essas geralmente beneficiam o RN muito mais do que disputas de dois candidatos, segundo alguns especialistas.

As negociações começaram já na noite de ontem. Em uma declaração escrita à imprensa, Macron pediu aos eleitores que apoiem candidatos que são "claramente republicanos e democráticos", o que, com base em suas declarações recentes, excluiria candidatos do RN e do partido de extrema esquerda França Insubmissa (LFI).

Macron elogiou os eleitores por terem ido votar em massa, dizendo que a participação recorde "atesta a importância desta votação para todos os nossos compatriotas e o desejo de clarear a situação política". "Diante do RN, chegou a hora de uma aliança ampla e clara entre as forças democráticas e republicanas para o segundo turno", disse o presidente em comunicado.

O premiê francês, Gabriel Attal, do partido Renascimento de Macron, fez um apelo ontem aos eleitores para impedir que a extrema direita obtenha a maioria absoluta no parlamento. "Nem um único voto deve ir para o RN. A França não merece isso", disse Attal.

Após a nova derrota nas urnas, o premiê francês decidiu suspender o avanço de uma reforma no sistem de seguro-desemprego, que iria reduzido os benefícios dos que procuram um emprego, disse uma fonte próxima a Attal à Reuters.

O líder da extrema esquerda, Jean-Luc Mélenchon, disse que a aliança NFP, que ficou em segundo lugar, retirará todos os seus candidatos que ficaram em terceiro lugar no primeiro turno. "Nossa diretriz é simples e clara: não mais um voto para o Reunião Nacional."

Jordan Bardella, o presidente do RN de 28 anos, disse que está pronto para ser primeiro-ministro — desde que o seu partido conquiste a maioria absoluta. Ele descartou tentar formar um governo minoritário e nem Macron nem a NFP formarão uma aliança com ele.

"Serei um premiê de 'coabitação', respeitoso da constituição e do cargo de Presidente da República, mas intransigente quanto às políticas que implementaremos", afirmou Bardella, que colocou a imigração e o aumento do custo de vida no centro da sua campanha. Ele critica o presidente por causa da inflação e promete virar a página de sete anos de "macronismo".

Se o RN repetir o desempenho no próximo domingo e conquistar a maioria na Assembleia Nacional, Macron terá de dividir o poder com o primeiro governo de extrema direita desde a França de Vichy — quando o Estado francês colaborou com os nazistas durante a Segunda Guerra Mundial. O sistema de partilha de poder conhecido como "coabitação" irá enfraquecer o presidente Macron, que tem um mandato garantido até 2027, internamente e no cenário mundial.

Bardella falou logo depois que a principal figura do partido, Marine Le Pen, que fez um apelo aos franceses: "Precisamos de maioria absoluta para que Jordan Bardella seja nomeado premiê em oito dias por Emmanuel Macron".

Cálculo complexo. O RN saiu na frente na disputa pela maioria na Assembleia Nacional, mas apenas um dos institutos de pesquisa — Elabe — projeta que o partido de extrema direita conquiste a maioria absoluta de 289 assentos no segundo turno.

Especialistas dizem que as projeções de assentos com base na votação do primeiro turno podem ser altamente imprecisas, especialmente nesta eleição, que atraiu uma participação alta em comparação com as eleições parlamentares anteriores. Isso ilustra o fervor político que Macron provocou com sua decisão surpreendente de antecipar a eleição parlamentar após o RN ter derrotado seu partido nas eleições para o Parlamento Europeu no início de junho. Decisão essa que mergulhou a França em incerteza política, gerou ondas de choque em toda a Europa e provocou uma venda de ativos franceses nos mercados financeiros.

Pária de longa data, o RN está agora mais perto do poder do que nunca. Le Pen tem procurado limpar a imagem de um partido racista e antissemita, uma tática que funcionou em meio à frustração dos eleitores com Macron, o alto custo de vida e preocupações crescentes com a imigração.

A participação nesta eleição legislativa foi de quase 60%, em comparação com 39,42% há dois anos — os números mais altos desde a votação legislativa de 1986, disse Mathieu Gallard, diretor de pesquisa da Ipsos França. Alguns analistas sugerem que a elevada participação poderá moderar o resultado do RN, possivelmente indicando que os eleitores fizeram um esforço extra para se manifestarem por receio de uma vitória da extrema direita. *(Com Associated Press)*

Milhares protestam contra o RN em Paris

THOMAS PADILLA/AP

Milhares de pessoas reuniram-se ontem na praça da República, em Paris, para protestar contra a extrema direita, que saiu bem à frente no primeiro turno das eleições legislativas. Muitos na multidão, que crescia a cada minuto na noite de ontem, estavam aflitos com o segundo turno das eleições no próximo domingo, que definirá a composição do parlamento e quem será o novo premiê. "Talvez o presidente [Macron] possa fazer um apelo para um voto contra a extrema direita. Eu torço, espero, uma união entre a direita e a esquerda", disse Daniel Gwendal, funcionário público de 23 anos. Na foto, manifestantes carregam cartazes contra o RN, no cartaz lê-se: "Não vamos deixar a França para os fascistas"

Extrema direita sai na frente
Nas eleições legislativas na França

Projeções para o 1º turno

Partido	Projeção
Reunião Nacional	33% a 34,2%
Nova Frente Popular	28,5% a 29,6%
Juntos	20,3% a 22,4%
Os Republicanos	10%

Fontes: Elabe, Ifop, Ipsos, OpinionWay, Toluna Harris Interactive Obs: Baseado em pesquisa de boca de urna

Democratas se unem em defesa de Biden, apesar de avaliações negativas

Steff Chávez, Lauren Fedor, James Fontanella-Khan e Christopher Grimes
Financial Times, de Washington, Nova York e Los Angeles

Democratas influentes se uniram ontem em defesa de Joe Biden, quando uma nova pesquisa de opinião mostrou que quase três quartos dos eleitores americanos acreditam que o presidente deveria abandonar a campanha pela reeleição após o desempenho desastroso no debate.

A campanha de redução de danos começou no fim de semana depois que vários democratas defenderam que o presidente de 81 anos retire sua candidatura. A ideia é abrir espaço para um candidato mais jovem em resposta às preocupações dos eleitores com a idade e a aptidão física de Biden para um novo mandato.

Os apelos ganharam força depois que a pesquisa CBS News-YouGov, divulgada ontem, mostrou que 72% dos eleitores registrados acreditam que Biden não deveria concorrer à Presidência. Em fevereiro, 63% dos eleitores ouvidos pensavam assim.

Quase 75% dos entrevistados após o debate disseram que Biden não tem suficiente saúde cognitiva para ser presidente, contra 65% três semanas antes. Pouco menos da metade dos entrevistados disse o mesmo de Donald Trump, do Partido Republicano.

Muitos parlamentares, doadores e integrantes do Partido Democrata questionam se Biden deveria manter a candidatura após o desempenho vacilante no debate de quinta-feira, no qual divagou, tropeçou nas palavras e perdeu a linha de raciocínio.

Biden tentou tranquilizar doadores ricos em uma maratona de arrecadação de recursos em Manhattan, nos Hamptons e em Nova Jersey na noite de sexta-feira e no sábado. Mesmo assim, muitos doadores continuam em pânico. Eles têm dúvidas sobre a capacidade do presidente de derrotar Trump — e, mais ainda, de servir mais quatro anos na Casa Branca.

"Não sei se precisávamos de mais provas para formar nossa opinião, mas essa pesquisa nos lembrou outra vez que se não agirmos agora Trump vencerá em novembro", disse um doador ontem.

Enquanto isso, em uma grande festa em Hollywood na noite de sexta-feira para convidados como Bob Iger, CEO da Disney, e Gavin Newsom, governador da Califórnia, os presentes canalizaram sua indignação no magnata da mídia Jeffrey Katzenberg, segundo uma pessoa que foi ao evento. Katzenberg é copresidente da campanha de Biden e um dos principais responsáveis pela arrecadação de dinheiro para o presidente.

Este veterano do setor disse que Katzenberg garantiu aos doadores que Biden estava "bem" ao pedir doações para a campanha de reeleição. Repórteres que cobriram eventos de arrecadação no sábado apontaram que Katzenberg viajou com Biden no Air Force One, o avião presidencial. Um representante de Katzenberg não respondeu a um pedido de comentário.

O veterano do setor prevê que o público de Hollywood vai deixar de fazer cheques para Biden. "Eles não têm justificativa para doar mais dinheiro porque a coisa certa a se fazer pelo país é desistir da candidatura", disse essa fonte. "A verdade é que todos querem que [Biden] desista agora. Não podemos colocar na Casa Branca, como o homem mais poderoso do mundo, alguém cuja condição mental está decaindo."

Mas uma pessoa que participou da arrecadação de fundos de Biden em East Hampton no sábado disse que, apesar da atmosfera sombria, os doadores continuam comprometidos em apoiar Biden por considerarem que ele é o único capaz de derrotar Trump.

"É tarde demais para apostar em outro. Precisamos ser realistas e apoiar nosso presidente contra um déspota", disse a fonte. "Muita gente ainda apoia Biden. O partido precisa se unir em torno dele."

Muitos doadores e membros do Partido Democrata, incluindo aqueles que querem que Biden desista, temem que uma disputa aberta para substituí-lo possa prejudicar ainda mais as pretensões eleitorais do partido.

"Uma das vitórias de Biden foi suprimir as divisões no Partido Democrata", disse uma pessoa ligada a vários doadores importantes. "Se houver uma nova batalha pela liderança, essas divisões podem voltar à tona", completou.

Ontem, a equipe de Biden insistiu que o presidente não pretende deixar a corrida presidencial. Um dos líderes da equipe disse que a campanha arrecadou US$ 33 milhões desde o debate de quinta-feira. Deste total, US$ 26 milhões vieram de pequenos doadores.

Além disso, os líderes da campanha de Biden minimizaram resultados de pesquisas desfavoráveis para o presidente. "Se notarmos mudanças nas pesquisas nas próximas semanas, não será a primeira vez que narrativas exageradas da imprensa terão causado quedas temporárias nas pesquisas," disse Jen O'Malley Dillon, chefe da campanha de Biden, em comunicado amplamente divulgado na noite de sábado.

Ontem, apoiadores de peso saíram em defesa de Biden, defendendo que o desempenho desastroso no debate de quinta-feira não passou de uma noite ruim do presidente.

Indagado sobre membros do Partido Democrata que expressaram preocupação quanto à candidatura de Biden, o líder da minoria na Câmara dos Deputados, Hakeem Jeffries, disse à MSNBC: "Há conversas em andamento com várias alas democratas na Câmara dos Representantes. Este processo vai continuar."

"Foi uma noite ruim. Não exageremos", disse a ex-presidente da Câmara dos Representantes dos EUA, Nancy Pelosi, no programa "State of the Union", da CNN. E acrescentou: "O que está em jogo não é o desempenho em um debate. É o desempenho na Presidência."

Biden esteve no domingo em Camp David, a residência rural do presidente dos EUA, para um momento com a família que segundo assessores foi planejado com grande antecedência. Os familiares do presidente são considerados as únicas pessoas capazes de convencê-lo a retirar a candidatura.

Quando questionado pela NBC News sobre o pânico que tomou conta do Partido Democrata, o senador Raphael Warnock disse que "se não estivessem mostrando um certo nervosismo excessivo, não seriam democratas", acrescentando que "debates ruins acontecem".

China decide que terras raras pertencem ao Estado

Shunsuke Tabeta
Nikkei, de Pequim

Os recursos de terras raras da China pertencem ao Estado, disse o governo em nova regulamentação que entrará em vigor em 1º de outubro.

"Nem organizações nem indivíduos podem usurpar ou destruir recursos de terras raras", diz o texto da regulamentação publicado no sábado, que visa "garantir a segurança dos recursos nacionais e a segurança industrial".

A declaração explícita de propriedade estatal foi incluída no texto final da regulamentação e não constava na versão anterior.

Com a nova regra, a China mostra que está determinada a salvaguardar metais consideráveis importantes para a indústria em resposta à iniciativa americana de restringir o acesso do país asiático a tecnologias avançadas de chips.

Os recursos subterrâneos da China já pertenciam ao Estado. No âmbito privado, contudo, alguns elementos de terras raras têm sido alvos de atividades ilegais de mineração e fundição.

A nova regra evidencia o controle maior sobre estes elementos como política de Estado.

A gestão dos recursos de terras raras "deve considerar as linhas, princípios, políticas, decisões e definições do Partido [Comunista Chinês] e do Estado (...) e seguir os princípios de planejamento geral, garantindo segurança, inovação científica e tecnológica e desenvolvimento verde", diz o texto.

A regulamentação se aplica a toda a cadeia de suprimentos, incluindo mineração, fundição, seleção, processamento, distribuição e exportação.

Elementos de terras raras, que incluem materiais para fabricação de ímãs como o neodímio, são vitais para a produção de uma ampla gama de tecnologias, desde veículos elétricos até lasers e mísseis. A China responde por cerca de 70% da produção global de terras raras, segundo dados do Serviço Geológico dos EUA referentes a 2023.

Os EUA vêm aumentando a exploração de terras raras para tentar acabar com a dependência das importações chinesas. Apesar da iniciativa, os americanos ainda dependem da China para fundição e outros processos.

Em 2023, o governo chinês anunciou controles mais rígidos sobre as exportações de terras raras e proibiu a exportação de tecnologias para fabricação de ímãs de alto desempenho e outros produtos que utilizam esses metais. A primeira versão preliminar da nova regulamentação sobre terras raras foi publicado em 2021.

Além das terras raras, os chineses restringiram outros recursos em resposta às limitações impostas pelos EUA às exportações de tecnologia avançada de semicondutores para a China. Entre estes recursos estão o gálio, usado na indústria de semicondutores, e o grafite, um dos insumos usados para fabricar baterias de veículos elétricos.

70%
da produção global de terras raras sai da China

Curtas

Fraqueza na China

A atividade industrial chinesa caiu pelo segundo mês consecutivo em junho, sinalizando que a aposta de Pequim para impulsionar a economia passa por um momento de fragilidade. O índice oficial de gerentes de compras do setor industrial ficou em 49,5, a mesma leitura registrada em maio. Números abaixo de 50 indicam contração da atividade. Um subíndice de novas encomendas às fábricas caiu ligeiramente puxado pela menor demanda, para 49,5.

Mais confiança no Japão

A confiança entre as grandes empresas manufatureiras japonesas aumentou no segundo trimestre em relação a três meses anteriores, segundo relatório trimestral Tankan do banco central japonês. Um índice de sentimento entre as maiores manufatureiras do país subiu para 13 em junho, de 11 em março. Os economistas estavam esperando que o índice ficasse inalterado. O índice para grandes empresas não manufatureiras caiu de 34 para 33.

Valor ECONÔMICO

Eleição está indefinida, apesar de vitória de Trump no debate

Até a noite de quinta-feira, as chances de Joe Biden manter-se na Presidência dos Estados Unidos ou de ter de entregá-la a Donald Trump estavam praticamente iguais, com ligeira vantagem para o republicano. O debate entre os dois candidatos na TV, porém, parece ter desequilibrado a disputa, depois da performance muito fraca de Biden, que lançou o pânico entre os democratas e um dilema para os estrategistas do partido — apostar em Biden ou trocar o candidato. São duas opções terrivelmente problemáticas. Um debate na TV pode ter influência nos rumos de uma eleição, mesmo em uma muito radicalizada, com o eleitorado praticamente dividido ao meio entre os dois candidatos — e ambos com alto índice de rejeição. E sobretudo em um sistema eleitoral em que é preciso convencer o eleitor a sair de casa para votar. A conduta frágil e sem vigor de Biden deu fôlego a Trump e pode ampliar sua dianteira nas próximas semanas, o que só as pesquisas podem indicar.

Pesquisa da CNN após o debate revelou que a impressão entre quem o assistiu só foi taxativa sobre quem saiu vencedor: Trump, com 67%. Ainda assim, 8 em cada 10 pessoas que viram o debate não mudaram a opinião que tinham antes dele. Mas o que importa, em uma eleição que será decidida no olho mecânico, são os votos não alinhados, cuja direção só se conhecerá quando as urnas forem abertas, em 5 de novembro.

O site FiveThirtyEight realizou pesquisa antes e depois do debate, e as conclusões foram na mesma direção das da CNN. A percepção sobre candidatos não mudou muito com o confronto. Biden teve menor nota do que se esperava em aptidão física e mental para o cargo — especialmente entre democratas, o que é revelador —, e Trump melhorou suas notas. Mas, o que é relevante, 48,2% dos que se mostraram dispostos a votar em Biden antes do debate reduziram-se a 46,7%, e os 43,5% que pretendem votar em Trump aumentaram para 43,9%.

Os entrevistados listaram os principais temas que influenciarão seu voto. A inflação recebeu metade das respostas, e Trump é visto como mais eficiente para lidar com a questão, por 55% a 45% ante Biden. O segundo tema foi a imigração (37%), e Trump venceu pela mesma margem. Na sequência, por ordem de prioridades, estavam o extremismo político e o aborto, questões nas quais Biden venceu Trump por 56%-57% a 44%-43%, respectivamente.

Foi unanimidade entre os especialistas que um dos quesitos mais importantes para a avaliação do debate era dissolver a impressão, bastante difundida entre republicanos e também democratas, de que Biden, com 81 anos, não estava mais em condições de exercer o cargo mais importante do mundo. Pois suas hesitações, gaguejos e balbucios quase inaudíveis reforçaram bastante essa percepção. Foi o pior que poderia ocorrer para os democratas. Trump, com 78 anos, precisou apenas ser Trump e exibir seu estilo de valentão do bairro, cheio de energia, despejando com ênfase provocações e mentiras sobre um adversário que parecia apático.

Se na aparência Trump foi melhor, na substância foi mal. Biden deixou de ser incisivo e eficiente nos temas em que tinha vantagem, como o aborto e a condenação e processos judiciais de Trump. Mas Trump não foi melhor. Não respondeu diretamente sobre o que faria em relação à guerra da Rússia com a Ucrânia e, quando respondeu, disse que acabaria com o conflito antes mesmo de tomar posse, em mais um de seus delírios megalômanos, que o fazem se autointitular o "melhor presidente da história dos EUA". O republicano distribuiu preconceitos contra imigrantes, para contrapor-se à forma com que o governo democrata tratou a questão da fronteira com o México. Trump disse que os imigrantes estavam matando e estuprando à vontade nas grandes cidades americanas — maré de crimes permitida por Biden. Biden perdeu o debate, Trump não o ganhou.

Os democratas temem a volta de Trump e ele lhes deu novo motivos para isso. Após três vezes inquirido a dizer se aceitaria o resultado das eleições, ele respondeu que sim, desde que fossem livres e justas. Essas duas palavras frequentaram seus discursos quando ocupou a Presidência, preparando o ambiente para a histórica e ultrajante invasão do Capitólio em 6 de janeiro para impedir a posse do inequívoco vencedor do pleito, Joe Biden.

Trump colocou o Partido Republicano a seus pés, está recebendo doações bilionárias, que se aceleraram depois que foi condenado pela Justiça de Nova York por maquiar pagamento por serviços da atriz pornô Stormy Daniels. Mas tem pontos vulneráveis, como seu extremismo político, sua conduta de fora-da-lei sob escrutínio da Justiça e um programa de governo voluntarista e lunático, que inclui a perseguição a seus rivais políticos.

O momento é favorável a Trump. Manter Biden na disputa significa mais do mesmo, com a torcida democrata para que ele não repita sua péssima atuação e para que Trump perca pontos com sua retórica incendiária. A desistência de Biden levaria a disputa democrata para uma rara convenção aberta, em que os delegados poderiam votar em quem quisessem, acentuando dissensões no partido. A decisão de abandonar a corrida presidencial cabe a Biden e por enquanto nada indica que ele está propenso a ela.

GRUPO GLOBO

Conselho de Administração
Presidente: João Roberto Marinho

Vice-presidentes:
José Roberto Marinho e Roberto Irineu Marinho

Valor ECONÔMICO
é uma publicação da Editora Globo S/A

Diretor Geral: Frederic Zoghaib Kachar

Diretora de Redação: Maria Fernanda Delmas
Princípios editoriais do Grupo Globo: http://glo.bo/pri_edit

Editor-executivo de Opinião
José Roberto Campos
(jose.campos@valor.com.br)
Editores-executivos
Catherine Vieira
(catherine.vieira@valor.com.br)
Fernando Torres
(fernando.torres@valor.com.br)
Robinson Borges
(robinson.borges@valor.com.br)
Sergio Lamucci
(sergio.lamucci@valor.com.br)
Zinia Baeta
(zinia.baeta@valor.com.br)
Sucursal de Brasília
Fernando Exman
(fernando.exman@valor.com.br)
Sucursal do Rio
Francisco Góes
(francisco.goes@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Política e Internacional
Fernanda Godoy
(fernanda.godoy@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Finanças
Talita Moreira
(talita.moreira@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Empresas
Mônica Scaramuzzo
(monica.scaramuzzo@valor.com.br)
Editora de Tendências & Tecnologia
Cynthia Malta
(cynthia.malta@valor.com.br)
Editor de Brasil
Eduardo Belo
(eduardo.belo@valor.com.br)
Editor de Agronegócios
Patrick Cruz
patrick.cruz@valor.com.br

Editor de S.A.
Nelson Niero
(nelson.niero@valor.com.br)
Editora de Carreira
Stela Campos
(stela.campos@valor.com.br)
Editor de Cultura
Hilton Hida
(hilton.hida@valor.com.br)
Editor de Legislação & Tributos
Arthur Carlos Rosa
(arthur.rosa@valor.com.br)
Editora Visual Multiplataformas
Luciana Alencar
(luciana.alencar@valor.com.br)
Editora Valor Online
Paula Cleto
(paula.cleto@valor.com.br)
Editora Valor PRO
Roberta Costa
roberta.costa@valor.com.br
Coordenador Valor Data
William Volpato
(william.volpato@valor.com.br)
Editora de Projetos Especiais
Célia Rosemblum(celia.rosemblum@valor.com.br)
Repórteres Especiais
Adriana Mattos
(adriana.mattos@valor.com.br)
Alex Ribeiro (Brasília)
(alex.ribeiro@tvalor.com.br)
César Felício
(cesar.felicio@valor.com.br)
Daniela Chiaretti
(daniela.chiaretti@valor.com.br)
Fernanda Guimarães
(fernanda.guimaraes@valor.com.br)
João Luiz Rosa
(joao.rosa@valor.com.br)
Lu Aiko Otta
(lu.aiko@valor.com.br)
Marcos de Moura e Souza
(marcos.souza@valor.com.br)
Maria Cristina Fernandes
(mcristina.fernandes@valor.com.br)
Marli Olmos
(marli.olmos@valor.com.br)
Correspondente internacional
Assis Moreira (Genebra)
(assis.moreira@valor.com.br)
Correspondentes nacionais
Cibelle Bouças (Belo Horizonte)
(cibelle.boucas@valor.com.br)
Marina Falcão (Recife)
(marina.falcao@valor.com.br)

VALOR INVESTE
Editora: Daniele Camba
(daniele.camba@valor.com.br)

PIPELINE
Editora: Maria Luíza Filgueiras
(maria.filgueiras@valor.com.br)

VALOR INTERNATIONAL
Editor: Samuel Rodrigues
(samuel.rodrigues@valor.com.br)

NOVA GLOBO RURAL
Editor-executivo:
Cassiano Ribeiro
cassianor@edglobo.com.br

Valor PRO / Diretor de Negócios Digitais Tarcísio J. Beceveli Jr. (tarcisio.junior@valor.com.br)
Para assinar o serviço em tempo real Valor PRO: falecom@valor.com.br ou 0800-003-1232

Filiado ao IVC (Instituto Verificador de Comunicação) e à ANJ (Associação Nacional de Jornais)
Valor Econômico Av. 9 de Julho, 5229 – Jd. Paulista – CEP 01407-907 – São Paulo - SP. **Telefone** 0 xx 11 3767 1000

Departamentos de Publicidade Impressa e On-line
SP: Telefone 0 xx 11 3767-7955, **RJ** 0 xx 21 3521 1414, **DF** 0 xx 61 3717 3333.
Legal SP 0 xx 3767 1323
Redação 0 xx 11 3767 1000. **Endereço eletrônico** www.valor.com.br
Sucursal de Brasília SCN Quadra 05 Bloco A-50 – Brasília Shopping – Torre Sul – sala 301 – 3º andar – Asa Norte – Brasília/DF - CEP 70715-900
Sucursal do Rio de Janeiro Rua Marques de Pombal, 25 – Nível 2 – Bairro: Cidade Nova – Rio de Janeiro/RJ – CEP 20230-240

Publicidade - Outros Estados
BA/SE/PB/PE e Região Norte Canal Chetto Comun. e Rep. Tel./Fax: (71) 3043-2205
MG/ES - Sat Propaganda Tel./Fax: (31) 3264-5463/3264-5441
PR - SEC - Soluções Estratégicas em Comercialização Tel./Fax: (41) 3019-3717
RS - HRM Representações Tel./Fax: (51) 3231-6287 / 3219-6613
SC - Marcucci & Gondran Associados Tel./Fax: (48) 3333-8497 / 3333-8497

Para contratação de assinatura e atendimento ao assinante, entre em contato pelos canais: Call center: **0800 7018888**, whatsapp e telegram: **(21) 4002 5300.** Portal do assinante: **portaldoassinante.com.br.** Para assinaturas corporativas e-mail: **corporate@valor.com.br**
Aviso: o assinante que quiser a suspensão da entrega de seu jornal deve fazer esse pedido à central de atendimento com 48 horas de antecedência

Preço de nova assinatura anual (impresso + digital) para as regiões Sul e Sudeste: **R$ 1.738,80 ou R$ 144,90 mensais.** Demais localidades, consultar o Atendimento ao Assinante. **Tel: 0800 7018888.** Carga tributária aproximada: 3,65%

Criação de novas vagas esbarra na falta de hospitais credenciados para formação dos alunos. Por **Olímpio Bittar**

A saúde e as faculdades de medicina

O debate sobre a criação de faculdades de medicina no país tem gerado discussões consistentes e preocupantes na mídia em geral. A parceria entre a Associação Médica Brasileira e a Faculdade de Medicina da USP resultou no estudo "Demografia Médica", que mostra claramente a necessidade de evitar decisões que possam levar a uma crise de qualidade da atenção à saúde, com prejuízo à população e aos profissionais de saúde.

JULIO BITTENCOURT/VALOR

A criação de novas faculdades de medicina — e/ou o aumento do número de vagas — deveria ter como base estudos que permitam formar indicadores, resultando em medições para planejamento racional e não emocional. O número de vagas nas faculdades de medicina deu um salto desde 2013, passando de 20.570 para 41.805 em 2022, nas 392 faculdades, um aumento de 103%, devendo chegar a 50.000 em 2027.

O número de especialidades nem sempre reflete as necessidades demográficas e epidemiológicas locais e regionais. A oferta em excesso cria a demanda, por vezes com consequências danosas, e suscita uma pergunta: o que fazer com o excesso de profissionais no futuro? Atente-se ao fato que não existem vagas em residência médica para todos os formandos, crucial para aperfeiçoar o conhecimento e habilidades dos futuros médicos e torná-los aptos ao trabalho.

As dificuldades e mesmo a falta de condições para o aumento do número de vagas começam nos hospitais, um dos equipamentos imprescindíveis para a formação dos profissionais de saúde, existindo 6.399 no Brasil. Destes, 3.429 (53,6%) são de pequeno porte, com menos de 50 leitos, com baixíssima resolubilidade, ocupação média de 34%, equipes incompletas, internações por ações susceptíveis à atenção básica, pouca diversidade de casos para ensino e dificuldades financeiras. Os de médio porte (51 a 150 leitos) são 2.074 (32,4%), sendo que, em parte deles, o número de leitos aproxima dos de pequeno porte, ficando dentro dos 70 leitos e com as mesmas características operacionais. Hospitais de ensino requerem número mínimo de leitos por alunos, internação de média e alta complexidade, que gira em torno de 89% e 11% das internações, respectivamente.

Dos 6.399, somente 396 são "acreditados", ou seja, 6,2% passaram por processo de avaliação qualitativa por instituição avaliadora isenta. A presença da boa qualidade da atenção previne e diminui eventos adversos, iatrogenia, retrabalho, tratamentos e internações desnecessárias, reinternações, ações judiciais, descontentamento dos pacientes, proporcionando escala na produção e aumento da produtividade, melhorando a logística e a eficiência, sendo fundamental para a assistência, pesquisa, ensino e gestão. Começou há décadas e agregou pouco: há algo a ser revisto.

Para credenciar como hospital de ensino não basta equipes preparadas para prestar assistência, é preciso profissionais com pós-graduação, produção de pesquisa, publicações científicas, que reforçam o conhecimento médico necessário para o ensino. Qualidade que sirva de exemplo para alunos e residentes, e hospitais de porte que permitam aos alunos contato com o maior número e diversidade de casos clínicos e cirúrgicos são básicos na formação.

O Censo de 2022 evidencia que 3.935 (70,6%) dos 5.570 municípios têm menos de 20.000 habitantes, concentrando 33,5 milhões de moradores, o equivalente a 16,5% dos 203 milhões de habitantes do país. Entre estes encontram-se 1.324 cidades com menos de 5 mil habitantes, 23,7% do total. Lá vivem 2% da população brasileira (4.234.044 habitantes). Ou seja, em 2/3 dos municípios, falta população para diversificar e quantificar o número de casos e condições econômicas para fixar o profissional médico no local.

O mapeamento da população prevê o declínio na próxima década, quando a projeção da oferta de médicos deverá ser maior que 1 milhão, sendo que em 2035 deverá atingir o coeficiente de 4,4 médicos por 1.000 habitantes, ainda desigualmente distribuídos.

O número de filhos por mulheres era de 4,97 em 1970 e 1,64 em 2021; a população vem crescendo a 0,52% ao ano, o que irá refletir na construção de leitos gerais e especializados, especialmente maternidades, reflexos na mão de obra para trabalhar em programas e serviços de saúde, idade média dos profissionais e outras consequências que dificultarão o trabalho na área de saúde.

O aumento do número de médicos, crescendo anualmente 5,5% entre um Censo e outro, não reduziu a desigualdade na distribuição de profissionais no país. Os profissionais ainda estão concentrados nas capitais e cidades com melhor estrutura. São 562.229 para 203.062.512 habitantes (2,76/ mil hab.), variando de 1,45/ mil habitantes nos Estados do Norte a 3,39 no Sudeste. As 41 cidades com mais de 500 mil habitantes (29% da população do país) concentram 61,5% dos médicos do Brasil.

Não é foco deste artigo, mas os hospitais de pequeno porte e alguns de médio deveriam ser direcionados a outras finalidades, algumas vezes suprir em parte a falta de médicos, iniciando-se pela integração dos mesmos no processo de regionalização, com suporte de hospitais complexos, seguindo-se de logística para transferência dos pacientes, treinamento de pessoal, primeiros socorros nas urgências/emergências, tecnologia para atendimento à distância, como o uso das teles para consultas (clínica geral, oftalmologia, dermatologia, eletrocardiografia), atenção primária, reabilitação pós trauma, cuidados paliativos em doenças crônicas, geriatria, ponto de coleta de exames, experiências já existentes.

O que acontece com a formação médica vem ocorrendo, também, com outras das 14 categorias de profissionais de saúde, formados sem parâmetros quantitativos e possivelmente qualitativos, o que complicará ainda mais a situação.

Criação de faculdades de medicina envolve investimentos, vida profissional, expectativas pessoais e comunitárias, devendo ser dimensionada observando-se a demografia, epidemiologia, o uso de ferramentas como matemática, atuária, estatística, hoje facilitados pela inteligência artificial, possibilitando cálculos precisos a respeito da demanda por médicos e respectivas especialidades, com metas ajustáveis a médio e longo prazos.

Olímpio J. Nogueira V. Bittar é médico especialista em Saúde Pública.

30 anos de Plano Real

Jairo Saddi

Como não poderia deixar de ser, pela importância histórica e pela relevância da efeméride, neste artigo, também faço coro aos que celebram os 30 anos do Plano Real.

Como o cachimbo deixa a boca torta e aqui temos uma coluna de direito regulatório, quero relembrar a questão fundamental do artigo 38 da Lei 8.880/94, que estabeleceu a metodologia para a conversão da moeda vigente para o Real no dia 1º de julho de 1994. No Plano, alcunhado de "mágica" no processo de derrota da hiperinflação, as obrigações pecuniárias expressas na moeda antiga, o Cruzeiro Real, seriam transmutadas para a moeda nova, o Real, destacando-se as obrigações nos contratos financeiros em curso à época que o plano entrou em vigor. A regra, segundo os criadores do Plano Real, é que não haveria interferência em preços nem alteração na metodologia de cálculo de índices de preços e de índices estipulados em leis ou contratos. E, por se tratar de norma de conversão de moeda, teria aplicação e eficácia imediata e geral.

O célebre artigo 38 rendeu muito debate. É bom que se relembre a experiência dos planos econômicos anteriores, especialmente a do Plano Cruzado, em que boa parte do fracasso das experiências residiu exatamente nos critérios de conversão das obrigações, entre outros mecanismos da "tablita" e dos expurgos inflacionários. O artigo 38 afirmava: "O cálculo dos índices de correção monetária, no mês em que se verificar a emissão do Real de que trata o art. 3º desta lei, bem como no mês subsequente, tomará por base de preços em Real o equivalente em URV dos preços em cruzeiros reais, e os preços nominados ou convertidos em URV dos meses imediatamente anteriores, segundo critérios estabelecidos em lei".

A controvérsia jurídica, então, se resumiu à tese de que, por estar interferindo nos contratos em vigor por meio de um índice de correção monetária diverso daqueles estabelecidos pelas partes por ocasião do nascimento da obrigação e, portanto, estranho à vontade dos contratantes, ofenderia um preceito jurídico de direito dos credores.

Havia, então, a noção de que as obrigações pecuniárias seriam compulsoriamente convertidas na nova moeda, o Real. Gustavo Franco, no livro "Plano Real e outros ensaios" (Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995), afirmou: "Esses dispositivos conferiam incentivos para conversão em URV a critério das partes, mas permanecia em aberto a questão econômica da adoção, ou da receptividade da URV. Embora a lei estabelecesse como compulsório o uso da URV, sua aceitação seria tanto melhor quanto maior fossem os incentivos para que a população o fizesse voluntariamente, enxergando vantagens em fazê-lo".

Boa parte do fracasso de planos anteriores residiu exatamente nos critérios de conversão das obrigações

Havia quatro condições para essa conversão, a primeira previa que os valores contratuais expressos em Cruzeiros Reais fossem reajustados pro rata temporis do último aniversário até 30 de junho de 1994; a segunda, que, no caso dos valores convertidos em Reais pro rata temporis até a data do aniversário, os índices seriam calculados em conformidade com o artigo 38; a terceira, que, de modo a evitar congelamento, o cálculo do índice de correção monetária entre julho e agosto tomaria por base de preço em Real o equivalente em URV dos preços em Cruzeiros Reais. Finalmente, que, no cálculo de tais índices, os preços em Cruzeiros Reais seriam convertidos pelo valor da URV no dia da sua coleta.

Uma segunda discussão fundamental, que foi enfrentada pelo Supremo Tribunal Federal, por meio da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 77, baseava-se no argumento de que normas que alteram o padrão monetário e estabelecem critérios para conversão dos valores incidem de imediato, não violando o direito adquirido.

O STF declarou ser constitucional a utilização da URV para o cálculo dos índices de correção monetária na implantação do Plano Real. Por maioria, o Plenário, somente em 2019, entendeu que a aplicação imediata do artigo 38 foi correta e julgou procedente declarar a constitucionalidade do referido dispositivo, e que a aplicação imediata desse dispositivo para os contratos pactuados antes da vigência da lei não violou direito adquirido (artigo 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal).

Finalmente, havia o argumento de que haveria um desequilíbrio econômico-financeiro de todos os contratos, o que acabou também sendo vencido. Luis Carlos Sturzenegger bem definiu: "As regras de reajuste e conversão trazidas pelo programa não têm, pois, qualquer efeito desestabilizador de relações jurídicas; pelo contrário, buscam elas exatamente preservar o equilíbrio imanente à relação original e evitar que haja o indevido locupletamento do credor às custas do devedor, pois que esse seria o resultado, na ausência daquelas regras, causado pela eliminação ou redução drástica da inflação — convém repetir, efeito desejado do programa, ato legítimo e obrigação primeira do ente governamental e anseio generalizado de todos os segmentos da coletividade de então condenados a arcar com o perverso ônus de tal flagelo" ("A propósito da polêmica em torno do art. 38 da Lei 8.880/94". Revista de Direito Mercantil Industrial, Econômico e Financeiro, Revista dos Tribunais, ano XXXIII, out.—dez./1994, v. 96, p. 37).

Jairo Saddi é advogado em São Paulo. Escreve mensalmente, às segundas-feiras.

Sucesso se dá pelo talento criativo dos profissionais e modelo original da indústria. Por **Luiz Lara**

A excelência da publicidade brasileira

Costumo acompanhar o Cannes Lions à distância e, ao longo dessas quatro décadas de trajetória e militância na publicidade, um dos maiores orgulhos do qual tive o privilégio de ser testemunha é o de observar nesse período a consolidação da propaganda brasileira como uma potência criativa e referência global. Na edição de 2024, que acabou de acontecer na Riviera Francesa, mais uma vez, o Brasil sagrou-se o terceiro país mais premiado do mundo, atrás somente dos Estados Unidos e Reino Unido. Aliás, resultado que se repete desde o final do século passado.

Talvez só a força do agronegócio nacional no contexto global seja comparável ao destaque e relevância da publicidade internacionalmente. Mas, diferentemente do motor da economia nacional e sua expressiva representatividade no PIB do Brasil, a matéria-prima da indústria publicitária é intangível e se expressa por meio da combinação virtuosa de dois fatores cruciais para essa performance tão consistente: o talento criativo dos profissionais brasileiros combinado com uma indústria cujo fundamento baseia-se num modelo original que une criação e mídia em uma mesma estrutura de agências.

Apenas para efeito de comparação, em praticamente todos os países do mundo, com exceção do Japão, as agências de publicidade se dividem entre agências de criação e de mídia, duas operações separadas e com estruturas e modelos de negócios distintos. A construção e consolidação do modelo brasileiro de publicidade remonta à segunda metade do século 20, em um ambiente ainda marcado quase que na totalidade por players nacionais que souberam se articular e criar as bases da autorregulação do mercado.

A primeira iniciativa nesse sentido foi a criação, em 1980, do Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (Conar), num contexto de governo militar e de censura prévia à imprensa. Como reação a essa ameaça também na publicidade, lideranças do mercado publicitário brasileiro, à época, se articularam para evitar a intervenção do Estado também na atividade. O Conar foi pioneiro e virou referência não só no Brasil, mas também internacionalmente, de articulação coletiva da iniciativa privada.

Na virada do milênio, e inspirado pelo Conar, foi a vez da criação do Cenp — Fórum de Autorregulação do Mercado Publicitário, em 1998. A essa altura, a economia brasileira tinha se aberto ao mundo e uma série de setores econômicos estavam sendo desregulamentados. Com a publicidade não foi diferente. Como resposta, entidades do setor movimentaram-se para a criação da entidade que tem como foco promover a harmonia e o equilíbrio nas relações comerciais entre anunciantes, veículos, agências e elos digitais por meio de autorregulação ético-comercial baseada em melhores técnicas e boas práticas, na busca de um modelo transparente e virtuoso para os agentes da publicidade brasileira.

Se tem algo que o Brasil passou a ser exportador é de talento criativo publicitário de primeira linha. E um dos diferenciais desses profissionais é terem sido forjados num modelo de negócios integrado, possibilitando uma visão mais abrangente para aplicar as ideias na prática

Não por coincidência, essa engrenagem invisível do mercado publicitário brasileiro ocorreu ao mesmo tempo em que o protagonismo criativo desta indústria amadureceu e aflorou globalmente, funcionando como uma poderosa argamassa para dar todas as condições de sedimentar a profissionalização do setor e assim se constituir em uma atividade econômica sólida e próspera.

O modelo como as agências brasileiras se organizam para prestar os serviços criativos no mercado unindo diversas disciplinas correlacionadas à publicidade dentro de uma mesma estrutura, ao mesmo tempo que virou um diferencial, também demonstrou ser a alavanca por trás da trajetória consistente de destaque do Brasil internacionalmente.

Em um mundo em constante evolução e transformação como ao que assistimos atualmente, com uma série de setores e negócios sendo totalmente impactados pela tecnologia e mais recentemente, pela inteligência artificial, a estrutura de agências 'full service', que une tratamento de dados, tecnologia, mídia e criatividade no mesmo lugar, funciona como uma vantagem competitiva frente às necessidades cada vez mais complexas das marcas e anunciantes no momento em que os investimentos estão se fragmentando na indústria.

Apenas para citar um exemplo de uma campanha amplamente premiada no Cannes Lions deste ano que ilustra essa situação na prática foi o Grand Prix (prêmio máximo dentro de uma categoria) de Mídia da agência Gut para o cliente Mercado Livre. A ação consistiu em exibir apertos de mãos na tela da Globo simultaneamente com um cupom de desconto com QRCode para estimular compras da audiência durante a Black Friday de 2023. A inédita iniciativa "Tá na mão", para a marca que tem esse gesto como símbolo, demonstra como a criatividade integrada à inteligência de mídia podem ser potentes e gerar negócios.

Não me canso de dizer que a base da nossa indústria são as pessoas. E nessa longa trajetória como empresário da publicidade, um dos meus maiores prazeres foi o de ter tido a oportunidade de conviver com dezenas de profissionais das mais diversas áreas — mídia, criação, planejamento, negócios, dados e produção —, assistir e acompanhar seu desenvolvimento. Muitos desses talentos hoje brilham em posições de liderança e destaque em agências e empresas baseadas em diferentes países do mundo. Dos Estados Unidos a Dubai, da Espanha a Cingapura, são muitos hoje os destinos internacionais do talento publicitário nacional.

Para muito além dos 92 Leões conquistados pelo Brasil nesta edição do Cannes Lions, a participação e a presença de profissionais brasileiros nos créditos (conhecidos como fichas técnicas na nossa indústria) de muitas campanhas que ganharam Leões e o Grand Prix na principal premiação global de criatividade é extensa.

Se tem algo que o Brasil passou a ser exportador de primeira linha é de talento criativo publicitário. E um dos diferenciais desses profissionais nos diversos mercados e contextos que passam a atuar quando saem do Brasil é o fato de terem sido forjados numa indústria que tem um modelo de negócios integrado, possibilitando uma visão mais abrangente para a aplicação de determinada ideia na prática. Essa arquitetura de negócios é nossa fortaleza e nosso diferencial.

Luiz Lara é chairman do Grupo TBWA no Brasil e presidente do Cenp - Fórum de Autorregulação do Mercado Publicitário.

Frase do dia

"O principal legado é a própria estabilidade. A grande ameaça vem do lado fiscal"

Do economista Persio Arida, um dos criadores do Real, sobre a importância e os desafios do plano, que hoje completa 30 anos

Cartas de Leitores

Debate nos EUA

A atual situação política do presidente dos Estados Unidos lembra os dois antecedentes que envolveram outros dois democratas. Em 1952, na época da guerra da Coreia, o presidente Harry Truman desistiu de disputar a reeleição. Em 1968, na época da guerra do Vietnã, o presidente Lyndon Johnson decidiu não buscar um novo mandato. Agora, em 2024, o presidente Joe Biden enfrenta o desgaste de apoiar Israel na guerra da Faixa de Gaza. O fraco desempenho do atual mandatário americano, durante o debate televisivo ocorrido na CNN, poderia forçá-lo a seguir o mesmo passo de seus antecessores partidários. Momentos de polarização ideológica, de radicalização política e de insatisfação econômica e social provocam enorme desgaste na imagem do executivo federal e no índice de aprovação do governo, tanto por influência de fatores internos como externos.

Luiz Roberto da Costa Jr.
da_costa_junior@hotmail.com

Leilão de petróleo

Na última sexta-feira, o **Valor** elencou uma série de razões, todas oficiais e reais, para a não ocorrência de leilões de petróleo em 2024.

No entanto, a principal razão pela inatividade da ANP só é discutida a boca pequena nos corredores do poder: o governo quer que a Petrobras domine os leilões, mas, atualmente, tem outras prioridades para o caixa da companhia, e, por óbvio, não é para a realização de novos investimentos. O investidor da Petrobras tem razões para ficar bem alerta.

Oscar Thompson
oscarthompson@hotmail.com

Três Poderes

O Estado brasileiro funciona, segundo a Constituição, mediante a ação de três Poderes distintos e independentes: o Executivo, o Legislativo e o Judiciário. A Carta Magna determina também que eles sejam conduzidos harmonicamente, o que, supostamente, significa que devem se complementar, como os integrantes de uma sinfônica, a fim de tornar o resultado sonoro agradável aos ouvidos. Deveriam, portanto, controlar-se mutuamente, cuidando para que os acordes emitidos por um deles não interferiram na performance dos outros, evitando, assim, transformar o concerto que representa o andamento da República em cacofonia desagradável. Tal cenário está longe de figurar o que ocorre na realidade por aqui. Dispõe-se de um Judiciário que, extrapolando suas atribuições, fábrica leis, tarefa que deveria caber exclusivamente ao Legislativo que, por sua vez, pode travar a tramitação de PL's importantes, com o objetivo de exercer pressões que lhe beneficiem, e de um Executivo que, para sobreviver, tenta se comunicar por caminhos nem sempre transparentes com os outros dois. É o que temos hoje.

Paulo Roberto Gotaç
prgotac@hotmail.com

Correspondências para Av. 9 de Julho, 5229 - Jardim Paulista - CEP 01407-907 - São Paulo - SP, ou para cartas@valor.com.br, com nome, endereço e telefone. Os textos poderão ser editados.

Especial

Educação Boa parte da equipe de criação da moeda saiu do departamento de economia da universidade, que hoje aposta em temas como setor público, desigualdade de renda

Com Plano Real, nova turma de professores na PUC-Rio olha para temas além da inflação

30 anos PlanoReal

Lucianne Carneiro
Do Rio

LEO PINHEIRO/VALOR

Lucas Lima, Juan Rios, Yvan Becard e Renata Narita, da esquerda para direita, eram crianças ou adolescentes em 1994 e hoje dão aulas na PUC-Rio

Aos 30 anos do Plano Real, uma nova geração de professores caminha pelos corredores do departamento de Economia e pelos tradicionais pilotis da universidade carioca. Eram crianças ou adolescentes em 1994, ano de lançamento do plano, e fizeram toda a formação em economia sob uma moeda brasileira estável.

A maioria nem era nascida quando o departamento se estruturava como centro de pesquisa, a partir da criação do curso de mestrado, em 1978. Os novos economistas podem até ser confundidos com alunos, com um código de vestimenta no trabalho que inclui bermudas para os homens — longe dos estereótipos dos profissionais da área. Os doutorados em universidades internacionais de primeira linha, o histórico em pesquisa e as publicações em revistas científicas, no entanto, confirmam que o conhecimento vai muito além da imagem informal.

Os recém-chegados à PUC-Rio são parte de uma estratégia de atração de talentos, semelhante ao trabalho naquele início, que garantiu o espaço para discussão de temas prioritários para a economia brasileira, como a hiperinflação e a dívida externa.

No fim dos anos 1970 e início dos anos 1980, começaram a chegar à PUC-Rio jovens economistas de diferentes lugares, muitos vindos de doutorados no exterior, e que hoje são parte da história econômica do país, como André Lara Resende, Edmar Bacha, Gustavo Franco, Persio Arida, Pedro Malan e Winston Fritsch.

Em encontros semanais e textos para discussão, buscavam caminhos para a economia brasileira, especialmente para a hiperinflação, e construíram as bases do projeto do Real. Um dos trabalhos mais conhecidos ainda hoje é o de André Lara Resende e Persio Arida, apelidado depois de Larida, que consolidou a ideia de uma reforma monetária com duas moedas, uma delas virtual e indexada.

Hoje, a nova geração se volta para linhas de pesquisa diversas, como setor público, desigualdade de renda, mercado de trabalho e organização industrial, entre outras. A macroeconomia e a política monetária continuam presentes, mas com espaço menor que na época da hiperinflação, que consumia quase totalmente o interesse dos pesquisadores.

“Com aquele grau de instabilidade, tudo fica ofuscado. Hoje temos um grupo de pesquisadores que se dedica a aspectos específicos da política econômica que vão além da estabilidade monetária, que é a condição necessária para o desenvolvimento do país e nos dá a capacidade de avançar na agenda econômica”, afirma o atual diretor do departamento de Economia da PUC-Rio, Juliano Assunção.

Os novos professores miram nas questões atuais e futuras da economia brasileira, especialmente em torno da efetividade dos gastos públicos, mas com a consciência do legado da universidade na construção da estabilidade monetária – ainda hoje motivo de atração de alunos.

“Tenho certeza que cada um de nós, de uma forma ou outra, foi marcado pela história do real na PUC-Rio. É uma coisa muito definidora do departamento. Estudei sobre isso na graduação em economia na UFMG e depois no mestrado na PUC-Rio”, afirma Juan Rios, doutor em economia pela Universidade de Stanford e professor do departamento há um ano. “A história econômica do Brasil nos anos 80 é toda sobre inflação. E em 1994 acontece uma coisa que realmente muda a história”, completa.

O conhecimento sobre inflação dessa nova geração vem mais dos livros e pesquisas que das experiências pessoais, diferentemente dos que eram adultos em 1994 e viveram a série de planos econômicos que antecederam o real, como Plano Cruzado, Plano Verão, Plano Bresser e Plano Collor.

“Desde que me entendo por gente nossa moeda é o real. Não vivi esse mundo antes, mas uma das coisas boas que vejo na estabilidade da moeda, do ponto de vista acadêmico, é poder se preocupar com outros tópicos importantes, como as questões de antitruste, competitividade, mercado de trabalho... São questões que a gente tem estudado muito na PUC e eram minimizadas porque tinha um problema gigantesco que era a inflação”, afirma Lucas Lima, que tinha menos de quatro anos em 1º de julho de 1994.

Sua área de pesquisa é a econometria aplicada, com ênfase em organização industrial e temas ligados à interação das empresas no mercado e competitividade. Começou a dar aulas na PUC-Rio no segundo semestre de 2023, após doutorado em Harvard, no mesmo período que chegaram também outros dois professores dessa nova geração: Juan Rios e Renata Narita.

Com 38 anos, Rios nasceu em Belo Horizonte (MG), de pais chilenos, e tem lembranças vagas da infância na época da hiperinflação, como as capas das revistas semanais com a imagem do dragão da inflação.

Com interesse em políticas públicas desde o início de sua formação, hoje estuda como usar teoria econômica e dados para guiar essas políticas, especialmente na área de desigualdade de renda. Mesmo sem trabalhar diretamente com macroeconomia, destaca a importância do impacto do real para a sociedade brasileira.

> “Estabilidade monetária nos dá a capacidade de avançar na agenda econômica”
> *Juliano Assunção, diretor do departamento de economia da PUC-Rio*

“O real é um desses acontecimentos que quase tem um contrafactual, que é a Argentina, país que parecia com o Brasil e depois, por não ter um ‘Plano Real’, apresenta uma trajetória totalmente diferente da nossa”, diz Rios, recém-operado do joelho após uma partida de futevôlei.

Já adolescente quando o Plano Real foi lançado, a economista Renata Narita tem uma lembrança mais clara da correria dos pais para fazer as compras antes de o salário ser corroído e do barulho das máquinas de marcação de preços nos supermercados. Ela ressalta, no entanto, a experiência de quem tinha que pagar contas na época. “Nunca recebi bolsa [científica] em cruzeiro, nunca recebi salário em cruzeiro”, afirma.

No início da graduação, em 1996, no campus da Universidade de São Paulo (USP) de Ribeirão Preto, o real já tinha entrado no currículo da disciplina de Economia Brasileira, conta Narita. “Ali o real já estava fazendo história.”

Foi nessa época que leu pela primeira vez o texto do plano Larida e acompanhou os debates entre os professores sobre conjuntura econômica, embora o interesse acadêmico fosse voltado para economia do trabalho. Com pesquisa reconhecida na área, em temas como reforma trabalhista e seguro-desemprego, retornou à PUC-Rio, onde fez seu mestrado, após doutorado na University College London e dez anos como professora na USP.

Yvan Becard é o professor que, entre os novatos, dá aulas na PUC-Rio há mais tempo, desde 2018. Não viveu a hiperinflação nem no Brasil, nem no Canadá, onde nasceu, em 1988, nem na França, onde passou a maior parte da vida. Na Europa, a memória coletiva sobre inflação é mais forte na Alemanha, diz, e mesmo assim entre os mais velhos.

Becard chegou à universidade carioca após uma seleção internacional, em que recebeu convites de outras escolas, mas a escolha pela PUC-Rio foi feita pela mistura entre a cidade e a instituição. O papel da escola no Plano Real foi uma das primeiras informações que teve ao chegar, conta o economista, que ampliou o conhecimento a partir de conversas com colegas e livros como o “Ordem do Progresso”, cuja segunda edição foi lançada em 2014.

Em suas aulas de macroeconomia, ensina sobre a hiperinflação não só no Brasil, como na Argentina e no Zimbábue. E chama atenção para o custo do fenômeno com gasto de energia produtiva, que poderia ser direcionada para outras atividades.

“Pessoas, firmas e governo gastam muito tempo produtivo para lidar com a inflação. Quanto maior ela é, mais tempo se dedicam a isso, seja com a necessidade de fazer compras no início do mês ou com a dificuldade de saber os preços relativos de produtos. A sociedade não consegue se planejar para o futuro”, afirma.

Ao comentar sobre as pesquisas em curso na universidade, o diretor do departamento destaca os estudos sobre a efetividade do gasto público em diferentes segmentos, que vão muito além da discussão sobre orçamento que domina o debate econômico hoje, na sua avaliação.

“Temos feito muita pesquisa sobre as várias dimensões da política pública, em nível mais detalhado, e acho que essa massa crítica está em construção. Vejo esse traço comum, esse DNA que foi bem presente no início do departamento e continua hoje”, diz Assunção.

Além dessa nova geração de professores, a universidade ainda mantém em seu quadro nomes que participaram daquele momento de profusão de ideias, como Rogerio Werneck, que foi diretor entre 1980 e 1985 e em outros períodos desde então.

Há também professores com décadas de dedicação, como Assunção, Márcio Garcia e Gustavo Gonzaga. Marcelo de Paiva Abreu, autor de “Ordem do Progresso”, referência em história econômica brasileira, hoje professor emérito, se aposentou após quase 40 anos na casa.

Preocupações incluem gasto público e desigualdade

Do Rio

Gasto público, especialmente pela perspectiva de sua eficiência, desigualdade de renda, produtividade, qualificação da população e dos trabalhadores e as dificuldades de conciliação entre política e economia são alguns dos desafios citados por quem hoje faz parte da linha de frente do departamento de Economia da PUC-Rio.

A ineficiência do gasto público em algumas áreas e a desigualdade de renda são os principais obstáculos para a economia brasileira, na avaliação de Juan Rios, um dos professores dessa nova geração da universidade carioca.

“O governo gasta muito, isso pode ser bom ou ruim. Mas, como é o principal agente econômico do país, os desafios [da economia] têm a ver com onde o governo gasta o dinheiro. Gasta-se muito com previdência, por exemplo, e há algumas partes ineficientes”, diz.

Para Rios, a elevada desigualdade é uma questão social, mas também um custo de eficiência para a sociedade. “Existem evidências de que os programas redistributivos, além de diminuírem crime, aumentaram o crescimento econômico brasileiro”, destaca.

A necessidade de conjunção entre economia e política é apontada por dois dos outros professores: Renata Narita e Lucas Lima.

“Às vezes se quer fazer grandes reformas na economia... Mas, se não tiver a parte política engajada, na hora certa, no lugar certo, não vai sair”, afirma Narita, ao lembrar do Plano Real, quando esse trabalho conjunto foi fundamental para o sucesso da nova moeda.

Para Lima, em geral a economia política não é levada em consideração no debate dos economistas. “Um dos desafios é entender o contexto político e como transformar ideias de política econômica em prática. Economistas são bons para chegar a políticas ‘ótimas’, mas a implementação no mundo real tem barreiras extras”, diz.

Produtividade, investimento e qualificação do trabalhador são outros pontos mencionados por Narita, que aponta a antiga comparação entre Brasil e Coreia do Sul. “As pessoas são muito pouco qualificadas e isso atrasa qualquer desenvolvimento”, nota. *(LC)*

Finanças
Caixa estuda mudança para que fundos de previdência invistam em habitação C10

Marketing
IA reduziu em 30 horas por semana o trabalho da área de dados da McCann, diz Vitor Miguel B6

Saneamento
Equatorial oferece R$ 6,9 bilhões por 15% da Sabesp — a única oferta B5

Agronegócios
Quadro favorável à produção nos EUA consolida queda de preços dos grãos B8

Varejo Rede teria cooptado empregados de Itaú e Santander e fraudado operações de BTG e Daycoval

MPF relata como Americanas buscou envolver bancos em esquema de fraudes

Adriana Mattos
De São Paulo

Ministério Público Federal (MPF) e Polícia Federal (PF), que atuam no caso Americanas, relatam que os ex-diretores envolvidos nas supostas fraudes na empresa teriam cooptado funcionários dos bancos Itaú Unibanco e Santander para que alterassem certos documentos, chamados de cartas de circularização, informou na sexta-feira (28) o **Valor Pro**, serviço de notícias em tempo real do **Valor**.

As autoridades ainda citam a existência de um "suposto artifício fraudulento" com verba de propaganda que teria sido construído em cima de um instrumento financeiro disponibilizado pelos bancos BTG Pactual e Daycoval.

As informações são relatadas no pedido de busca e apreensão envolvendo 14 ex-diretores da Americanas, requerido na semana passada pela PF à 10ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro. Os executivos são investigados por participação em fraudes contábeis que atingiram R$ 25,3 bilhões.

As autoridades não apontam os bancos como conhecedores das fraudes. BTG Pactual, Daycoval, Itaú Unibanco e Santander negam irregularidades. Não há executivos dos quatro bancos citados nos pedidos de busca e apreensão de documentos. Procurados, PF e MPF não deram mais detalhes.

No caso de Itaú e Santander, a PF relata que "o grupo envolvido nas supostas fraudes chegou a cooptar funcionários das instituições bancárias para que alterassem as cartas de circularização". Esses documentos eram enviados aos auditores para confirmar informações prestadas pela Americanas, e são emitidos pelos bancos a pedido da auditoria para checar a veracidade das informações da rede.

Nas cartas envolvendo a Americanas, havia diversas informações contábeis, entre elas as operações de "risco sacado", transação financeira fechada entre fornecedor, banco e varejista.

Em 2016, nas cartas de circularização emitidas pelo Itaú e pelo Santander, constavam contratos de risco sacado que não apareciam nos balanços da Americanas, segundo as autoridades. Logo, isso não poderia estar nas cartas, pois seria identificado pelas auditorias.

"Desse modo, o grupo criminoso teria cooptado funcionários das citadas instituições bancárias para que alterassem as cartas de circularização, de modo que, de acordo com a autoridade policial, encobrisse as operações de risco sacado e garantisse ao grupo a continuidade das supostas fraudes", diz a Justiça, ao mencionar as informações levantadas pelas autoridades.

Sobre o tema, o Itaú Unibanco nega qualquer participação, direta ou indireta, no suposto esquema, e ainda diz que sempre prestou às auditorias e aos reguladores informações corretas e completas, conforme as melhores práticas. Relata que o banco sempre alertou as auditorias da rede para a existência das operações de risco sacado, que teriam sido utilizadas para suposta manipulação. E que os ex-diretores da cadeia interagiram com representantes do Itaú para retirar os alertas sobre a operação. Mas o banco diz que nunca concordou com o pedido, e interrompeu, por mais de seis meses, os contratos de risco sacado.

O Santander repudia veementemente qualquer insinuação contrária à lisura de sua relação com a Americanas, "eventualmente feita por pessoas responsáveis pelas irregularidades e das quais o banco também é vítima". Diz que sempre informou integralmente os saldos das operações no sistema de risco do BC, além das cartas de circularização. Reforça que a varejista já admitiu fraude dos ex-executivos, e que a responsabilidade é da empresa, por intermédio da ex-diretoria.

A respeito das informações relativas ao BTG e ao Daycoval, elas foram dadas em depoimento do delator do caso, Marcelo Nunes, ex-diretor da Americanas. O executivo diz que uma solução financeira — a antecipação da verba de propaganda cooperada — foi disponibilizada pelas instituições à rede.

Isso teria sido repassado a Nunes por Breno Lima, superintendente financeiro da rede na época. A Americanas, então, passou a encaminhar aos bancos uma relação de verbas, inclusive as supostamente fictícias, e os bancos depositavam em favor da rede os valores correspondentes, com deságio.

Após 30 dias, a cadeia pagava aos bancos os valores que tinham sido antecipados. Logo, os bancos podem ter depositado montantes em cima de verbas que não existiam, mas que foram informadas pela Americanas. O **Valor** apurou que essas bonificações da indústria são valores pagos pelo fabricante ao varejo dentro de um acordo comercial atrelado à meta de vendas, e podem nem ser pagos, a depender das tratativas.

"Em contrapartida, as instituições exigiam que a Americanas realizasse aplicações financeiras correspondentes entre 75% e 100% dos valores antecipados", diz a Justiça, ao se referir às informações da PF no pedido de busca.

Em nota, o BTG nega de forma veemente a indicação de qualquer "solução" ou operação de crédito desalinhada à legislação vigente e às melhores práticas de mercado. Relata que antecipou créditos para a rede, que sempre foram registrados nas informações contábeis do banco e devidamente reportados à central de risco do Banco Central.

O Daycoval diz que todas as operações realizadas pelo banco são feitas de forma ética e dentro da lei, e que operações de antecipação de recebíveis estão entre as mais comuns do mercado. E que as feitas com a rede estavam dentro das normas. Por não ter tido acesso ao inquérito, ou sido notificado, não fará comentários específicos.

> Rede enviava relação de verbas, inclusive as fictícias, e BTG Pactual e Daycoval depositavam em favor da Americanas
> *Polícia Federal*

Essas transações eram uma forma de a varejista ter linhas no mercado, porque as operações de risco sacado, que sustentavam parte do esquema de manipulação contábil, já estavam no limite junto aos bancos tradicionais do setor. Por isso, os ex-diretores passaram a pressionar a tesouraria da Americanas para que apresentasse novas ferramentas, além do risco sacado.

A PF ainda detalha como era a contabilidade desses valores. Informa que, no primeiro momento, quando da captação de recursos junto aos bancos, era feita uma baixa de cartas fictícias das verbas ("intitulada internamente como Carta B"). E, num segundo momento, quando os bancos eram pagos pela empresa, os valores fictícios retornavam para o saldo.

Ainda segundo as autoridades, havia uma outra operação utilizada pelo grupo, com cartão de crédito do Banco do Brasil (BB), que era muito semelhante ao risco sacado, mas de curtíssimo prazo.

O BB pagava aos fornecedores os valores das notas fiscais e, no mês seguinte, a rede pagava ao banco os mesmos valores, acrescidos do custo financeiro da operação.

Do ponto de vista contábil, no primeiro momento, quando o banco pagava os fornecedores, nada era feito na contabilidade. Mas depois, quando ocorria o pagamento da varejista ao BB, era dada baixa na nota fiscal, com o registro do pagamento ao fornecedor.

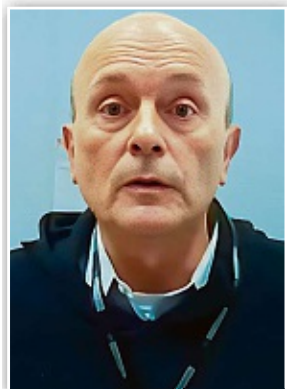
A operação gerava uma dívida de curto prazo do grupo com o banco que não era divulgada. Em 2021, a dívida com o cartão atingia R$ 746 milhões, diz a autoridade.

MPF e PF não relatam eventual conhecimento do BB sobre as condições fraudulentas da operação.

Procurado, o BB diz que não comenta casos específicos, sujeitos ao sigilo bancário e comercial. Afirma que opera na área de crédito em total conformidade com a legislação e que tem uma política de gestão de crédito e risco "robusta, observando, com total diligência, as melhores práticas e normas de governança, de forma reconhecida no mercado".

Ver mais na página B4

Quem é quem - investigação sobre fraude na Americanas

Dados apurados pela PF e pelo Ministério Público Federal do Rio de Janeiro

Miguel Gomes Pereira Sarmiento Gutierrez
CEO da Americanas, teria aprovado os resultados da companhia e usado de informação privilegiada ao vender milhões em ações antes que a fraude viesse a público

VINICIUS LOURES / CÂMARA DOS DEPUTADOS

Anna Christina Ramos Saicali
CEO da B2W e CEO da Ame, teria aprovado os resultados da companhia e usado de informação privilegiada ao vender milhões em ações antes que a fraude viesse a público

BRENNO CARVALHO / AG. O GLOBO

José Timotheo de Barros
CEO da Lojas Americanas, CEO e CFO da Americanas S.A., diretor operacional da B2W. Teria solicitado ao colaborador Marcelo Nunes um levantamento das supostas fraudes contábeis, aprovava os resultados da companhia e teria usado de informação privilegiada ao vender milhões em ações antes que a fraude viesse a público

REPRODUÇÃO/LINKEDIN

Marcio Cruz Meirelles
CEO e diretor comercial da B2W, CEO da Americanas S.A., aprovava os resultados da companhia e teria usado de informação privilegiada ao vender milhões em ações antes que a fraude viesse a público

Anna Christina da Silva Sotero
Teria participado de falsificação de Cartas de Verba de Propaganda Coordenada para sustentar saldo fictícios da B2W

Carlos Eduardo Rosalba Padilha
Teria encaminhado à colaboradora Flávia Carneiro a meta que deveria ser perseguida para a divulgação dos resultados. Enviava sugestões para notas explicativas de despesas por natureza e resultado financeiro. Teria usado de informação de informação privilegiada ao vender milhões em ações antes que a fraude viesse a público

Fabien Pereira Picavet
Diretor Executivo de Relações com o Investidor das Lojas Americanas, teria pedido números falsos que atendessem à expectativa dos investidores. Enviava sugestões para as notas explicativas de despesas por natureza e resultado financeiro das Lojas Americanas e Americanas S.A

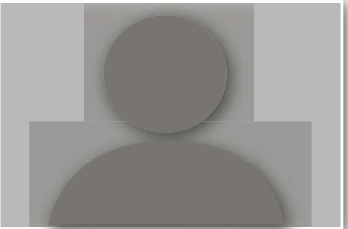
MARCELO JUSTO / VALOR

Fábio da Silva Abrate
Teria solicitado a instituições financeiras documento complementar para alterar informações de operações de risco sacado, teria usado de informação privilegiada ao vender milhões em ações antes que a fraude viesse a público

Jean Pierre Lessa e Santos Ferreira
Teria usado de informação privilegiada ao vender milhões em ações antes que a fraude viesse a público

João Guerra Duarte Neto
Responsável pela área de TI, teria atuado para atender exigências das auditorias e participava da aprovação de resultados da companhia. Teria usado de informação privilegiada ao vender milhões em ações antes que a fraude viesse a público

Luiz Augusto Saraiva Henriques
Teria solicitado a instituições financeiras documento complementar para alterar informações de operações de risco sacado

Maria C. Ferreira do Nascimento
Teria emitido "cartas de circularização" junto a instituições financeiras para omitir risco sacado e participou de falsificação de Cartas de Verba de Propaganda Coordenada. Teria usado de informação privilegiada ao vender milhões em ações antes que a fraude viesse a público

Murilo dos Santos Correia
Teria solicitado a instituições financeiras documento complementar para alterar informações de operações de risco sacado. Teria usado de informação privilegiada ao vender milhões em ações antes que a fraude viesse a público

Raoni Lapagesse Franco Fabiano
Responsável por enviar as sugestões para as notas explicativas de despesas por natureza e resultado financeiro da B2W. Teria usado de informação privilegiada ao vender milhões em ações antes que a fraude viesse a público

Fonte: Polícia Federal

CBN Professional Ricardo Mussa, da Raízen, é o convidado do podcast, onde fala sobre inovação, gestão e ativismo na questão climática

"Tem que escolher bem as pessoas, não pode ter só atacante", diz CEO

Stela Campos
De São Paulo

"Engenheiro, né?", perguntou Rubens Ometto, fundador e sócio controlador do grupo Cosan. Depois de já ter recusado duas propostas para trabalhar na companhia, esta era a terceira oferta de emprego que ele faria a Ricardo Mussa. "Sim, engenheiro", respondeu o executivo e tirou do bolso uma lista com seus benefícios. Quando estava lendo a terceira linha, ele conta que Ometto bateu na mesa e lhe ofereceu um salário altíssimo. "Eu não sabia se ele estava brincando e demorei para responder", lembra. "Tá vendo?", disse Ometto. "Você ainda está muito apaixonado pela Unilever para vir para a Cosan", então encerrou a conversa e seguiu para o elevador, mas completou: "Olha, gostei de você, então um dia te ligo quando tiver algo bacana para te oferecer".

Mussa não podia imaginar que anos depois não só faria parte do grupo, como estaria no comando da Raízen, joint venture formada em 2011 pela Cosan e Shell, hoje com 46 mil funcionários e 35 parques de bioenergia. A empresa lidera a produção de energia renovável no país e teve uma receita líquida de R$ 220,5 bilhões, no acumulado de 2022 a 2023. O CEO da Raízen contou sua trajetória no novo episódio do podcast CBN Professional, uma parceria do **Valor** com a rádio "CBN".

Mussa diz que acabou ingressando no grupo Cosan quando Ometto lhe ofereceu o comando da Radar, uma gestora de investimentos. Mas, a oferta de salário foi modesta. "Aquele valor? Não, você não aceitou aquela vez. Mas, vou te propor fazer uma startup", lembra. "Eu pensei, se não arriscar agora, não vou mais e foi a melhor coisa que eu fiz".

Ele trabalhou por 10 anos na Unilever antes de fazer a primeira mudança de empresa e confessa que tinha muito medo da troca. Só tomou coragem quando recebeu uma proposta financeira melhor para ir para a Danone. "Essa foi uma decisão equivocada, mas quando me arrependi da mudança apareceu a Cosan", diz. "Eu não teria tido coragem de mudar de novo se não tivesse perdido o medo de me arriscar na primeira vez".

Para ele, testar é importante, principalmente quando se está no início da carreira. "As pessoas precisam ter mais experiências na vida para depois decidirem o que querem fazer", diz. Depois da Radar, ele foi para a Moove, outra empresa do grupo Cosan, para o mercado de lubrificantes, com atuação na Europa e América Latina. Essa foi sua primeira experiência como CEO, conta. "Quando você assume esse papel, você não está mais no controle, no sentido de fazer as coisas você mesmo. Você tem que confiar nas pessoas, delegar, o que é muito difícil no começo", diz. "Eu adorava fazer a minha própria apresentação de PowerPoint", comenta. Aprender a delegar, para ele, foi o passo mais difícil na transição para a liderança.

Na Raízen, ele diz que comanda várias empresas em uma. "Tenho pessoas muito seniores abaixo de mim, com uma experiência de vida que você não precisa ensinar muita coisa. São vários CEOs lá dentro", explica. Um deles, por exemplo, é responsável pela parte de mobilidade, que inclui mais de 8 mil postos de combustíveis e a divisão de varejo, a Oxxo, diz. "Tem que escolher bem as pessoas, não pode ter só atacante, não pode ter só zagueiros, tem que formar um time."

Ele diz que é sempre bom desenvolver o espírito de dono nos funcionários. Uma das vantagens do IPO, realizado em 2021, foi poder dar 'stock options' para os funcionários. "Eu tinha três motivos para fazer o IPO, o primeiro era levantar recursos para o plano de crescimento da companhia, o segundo era criar esse ambiente de espírito de dono, e o terceiro era ter uma empresa de capital aberto, o que facilita um M&A", conta. "A gente levantou quase R$ 7 bilhões", lembra. Ele conta que não foi fácil convencer o conselho sobre o IPO, mas que se orgulha de ter conseguido levá-lo adiante.

Foi no comando da Raízen que Mussa se tornou um ativista pela energia limpa. Dentro da companhia, incentiva a inovação e aposta no etanol de segunda geração, produzido com resíduos da cana-de-açúcar. Com sua atuação, acabou sendo reconhecido como liderança na questão climática internacional. Há dois anos, quando o encontro do G20 aconteceu na Indonésia, ele foi convidado para ser cochair do B20, grupo de transferência energética. Depois, repetiu a função no G20 na Índia. Agora, vai liderar o B20 na edição que será no Brasil. "Para mim, o que falhou nos últimos grupos B20 é que a gente fez um 'paper' com 40 ações. Agora, eu disse não, quero só três ações que a gente acredita que vão fazer a diferença", adianta.

O episódio completo está disponível no site da "CBN", nas plataformas Spotify e Apple Podcasts, e também pode ser assistido pelo YouTube do **Valor** ou pelo YouTube da "CBN".

GABRIEL REIS/VALOR

"Você tem que confiar nas pessoas, delegar, o que é muito difícil no começo"
Ricardo Mussa

Como se preparar para o trabalho com IA em diferentes áreas

Requalificação

Hannah Murphy
Do Financial Times

Em maio, o JPMorgan Chase anunciou que todos os seus novos contratados receberiam treinamento para usar inteligência artificial (IA) — com a promessa de que a iniciativa ajudaria o pessoal a eliminar trabalhos repetitivos "sem graça" e aumentar a produtividade e a receita. "Neste ano, todos os que estiverem chegando aqui terão treinamento em engenharia de 'prompts' para prepará-los para a IA do futuro", disse Mary Erdoes, executiva-chefe do departamento de gestão de ativos e patrimônio do banco americano.

Ela se referia ao processo de escrever o texto mais eficaz para os 'prompts', os comandos necessários para que uma ferramenta de IA gere a resposta mais desejada. Erdoes não é a única líder empresarial a ter percebido essa necessidade. A engenharia de prompts vem emergindo como uma das habilidades mais procuradas em locais de trabalho onde a IA começou a assumir e automatizar tarefas ou a funcionar como uma forma de auxílio para os trabalhadores — por exemplo, através de chatbots como o ChatGPT, da OpenAI.

Na esfera dos governos, em termos mundiais, as melhorias de produtividade permitidas pela IA generativa poderiam valer US$ 1,75 trilhão ao ano até 2033, segundo Marc Warner, cofundador e executivo-chefe da Faculty, firma londrina que fornece softwares, consultoria e serviços de IA.

Para materializar esses benefícios, contudo, será necessário direcionar com cuidado os investimentos em requalificação para um mundo com IA. "Não é a IA que substituirá os humanos, são os humanos capazes de trabalhar com ela [que] substituirão [aqueles] que não são", diz Khariton Matveev, um empreendedor de tecnologia. Seu conselho: "Veja a IA como um colega de trabalho, não a evite, mas procure mais casos de implementação em seu campo."

Segundo um estudo, quase 20% dos trabalhadores dos EUA poderiam ter pelo menos 50% de suas tarefas afetadas pela adoção de modelos de linguagem de grande escala (LLMs, na sigla em inglês), como o GPT-4, da OpenAI. Matveev acredita que essa adoção da IA consistirá mais em "substituir parcialmente alguns elementos do trabalho do que substituir totalmente as profissões". Ele sinaliza que trabalhos de processamento de informações — como tradutor, pesquisador ou designer — estão em maior risco do que profissões que exigem força física.

Como preparação para a nova tecnologia, ele recomenda aos trabalhadores fazerem cursos de engenharia de prompts e experimentar ferramentas de IA, integrando-as às suas vidas diárias.

De acordo com Christian Rebernik, cofundador da Tomorrow University of Applied Sciences, há uma "necessidade [mais] urgente" de requalificar-se para a IA em certos setores do que em outros. Entre aqueles em que a necessidade é maior estão os de saúde, combate às mudanças climáticas e cibersegurança — uma vez que cibercriminosos têm usado a IA para realizar ataques sofisticados.

US$ 1,75
trilhão ao ano é o ganho estimado com produtividade

Também existem funções específicas de IA que se tornarão cada vez mais importantes à medida que a tecnologia começar a se incorporar com mais profundidade em nossas vidas cotidianas, como as de rotulador ou anotador de dados — o profissional que ajuda a treinar algoritmos de IA esclarecendo, por exemplo, o que uma imagem particular retrata.

"O surgimento da IA generativa traz uma série de oportunidades de requalificação — mapear o fluxo da IA, que vai desde a coleta e rotulagem de dados, até a criação e treinamento de modelos, e, por fim, a aplicação e o feedback", diz Dev Nag, CEO da QueryPal, uma assistente de IA para empresas. "Especialistas de domínio que podem ajudar no início e no fim desse fluxo — [assessorando sobre] quais dados coletar, como rotulá-los e como aplicá-los — continuarão a agregar um enorme valor."

Quanto aos que correm mais risco de terem seus papéis substituídos, mas que se mantêm tecnicamente aptos, Matveev diz: "Você pode se proteger, caso seja um especialista de primeira linha que tenha condições de ajudar a ensinar IA em seu campo. [Você pode] ganhar treinando modelos num conjunto de dados criado por você."

No entanto, diante de todas essas mudanças, as habilidades necessárias para se manter à frente vão além das puramente técnicas.

Para ser mais eficaz como engenheiro de prompts em um determinado setor, por exemplo, será necessário um conhecimento profundo desse setor. "Nossa experiência até agora sinaliza que há uma forte correlação entre o conhecimento no assunto e a capacidade de criar melhores prompts", diz James Longster, sócio do departamento de tecnologia da banca de advocacia Travers Smith.

Ele cita a área jurídica como exemplo. Se diferentes pessoas receberem a tarefa de usar IA para extrair informações de um contrato, advogados experientes tendem a superar colegas não jurídicos na criação de prompts que extraem os melhores resultados.

Além disso, todos que trabalham com clientes precisarão saber como trabalhar com a IA de maneiras que não os façam perder a confiança de seus clientes. Nag, da QueryPal, ressalta o caráter duradouro do papel dos consultores financeiros, que precisam "equilibrar o discernimento do risco versus o da recompensa para investidores individuais, para que os algoritmos [de IA] não ultrapassem o limite de risco desejado".

Matveev concorda. "À medida que a IA assume mais componentes 'duros' — como dados, análise, execução —, o papel humano passará a ser entender melhor as necessidades, o que os clientes querem e o que devemos fazer", diz.

Outros também mencionam a importância das habilidades interpessoais e da ética, à medida que a IA vai sendo adotada no trabalho. "Habilidades como inteligência emocional — reconhecer e regular as próprias emoções — e inteligência social — compreender e influenciar as emoções dos outros em situações sociais — garantirão que a integração da IA permaneça centrada no humano", diz Rebernik. *(Tradução Sabino Ahumada)*

Existe um lugar onde não importa quem você é

Trabalho SA

Stela Campos

Falar sobre diversidade é um tema recorrente para quem escreve na editoria de Carreira, mas confesso que foi bem longe do mundo corporativo que tive a oportunidade de ver o valor de um ambiente de fato inclusivo. Aconteceu há algumas semanas quando fui assistir meu filho participar de um campeonato paulista de kung fu.

Eu já tive minha curta experiência nessa prática há alguns anos, na modalidade louva-deus, mas um problema no joelho me obrigou a desistir, sem nunca deixar de admirar. Para uma pessoa com mais de 45 anos, decorar quase 40 movimentos, de uma coreografia complexa que inclui decisões de direita e esquerda, para passar de faixa, pode ser complicado. Isso exigia uma concentração suprema, o que para pessoas ocupadas e estressadas como eu era maravilhoso. Se um pensamento de preocupação com o trabalho surgia, pronto, era impossível continuar a partir dali, tinha que voltar do começo. Então, era preciso foco absoluto nos movimentos, o que era muito relaxante. Cheguei à faixa amarela, a segunda, quase não acreditei quando consegui.

Mas voltando àquela manhã de domingo no campeonato, existiam três grupos de juízes e competições simultâneas. Concentração em alta, cada um fazendo seu movimento como se estivesse sozinho. E lá estavam competidores de diversas idades, gêneros, etnias e classes sociais. Para praticar kung fu, inclusive, não é preciso ter um biotipo certo. Gordos, magros, altos, baixos, nada é um empecilho para se desenvolver nessa arte milenar. As habilidades é que contam e elas podem ser adquiridas com dedicação e empenho.

Idosos com mais de 70 anos e crianças de 4 estavam se apresentando, lado a lado. Os mais graduados, os menos graduados, todo mundo dando seu máximo na quadra. A competição era por medalhas e venciam aqueles com os movimentos mais bem executados, geralmente, com maior leveza. Alguém pode ter saído chateado por não ter ganhado a maior nota, mas em quatro horas de campeonato não vi ninguém receber um 10 dos juízes. No máximo, 9,98. Por quê? Sabedoria chinesa, é sempre bom deixar uns pontinhos a desejar. Os iniciantes não podem receber notas acima de 7, os intermediários podem alcançar entre 8 e 9 e só os pais mestres, os sifus, chegam a 9 ou quase 10.

Algumas apresentações são de tirar o fôlego, a destreza com as espadas, bastões e leques são difíceis de descrever. Os paramédicos estão sempre por perto porque até os grandes mestres podem errar um golpe e se machucar. No geral, as apresentações são individuais, mas às vezes elas acontecem em duplas. Trata-se de um trabalho de absoluta sincronia. O vacilo de um pode significar um golpe doído no outro. O certo é ninguém se encostar de verdade.

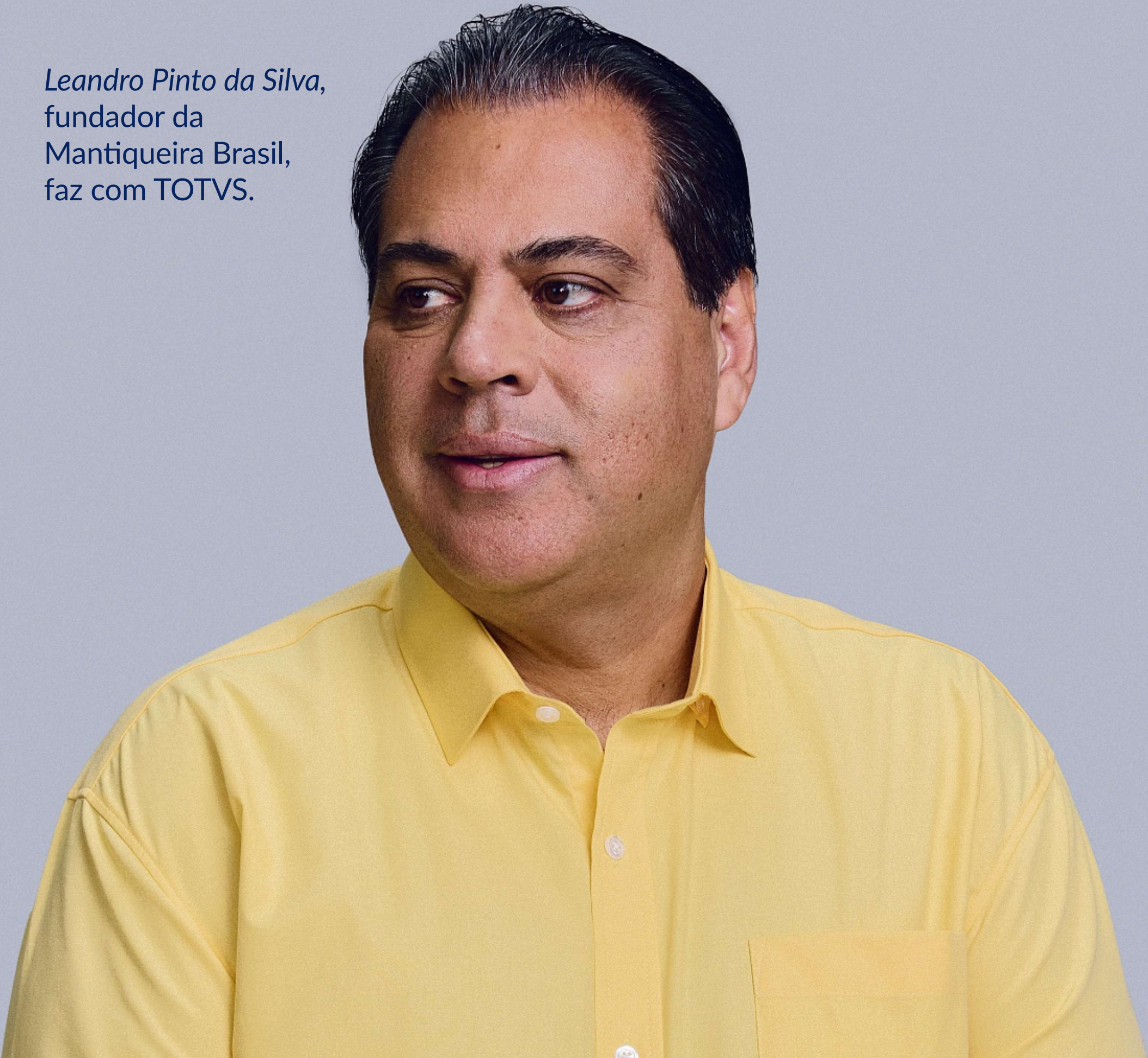
O único momento de luta do campeonato aconteceu com duas duplas se enfrentando no sanda ou boxe chinês, uma arte marcial desenvolvida há quatro mil anos. Os primeiros a se enfrentarem foram dois adolescentes. As torcidas se acenderam. Quando um deles foi a nocaute e o vencedor teve seu braço erguido pelo juiz, imediatamente após, ele abraçou o amigo e atravessou a arena para cumprimentar também o técnico do adversário. Sem ressentimentos, respeito pelo outro. Os competidores saíram juntos e sorrindo, depois de muito soco.

Esse respeito observei também quando, em uma apresentação individual, um competidor viu sua espada literalmente voar. Naquele momento, ele sabia que havia perdido a medalha. Foi aplaudido no mesmo minuto. Quando os que estavam competindo com ele levaram as medalhas de ouro, prata e bronze, ele foi aplaudido novamente. Uma manifestação de reverência ao seu esforço.

Meninos e meninas, de 4 a 10 anos, depois de competirem em suas categorias infantis, acompanhavam atentamente da beira da quadra a participação de seus mestres. Uma garotinha vibrou muito ao ver seu professor vencer a luta de sanda. Cheia de orgulho, batia palmas sem parar. Ao mestre todo o carinho.

O Oswaldo, mestre do meu filho, participou como juiz. Sua história reflete um pouco dessa cultura que observei no campeonato. Ao saber que a unidade que comandava da academia de kung fu ia fechar, ele decidiu manter o lugar e se aventurar como empreendedor. Ele tinha poucos recursos, mas era muito querido pelos alunos. O espírito coletivo transformou o lugar. Os estudantes se reuniram para comprar tinta, pintaram e ajudaram no que puderam. Ele retribui até hoje sempre melhorando a experiência dos estudantes, inovando, buscando novos métodos, se atualizando. Ele não treina apenas, mas conta histórias que aprendeu com outros mestres. Mantém vivo o espírito de equipe, promove festas, encontros em que todos colaboram de alguma forma.

Meu filho ganhou medalha de bronze no seu primeiro campeonato naquela manhã, uma nota acima de 8. Ele é faixa roxa, está quase lá. No meio da sua apresentação, ele conta que teve um lapso de pensamento que quase o fez esquecer tudo, mas continuou. Me enchi de orgulho de ver ele se superar e do quanto aquele dia me fez entender a importância de se ter ambientes diversos, de ter respeito ao outro e o poder de um trabalho em equipe onde existe admiração e confiança.

Stela Campos é editora de Carreira
e-mail: stela.campos@valor.com.br

Varejo Ex-CEO da companhia Miguel Gutierrez foi preso em Madri na sexta-feira, mas no sábado foi posto em liberdade e vai responder às autoridades na Espanha

Esquema de fraude na Americanas travava sistema e 'empurrava' despesa para frente

Adriana Mattos e Alessandra Saraiva
De São Paulo e Rio

Diretores da antiga gestão da Americanas, acusados de ações fraudulentas no caso, teriam empurrado despesas de um período para outro, desrespeitando os critérios de contabilidade, com o intuito de reduzir gastos em determinado intervalo e, com isso, melhorar os resultados pontuais da empresa. Isso era feito bloqueando-se o sistema de pagamento da rede.

Os executivos ainda teriam turbinado as vendas brutas totais (GMV, na sigla em inglês), que reúne toda a venda da empresa e de parceiros do "marketplace", para mostrar ao mercado um cenário mais positivo, e, assim, aumentar a valorização da rede na bolsa e obter melhores bônus anuais.

As informações constam da investigação da Polícia Federal (PF), em conjunto com o Ministério Público Federal (MPF/RJ). São descritas em pedido de busca e apreensão de documentos dos investigados, enviado à Justiça na semana passada.

Em trimestres em que certas despesas operacionais foram mais altas, a empresa "segurava" esses valores e não os contabilizava no período correto, jogando ao trimestre seguinte, para evitar que os números pesassem no balanço.

Além disso, a empresa fazia o registro das despesas pelo regime de caixa em vez de competência da nota fiscal. Pelo regime de competência, o registro das receitas ou despesas no balanço se dá na data em que aconteceu. Quando se usa o critério de caixa, o registro do dinheiro ocorre na data de pagamento ou recebimento.

De acordo com os delatores que prestaram informações às autoridades, num acordo de colaboração premiada, este artifício era feito via bloqueio do sistema de pagamento da companhia.

Isso impedia que gestores registrassem notas fiscais a serem pagas, evitando, assim, serem contabilizadas no período correto, o que poderia piorar o resultado de determinado período.

A outra forma era "empurrar" as despesas, diz a Polícia Federal à Justiça, no pedido de busca e apreensão de documentos dos investigados. Os gastos de certo período passavam a ser registrados para o mês ou trimestre seguinte, e isso ocorria quando se verificava que era necessário melhorar o desempenho de um período específico.

Ainda havia uma terceira maneira de alterar os números, por meio da contabilização de despesas como investimentos. Há normas contábeis que norteiam os critérios de classificação e que devem ser seguidas pelas empresas.

> A varejista considerava investimento o que teria de ser despesa e isso melhorava os balanços

A varejista considerava investimento o que teria de ser despesa e isso melhorava a linha final do balanço, segundo delação de ex-executivos do grupo.

Na operação da Lojas Americanas, despesas com frete, pessoal, "cashback" a clientes, despesas com lojas e tecnologia, principalmente, foram contabilizadas como investimentos, e não como gastos, como deveria ser feito, pelos critérios de contabilidade.

Na antiga B2W Digital (hoje integrada à Americanas), participariam supostamente desse procedimento, segundo a PF, os ex-diretores Anna Saicali, Timotheo Barros, Marcio Cruz e Carlos Padilha. Na Lojas Americanas, os participantes seriam o ex-CEO Miguel Gutierrez, além de Barros, Padilha e Cruz. Ainda há outros nomes do terceiro escalão que teriam atuado no esquema fraudulento.

A respeito do aumento manipulado do GMV (vendas brutas totais), segundo o delator Marcelo Nunes, ex-diretor da empresa, isso ocorria na B2W e era feito por Márcio Cruz, CEO do braço digital. Cruz seria o responsável por validar o "fator multiplicativo" para aumentar o GMV.

Gutierrez e Barros negam conhecimento das fraudes. Saicali, Cruz e Padilha não foram localizados pelo **Valor**.

Está previsto para hoje, segunda-feira (1), o retorno ao Brasil de Saicali, que comandava a B2W. Foragida, Saicali é um dos alvos da "Operação Disclosure", deflagrada na quinta-feira (27) por PF e MPF/RJ .

Segundo apurou o **Valor**, a ex-executiva estava em Portugal. Na noite de sexta-feira (28), a Justiça do Rio determinou suspensão de prisão preventiva da ex-executiva, divulgada no dia 27, caso ela cumprisse algumas condições: que se apresentasse às autoridades policiais no aeroporto de Lisboa, ontem (30), e que retornasse ao Brasil e entregasse o passaporte à PF.

O **Valor** teve acesso à passagem aérea de retorno de Saicali ao Brasil. Nela, a saída da ex-executiva da Americanas estava marcada para às 23h35 do dia 30 de junho do aeroporto de Lisboa, com chegada prevista ao aeroporto de Guarulhos, em São Paulo, no dia 1 de julho, às 5h35. Procurada, a assessoria da executiva não respondeu aos questionamentos do **Valor**.

Gutierrez foi preso em Madri, na sexta-feira (28). Mas, no sábado (29), a defesa do ex-CEO informou que ele já se encontrava em liberdade. Na ocasião, a defesa de Gutierrez informou que seu cliente compareceu espontaneamente diante das autoridades policiais e jurisdicionais, na sexta-feira (28), para prestar os esclarecimentos solicitados. E que, diante do acesso aos autos, Gutierrez exercerá defesa "frente às alegações originadas por delações mentirosas em relação a ele", disse a defesa do ex-CEO.

A Americanas informou rombo contábil em janeiro de 2023. Na ocasião, a companhia disse que havia identificado "inconsistências em lançamentos contábeis" nos balanços corporativos no valor de cerca de R$ 20 bilhões — posteriormente ampliado para R$ 25 bilhões. A investigação da PF e do MPF contou ainda com o apoio técnico da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), detalhou a PF.

Procurada para se posicionar sobre o retorno de Saicali ao Brasil e sobre a detenção de Gutierrez na Espanha, a Americanas informou que não vai se pronunciar.

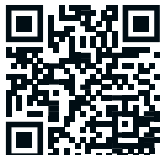
VINICIUS LOURES / CÂMARA DOS DEPUTADOS

Anna Saicali, que comandava a B2W e é alvo da investigação da PF, deve chegar hoje de volta ao Brasil

Metais e Petróleo

Comparativos de preços

	Cotações					Var. até a última data indicada - em %				Cotação em 12 meses	
Metais não-ferrosos - US$/ton. (1)	**28/06/24**	**Há uma semana**	**Fim de maio**	**2023**	**Há um ano**	**Semana**	**Mês**	**Ano**	**12 meses**	**Menor**	**Maior**
Alumínio high grade											
Disponível	2.485,5	2.452,5	2.677,0	2.335,5	2.141,5	1,35	-7,15	6,42	16,06	2.068,5	2.695,0
Três meses	2.526,0	2.504,0	2.712,5	2.382,0	2.183,5	0,88	-6,88	6,05	15,69	2.123,0	2.741,0
Alumínio secundário (liga)											
Disponível	2.260,0	2.285,0	2.200,0	1.550,0	1.952,0	-1,09	2,73	45,81	15,78	1.450,0	2.285,0
Três meses	2.260,0	2.285,0	2.200,0	1.550,0	2.007,0	-1,09	2,73	45,81	12,61	1.503,0	2.285,0
Chumbo											
Disponível	2.160,0	2.145,0	2.246,0	2.031,0	2.130,5	0,70	-3,83	6,35	1,38	1.965,0	2.314,0
Três meses	2.210,0	2.186,0	2.302,0	2.068,0	2.088,0	1,10	-4,00	6,87	5,84	2.005,0	2.343,0
Cobre grade A											
Disponível	9.476,5	9.648,0	9.985,0	8.476,0	8.268,0	-1,78	-5,09	11,80	14,62	7.812,5	10.857,0
Três meses	9.625,0	9.790,0	10.110,0	8.580,0	8.279,0	-1,69	-4,80	12,18	16,26	7.890,0	10.930,0
Estanho high grade											
Disponível	33.000,0	32.650,0	33.300,0	25.175,0	27.500,0	1,07	-0,90	31,08	20,00	22.910,0	35.685,0
Três meses	33.200,0	32.900,0	33.525,0	25.500,0	26.325,0	0,91	-0,97	30,20	26,12	23.275,0	35.325,0
Níquel											
Disponível	16.960,0	16.935,0	19.830,0	16.300,0	19.855,0	0,15	-14,47	4,05	-14,58	15.620,0	22.355,0
Três meses	17.270,0	17.200,0	20.125,0	16.570,0	20.055,0	0,41	-14,19	4,22	-13,89	15.880,0	22.700,0
Zinco special high grade											
Disponível	2.919,5	2.786,0	2.994,5	2.640,5	2.348,0	4,79	-2,50	10,57	24,34	2.261,0	3.093,0
Três meses	2.976,0	2.845,0	3.041,5	2.654,0	2.356,0	4,60	-2,15	12,13	26,32	2.282,0	3.142,5
Petróleo - US/barril (2)	**28/06/24**	**Há uma semana**	**Fim de maio**	**2023**	**Há um ano**	**Semana**	**Mês**	**Ano**	**12 meses**	**Menor**	**Maior**
WTI - mercado futuro	80,64	79,96	76,73	71,84	69,73	0,85	5,10	12,25	15,65	68,85	91,30
Brent - mercado futuro	85,00	84,33	81,11	76,91	74,24	0,79	4,80	10,52	14,49	73,52	94,36

Fontes: LME e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. (1) Métrica. (2) Segunda posição

'Nearshoring' Anúncios mais recentes somam aportes de US$ 900 milhões, incluindo Frasle e Gerdau

Mais empresas brasileiras têm investido no México

Stella Fontes e Ana Luiza Tieghi
De São Paulo

Um número crescente de empresas brasileiras tem investido no México como forma de estar mais perto do mercado americano. Na semana passada, a Frasle Mobility anunciou a compra de uma fabricante mexicana de autopeças por R$ 2,1 bilhões, no maior negócio feito pela companhia controlada pela Randoncorp. Outras empresas, como Gerdau e WEG, também têm apostado nessa aproximação.

Esse movimento é conhecido como "nearshoring", que consiste na realocação de operações industriais para países vizinhos.

Considerados apenas os anúncios mais recentes, serão mais US$ 900 milhões em investimentos brasileiros no México, confirmando a retomada da aposta no país latino no pós-pandemia. Segundo levantamento da Confederação Nacional da Indústria (CNI) para o **Valor**, após a queda de 19,9% nos recursos aportados naquele país entre 2019 e 2020, houve crescimento de 22,9% até 2022, ano em que o volume investido por empresas brasileiras em solo mexicano chegou a US$ 1,2 bilhão, com base em dados disponíveis no Banco Central.

Com presença no México desde 2000 e cinco fábricas, a WEG vai construir uma nova planta de tintas, mediante investimentos de R$ 100 milhões. A Gerdau, que ainda não tem operação industrial no país, se prepara para instalar uma unidade de aços especiais, com capacidade de 600 mil toneladas por ano e investimento estimado pelo mercado em pelo menos US$ 500 milhões. Já a Frasle passa a produzir localmente com a aquisição anunciada na semana passada.

O tamanho do mercado mexicano já era um fator de atração de investimentos. Mas, no pós-pandemia, a estratégia de encurtar a cadeia de produção e a ampliação das medidas de defesa comercial contra a China deram novo brilho ao país.

"O México beneficia-se de sua proximidade com os Estados Unidos e também por fazer parte do acordo USMCA", diz o líder de M&A e "transaction solutions" para a Aon no Brasil, Pedro Costa. O USMCA reúne os países que formavam o antigo Nafta (México, Estados Unidos e Canadá) também com objetivos econômicos.

R$ 2,1 bi
foi o investimento da Frasle no país latino-americano

Segundo Costa, alguns setores despontam como alvo de novos investimentos no México: a indústria automotiva, que já está em expansão por causa da proximidade com o mercado americano; manufatura, diante dos custos competitivos; tecnologia e eletrônica; químicos e tintas; e software. "Empresas chinesas, por exemplo, estão utilizando o México como porta de entrada estratégica para o mercado americano", afirma.

A fabricante de sistemas metálicos Makro tem percebido um aumento do interesse em trabalhar no México. Christophe Schwarzberg, diretor comercial da companhia, afirma que um cliente na área de galpões logísticos e industriais está demandando mais produtos da empresa no país.

A companhia, de origem carioca, tem presença no Texas (EUA) e deve atender a demanda mexicana por meio das suas atividades no Estado. A Makro atua principalmente na área de cobertura de condomínios logísticos e industriais.

O negócio já previa um investimento de US$ 20 milhões para construir um centro de distribuição e serviços no Texas, que vai importar as peças do Brasil, e para fazer uma nova fábrica no país, em local ainda a ser definido. Segundo Schwarzberg, ao lado do crescimento nos EUA, agora também terão que dar atenção ao México.

Herman Faigenbaum, presidente da consultoria imobiliária Cushman & Wakefield para a América do Sul, afirma que o México tem se tornado um mercado importante para grandes desenvolvedores de galpões logísticos e industriais que atuam no Brasil, por causa do "nearshoring".

"Não necessariamente a Cidade do México [tem atraído as empresas], mas Tijuana e outras cidades perto dos Estados Unidos", diz, reforçando que esse não é um fenômeno provocado pelo México, mas que o país está conseguindo se beneficiar dele.

Segundo o levantamento da CNI, com base em dados do fDi Markets, que monitora investimentos estrangeiros greenfield em todo o mundo, os aportes anunciados por empresas brasileiras no México somaram R$ 9,4 bilhões de 2013 a 2022. Ao todo, 37 empresas anunciaram investimentos nesse período, com destaque para Odata, Novonor (antiga Odebrecht) e WEG, que responderam por 28,7%, 23,8% e 12,8% do total, respectivamente.

Equatorial oferece R$ 6,9 bilhões por 15% da Sabesp

Privatização

Taís Hirata
De São Paulo

DIVULGAÇÃO

A oferta da Equatorial, de R$ 67 por ação da Sabesp fica 10,6% abaixo do preço atual do papel — na sexta-feira (28), as ações da Sabesp valiam R$ 74,97

A Equatorial foi o único grupo a apresentar proposta para se tornar sócia de referência na privatização da Sabesp, conforme o **Valor** havia noticiado na quarta-feira (26). A empresa fez uma oferta de R$ 67 por ação, para a participação de 15% que o grupo deverá assumir na companhia paulista. Isso significa um desembolso de R$ 6,87 bilhões pela fatia. Segundo o governo, o valor ficou acima do preço mínimo que havia sido estabelecido pelo Estado, que ainda não foi divulgado.

A oferta da Equatorial fica 10,6% abaixo do preço atual do papel. Na sexta-feira (28), as ações da Sabesp encerraram o pregão em R$ 74,97, uma redução de 1,16% em relação ao dia anterior. Neste ano, os papéis chegaram a fechar em um pico de R$ 84,96. A última vez em que o papel atingiu o patamar da oferta da Equatorial foi em dezembro do ano passado, quando a ação fechou em R$ 67,66.

Questionada sobre o preço abaixo do patamar atual, a secretária paulista de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística, Natália Resende afirmou que não é possível comparar o preço dos papéis em negociação com as ações que serão compradas pelo sócio estratégico. Ao adquirir os 15% de participação, o acionista de referência terá um papel ativo na gestão, por meio de um terço do conselho de administração, além do compromisso de ficar ao menos até 2029 na empresa, sem possibilidade de vender os papéis nesse período.

A Aegea, que também vinha se preparando para apresentar proposta, desistiu na última hora de participar — os grupos tinham até a última quarta (26) para apresentar oferta. O empresário Nelson Tanure, que também havia manifestado interesse, também não entrou, como já era esperado no mercado.

Dessa forma, a Equatorial se tornou a única interessada em comprar os papéis e, com isso, se torna a provável sócia estratégica da companhia paulista de saneamento após a privatização.

Em nota, a Equatorial afirmou que "seguirá acompanhando todas as etapas e trâmites previstos no edital" e que a oferta "é mais um passo na consolidação da companhia no segmento de saneamento brasileiro, expansão geográfica para a região sudeste e diversificação no segmento de infraestrutura".

A Equatorial é uma empresa do setor elétrico com forte atuação no segmento de distribuição de energia, mas que também tem ativos de transmissão e geração renovável. Nos últimos anos o grupo ficou conhecido no mercado por reestruturar distribuidoras em dificuldades. Em 2021, a companhia entrou no segmento de água e esgoto por meio de uma concessão no Estado do Amapá. A empresa tem ações negociadas em Bolsa e opera sem um controle definido. Seus principais sócios são as gestoras Opportunity, Atmos, Capital World Investors, Blackrock, CPP (Canada Pension Plan) e Squadra.

Com o anúncio da proposta única da Equatorial, deverá ser iniciado o "bookbuilding", ou seja, a coleta de intenção dos investidores interessados em comprar os demais papéis da oferta. O Estado deverá vender, além dos 15% que ficarão com a Equatorial, outros 17% ao restante do mercado, de forma mais pulverizada. O processo deverá durar do dia 1º ao dia 15 de julho.

> "É comum em ofertas que os investidores acabem desistindo por razões das mais diversas"
> *Tarcísio de Freitas*

A Equatorial precisa atingir volume um mínimo de demanda dos demais investidores para garantir a vitória no processo, mas no mercado a expectativa é que o "bookbuilding" atingirá esse piso. O governo também não divulgou o patamar mínimo de demanda que o "bookbuilding" terá que atingir para se confirmar.

Em entrevista coletiva realizada na sexta, o governo paulista tentou minimizar a baixa concorrência na privatização.

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas afirmou que diversos fatores levaram à perda de interesse de outros investidores e disse que isso é comum.

"É comum em ofertas públicas que inicialmente vários investidores manifestem interesse e acabem desistindo por razões das mais diversas. A gente vê a complexidade, vê o tamanho do cheque, quem entra não entra tendo controle da companhia, e desde o início falamos que não íamos passar controle para ninguém. Tem outras questões que envolvem a composição acionária de cada acionista. É bastante comum nesse tipo de processo, em outros leilões, mas o mais importante, queríamos um investidor de referência comprometido com universalização", disse ele, a jornalistas nesta sexta (28).

Para Natália Resende, secretária de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado, o governo está satisfeito. "Está tudo dentro do esperado, não tem nada abaixo. A gente tem um objetivo de levar saneamento para quem não tem, acelerar a universalização, conseguir fazer isso com mais celeridade. Tudo isso que estamos fazendo é o que se traçou desde o início. Seja na parte dos 15%, dos 17%, não é falta de concorrência, é uma aderência ao que a gente vem colocando desde o início. Tem aderência grande do orçamento. Vai ser ultrapassado o que se previu em relação ao LOA [Lei Orçamentária Anual], esses R$ 6,9 bilhões dos 15%. Como um todo, isso vai superar o que foi previsto na peça orçamentária. Tudo está dentro do esperado. Por isso, a gente fica satisfeito com o projeto como um todo", disse.

O preço da Equatorial ficou acima do mínimo que havia sido estabelecido pelo governo. Esse piso não foi divulgado, e se tornará público apenas após a liquidação da oferta. Questionada sobre os critérios para a definição do mínimo, ela diz que "a gente olha todo o 'valuation' com metodologias consagradas, olha investimentos, custos, estudo pormenorizado, no curto, médio e longo prazo. É contrato com quantidade grande de investimentos", disse ela.

Movimento falimentar

Falências Requeridas

Requerido: **Baidu Brasil Internet Ltda. -** CNPJ: 19.222.185/0001-07 - Endereço: Av. Cláudio Soares, 72, 9º Andar, Cjto. 923, Bairro de Pinheiros - Requerente: Baidu Brasil Internet Ltda. - Vara/Comarca: 3a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Pedido de auto falência.

Requerido: **Inoxfit Aços e Metais Ltda. -** CNPJ: 17.676.725/0001-05 - Endereço: Rua Lutécia, 169, Bairro Vila Carrão - Requerente: Banco Fibra S/A - Vara/Comarca: 45a Vara Cível de São Paulo/SP - Observação: Pedido redistribuído.

Requerido: **Nadimário Amandio Machado Me, Nome Fantasia Malhas Contagia -** CNPJ: 08.532.204/0001-85 - Endereço: Rua Joli, 88, Sala 02, Bairro do Brás - Requerente: Covolan Indústria Têxtil Ltda. - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Falências Decretadas

Empresa: **Inpar Projeto 126 Spe Ltda. -** CNPJ: 09.433.972/0001-44 - Endereço: Av. Brigadeiro Faria Lima, 1461, 10º Andar, Cjto. 101, Bairro Jardim Paulistano - Administrador Judicial: Kpmg Corporate Finance Ltda., Representada Pela Dra. Osana Maria da Rocha Mendonça - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Empresa: **Ownergy Soluções e Instalações Eco Eficientes Ltda. ME -** CNPJ: 23.156.999/0001-68 - Endereço: Rua Dos Aeroviários, 50, Bairro Aeroporto - Administrador Judicial: Costa Paiva Santiago Administração Judicial Ltda., Representada Pela Dra. Giovanna Elizabeth Pereira de Matos Costa - Vara/Comarca: 1a Vara Empresarial de Belo Horizonte/MG

Recuperação Judicial Requerida

Empresa: **2 F Armazéns Gerais Ltda., Nome Fantasia Nutrisal Armazéns Gerais -** CNPJ: 13.890.146/0001-00 - Endereço: Via Secundária 04, S/nº, Quadra 04, Módulos 11, 12, 13, 14 e 19, Distrito Agroindustrial Darv I - Vara/Comarca: 1a Vara de Rio Verde/GO

Empresa: **Agro Taurus Brasil Indústria, Comércio, Distribuição, Agropecuária e Transportes Ltda. -** CNPJ: 26.739.698/0001-55 - Endereço: Via Secundária 03, Nº 183, Distrito Agroindustrial de Rio Verde I - Vara/Comarca: 1a Vara de Rio Verde/GO

Empresa: **Posto Nacional de Dracena Ltda. -** CNPJ: 10.799.031/0001-08 - Endereço: Rodovia Comandante João Ribeiro de Barros, S/nº, Bairro Palmeiras - Vara/Comarca: 2a Vara de Dracena/SP

Recuperação Extrajudicial Requerida

Empresa: **Cotia Empreendimentos, Logística e Participações S/A -** CNPJ: 39.806.682/0001-60 - Endereço: Av. João Baptista Parra, 633, Sala 1104 A, Edifício Enseada Office , Praia do Suá. Vitória/es - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Empresa: **Cotia Vitória Serviços e Comércio S/A -** CNPJ: 01.826.229/0001-42 - Endereço: Av. João Baptista Parra, 633, Sala 1103 A, Edifício Enseada Office , Praia do Suá. Vitória/es - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Recuperação Judicial Deferida

Empresa: **Independência Agrícola Ltda., Nome Fantasia Agro Independência -** CNPJ: 08.055.299/0001-93 - Endereço: Av. Dorvalino Dos Santos, 161, Centro, Sidrolândia/ms - Administrador Judicial: R4c Administração Judicial Ltda., Representada Pelo Dr. Maurício Dellova de Campos - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais de Campo Grande/MS

Empresa: **Pedro A. de Vasconcelos Calçados ME -** CNPJ: 10.495.419/0001-15 - Endereço: Rua Judá, 51, Bairro da Glória - Administrador Judicial: Dr. Alano Otaviano Dantas Meira - Vara/Comarca: 1a Vara Empresarial de Belo Horizonte/MG

Cumprimento de Recuperação Judicial

Empresa: **Ciriema Truck Service Ltda. ME -** CNPJ: 20.785.043/0001-37 - Endereço: Rodovia Dos Imigrantes, S/nº, Km 08, Box 18, Bairro Capão do Pequi - Vara/Comarca: 4a Vara de Várzea Grande/MT - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **K. Z. Comércio de Pneus Ltda. Me, Nome Fantasia Ciriema Pneus -** CNPJ: 04.438.742/0001-54 - Endereço: Av. da Produção, 1045 N, Sala 01, Bairro Industrial, Lucas do Rio Verde/mt - Vara/Comarca: 4a Vara de Várzea Grande/MT - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Kirst & Kirst Ltda. Me, Nome Fantasia Ciriema Pneus -** CNPJ: 15.392.931/0001-50 - Endereço: Rodovia Dos Imigrantes, S/nº, Km 08, Boxes 14, 16 e 18, Bairro Capão do Pequi - Vara/Comarca: 4a Vara de Várzea Grande/MT - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Kirst Comércio de Pneus Ltda., Nome Fantasia Ciriema Pneus -** CNPJ: 14.700.534/0001-35 - Endereço: Rua do Comércio, 2847, Parque Industrial - Vara/Comarca: 4a Vara de Várzea Grande/MT - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Hoje, excepcionalmente, deixamos de publicar a **Agenda tributária**.

Curtas

Prejuízo da Gol em maio

A Gol registrou prejuízo líquido de R$ 371 milhões em maio e lucro operacional (Ebit) de R$ 1,3 bilhão, segundo dados não auditados divulgados pela companhia como parte do seu processo de recuperação judicial nos Estados Unidos. A receita líquida ficou em R$ 1,27 bilhão e o Ebitda somou R$ 137 milhões, com margem de 11%. Já a dívida líquida alcançou os R$ 24,41 bilhões. O caixa total da Gol em maio foi de R$ 2,85 bilhões e as contas a receber chegaram a R$ 2,35 bilhões.

JHSF vende participação

A JHSF assinou na sexta-feira um memorando com parte do grupo dos atuais coproprietários do Shopping Bela Vista para a venda de participação de 10,7% do empreendimento por R$ 79,1 milhões. Com isso, reduz para 1% a sua fatia no shopping.

Petrobras e Unigel

A Petrobras informou que o contrato de industrialização por encomenda firmado com o Grupo Unigel, em 29 de dezembro de 2023, foi encerrado, uma vez que suas condições de eficácia não foram atendidas dentro do prazo estabelecido, até 27 de junho de 2024. A companhia reitera que as contratantes seguem na análise de uma solução definitiva, rentável e viável para o suprimento de fertilizantes ao mercado brasileiro. Inicialmente, o contrato, que previa a produção de fertilizantes por encomenda nas fábricas da Bahia e de Sergipe, entraria em vigor em fevereiro, mas o prazo foi adiado diversas vezes, inclusive por solicitação do Tribunal de Contas da União (TCU). A Petrobras voltou a afirmar que prevê a reorganização de suas operações em fertilizantes no âmbito de seu Plano Estratégico 2024-2028.

INÊS 249

Marketing Ferramenta é usada na criação e ajuda também a economizar na administração

Agências se adaptam ao impacto da IA no trabalho

Andrea Assef
Para o Valor, de São Paulo

Há um consenso universal de que a inteligência artificial (IA) é a nova internet em termos do impacto transformador que vai causar no planeta. À medida que essa tecnologia avança, cresce também a preocupação sobre seu efeito no trabalho de diversos setores. No marketing o temor de perder o emprego, a relevância, existe, e agências de publicidade já vêm se movimentando para se adaptar a esse novo cenário.

Uma pesquisa feita em julho passado pela Basis Technologies, empresa global de mídia programática, com 200 profissionais de marketing e publicidade das principais agências e empresas B2C nos Estados Unidos, mostra que 48,5% acreditam que a IA levará a perdas substanciais de empregos no setor entre três e cinco anos. Para os entrevistados do C-level esse número é ainda maior, com 54,8% afirmando que devem ocorrer demissões consideráveis relacionadas à IA já no próximo ano.

É inegável que o uso da IA em tarefas administrativas pode acelerar seu cumprimento.

"Atualmente, um trabalho como o fechamento do mês que era feito em cinco dias pelo time financeiro, agora é realizado em 4 horas pela mesma equipe. Isso gerou demissões? Não, porque as pessoas estão usando o tempo que sobrou em tarefas mais estratégicas", conta Rafael Nasser, CEO da Hogarth, a produtora do grupo WPP.

Nasser lidera — ao lado de Alexandre Kavinski, principal executivo de marketing da Mirum e da i-Cherry, agências pertencentes ao grupo britânico — o Comitê de IA da WPP no Brasil, criado no começo deste ano e que reúne as principais lideranças das agências do grupo como VML, Ogilvy, Grey. Nasser falou sobre a sua experiência na Hogarth, que tem 200 funcionários, quando iniciou a conversa sobre IA há dois anos.

"No começo deu muito errado porque os funcionários ficaram com medo de perder o emprego e eu tive que dar um passo para trás e convencer inclusive a minha liderança (RH, financeiro, criação etc) que a IA iria melhorar a qualidade do trabalho de todos", afirma ele. Hoje o tema IA já não assusta os profissionais da Hogarth. Ao contrário. "A IA está presente em praticamente todas as áreas da produtora e temos um encontro mensal no teams para trocar experiências sobre Inteligência Artificial", conta Nasser.

Os profissionais de marketing e publicidade estão entre os que mais têm utilizado IA no trabalho. De acordo com o Índice de Tendências de Trabalho de 2024, lançado no início de maio pela Microsoft em parceria com o LinkedIn, as ocupações que mais adicionam habilidades em IA em seus perfis no LinkedIn são: escritor de conteúdo (33%), designer gráfico (27%) e gerente de marketing (24%). O estudo foi baseado em uma pesquisa com 31 mil pessoas em 31 países, incluindo o Brasil, e o levantamento foi feito a partir de informações sobre trabalho e contratações no LinkedIn e entrevistas com clientes da Fortune 500.

"O que eu tenho dito para o pessoal é que a IA não vai tirar o lugar do profissional; quem poderá fazê-lo, num futuro próximo e dependendo da função, é um outro profissional que saiba trabalhar com IA", afirma Vitor Miguel, vice-presidente de dados da agência McCann.

GABRIEL REIS/ VALOR

Vitor Miguel, vice-presidente de dados da McCann: 'Quem vai tirar o emprego [do outro] é quem sabe trabalhar com IA'

Juntas, as áreas de dados e RH da McCann iniciaram em junho deste ano um treinamento com certificação em IA para toda a agência que está sendo ministrado pela Pareto, uma empresa de inteligência artificial generativa. Serão 12 horas de curso, com aulas sobre o uso de ferramentas, aplicações práticas e casos de mercado.

A área liderada por Miguel já tem um exemplo para contar. Em três meses (de março a maio deste ano) o uso da IA reduziu em 30 horas por semana o trabalho das 40 pessoas que integram o time de dados. "Agora, os mesmos 40 funcionários estão utilizando este tempo que sobrou em trabalhos mais estratégicos", afirma Miguel.

A inteligência artificial está redefinindo o panorama do marketing e da publicidade, proporcionando ferramentas que permitem uma maior personalização, automação e eficiência. E como toda inovação, também surgem desafios que precisam ser considerados como privacidade e proteção dos dados e muitas dúvidas sobre o que vem pela frente.

30
horas por semana é a economia na McCann

"Estamos em 1997, a era do começo da internet. Naquela época, todo dia tinha uma novidade sobre a internet, o mundo digital. A gente dizia que entrava na internet e saía da internet. Mas alguns anos depois paramos de falar que as coisas eram digitais porque tudo virou digital. Da mesma maneira, muito em breve iremos parar de usar o termo inteligência artificial", afirma Domenico Massareto, CEO da Rain, startup de inteligência artificial voltada para líderes de comunicação e marketing.

Em sua opinião, muito em breve haverá uma explosão gigantesca de empreendedorismo na área da comunicação e marketing. "Principalmente o empreendedorismo intelectual, com empresas ultra-enxutas, de uma, duas ou três pessoas no máximo", afirma Massareto. Em meados de 2022, ele deixou o cargo de vice-presidente de criação da agência Publicis para se dedicar à sua plataforma que une criatividade e inteligência artificial.

De acordo com Massareto, o papel do diretor de marketing também vai virar de ponta-cabeça. "Parte da sua função, que é capturar sinais da empresa, da operação, das vendas, para desenhar cenários e tomar decisões, será feita pela IA", afirma. Segundo ele, num mundo onde as soluções de problemas sairão pela torneira da inteligência artificial, o papel do diretor de marketing é ser bom de problema. "A pessoa vai ter que olhar para um cenário e dizer: `esse é o problema que a gente tem que resolver´´.

Para Marina Ricci, diretora de gestão de talentos da agência FCB, este momento de transformação com a IA pede um olhar sobre como aumentar a produtividade e investir o tempo em coisas que só o humano pode fazer. "Sempre existem pessoas mais pessimistas e mais otimistas na hora da mudança. Costumo dizer que a IA pode fazer o que fazemos hoje, mas não o que a gente fará no futuro", afirma Ricci. "Além disso, a IA vai melhorar a eficiência de algumas funções, liberando tempo para tarefas mais criativas". Em março deste ano, o grupo Interpublic, ao qual a FCB pertence, anunciou que foi a primeira empresa a integrar o Adobe GenStudio, aplicativo de IA que permite às marcas acelerar a idealização, criação, produção e ativação de conteúdo, à sua própria plataforma de tecnologia.

Os grandes grupos de marketing do mundo já anunciaram investimentos em IA neste ano. O WPP vai investir 250 milhões de libras. O Publicis Groupe anunciou € 300 milhões na sua estratégia de IA para os próximos três anos. E Interpublic divulgou um investimento de US$ 80 milhões em inteligência artificial para este ano.

Publicidade no ponto de ônibus

Natália Flach
De São Paulo

No início da década de 1960, o francês Jean-Claude Decaux se deparou com uma oportunidade de negócio ao ver pessoas paradas no ponto de ônibus. Por que não criar um abrigo para os passageiros aguardarem pelo transporte – sentados e protegidos das intempéries climáticas – que fosse custeado por campanhas publicitárias?

Decidiu arriscar. Aos 27 anos, construiu o mobiliário urbano e afixou cartazes publicitários de dois metros quadrados nas laterais. Em seguida, colocou o equipamento em um caminhão e percorreu o interior da França para apresentar o protótipo. O então prefeito de Lyon, Louis Pradel, foi o primeiro a comprar a ideia, em 1964. Em 1972, foi a vez de Paris.

Com o passar dos anos, a JCDecaux expandiu suas operações a outros países sob a batuta dos dois filhos mais velhos do empresário. Esse movimento fez com que os abrigos de ônibus se tornassem uma plataforma de anúncios bastante usada em todo o mundo, o que acabou atraindo novos competidores. Esse novo cenário fez com que os contratos mudassem para um modelo de outorga.

Apesar de ter tido sucesso ainda muito novo, a vida de Decaux não foi fácil. Nos anos 1950, ele recebeu a incumbência de cuidar da sapataria da família, enquanto seus pais viajavam de férias. Como o movimento da loja tinha caído por causa do recesso escolar, o jovem espalhou cartazes pela cidade para atrair compradores. O faturamento triplicou no período, mas o pai de Jean-Claude disse que a iniciativa do filho jogou o nome deles na lama. Por isso, o despediu e o expulsou de casa, conta Ana Célia Biondi Rodriguez, diretora-geral da JCDecaux no Brasil. "Mas a experiência mostrou-lhe o poder da mídia exterior", diz.

A expectativa é que a mídia "out of home" ou OOH, na sigla em inglês — em pontos de ônibus, outdoors e anúncios em relógios de rua – cresça 9,1% em todo o mundo em 2024, para quase US$ 39 bilhões, segundo a consultoria Statista.

Magalu repagina a Lu, sua garota-propaganda digital

DIVULGAÇÃO

Luana Dandara
De São Paulo

Prestes a completar 21 anos, a Lu, garota-propaganda digital do Magazine Luiza, com milhões de seguidores, ganha uma nova aparência e, com isso, a expectativa de gerar mais negócios para a varejista. A influenciadora virtual, que chega a ser tratada como uma pessoa de verdade por consumidores, passou por um processo de melhoria da qualidade gráfica e conta, agora, com resolução em 16K.

A tecnologia foi desenvolvida durante oito meses pela produtora LightFarm com coordenação da agência de publicidade Droga5.

Com a mudança, as produções com a Lu ficarão mais rápidas e diversificadas, o que aumenta as possibilidades de uso em anúncios, principalmente audiovisuais, incluindo aparições "ao vivo".

Lu, com 32 milhões de seguidores nas redes sociais, é a influenciadora digital de maior audiência do mundo, à frente da Barbie, segundo o portal americano especializado Virtual Humans.

Na nova aparência, são mantidas as características da Lu já conhecidas do público como o cabelo preto e curto. Mas um novo traje padrão aparece, com um blazer em formato de vestido em azul, cor característica da marca. A tecnologia simula a pele humana e corrige proporções.

"São muito claros a relevância e o impacto da Lu na marca e no negócio"
Silvia Machado

Como parte da estratégia de marketing, a varejista vai usar a Lu para lançar amanhã (2) um desafio no TikTok. A ideia é que os usuários da rede social, em duplas, postem vídeos demonstrando situações humanas que a Lu, sendo virtual, não poderia experimentar. O vídeo mais criativo será presenteado com um celular. O objetivo é "gerar engajamento na plataforma e uma troca com a audiência", diz a diretora de marketing do Magazine Luiza, Silvia Machado.

A imagem repaginada da Lu também vai aparecer na TV pela primeira vez na próxima semana, em um anúncio de marca ainda guardado em segredo pela Magazine Luiza. "Essa é a primeira campanha de grande impacto em que a Lu foi contratada como garota propaganda. Só podemos adiantar que é uma grande marca, não comercializada dentro da nossa plataforma", disse Machado.

A procura pela Lu na promoção de marcas começou em 2017 e, só no ano passado, foram 70 ações publicitárias. "As marcas observaram a conexão emocional que a Lu tinha com as pessoas e passaram a nos procurar. Desde então, essa demanda só tem aumentado", diz a diretora. "São muito claros a relevância e o impacto da Lu na marca e no negócio. Hoje, ela mais do que se paga, trazendo uma monetização muito relevante para nossos resultados no Magalu".

A garota-propaganda digital do Magazine Luiza foi desenvolvida em 2003. Na época, o nome era Tia Luiza e o objetivo era apoiar e gerar confiança ao consumidor em relação às compras no e-commerce da marca, que estava no início. "Ela foi uma das maneiras de levar o calor humano característico das lojas físicas do Magalu para o [ambiente] on-line", disse Machado.

Em 2008, a influenciadora ganhou o nome de Lu e passou pela sua primeira atualização de aparência. Em 2013, foi atualizada novamente do modelo 2D para 3D, permanecendo com a mesma estética visual até a nova versão, lançada hoje.

"A Lu nunca perdeu a função de vendedora e assistente, mas foi tendo seu papel e sua importância ampliada, principalmente no fortalecimento da marca. Ela é muito mais do que um avatar e ganhou o papel de influenciadora, captando a confiança do consumidor e engajando de forma criativa. Atualmente, 80% da nossa venda é on-line, e o Magazine Luiza conseguiu fazer essa transformação sem perder os valores e a cultura. A Lu teve um papel fundamental nisso", diz a executiva.

Outro ponto importante na estratégia de marketing da empresa é o programa de influenciadores Magalu. Ao se cadastrar na plataforma, a pessoa cria uma "loja" e pode compartilhar ofertas do Magazine Luiza pelas redes sociais. A cada venda, é recebida uma comissão que varia de 2% a 12%. Ao todo, a marca já soma mais de 200 mil cadastrados no programa.

A repaginação da Lu ocorre depois de um ano difícil para a varejista. Em 2023, o Magazine Luiza acumulou prejuízo líquido de R$ 550 milhões, com alta de 48% sobre 2022. A receita líquida caiu 1,4% e somou R$ 36,8 bilhões. No primeiro trimestre os indicadores melhoraram. A empresa teve lucro líquido de R$ 28 milhões — havia tido prejuízo de R$ 391 milhões um ano antes. As vendas totais cresceram 3,1% para R$ 16 bilhões.

A varejista também abriu um novo negócio com uma empresa que até pouco tempo atrás era considerada uma rival importante. Há uma semana, anunciou parceria para venda de parte dos produtos do AliExpress, do Alibaba, em seu marketplace. O Magalu também irá vender no site e aplicativo do AliExpress seus produtos próprios, como eletrônicos. A operação vai começar no terceiro trimestre.

"É uma parceria muito complementar que vai expandir nosso sortimento, fortalecendo nossa venda e aumentando nossa base de clientes. Estamos preparando uma campanha de marketing de lançamento para ser veiculada em nossos canais para dar visibilidade a essa parceria. E, claro, ela vai envolver a Lu com a aparência repaginada", contou a diretora.

Pesquisa Professora da Yangzhou University atua no Brasil em projeto de incentivo à graduação de mulheres em áreas de exatas

Sem diversidade, a evolução da ciência é lenta, diz cientista

Ivone Santana
De São Paulo

É com a "cabeça na Lua" que a cientista Larissa Santos toca sua vida. Com o título de "distinguished professor" na Yangzhou University, na cidade de mesmo nome, na província de Jiangsu, na China, Santos leciona cosmologia para alunos chineses de mestrado e doutorado. Esse título só é concedido a alguns dos melhores docentes. Foi uma conquista para a estudante brasileira que se formou em Física na Universidade de Brasília. Na semana passada, a cientista participou do projeto "Eureka: Meninas na Física", no campus da UnB, para incentivar as jovens estudantes do Distrito Federal a se graduarem e seguir na formação.

Em maio, Santos lançou o livro de divulgação científica "De onde surgem as grandes ideias?", pela editora Labrador. O objetivo é desmitificar a ideia do gênio solitário. "A ciência hoje é colaborativa, ela tem que ser mais diversa, porque ainda é muito masculina e branca. Essa falta de diversidade deixa o progresso da ciência mais lento."

Pesquisas indicam que é expressivo o abandono do aprendizado de ciência, tecnologia, engenharia e matemática (Stem, do acrônimo em inglês). No Brasil, os graduandos em áreas de Stem representam menos de 30% dos cursos, sendo que a participação feminina é muito limitada. Segundo relatório da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), no Brasil, em 2022, as mulheres representavam 37% dos graduados em engenharia e apenas 14,6% das graduadas em ciência da computação.

Em contraposição, nas universidades chinesas, as projeções são de alcançar 77 mil PhD graduados nas áreas Stem até 2025. É quase o dobro do total nos Estados Unidos, segundo o jornal "Nikkei Asia".

Santos, desde criança, tinha o pensamento voltado ao céu, sonhava estudar o universo. Já formada pela UnB, foi fazer mestrado em astronomia no Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), em São José dos Campos, no interior de São Paulo. Para completar seus estudos em astrofísica, buscou o doutorado na Universidade de Roma Tor Vergata e o pós-doutorado na Universidade da China.

O pós-doutorado de dois anos lhe rendeu um contrato por igual período, seguido por uma vaga permanente de pesquisadora associada na Yangzhou University. Seu contrato, que acaba de ser renovado por mais quatro anos, agora pode ser estendido por tempo indeterminado. Em seu departamento, são 20 professores e apenas 3 professoras, sendo que Santos é a única estrangeira.

O trabalho atual da cientista, em ondas gravitacionais, tem como centro a construção de um experimento para medir a radiação que vem do universo primitivo e dar informações sobre os primeiros instantes do universo. O equipamento está quase pronto e será instalado no Tibete, para coletar os primeiros dados. Para entender como o universo evoluiu, Santos utiliza satélite, telescópio em solo e faz muitos cálculos. Nesse ambiente, a inteligência artificial está presente em tudo, diz ela. "A China está investindo muito e tem muito financiamento para pesquisa. Eu acho que hoje não tem lugar melhor no mundo para se fazer pesquisa."

GESIVAL NOGUEIRA KEBEC/VALOR
Para Larissa Santos, a China hoje é o melhor lugar do mundo para se fazer pesquisa

Entre as recentes conquistas chinesas, Santos destaca que a China foi o primeiro país a completar uma missão envolvendo o lado oculto da Lua e o segundo a pousar um robô em Marte.

Na semana passada, Santos concluiu um período de três meses como professora colaboradora na UnB. Paralelamente, trabalhava em sua pesquisa da Yangzhou. Nesta segunda-feira (1) retorna à China. No dia 25 de junho, véspera de comemorar 40 anos de idade, ela se reuniu com as estudantes de Física da UnB pelo "Eureka". Ela apoia também outras iniciativas, como a da Universidade Federal do Paraná, com "Meninas e Mulheres nas Ciências".

IA reduz prazo para desenvolver e lançar produtos

Inovação
De São Paulo

Os impactos nos negócios e nas vidas das pessoas com a adoção da inteligência artificial (IA) são profundos. Um exemplo disso é o tempo para o desenvolvimento e lançamento de produtos no mercado ("time to market"), que cai drasticamente de um ano para dias. Outro caso é referente aos empregados. Quem não se preparar para trabalhar com a IA, seja qual for a profissão, desde um pintor até o CEO, corre o risco de ficar pelo caminho.

Os alertas são do conselheiro da Associação Brasileira de Inteligência Artificial (Abria), Cassio Pantaleoni, e do executivo-chefe da empresa de software GFT Brasil, Alessandro Buonopane, que discutiram o tema durante a Febraban Tech 2024, na quinta-feira (27), em São Paulo.

Buonopane explica que um produto que demora um ano para ser lançado já 'nascerá morto'. Princípios estabelecidos há alguns anos pelo Manifesto para Desenvolvimento Ágil de Software, para que o produto seja entregue em camadas, já não são suficientes. Com a IA e os modelos de linguagem de larga escala (LLMs) que as "big techs" estão trazendo, é preciso construir ferramentas de mercado para dar mais agilidade dentro do ciclo de desenvolvimento de software. "Hoje, a entrega em um mês já não é tão rápida, tem que ser dias", afirma o CEO.

Pantaleoni, também diretor-gerente da empresa de tecnologia Quality Digital, considera que as companhias no Brasil estão bem preparadas para competir. No ecossistema da Abria, por exemplo, é expressivo o número de empresas de diferentes portes focadas em IA, inclusive startups, diz ele, ao destacar as fintechs e health techs, como são chamadas as empresas de tecnologia financeira e de saúde. "Algumas empresas internacionais, hoje, têm até dificuldade de entrar no Brasil porque o conhecimento local está sendo bem significativo", afirma Pantaleoni.

Em relação ao mercado de trabalho, o conselheiro da Abria chama a atenção para a transformação das profissões por influência da IA, fenômeno que ocorre em nível mundial. Ele destaca que, no Reino Unido, até 8 milhões de empregos podem ficar indisponíveis por causa da tecnologia. De fato, um relatório do Institute for Public Policy Research faz essa previsão, para os próximos três a cinco anos, por impacto da IA generativa.

Os dois especialistas afirmam que todos precisam saber usar a IA e que o diferencial será para quem tiver pensamento crítico. *(IS)*

Agronegócios

Por GLOBORURAL

Commodities agrícolas

Cotações médias* nas bolsas de Nova York e Chicago

Açúcar — Em US$ cents/libra

Café — Em US$ cents/libra

Açúcar – Variações		
2,20%	-10,90%	-21,41%
Jun/24	No ano	12 meses

Café – Variações		
8,86%	21,39%	29,75%
Jun/24	No ano	12 meses

Cacau — Em US$/tonelada

Cacau – Variações		
12,19%	109,27%	176,87%
Jun/24	No ano	12 meses

Suco de laranja — Em US$ cents/libra

Suco de laranja – Variações		
2,40%	20,44%	64,09%
Jun/24	No ano	12 meses

Algodão — Em US$ cents/libra

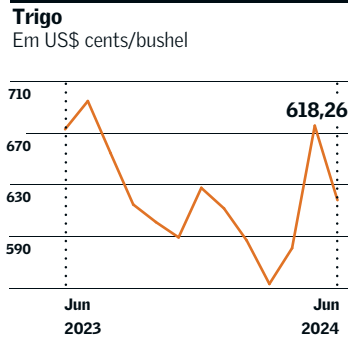
Soja — Em US$ cents/bushel

Algodão – Variações		
-5,26%	-9,19%	-9,99%
Jun/24	No ano	12 meses

Soja – Variações		
-4,91%	-12,26%	-13,62%
Jun/24	No ano	12 meses

Milho — Em US$ cents/bushel

Milho – Variações		
-4,34%	-8,36%	-19,40%
Jun/24	No ano	12 meses

Trigo — Em US$ cents/bushel

Trigo – Variações		
-8,49%	-1,50%	-8,13%
Jun/24	No ano	12 meses

Fonte: Dow Jones Newswires. Elaboração: Valor Data. * Mercado futuro, segunda posição

Commodities Cotações de soja, milho e trigo recuaram em Chicago no primeiro semestre; em Nova York, cacau subiu 177% no período

Quadro favorável à produção nos EUA sacramenta queda dos grãos

Paulo Santos
De São Paulo

Os preços dos grãos negociados na bolsa de Chicago terminaram o primeiro semestre deste ano em queda. As cotações entraram em rota descendente no ano passado, uma tendência que se manteve nos seis primeiros meses de 2024, em consequência, principalmente, das boas perspectivas para a safra 2024/25 nos Estados Unidos.

No caso do trigo, os contratos de segunda posição de entrega acumularam queda de 1,5% no primeiro semestre, para uma média de US$ 6,1826 o bushel, segundo o **Valor Data**. O desempenho em junho, quando o recuo foi de 8,49%, teve papel central no declínio da primeira metade do ano.

O ritmo acelerado da colheita de trigo de inverno nos EUA e a qualidade satisfatória das lavouras exerceram pressão sobre as cotações, afirma Jonathan Pinheiro, analista de gestão de risco da StoneX. Segundo ele, o início da colheita em regiões produtoras importantes foi decisivo para a desvalorização do cereal.

"Na Rússia, as primeiras áreas colhidas vieram com produtividade muito boa, mesmo após uma seca que afetou o desenvolvimento das lavouras. O mercado agora prevê uma safra entre 83 milhões e 85 milhões de toneladas, acima da faixa entre 80 milhões e 82 milhões que se projetava até o mês passado [maio]", disse. Esse desempenho deve ampliar as exportações, acredita Pinheiro.

Mesmo em período de entressafra de soja e milho nos EUA, os preços das duas commodities recuaram em Chicago no mês passado — as quedas foram de 4,91% e 4,34%, respectivamente. O bom ritmo de plantio e as condições climáticas adequadas para as lavouras não abriram espaço para aumentos nas cotações.

Com isso, a soja acumulou queda de 12,26% no primeiro semestre, para US$ 11,6205, e o milho, de 8,36%, a US$ 4,4530 o bushel. Nos últimos 12 meses, a cotação média dos contratos de segunda posição de entrega de soja, milho e trigo caiu 13,62%, 19,4% e 8,13%, respectivamente, de acordo com o **Valor Data**.

Na bolsa de Nova York, o cacau manteve em junho a escrita dos últimos meses e foi mais uma vez a "soft commodity" que mais se valorizou. No mês passado, a cotação subiu 12,19%, para o valor médio de US$ 8.821 a tonelada. A alta dos preços da amêndoa no primeiro semestre foi de 109,27%.

> "No cacau, estamos enfrentando a terceira temporada consecutiva de déficit na oferta"
> *Antônio Zugaib*

O cacau, que vive uma severa crise de oferta, acumulou alta em 22 dos últimos 23 meses — a única queda nesse intervalo ocorreu em maio deste ano. No início do último mês, a Organização Internacional do Cacau (ICCO, na sigla em inglês) elevou para 439 mil toneladas sua previsão para o déficit global na temporada 2023/24.

"Estamos enfrentando a terceira temporada consecutiva de déficit, com um saldo negativo de quase 700 mil toneladas nesse período. É um cenário de oferta preocupante e que não se resolve no curto prazo", afirma Antônio Zugaib, professor do departamento de economia da Universidade Estadual de Santa Cruz, em Ilhéus (BA). Os problemas na oferta concentram-se especialmente em Costa do Marfim e Gana, países que respondem por cerca de 70% da produção global.

Segundo o professor, o balanço entre oferta e demanda no ciclo 2024/25, que começa em outubro, deverá ser mais uma vez deficitário. Zugaib alerta que, neste segundo semestre, o mercado precisará avaliar os eventuais impactos da nova lei antidesmatamento da União Europeia sobre a demanda por cacau.

O café arábica acumulou alta de 21,39% em Nova York no primeiro semestre, encerrando o intervalo com preço médio de US$ 2,2728 a libra-peso. Em junho, as cotações médias subiram 8,86%, segundo o **Valor Data**.

O arábica subiu sob a influência das projeções de queda na oferta de café robusta no Vietnã, o maior fornecedor mundial da variedade. As chuvas estão abaixo da média e devem reduzir o potencial da safra 2024/25 no país. A colheita vietnamita vai começar em meados de novembro.

Os problemas na oferta também puxaram a valorização do suco de laranja concentrado e congelado (FCOJ, na sigla em inglês). Em junho, as cotações da bebida subiram 2,40%, para US$ 4,2341 a libra-peso, em média. No primeiro semestre, a alta foi de 20,44%.

O açúcar subiu 2,20% em junho, a 19,24 centavos de dólar por libra-peso, mas o desempenho não bastou para evitar o declínio do preço médio no primeiro semestre. O recuo no período foi de 10,90%.

Entre as "soft commodities" negociadas em Nova York, apenas o algodão caiu em junho — a queda foi de 5,26%, a 73,48 centavos de dólar por libra-peso. No primeiro semestre, a pluma recuou 9,19%.

Em nota sobre leilão, Conab divergiu do governo

Políticas

Rafael Walendorff
De Brasília

O parecer técnico da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) para fixação do preço de abertura do leilão para compra de arroz importado divergiu da posição política do governo que norteou o pregão. O documento, obtido pelo **Valor**, diz que a decisão de adotar o valor de R$ 5 por quilo de cereal importado foi uma ordem superior dos ministérios da Agricultura, do Desenvolvimento Agrário e da Casa Civil.

A Conab diz no parecer que o preço definido pelo governo resultaria em margem de lucro abaixo do que se pratica no mercado, o que deixaria o certame pouco atrativo para os arrematantes. O leilão foi anulado por causa da participação de empresas alheias ao mercado agrícola, com "fragilidades" técnicas e financeiras que o governo admitiu posteriormente. A estatal alertou ainda que os parâmetros abririam espaço para o país importar apenas arroz asiático, pouco aceito pelos brasileiros.

"Seguindo direcionamento e solicitação superior do Ministério da Agricultura e Pecuária, do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar e da Casa Civil, os quais, em entendimento em comum, propõem o preço de abertura para todos os lotes em R$ 5/kg, resultando em uma margem de lucro abaixo do usualmente praticado no mercado", diz o parecer elaborado dois dias antes do leilão, realizado em 6 de junho. "A fixação do preço de abertura inferior tenderá a resultar em uma maior importação de arroz asiático, que atualmente possuem paridades de importações menores e mais próximas do valor pré-estabelecido de R$ 5/kg, como pode ser verificado na tabela dos parâmetros de preços no Brasil".

A regra de operacionalização de compras da Conab diz que o "preço máximo de aceitação para fechamento da compra" é definido pela estatal, o que não ocorreu.

Uma fonte do mercado relatou que empresas com tradição no setor estavam dispostas a participar do pregão caso os valores de entrada estivessem mais próximos de R$ 5,30. Seis bolsas de mercadorias entraram no leilão virtual, mas só duas deram lances, em nome de quatro arrematantes. Houve concorrência mínima entre elas em apenas dois dos 28 lotes leiloados.

Em audiências públicas recentes na Comissão de Agricultura da Câmara, o ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, disse que as decisões sobre o leilão foram "de governo", tomadas a partir de reuniões na Casa Civil. A oposição critica o certame e relata "estranheza" com os preços e os resultados obtidos.

LDC aumenta aposta em suco de laranja pronto para beber

Fernanda Pressinott
De Matão (SP)

A Louis Dreyfus Company (LDC) decidiu elevar sua aposta em suco de laranja pronto para beber. A companhia acaba de inaugurar dois tanques para armazenamento e pasteurização de suco de laranja não concentrado (NFC, na sigla em inglês) em sua unidade em Matão (SP), uma das três que a empresa tem no país. O investimento nos tanques foi de US$ 25 milhões.

Em um fábrica que parece exalar cheiro de bolo de laranja da vovó, as duas estruturas, que armazenam, cada uma, 30 milhões de litros de suco, têm dimensões que impressionam. Com elas, a capacidade de armazenagem da fábrica subirá de 180 milhões de litros para 300 milhões de litros por ano.

O projeto faz parte dos planos da LDC de ampliar a venda de NFC na Europa e nos Estados Unidos, onde a demanda vem crescendo. Atualmente, a companhia produz 250 milhões de litros de suco NFC e 150 milhões de litros de concentrado e congelado (FCOJ, na sigla em inglês) por ano.

A empresa também está aumentando a fabricação de subprodutos, como óleos essenciais e células (gominhos de laranja), e o uso de bagaço para ração. A casca da fruta é base para produção de pectina, fibra usada na alimentação animal e humana.

Recentemente, a companhia já havia desembolsado US$ 5 milhões em rampas para acelerar o descarregamento de laranjas dos caminhões e US$ 2 milhões em extratoras de óleos tecnológicas. A LDC investiu ainda para aumentar sua capacidade de armazenamento e produção de "blend" de NFC no terminal de Santos (SP) e em suas instalações de processamento em Ghent, na Bélgica.

US$ 25 milhões foi o aporte nos novos tanques

"A planta de Matão recebeu US$ 50 milhões nos últimos três anos. Com o aumento da proporção de NFC em nosso negócio, atendemos o desejo do consumidor e elevamos nossa rentabilidade", disse ao **Valor** Jorge Costa, que deixou, há um mês, o comando da divisão de sucos da LDC para assumir como diretor de todas as operações do grupo no Brasil.

DIVULGAÇÃO

Jorge Costa, da Louis Dreyfus: demanda em alta por suco não concentrado

Ele observa, no entanto, que o empenho das fábricas não bastará para elevar a oferta, já que a produção de laranjas está em queda. A colheita no cinturão de São Paulo e Triângulo Mineiro deverá cair 24,4% em 2024/25, para 232,38 milhões de caixas. O volume é 42% menor do que o recorde histórico, de 2017/18, quando a produção foi de quase 400 milhões de caixas.

A quebra é consequência do clima desfavorável — altas temperaturas e falta de chuvas — e do aumento da incidência de greening, doença bacteriana sem cura e de difícil controle. "Hoje, a demanda está represada pela oferta", diz.

Apesar disso, a LDC vê possibilidade de expansão de lavouras de laranja na região de Pereira Barreto (SP), perto de Mato Grosso do Sul. A LDC gerencia 39 fazendas de laranja no país, entre próprias e de terceiros, e tem centenas de fornecedores, que mudam a cada safra.

Na fazenda Monte Belo, em Ribeirão Bonito, as árvores são divididas entre pomares irrigados, com árvores bonitas, vistosas e perfumadas, e plantios de sequeiro — estas, castigadas pelo calor. "Fizemos o último replantio em 2014, e metade dos 1,5 mil hectares receberam sistema de irrigação por gotejamento. As outras serão trocadas quando chegar o tempo útil da árvore", disse o executivo.

No Brasil, o lucro líquido da LDC cresceu 13 vezes em 2023, para R$ 687,3 milhões, e a receita caiu 5,8%, para R$ 42,9 bilhões. A LDC Sucos teve lucro de R$ 62,5 milhões no ano passado, depois ter tido prejuízo de R$ 130,2 milhões em 2022. A receita do negócio, por sua vez, subiu 30,7% entre um ano e outro, para R$ 3,1 bilhões.

Inovação Inteligência artificial tem reduzido prazo de criação e lançamento de produtos B7

Dívidas
Nova lei é um 'choque de competição no mercado de crédito', diz Marcos Pinto C7

Imobiliário
Magalhães, da Caixa, discute mudança para trazer recurso à habitação C10

Investimentos
Pessimistas, gestores de Wall Street tentam conter euforia dos clientes C8

Mercados
Julho começa em meio a fortes incertezas domésticas e externas C2

M&A Dúvidas em relação a tributos, câmbio e custo de capital dificultam atribuição de preços

Incerteza limita fusões e aquisições no país

Fernanda Guimarães
De São Paulo

Os ruídos no ambiente interno e o aumento de incertezas têm travado o número de transações de fusões e aquisições (M&As, na sigla e inglês) no Brasil, algo que pode marcar um novo ano de queda das operações no mercado local. No ano até o último dia 17, conforme dados da Dealogic, consultoria que coleta os dados de mercado em todo o mundo, o número de operações chegou em 350, queda de 19% na relação anual. Por outro lado, com negócios pesos-pesados, como a recente união dos hospitais de Dasa e Amil, o volume financeiro foi na direção contrária, atingindo no mesmo período R$ 90,7 bilhões, aumento de 29%, também no comparativo anual.

Segundo fontes consultadas pelo **Valor**, dúvidas em relação à reforma tributária, por exemplo, têm pesado contra neste momento, com investidores financeiros e estratégicos aguardando definições para voltar a colocar combustível nas negociações. O ponto é que, diante das incertezas atuais, há dificuldade em se acordar um preço nos ativos, o que pode atrasar o fechamento de transações, dizem banqueiros de investimento.

Para o chefe global do Itaú BBA, Roderick Greenlees, a visão é, no entanto, positiva para M&A, com operações relevantes ocorrendo em diversos setores da economia. "Vemos movimentos de consolidação, de forma a racionalizar custos", afirma o executivo.

Dentre os movimentos de consolidação setoriais, está a Arezzo que se uniu à Soma, em um dos principais negócios do ano. Estratégia semelhante foi vista entre Petz e Cobasi, no setor de varejo pet. Entre as chamadas "junior oils", Enauta e 3R também uniram forças, movimento estratégico esperado para ser replicado no setor. Em energia, um dos segmentos mais ativos no ano, a reciclagem de portfólio marcou grandes transações, como a venda das usinas térmicas da Eletrobras para a Âmbar, do grupo J&F. Ainda em energia, setor que segue como o mais ativo em M&A, o controle da AES foi vendido à Auren. Todas essas operações contribuíram para o aumento do tíquete médio dos negócios, dando suporte para o aumento em termos financeiros no ano.

Greenlees, do Itaú BBA, afirma que o pipeline de operações do banco segue até aqui forte e crescente, mas reconhece que nas últimas semanas os ruídos de Brasília têm gerado incertezas, o que pode atrasar o fechamento de parte das transações. A atividade mais forte no banco também reflete, segundo ele, aumento de "market share", com uma atuação também em transações no chamado middle market, com a estruturação de uma área focada em operações médias, algo que antes ficava de fora do radar do banco de investimento do Itaú.

O responsável pela área de M&A do Bank of America (BofA) no Brasil, Diogo Aragão, confirma que os mandatos continuam sendo fechados, mas a dúvida no momento é se será possível manter o ritmo no segundo semestre, dado o atual nível de incerteza, incluindo nessa conta as eleições americanas. Se a entrada de mandatos desaquecer no segundo semestre do ano, Aragão aponta que um dos efeitos será um hiato de transações anunciadas no início de 2025, dado o tempo exigido para a maturação dos negócios, algo típico em M&A. Ele frisa que as principais transações fechadas nos últimos meses — e que trouxeram volume financeiro relevante para a indústria — tratam-se de operações gestadas em anos anteriores.

GABRIEL REIS/VALOR

Pesa também contra, segundo o executivo do BofA, a volatilidade cambial, fator que traz um novo adicional de incerteza na mesa dos investidores. "O investidor de M&A é de longo prazo e não se importa em onde o dólar está hoje, mas a volatilidade atrapalha muito."

E outro ponto, mais indireto, também tem afetado a negociações de fusões e aquisições, segundo Aragão. "O mercado de M&A é menos impactado por esse fluxo de notícia ruim, mas chega num ponto em que fica mais difícil dissociar." Isso porque, explica o executivo, o mercado de ações anêmico e a fraca performance dos papéis das empresas listadas fazem com que o segmento de M&A perca seu referencial de preço. E transações, com isso, podem ficar no caminho.

O aumento dos ruídos, segundo o sócio da Seneca Evercore Daniel Wainstein, tem afetado o fechamento das operações, algo que já começa, dessa forma, a refletir nos números. "A volatilidade e quebra de expectativas gera, obviamente, incerteza por parte de investidores e compradores estratégicos, que buscam uma melhor visibilidade pelo cenário de crescimento, inflação, taxa de juros e câmbio antes de concluir uma transação", afirma o executivo. Ele aponta, contudo, que esse cenário não faz os investidores desistirem das transações relevantes, mas atrasa todo o processo, algo já notado nos dados coletados.

> "A volatilidade e quebra de expectativas gera incerteza por parte de investidores e compradores estratégicos"
> *Daniel Wainstein*

Wainstein detalha que, ainda olhando o número de transações anunciadas até aqui, tratase do menor volume semestral dos últimos cinco anos e que o crescimento em termos financeiros revela o peso de grandes operações no período. "O volume atual, portanto, é sustentado primordialmente por algumas poucas e grandes transações no setor de energia e recursos naturais, principalmente relacionadas à exploração de petróleo e geração de energia", diz.

Existe ainda uma quebra de expectativas, o que tem frustrado investidores. O sócio da Seneca Evercore destaca outro sinal negativo para o mercado: a queda de operações "cross-boarder", que são aquelas envolvendo compradores estrangeiros. Se no ano passado esse tipo de negócio abocanhou uma fatia de 64% do total, no ano até aqui foi de 9%. "O ruído da comunicação e indicações desencontradas sendo repassadas para o mercado acaba assustando o investidor e, inevitavelmente, o internacional é o primeiro a demonstrar contração de seu apetite", diz.

Renata Simón, sócia de M&A e societário do VBSO Advogados, vê um cenário de mais desafio e negociações travadas, dadas as incertezas. "O mercado de M&A no país parou, em boa parte, pela falta de previsibilidade se o governo brasileiro conseguirá controlar as contas públicas. O governo até agora não sinalizou o freio nos gastos públicos, e o mercado está preocupado que ele não conseguirá cumprir a meta fiscal", diz a advogada. Outro ponto que também reflete um período mais fraco para M&A, segundo ela, é a atividade mais tímida dos fundos de private equity, que são aqueles que compram participações em empresas, sendo esse um dos motivos da janela fechada para estreias na bolsa brasileira há quase três anos.

Ibovespa tem menor giro financeiro desde 2019

Matheus Prado, Augusto Decker e Maria Fernanda Salinet
De São Paulo

O baixo interesse de investidores globais por mercados emergentes e a crise da indústria de fundos locais, em meio a incertezas macroeconômicas domésticas e externas, têm limitado o volume de negócios na bolsa. Não por acaso, o Ibovespa registrou em junho seu menor giro financeiro médio desde dezembro de 2019, ou seja, o pior patamar em 54 meses.

De acordo com dados da B3 compilados pelo Valor Data, o índice movimentou, em média, R$ 14,8 bilhões por dia em junho, contra R$ 14,1 bilhões no último mês de 2019. Os valores correspondem a pouco mais da metade dos R$ 27,8 bilhões registrados em fevereiro de 2021, mês com maior giro na janela.

Desde esse pico, os juros subiram no Brasil e, depois, nos Estados Unidos, o que minou parte da atratividade da bolsa. Investidores até esperavam cortes importantes nas taxas este ano, o que chegou a animar o mercado no fim do ano passado, mas a expectativa não se materializou e a convicção voltou para patamar deprimido. Enquanto isso, no cenário local, o aumento de ruídos sobre os rumos da economia brasileira também pesou.

"Começamos o ano com perspectiva de cortes de juros no exterior e de prolongamento do ciclo local. Agora, não há mais nada disso no radar. Se o cenário voltar a mudar lá fora, é possível retomar algum otimismo. A história local, pelo que temos visto, parece mais difícil de mudar no curto prazo", diz Tiago Cunha, gestor de renda variável da Ace Capital.

O executivo nota ainda que fundos dedicados a emergentes têm sofrido com resgates — houve saídas de US$ 8,1 bilhões até junho, segundo a EPFR —, e que o Brasil diminuiu de tamanho dentro da classe. "Ademais, mercados emergentes traziam teses de crescimento para as carteiras globais, já que as empresas de países desenvolvidos estavam consolidadas e cresciam menos. Agora, há empresas de tecnologia nos EUA que entregam isso, é uma mudança estrutural."

Thalles Franco, sócio e gestor da RPS Capital, concorda que o investidor estrangeiro não tem incentivo para investir na bolsa local por ora, já que possui a segurança do juro americano e a performance das bolsas de lá. Mas também vê empecilhos para que investidores locais retornem, já que a pessoa física tem produtos incentivados e isentos para investir; e o institucional segue sofrendo com resgates.

Até o fim de maio, segundo dados da Anbima, os fundos multimercados tinham R$ 54,1 bilhões em saques em 2024, e os de ações, R$ 4,2 bilhões. Com base nisso, o BTG Pactual estima que a alocação em ações representava no mês passado apenas 8,9% do capital sob gestão total de fundos locais, no nível mais deprimido desde 2017 e se aproximando do patamar mais baixo da série histórica, de 8,5%, registrado em 2016.

> "O estrangeiro tira recursos, a bolsa recua, o cotista resgata, o gestor tem que vender forçosamente"
> *Thalles Franco*

"A dinâmica se retroalimenta. O estrangeiro tira recursos, a bolsa cai, o cotista resgata, o gestor vende forçosamente. Difícil saber quando vai parar. Talvez com alguma sinalização fiscal em agosto, na volta do recesso parlamentar, pelo menos para diminuir essa venda técnica", diz Franco. Como consequência, ele nota que está mais difícil montar posições com visão de longo prazo. "O gestor é empurrado para carteira mais defensiva, com papéis mais líquidos, de empresas com bom momento operacional."

Vicenzo Paternostro, gestor de renda variável da Gap Asset, acredita que o volume tende a continuar fraco. "Se não houver entrada de investidor estrangeiro, a tendência é piorar. A dinâmica local de resgates e migração de fluxo para renda fixa tende a continuar. O que poderia trazer uma melhora seria a queda dos juros aqui, mas o Banco Central parou de reduzir nessa última reunião e a curva de juros já precifica até novos aumentos", diz.

Outro possível gatilho, aponta, seria uma inversão da tendência recente de fluxo estrangeiro, já que as saídas que aconteceram este ano até aqui foram, em sua visão, muito volumosas. Apenas em junho, os não residentes sacaram R$ 4,78 bilhões do segmento secundário da B3 até o dia 26. O saldo anual é negativo em R$ 40,68 bilhões, valor que quase neutraliza as entradas de R$ 44,85 bilhões registradas em 2023.

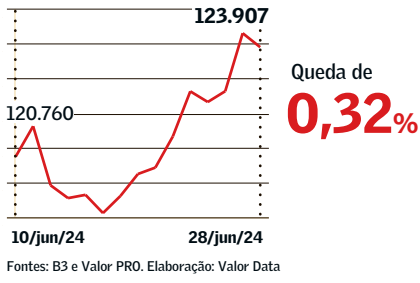
"Se parte desse capital volta, há uma melhora na dinâmica. Pode acontecer, mas não sei se é para o curtíssimo prazo. Diria que é mais para o quarto trimestre deste ano do que para o terceiro", diz, notando que o ímpeto comprador mostrado pela classe nos últimos dias — com saldo positivo em sete das últimas dez sessões, até o dia 26 — é marginal se comparado ao saldo anual.

"Ainda é muito incipiente, não dá para afirmar que o estrangeiro voltou a olhar para o Brasil. Mas essa dinâmica é bem volátil e pode mudar muito rápido. Se a bolsa subir por um ou dois meses, o fluxo pode voltar, porque o investidor não quer perder a bolsa andando. Mas, com as informações de hoje, eu não diria que melhora em um ou dois meses", diz. A Gap tem pouca exposição direcional à bolsa no momento, focando mais posições relativas.

Piscina rasa
Giro médio do Ibovespa tem em junho o menor patamar em 54 meses - em R$ bilhões

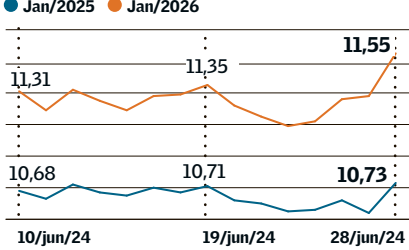
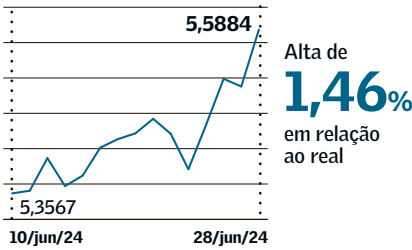
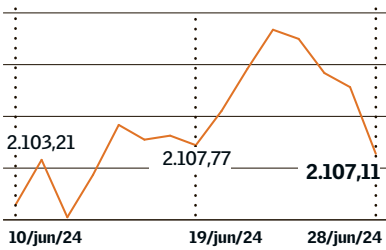
Fonte: B3. Elaboração: Valor Data

Ibovespa
Em pontos

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Bolsas internacionais
Variações no dia 28/jun/24 - em %

Bolsa	Variação
Dow Jones	-0,12
S&P 500	-0,41
Euronext 100	-0,27
DAX	0,14
CAC-40	-0,68
Nikkei-225	0,61
SSE Composite	0,73

Juros
DI-Over futuro - em % ao ano

Jan/2025 Jan/2026
11,31 11,35 11,55
10,68 10,71 10,73
10/jun/24 19/jun/24 28/jun/24

Dólar comercial
Cotação de venda - em R$/US$

Índice de Renda Fixa Valor
DI-Over futuro - em % ao ano

Ativos Dólar se aproxima de R$ 5,60 e juros futuros disparam; possibilidade de intervenção do BC começa a ser debatida entre investidores

Risco fiscal abala mercados e expõe fragilidade do real

Gabriel Roca, Victor Rezende e Arthur Cagliari
De São Paulo

Não foram triviais os movimentos do mercado financeiro doméstico na última semana. No momento em que uma crise de confiança sobre os rumos da política econômica tem afetado em cheio o humor dos agentes, a desvalorização dos ativos brasileiros teve continuidade e chegou a níveis vistos, até então, como bastante improváveis. Sem sinais concretos do governo quanto a medidas de contenção de despesas e com discursos bastante duros do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao longo da semana, o mercado doméstico sofreu fortes perdas, com reflexo na dinâmica do câmbio: em apenas uma semana, o dólar subiu mais de 2% e encostou em R$ 5,60.

O mercado abandonou de vez os fundamentos e, nas últimas semanas, passou a trabalhar em cima dos riscos e das perspectivas futuras, que parecem cada vez mais sombrias. O aumento da desconfiança dos agentes em torno da política econômica ganhou força em abril, com a revisão das metas de resultado primário de 2025 e 2026, mas se agravou em junho e, em particular, na semana passada.

Participantes do mercado se mostram incomodados, em especial, com a sensação de falta de urgência do governo em tratar a questão fiscal, apesar da deterioração vista nos ativos domésticos. Na semana passada, a crise escalou, na medida em que declarações do presidente Lula assustaram investidores, que esperavam algum sinal em torno de um maior compromisso com a sustentabilidade das contas públicas. Sem esse sinal e diante da percepção de isolamento da equipe econômica em torno das ideias de ajuste fiscal, a perda de ancoragem dos ativos prosseguiu.

O comportamento do câmbio na sexta-feira foi sintomático, embora alguns movimentos pudessem ter características mais profundas. A formação da Ptax de fim de mês reforçou alguns fatores técnicos, mas a piora na percepção de risco esteve presente desde a abertura. Diante da piora sequencial da moeda brasileira nos últimos meses, alguns profissionais do mercado observaram que fundos quantitativos, que operam com base em um padrão de eventos passados, estariam reforçando a aposta contra o real, já que não há um evento que interrompa a tendência de alta do dólar no câmbio local. E esse movimento ajuda a alimentar o círculo vicioso no qual o real entrou.

Assim, na sexta-feira houve quem esperasse uma intervenção do Banco Central no mercado de câmbio, apesar de declarações recentes do presidente da autarquia, Roberto Campos Neto, e do diretor de política monetária, Gabriel Galípolo, na direção contrária.

O **Valor** apurou com diversos "dealers" de câmbio que, no fim da manhã de sexta, diante do movimento expressivo de depreciação do real e de descolamento em relação às outras moedas emergentes, o BC entrou em contato com as mesas de operação, em uma ação habitual para entender o motivo por trás da dinâmica negativa no mercado. Isso levou parte do mercado a especular por uma atuação do BC após a formação da Ptax, o que não ocorreu. Para esta segunda-feira, está programado somente um leilão de contratos de swap cambial para rolagem.

"O mercado está perdido, perdendo absurdos de dinheiro... Nada está ajudando. O teste do mercado é, na verdade, ver como está o estômago dos 'traders'. E aí ninguém aguenta mais e vai 'stopando' [encerrando posições de forma abrupta]", diz o profissional da tesouraria de um grande banco local. Para ele, caso a dinâmica negativa continue, é possível haver uma intervenção do Banco Central, já que o semestre acabou, assim como o período de maior fluxo de entrada.

Com o dólar próximo a R$ 5,60, as discussões sobre a possibilidade de uma retomada de um ciclo de elevação da Selic voltaram a dar as caras e tiveram efeito deletério sobre os juros futuros, que subiram com força ao longo da semana. A taxa do DI para janeiro de 2027, por exemplo, encostou em 12%, ao subir de 11,505% na semana anterior para 11,97% — um salto bastante expressivo.

"O mercado está esperando um posicionamento bem mais forte e mais claro do presidente Lula em relação ao fiscal. Não basta apoiar o [ministro da Fazenda, Fernando] Haddad; é preciso apoiar o plano. Estamos em um ponto em que o próprio Congresso deveria abraçar o plano da equipe econômica. O Brasil está sendo colocado em xeque pelos investidores, e não são apenas os locais", diz Roberto Elaiuy, gestor de renda fixa da Kinea Investimentos. Para ele, enquanto uma resposta convincente do governo a esse cenário não aparece, "o mercado vai continuar testando os limites" de piora.

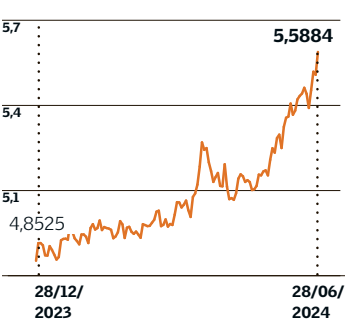
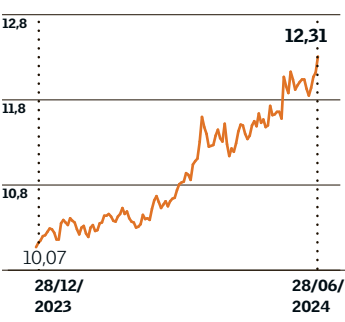
O pessimismo, de fato, não fica concentrado somente entre os investidores locais. Como o **Valor** mostrou na semana passada, a aposta dos estrangeiros contra o real, via derivativos de câmbio (dólar futuro, swap cambial, cupom cambial e dólar mini), alcançou máximas históricas e se aproxima de US$ 80 bilhões, de acordo com dados da B3. Além disso, traders de moedas têm notado uma piora do "risk reversal", uma estratégia envolvendo opções, o que pode indicar que os investidores têm buscado maior proteção contra uma desvalorização ainda mais intensa do real. Há, assim, uma indicação de que a probabilidade do real depreciar ainda mais tem aumentado.

15,17% é a alta acumulada do dólar contra o real neste ano

ROGERIO VIEIRA/VALOR
Elaiuy, da Kinea: mercado testará os limites de piora dos ativos enquanto governo não tiver resposta convincente

Para o responsável pela área de macroeconomia da Vinci Partners, José Carlos Carvalho, "o ruído do político tem sido muito alto" e tem atrapalhado até mesmo a melhora do fluxo cambial em junho. "O Banco Central até foi conservador na ata, mas os ruídos políticos sugerem que, no próximo ano, os juros serão baixados à força. Se, no futuro, a queda dos juros for excessiva, pode haver uma saída grande de dólares do país. E isso faz com que as pessoas comecem a fazer 'hedge' para se proteger desse cenário futuro de desvalorização do câmbio", diz.

O problema dessa espiral de valorização do dólar, na visão de Carvalho, é o fato de a pressão cambial alimentar a inflação e isso se refletir na dinâmica dos juros, o que gera um círculo vicioso. "A maior parte do mercado já estava projetando a inflação a 4% ao ano, só que rapidamente o dólar foi de R$ 5,00 para R$ 5,50. Sabemos que o câmbio tem um peso de 10% na composição da inflação, então imagino que as projeções do IPCA sejam revisadas para cima, caminhando para perto de 5%", explica o executivo da Vinci.

Um pouco desse movimento já começa a ser visto. Ainda na sexta-feira, a consultoria Buysidebrazil elevou sua projeção para o dólar no fim deste ano de R$ 5,20 para R$ 5,40, enquanto a expectativa para o IPCA deste ano subiu de 3,8% para 4,1%. Já a estimativa para a inflação de 2025 avançou de 3,5% a 3,7%, em contexto que vê o dólar a R$ 5,30 no fim do próximo ano.

O alerta em relação aos efeitos da desvalorização cambial também é feito pelo sócio e CIO da Parcitas Investimentos, Marcelo Ferman, para quem há um abismo entre as expectativas do mercado para as entregas do governo e as soluções ventiladas para a questão fiscal até o momento. "O mercado está precisando de algo para se ancorar, do ponto de vista de expectativa. Acredito que o governo notou, mas não está conseguindo oferecer soluções à altura. Enquanto há esse abismo, o mercado local fica desancorado."

"Vamos supor que essa deterioração no câmbio aconteça por mais tempo, puxando as expectativas de inflação. Se isso permanecer, começa a ficar difícil de achar que o BC vai conseguir ficar parado. Assim, mesmo que o governo ofereça uma solução viável lá na frente, o meio do caminho pode ser pior. Há um custo em se trabalhar com esse abismo", diz Ferman. "O mercado começa a piorar meio que sem motivos claros. Ele quer se segurar em alguma coisa, mas não tem nada. Entra semana, sai semana, e a dinâmica continua piorando."

Já na visão do sócio da Panamby Capital e ex-diretor de política monetária do BC, Reinaldo Le Grazie, a medida correta para interromper essa dinâmica negativa dos ativos locais é anunciar algum tipo de corte de despesas. "Não acredito que o Banco Central deveria intervir no câmbio porque o ruído é local e se trata de um ajuste de preços ao novo cenário macroeconômico", aponta.

Ele avalia que é mais provável que o movimento ruim dos ativos locais só seja interrompido caso medidas do governo para conter o avanço das despesas sejam anunciadas. "A lógica é que, seguindo a situação atual de gastos, sem a receita adequada, há uma pressão dos preços para cima e a inflação acaba subindo. Simples assim", diz.

Dólar comercial
Cotação dia a dia - em R$/US$

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Juro futuro
DI jan/29 - em % ao ano

12,8
11,8
10,8
12,31
10,07
28/12/2023
28/06/2024

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Inflação americana preocupa apesar de desaceleração

Eduardo Magossi
De São Paulo

Apesar de os dados do índice de gastos com consumo (PCE, da sigla em inglês), métrica de inflação preferida do Federal Reserve (Fed, banco central americano), terem voltado a mostrar desaceleração em maio, os economistas estão mais cautelosos em projetar que a autoridade monetária americana irá cortar os juros em breve. Para a maioria, o Fed não reduz as taxas americanas antes de setembro.

"O susto da alta da inflação vista no primeiro trimestre passou, mas não podemos nos ater a apenas um dado bom, temos que ver mais dados como esse", disse Marcelo Fonseca, economista-chefe da Reag Investimentos. Na sexta-feira, o Escritório de Análise Econômica (BEA, da sigla em inglês) divulgou que o PCE de maio ficou estável na margem, depois de registrar 0,3% em abril. Já o núcleo do índice de maio ficou em 0,1%, ante 0,3% no mês anterior.

Para ele, o início do afrouxamento monetário com uma redução de 0,25 ponto percentual deve acontecer em dezembro, depois que o Fed registrar vários indicadores benignos na sequência. "A inflação parece estar desacelerando assim como a atividade e o mercado de trabalho, mas ainda estão fortes", disse. O Produto Interno Bruto (PIB) do primeiro trimestre, também divulgado na semana passada, mostrou uma expansão anualizada de 1,4%, ante 3,4% no trimestre anterior.

Fonseca, que projeta quatro cortes de juros em 2025 de 0,25 ponto e uma taxa final de 4%, acredita que o foco agora vai ser o mercado de trabalho. Na sexta-feira, após o feriado de 4 de julho, será divulgado o relatório de empregos de maio dos EUA, o "payroll". "Temos que esperar mais dados e vê-los de forma global."

Para Pedro Schneider, economista do Itaú, esse é o primeiro dado de inflação realmente benigno do ano divulgado. "Em 0,08% sem arredondamentos, o PCE de maio está bem abaixo dos 0,30% de abril." Mas Schneider acredita que as autoridades do Fed estão muito mais cautelosas e vão dizer que precisam de mais evidências de que a inflação está indo de volta à meta de forma sustentável. "Há dúvidas entre os membros do banco central se a desinflação é uma tendência e se é sustentável. Eles querem ver uma sequência de números benignos para ter certeza."

DIVULGAÇÃO

"O susto da alta da inflação no 1º trimestre passou, mas não podemos nos ater a apenas um dado bom"
Marcelo Fonseca

Segundo ele, existe potencial para os dados dos próximos meses voltarem a subir e o caminho da desinflação ser mais acidentado, "como os próprios membros do Fed dizem". "Minha projeção é que a queda da inflação ficará mais clara no quarto trimestre, com o primeiro corte vindo em dezembro", avalia. "Com esse dado positivo, passamos da percepção de risco de aquecimento para uma de desaceleração sem desaquecimento", disse o economista. "Isso não é uma coisa que vai levar o Fed a cortar juros com urgência. Ele pode esperar."

"O núcleo do PCE veio até mais baixo do que esperávamos em maio e é uma notícia bem-vinda para os membros do Fed. Mas não vai ser nenhuma surpresa se eles mantiverem o script de estarem encorajados pelos dados recentes de inflação, mas ainda precisam ver mais dados para ter confiança de que a inflação está caindo", disse Veronica Clark, economista do Citi.

Para ela, esta confiança pode ser ganha com os dados de junho, que podem mostrar a terceira queda consecutiva. Clark estima que núcleos do índice de preços ao consumidor (CPI) e do PCE sendo igualmente favoráveis em junho permitirão que as autoridades do banco central sinalizem com mais clareza em sua reunião que os cortes de juros estão chegando. "Esperamos um primeiro corte em setembro, mesmo com a premissa de redução da inflação", disse.

Para Michael Pearce, economista de EUA da Oxford Economics, a queda da medida de inflação preferida do Fed em maio reforça a opinião de que o primeiro corte nas taxas ocorrerá em setembro. "Nossa projeção é de um corte de 0,25 ponto por trimestre. Mas se os riscos de desaceleração para a economia começarem a cristalizar-se, esperamos que o Fed reduza as taxas de forma mais agressiva, mesmo que a inflação permaneça elevada", diz.

Pearce estima que, apesar da atividade estar desacelerando, o PIB do segundo trimestre deve ficar perto de 2% e o mercado de trabalho seguir resiliente e, com a queda da inflação continuando nos próximos meses, a expectativa é a de que a renda dos americanos e os gastos com consumo sigam firmes.

"Um dos principais riscos para a resiliência do consumidor é o mercado de trabalho e uma nova desaceleração na procura por trabalho poderá traduzir-se em maiores aumentos do desemprego nos próximos meses. No entanto, a nossa análise de microdados sugere que o recente aumento na taxa de desemprego é impulsionado principalmente por trabalhadores mais jovens, bem como por aqueles que imigraram recentemente. Isso reduz as probabilidades de que uma espiral de perda de empregos e de renda se consolide", explicou.

GRUPO ZILOR

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS COMBINADA

#NossaEnergiaTransformaaTerra

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO EM 31 DE MARÇO DE 2024 E 2023

1. INTRODUÇÃO

Prezados Senhores: No Relatório da Administração da safra 23/24, demonstraremos a performance financeira sustentando o nosso comprometimento com o crescimento, a preservação do meio ambiente, o respeito à sociedade e a perenidade da Zilor. As demonstrações financeiras incluem: o balanço patrimonial em 31 de março de 2024 e as respectivas demonstrações combinadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa e a demonstração do valor adicionado, relativos ao exercício social encerrado em 31 de março de 2024. **1.1. Visão Geral da Zilor:** O grupo Zilor é composto por três áreas de negócios: a Companhia, empresa do setor sucroenergético, conta com três unidades industriais. Ela produz açúcar e etanol, possui o segmento que explora a cogeração de energia elétrica; e por fim, a unidade de negócios Biorigin, multinacional do setor de biotecnologia, especializada na fabricação de ingredientes 100% naturais com base em açúcares fermentescíveis para os setores alimentícios, de nutrição animal e humana. A Biorigin possui unidades no Brasil, nos Estados Unidos e na Bélgica, além de distribuidores em todos os continentes. Cerca de 90% de sua produção é exportada, atendendo principalmente os mercados norte-americanos e europeu, com atuação em mais de 60 países. A Zilor diversificou o seu portfólio entre as suas unidades de negócios com o objetivo de obter maior valor agregado e se proteger das oscilações dos mercados de *commodities*, com um firme posicionamento socioambiental. A Biorigin atua nos segmentos Food (alimentação humana) onde desenvolve ingredientes que realçam o sabor, reduzem o teor de sódio e estendem a vida útil dos alimentos produzidos por seus clientes. Além disso, no segmento Feed de alimentação animal disponibiliza, produtos que, além de serem nutricionais, aumentam a funcionalidade das rações, fortalecendo a saúde e o desempenho das criações focadas em produção de proteínas. Os animais de estimação são também um importante mercado de atuação da Biorigin. Com capacidade de moagem de 12 milhões de toneladas por ano, somos um dos mais importantes *players* do setor. Além disso, somos o acionista com participação mais representativa na Copersucar S.A., a maior empresa brasileira de exportação de açúcar e etanol. Isso nos garante o escoamento das nossas commodities (açúcar e etanol). No campo, na indústria e nos escritórios corporativos, somos uma equipe de 4.721 mil colaboradores dedicados a produzir e gerar riquezas a partir da cana-de-açúcar, sempre com ética, responsabilidade e cuidados com o meio ambiente. Em nossa gestão, buscamos garantir que o ambiente de trabalho seja saudável e seguro para todos os nossos colaboradores desenvolverem as suas atividades. Investir na capacitação dos profissionais é uma prioridade, visando resultados consistentes e sustentáveis.

2. GOVERNANÇA

2.1. Governança Corporativa: Ao longo das últimas safras, a Zilor implantou uma série de medidas para fortalecer os seus controles, governança e maximizar os seus resultados. O Conselho de Administração é o pilar e grande incentivador dessa estrutura de Governança. Ele é apoiado por outros comitês e fóruns de gestão. O mandato do conselho de administração é de dois anos e tem como objetivo discutir e aprovar os Planos Estratégicos, visando promover o crescimento sustentável da Zilor além de, proteger e maximizar o retorno do investimento dos acionistas. Também é responsável por aprovar políticas e diretrizes e acompanhar o cumprimento dos objetivos estabelecidos no Planejamento Estratégico. Essa estrutura demonstra o compromisso da Zilor com as melhores práticas de Governança Corporativa, a independência na tomada de decisão executiva alinhada com os interesses de longo prazo dos acionistas e dos demais stakeholders. O objetivo é garantir o cumprimento da missão de dar continuidade à capacidade de inovar e planejar o futuro em busca do crescimento sustentável. **2.2. Política de dividendos:** A política de remuneração dos acionistas da Companhia segue o art. 33 do Estatuto Social de Companhia, onde estão definidos indicadores e níveis de alavancagem, definidos pelos acionistas. **2.3. Controles Internos e Gestão de Riscos:** A Zilor, no exercício de sua gestão, adota procedimentos, relatórios e ações em conformidade com os padrões de Governança Corporativa hoje existentes no mercado, dentre os quais destacamos: • Gestão de riscos; • Elaboração de Orçamento Plurianual; • Robusta gestão do fluxo de caixa e de endividamento; • Acompanhamento da performance mensal Previsto x Realizado; • Auditoria Interna e Externa; • Relatórios voltados para auxiliar a gestão e os acionistas com informações relevantes e tempestivas suportando o processo de decisão; • Existência de Normas e Procedimentos nos diversos níveis operacionais e administrativos; • Gestão das obrigações fiscais e planejamento tributário.

3. DESEMPENHO OPERACIONAL

Na Safra 23/24, todas as unidades industriais da Zilor tiveram um aumento no processamento de cana-de-açúcar, alcançando a sua maior marca histórica. Além disso, o volume de energia exportada registrou um crescimento expressivo em comparação com a safra passada, devido ao início da operação da expansão da cogeração da Usina São José em abril de 2023 e à maior eficiência na cogeração de energia devido ao maior investimento de modernização. Esses resultados positivos são reflexo dos investimentos realizados nos últimos anos em tecnologia e mudanças nos processos, bem como da maior disponibilidade operacional da empresa.

(mil tons)	23/24	22/23	Variação
Informações Consolidadas			
Moagem Total	**11.420,4**	**10.550,0**	**8,3%**
Moagem Própria	3.879,6	3.367,4	15,2%
Moagem Terceiros	7.540,8	7.182,6	5,0%
Informações por Região			
Lençóis Paulista/SP	**8.246,1**	**7.482,9**	**10,2%**
Quatá/SP	**3.174,3**	**3.067,1**	**3,5%**

Obs: Lençóis Paulista contempla informações de Macatuba.

Na Safra 23/24, a Zilor registrou um recorde de moagem, processando 11.420 mil toneladas de cana, o que representa um aumento de 8,3% em relação ao mesmo período da safra anterior. Esse resultado inclui um crescimento significativo de 15,2% na moagem de cana própria, à maior área de cana própria na região de Lençóis Paulista é devido à assunção de áreas arrendas em virtude do término de contratos de parceria. O destaque fica para a região de Quatá/SP, onde a moagem teve um incremento de 3,5%, atingindo um recorde histórico de moagem na safra com 3.174,3 mil toneladas. Esses resultados positivos são reflexo dos investimentos realizados nos últimos anos em tecnologia e mudanças nos processos, bem como a maior disponibilidade operacional da empresa.

Produção	23/24	22/23	Variação
Açúcar (mil/ton)	**741,9**	**694,9**	**6,8%**
Branco	284,4	240,9	18,1%
Bruto	379,5	344,8	10,1%
FS[1]	78,0	109,2	-28,6%
Etanol (mil/m3)	**495,8**	**450,6**	**10,0%**
Anidro	350,1	312,6	12,0%
Hidratado	145,7	138,0	5,6%
Energia Exportada (mil MWh)	**772,7**	**490,5**	**57,5%**
Contratada	649,1	462,0	40,5%
Spot	123,6	28,5	333,7%
Mix Etanol vs Açúcar (em Unicop2)	**46% vs 54%**	**46% vs 54%**	

1. FS: *Fermentable sugar*
2. Unicop: fator de medida que permite comparação entre Etanol e Açúcar na mesma unidade

No acumulado da Safra 23/24, a produção de açúcar teve um incremento de 6,8% devido a priorização do mix, com o objetivo de capturar os melhores preços. A energia comercializada foi de 772,7 mil MWh na Safra 23/24, aumento de 57,5% em relação à Safra 22/23. Esse crescimento está relacionado ao maior volume de cana processada e à expansão da cogeração das Usinas de São José. A energia produzida a partir do bagaço da cana abastece 100% das unidades produtivas, e o excedente é vendido ao mercado por meio de leilões e contratos com distribuidores de energia elétrica. Cerca de 84% do volume produzido está contratado.

4. RECEITA

Receita Líquida - R$ MM				
Descritivo	**23/24**	**22/23**	**Variação R$**	**Variação %**
Açúcar	1.451,5	1.187,5	264,0	22,2%
Etanol	1.192,9	1.353,5	(160,6)	-11,9%
Energia	191,8	117,2	74,6	63,7%
Biorigin	604,6	680,3	(75,7)	-11,1%
Outros	46,3	71,8	(25,5)	-35,5%
Total	**3.487,1**	**3.410,3**	**76,8**	**2,3%**

Preço				
Descritivo	**23/24**	**22/23**	**Variação R$**	**Variação %**
Açúcar Preço (R$/ton)	2.190,3	2.025,7	164,6	8,1%
Etanol (R$/m3)	2.421,2	3.029,4	(608,2)	-20,1%
Energia (R$/MHh)	240,5	237,1	3,4	1,4%
Biorigin (R$/kg)	18,9	19,9	(1,0)	-5,0%

Volume				
Descritivo	**23/24**	**22/23**	**Variação**	**Variação %**
Açúcar (mil/tons)	662,7	586,2	76,5	13,0%
Etanol (mil/m3)	492,7	446,8	45,9	10,3%
Energia MHh	772,7	490,5	282,2	57,5%
Biorigin (mil/tons)	32,0	34,2	(2,2)	-6,5%

A receita líquida proveniente do açúcar registrou um incremento em relação ao ano-safra anterior de R$ 264,0 milhões. Essa variação foi impulsionada por dois principais fatores. Em primeiro lugar, houve um aumento do volume de açúcar vendido apresentou um incremento de 13,0%, adicionando um valor de R$ 154,9 milhões à receita líquida adicionando ao aumento de 8,1% no preço do açúcar, resultando em um impacto positivo de R$ 109,1 milhões na receita. Na safra 23/24, a receita líquida de etanol apresentou uma diminuição em relação ao ano-safra anterior, totalizando R$ 160,6 milhões. Esse declínio foi principalmente impulsionado pela redução dos preços em 20,1%, resultando em um impacto negativo de R$ 299,7 milhões. No entanto, esse efeito foi parcialmente compensado pelo aumento de 10,3% no volume de vendas, o que representou um acréscimo de R$ 139,1 milhões. Já em relação à receita líquida de energia, houve um aumento de R$ 74,6 milhões na safra 23/24. Esse resultado se deve ao volume de exportação de energia contratada superior ao da safra passada e ao início da operação da expansão da Usina de São José. Na Safra 23/24, a Biorigin registrou uma diminuição de 11,1% na receita. Essa redução foi resultado da diminuição do preço médio, 5,0% inferior à safra anterior, reflexo de maior participação do seguimento FEED nas vendas da Companhia, esse seguimento possui preços unitários menores do que o seguimento FOOD. Na linha de "Outros", o montante de R$ 46,3 milhões contempla, principalmente: i) a receita de CBIOs no valor de R$ 45,0 milhões referente a comercialização de 439,9 mil CBIOs ao preço médio de R$ 102,2/CBIO; e ii). Outras vendas no valor de R$ 1,3 milhões.

5. CUSTO DO PRODUTO VENDIDO (CPV)

CPV - R$ MM				
Descritivo	**23/24**	**22/23**	**Variação R$**	**Variação %**
Açúcar	940,6	866,5	74,1	8,5%
Etanol	1.235,0	1.068,3	166,7	15,6%
Energia	50,3	39,3	11,0	27,9%
Biorigin	446,0	592,0	(146,0)	-24,7%
Ativo biológico	128,1	65,8	62,3	94,7%
Total	**2.800,0**	**2.631,9**	**168,1**	**6,4%**

O segmento açúcar apresentou um aumento de R$ 74,0 milhões, principalmente devido ao aumento do volume vendido que totalizou R$ 69,1 milhões. Houve também um acréscimo de R$ 4,9 milhões dos custos de insumos, materiais, arrendamentos, depreciação e mão-de-obra. O segmento etanol apresentou um aumento de R$ 166,7 milhões, impulsionado principalmente pelo maior volume de vendas, R$ 155,5 milhões. Além disso, fatores como depreciação, mão-de-obra, materiais e insumos também contribuíram para esse aumento, totalizando R$ 11,2 milhões. Na área de energia elétrica, observamos um aumento de 27,9% nos custos. Mesmo com aumento do volume exportado e melhoria na eficiência, tivemos um custo superior a Safra anterior devido as operações de compra de energia em razão ao início dos contratos de leilão das novas termelétricas de São José e Barra Grande. Na divisão Biorigin, identificamos uma diminuição de 24,7% nos custos, totalizando um valor de R$ 146,0 milhões. Essa melhora é atribuída principalmente aos menores preços de insumos e matéria-prima, bem como à maior eficiência produtiva, totalizando R$ 149,2 milhões, parcialmente compensado por efeitos cambiais de R$ 3,2 milhões em virtude da apreciação cambial ocorrida durante o ano safra.

6. DESPESAS DE VENDAS, GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Despesas gerais e administrativas - R$ MM				
Descritivo	**23/24**	**22/23**	**Variação R$**	**Variação %**
Despesas comerciais	(106,8)	(91,3)	(15,5)	17,0%
Despesas administrativas e gerais	(227,3)	(211,0)	(16,3)	7,7%
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	859,7	317,1	542,6	171,1%
Equivalência	47,0	77,9	(30,9)	-39,7%
Total	**572,6**	**92,7**	**479,9**	**517,4%**

As despesas comerciais na Safra 23/24 totalizaram R$ 106,8 milhões representando uma variação de R$ 15,5 milhões em comparação com a Safra anterior. Esse aumento se deve principalmente à maior despesa de comercialização de açúcar e etanol, bem como aos maiores gastos com armazenagem de açúcar e levedura e ao dissídio salarial. Esses fatores foram parcialmente compensados pela redução de gastos com consultoria. As despesas gerais e administrativas totalizaram R$ 227,3 milhões na Safra 23/24, um aumento de 7,7% em relação à Safra anterior. Essa movimentação ocorreu devido ao reajuste anual de pessoal de 4%, à reposição do quadro de colaboradores e aos maiores gastos com consultorias de projetos não recorrentes/estratégicos, visando o crescimento da Companhia. Em outras receitas (despesas), houve o aumento de R$ 542,6 milhões devido aos recebimentos das últimas parcelas dos precatórios. O impacto na equivalência patrimonial no montante de R$ 47,0 milhões é reflexo do menor resultado da Cooperativa Copersucar na Safra 23/24 em comparação com a safra anterior.

7. EBITDA/EBIT

O Ebitda ajustado Zilor exclui os efeitos dos ativos biológico, do CPC 06 – arrendamento mercantil, outras receitas e despesas operacionais e os efeitos da equivalência patrimonial, para o Ebit ajustado adiciona as despesas/custos tira-se o efeito da depreciação.

Ebitda/Ebit (ajustados) - R$ MM				
Descritivo	**23/24**	**22/23**	**Variação R$**	**Variação %**
Ebitda	2.165,3	1.610,6	554,7	34,4%
Ebitda Ajustado	1.033,4	961,1	72,3	7,5%
Ebit	1.259,8	871,2	388,6	44,6%
Ebit Ajustado	447,3	525,0	(77,7)	-14,8%

No acumulado da Safra 23/24 o EBITDA Ajustado foi de R$ 1.033,4 milhões, o que representa um aumento de 7,5% em relação ao mesmo período da Safra anterior, com margem de 29,6% versus 28,2% na Safra anterior. O aumento do EBITDA ajustado está relacionado a três fatores principais: i) melhor volume de venda na Agro e Energia; ii) menores custos na Biorigin relacionados a redução nos preços dos insumos e iii) melhor eficiência operacional no Agro e Biorigin.

Ebitda/Ebit (ajustados) - R$ MM				
Descritivo	**23/24**	**22/23**	**Variação R$**	**Variação %**
Receita	3.487,1	3.410,3	76,8	2,3%
Custo	(2.671,8)	(2.566,1)	(105,7)	4,1%
Despesas de vendas	(106,8)	(91,3)	(15,5)	17,0%
Despesas adm e Gerais	(227,3)	(211,0)	(16,3)	7,7%
Depreciação	905,5	739,4	166,1	22,5%
Ajuste IFRS 16	(33,9)	(16,9)	(17,0)	100,8%
Depreciação IFRS	(319,4)	(303,3)	(16,1)	5,3%
Ebitda Ajustado	**1.033,4**	**961,1**	**72,3**	**7,5%**
Depreciação	(905,5)	(739,4)	(166,1)	22,5%
Depreciação IFRS	319,4	303,3	16,1	5,3%
Ebit Ajustado	**447,3**	**525,0**	**(77,7)**	**-14,8%**

8. RESULTADO FINANCEIRO

Resultado Financeiro - R$ MM				
Descritivo	**23/24**	**22/23**	**Variação R$**	**Variação %**
Receitas financeiras	204,5	227,2	(22,7)	-10,0%
Despesas financeiras	(534,1)	(593,6)	59,5	-10,0%
Variações cambiais líquidas	(2,6)	(5,4)	2,8	-51,0%
Total	**(332,2)**	**(371,8)**	**39,6**	**-10,7%**

Na Safra 23/24, observamos uma diminuição em receitas e despesas financeiras comparado com a safra anterior. Em receitas financeiras a variação é devido à redução do CDI numa média ponderada de 101,7% na safra 23/24 em comparação com 103,6% na safra 22/23. A variação das despesas financeiras é devido à redução da taxa média do CDI, que foi de 12,3% na safra 23/24 em comparação com 13,3% na safra 22/23, e a diminuição da dívida bruta. Além disso, houve o impacto do IFRS-16 com o aumento do preço de ATR.

9. LUCRO DO EXERCÍCIO

Lucro Líquido - R$ MM				
Descritivo	**23/24**	**22/23**	**Variação R$**	**Variação %**
Lucro líquido do exercício	632,3	350,8	281,5	80,2%

Na Safra 23/24, a Zilor registrou um aumento de 80,2% em seu lucro líquido. Esse crescimento se deve principalmente aos recebimentos dos precatórios.

10. ESTRUTURA DE CAPITAL

Dívida Liquida - R$ MM				
Descritivo	**23/24**	**22/23**	**Variação R$**	**Variação %**
Empréstimos	(3.425,4)	(3.513,0)	87,6	-2,5%
Caixa	2.415,1	1.651,5	763,6	46,2%
Total	**(1.010,3)**	**(1.861,5)**	**851,2**	**-45,7%**

A Companhia emitiu debênture no valor de R$ 300 milhões com prazo total de 7 anos como parte da sua estratégia de financiar o negócio com dívidas de longo prazo aumentando o prazo médio de 4,4 anos na safra 22/23 para 5,6 anos na safra 23/24.

11. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Encerramos a safra 23/24 altamente motivados pelas nossas conquistas e pelo nosso sucesso em superar mais um ano de desafios. As lições que aprendemos ano após ano são fundamentais para seguirmos evoluindo e consolidando nossa cultura de excelência e resultados. Para finalizar, mais uma vez, gostaria de agradecer todos os nossos colaboradores, investidores e demais stakeholders pelo apoio durante mais um ciclo vitorioso. Permanecemos à disposição dos Senhores Acionistas para as informações que se fizerem necessárias relativamente às contas apresentadas.

Lençóis Paulista - SP, 28 de junho de 2024.

A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL COMBINADO EM 31 DE MARÇO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/03/2024	31/03/2023
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	9	2.415.109	1.651.472
Clientes	12	96.446	116.771
Instrumentos financeiros derivativos	11	2.948	16.920
Contas a receber - Cooperativa	13	52.613	268.626
Dividendos a receber	20	329	-
Estoques	14	526.996	472.037
Ativos biológicos	15	280.060	410.245
Impostos a recuperar	17	72.170	109.980
Adiantamentos a fornecedores		4.531	9.000
Despesas antecipadas		7.318	39.416
Total do ativo circulante		**3.458.520**	**3.094.467**
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários	10	109.523	166.685
Clientes	12	11.377	13.145
Partes relacionadas	19	939	1.302
Depósitos judiciais	16	624.026	461.979
Impostos a recuperar	17	67.089	57.711
Total do realizável a longo prazo		**812.954**	**700.822**
Investimento	20	254.405	253.582
Outros Investimentos		18.421	18.439
Imobilizado	21	3.174.643	2.886.144
Direito de uso	22	1.546.412	1.484.372
Intangível	23	34.228	24.483
Total do ativo não circulante		**5.841.063**	**5.367.842**
Total do ativo		**9.299.583**	**8.462.309**

Passivo e acervo líquido	Nota	31/03/2024	31/03/2023
Circulante			
Fornecedores	24	313.388	343.494
Instrumentos financeiros derivativos	11	757	5.078
Empréstimos, financiamentos e debêntures	25	933.726	856.489
Passivo de arrendamento	22	251.305	243.531
Impostos a recolher		2.167	19.141
Tributos parcelados	26	11.934	18.092
Obrigações com a Cooperativa	27	30.276	21.135
Salários e contribuições sociais	28	105.123	82.866
Dividendos e juros sobre capital próprio	19	167.038	114.192
Outras contas a pagar		31.149	43.343
Total do passivo circulante		**1.846.863**	**1.747.361**
Não circulante			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	25	2.491.715	2.656.550
Passivo de arrendamento	22	1.313.301	1.251.391
Tributos parcelados	26	1.987	14.119
Obrigações com a Cooperativa	27	127.889	133.205
Dividendos e juros sobre capital próprio	19	18.532	51.945
Outras contas a pagar		-	970
Provisões	29	837.602	497.845
Passivo fiscal diferido	18	245.124	183.624
Total do passivo não circulante		**5.036.150**	**4.789.649**
Total do passivo		**6.883.013**	**6.537.010**
Acervo líquido		2.416.570	1.925.299
Total do passivo e do acervo líquido		**9.299.583**	**8.462.309**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA COMBINADO – MÉTODO INDIRETO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais)

	Nota	31/03/2024	31/03/2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**927.520**	**499.383**
Ajustes de:			
Depreciação e amortizações		584.076	519.215
Depreciação da planta portadora	21	143.432	124.260
Consumo do ativo biológico	15	2.084	(83.531)
Variação no valor justo do ativo biológico	15	128.101	65.779
Resultado na venda e baixa de ativos imobilizados e intangíveis		43.570	7.192
Participação nos resultados de empresas investidas	20	(46.965)	(77.912)
Resultado com derivativos	11	(2.191)	(11.842)
Provisão para redução ao valor recuperável dos estoques	14	22.667	4.680
Variações cambiais imobilizados e intangíveis		962	(1.608)
Juros e variações consecana com direito de uso		41.500	26.103
Apropriação de encargos financeiros	35	389.878	416.293
Realização de ajuste a valor presente	21	(2.638)	(1.624)
Constituição de provisão para contingências	29	339.757	203.252
Investimento não controladas		4.780	12.334
Variações em:			
Clientes e outras contas a receber		22.093	(668)
Instrumentos financeiros derivativos		11.842	57.337
Contas a receber - Cooperativa		216.013	(85.218)
Dividendos a receber	20	(329)	-
Estoques		(77.626)	(153.894)
Adiantamentos a fornecedores		4.469	(5.356)
Impostos a recuperar		28.432	(72.399)
Despesas antecipadas		32.098	9.820
Depósitos judiciais	16	(162.047)	(199.042)
Fornecedores		(30.106)	(75.564)
Impostos e contribuições a recolher		(195.048)	(129.015)
Tributos parcelados		(17.274)	(15.148)
Salários e contribuições sociais		22.257	11.798
Outras contas a pagar		(13.164)	7.650
Caixa gerado pelas atividades operacionais		**2.418.143**	**1.052.275**
Juros pagos		(1.016)	(958)
Juros pagos em empréstimos e financiamentos	25	(375.122)	(307.676)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(55.681)	(55.284)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**1.986.324**	**688.357**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Dividendos recebidos, líquidos de aumento de capital	20	48.086	43.067
Gastos com plantio e tratos culturais	21	(280.277)	(191.431)
Aquisição de ativo imobilizado	21	(455.661)	(467.805)
Aquisição de ativo intangível	23	(12.348)	(8.719)
Rendimento/Aquisição de cota "FIDC"		25.663	(6.484)
Aplicação financeira		3.621	(1.659)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos		**(670.916)**	**(633.031)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Variação de partes relacionadas		363	8.590
Pagamento de arrendamentos	22	(353.216)	(320.199)
Variação de obrigações com a Cooperativa e arrendamento mercantil		3.825	(143)
Empréstimos e financiamentos bancários tomados	25	1.143.682	1.399.768
Empréstimos e financiamentos bancários pagos	25	(1.246.036)	(1.149.757)
Empréstimos e financiamento - "FIDC"	25	27.878	494
Dividendos pagos	19	(93.219)	(114.412)
Juros sobre o capital próprio	19	(35.048)	(11.700)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos		**(551.771)**	**(187.359)**
Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa líquido		763.637	(132.033)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	9	**1.651.472**	**1.783.505**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	9	**2.415.109**	**1.651.472**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO COMBINADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais)

	Nota	31/03/2024	31/03/2023
Receita operacional líquida	31	3.487.117	3.410.306
Variação no valor justo do ativo biológico	32	(128.101)	(65.779)
Custos dos produtos vendidos	32	(2.671.849)	(2.566.102)
Lucro bruto		**687.167**	**778.425**
Despesas de vendas	32	(106.769)	(91.269)
Despesas administrativas e gerais	32	(227.304)	(211.035)
Outras receitas operacionais líquidas	33	859.723	317.142
Resultado antes das receitas financeiras líquidas, participação nos resultados de empresas investidas e impostos		**1.212.817**	**793.263**
Receitas financeiras	34	204.506	227.174
Despesas financeiras	35	(534.122)	(593.591)
Variações cambiais líquidas	36	(2.646)	(5.375)
Financeiras líquidas		**(332.262)**	**(371.792)**
Participação nos resultados de empresas investidas	20	46.965	77.912
Lucro antes dos impostos		**927.520**	**499.383**
Imposto de renda e contribuição corrente	18	(235.282)	(142.402)
Imposto de renda e contribuição diferido	18	(59.973)	(6.159)
Lucro líquido do exercício		**632.265**	**350.822**
Resultado atribuído aos:			
Acionistas controladores		584.142	312.080
Acionistas não controladores		48.123	38.742
Lucro líquido do exercício		**632.265**	**350.822**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE COMBINADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais)

	31/03/2024	31/03/2023
Lucro líquido do exercício	**632.265**	**350.822**
Itens a serem posteriormente reclassificados para o resultado		
Outros componentes do resultado abrangente do exercício		
Variação cambial de investidas no exterior	(3.019)	7.984
Ajustes de avaliação patrimonial em investida - reflexo	9.725	5.745
Total do resultado abrangente do exercício	**638.971**	**364.551**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas.

DEMONSTRAÇÃO DO ACERVO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais)

	Acervo Líquido
Saldos em 1º de abril de 2022	**1.638.748**
Variação cambial de investidas no exterior	7.984
Ajustes de avaliação patrimonial em investidas	5.745
Juros sobre o capital próprio	(78.000)
Resultado do exercício	350.822
Saldos em 31 de março de 2023	**1.925.299**
Saldos em 1º de abril de 2023	**1.925.299**
Variação cambial de investidas no exterior	(3.019)
Ajustes de avaliação patrimonial em investidas	9.725
Juros sobre o capital próprio	(71.909)
Dividendos a pagar	(75.791)
Resultado do exercício	632.265
Saldos em 31 de março de 2024	**2.416.570**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais)

	31/03/2024	31/03/2023
Receitas	**4.373.498**	**3.983.820**
Vendas brutas de mercadorias, produtos e serviços prestados	3.744.029	3.633.424
Receitas referentes a construção de ativos próprios	629.469	350.396
Insumos adquiridos de terceiros	**(2.550.034)**	**(1.915.769)**
Custos dos produtos e das mercadorias vendidas	(1.719.523)	(1.202.747)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros operacionais	(830.511)	(713.022)
Valor adicionado bruto	**1.823.464**	**2.068.051**
Depreciação e amortização	(584.076)	(519.215)
Ativos biológicos colhidos	(128.101)	(65.779)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	**1.111.287**	**1.483.057**
Valor adicionado recebido em transferência	**1.189.864**	**313.990**
Resultado de equivalência patrimonial	46.965	77.912
Receitas financeiras	204.506	227.174
Outras	938.393	8.904
Valor adicionado total a distribuir	**2.301.151**	**1.797.047**
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	**474.890**	**359.014**
Remuneração direta	304.659	251.922
Benefícios	148.515	90.251
FGTS	21.716	16.841
Impostos, taxas e contribuições	**574.711**	**390.829**
Federais	459.976	269.817
Estaduais	114.735	121.012
Remuneração de capitais de terceiros	**619.285**	**644.365**
Juros	534.122	593.591
Aluguéis	3.847	3.241
Variações cambiais	2.646	5.375
Outros	78.670	42.158
Remuneração de capitais próprios	**632.265**	**402.839**
Dividendos	75.791	-
Juros sobre o capital próprio	71.909	78.000
Lucros retidos do exercício	436.442	286.097
Participação dos não Controladores nos lucros retidos	48.123	38.742
Valor adicionado distribuído e retido	**2.301.151**	**1.797.047**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas.

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretores

Fabiano José Zillo — Denise Araújo Francisco

Contador Responsável: Paulo Souza de Oliveira Junior - CRC: SP-253903/O-2

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS COMBINADAS

Aos acionistas do **Grupo Zilor**

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras combinadas do Grupo Zilor ("Grupo"), que compreendem o balanço patrimonial combinado em 31 de março de 2024 e as respectivas demonstrações combinadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do acervo patrimonial líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras combinadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira combinada do Grupo em 31 de março de 2024, o desempenho combinado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa combinados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis e a correspondente base de preparação das demonstrações financeiras combinadas de propósito especial descritas nas notas explicativas 2 a 6. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras combinadas". Somos independentes em relação ao Grupo, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase: Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras combinadas e restrição sobre distribuição ou uso:** Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras, que descreve a base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras combinadas. As demonstrações financeiras combinadas foram elaboradas com o propósito de permitir aos acionistas, diretores, instituições financeiras e possíveis investidores do Grupo Zilor avaliar a posição patrimonial e financeira combinada do Grupo em 31 de março de 2024, e o desempenho combinado de suas operações para o exercício findo nesta data. Nosso relatório destina-se, exclusivamente, para utilização e informação dos acionistas, diretores, instituições financeiras e possíveis investidores do Grupo Zilor, e não deve ser distribuído ou utilizado por outras partes além dos acionistas, diretores, instituições financeiras e possíveis investidores do Grupo Zilor. Consequentemente, as demonstrações financeiras combinadas podem não ser adequadas para outro fim. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** A demonstração combinada do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de março de 2024, elaborada sob responsabilidade da diretoria do Grupo, e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras combinadas do Grupo. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras combinadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras combinadas e o relatório do auditor:** A diretoria do Grupo é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras combinadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras combinadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras combinadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras combinadas de acordo com as práticas contábeis adotadas e a correspondente base de preparação das demonstrações financeiras combinadas de propósito especial descritas nas notas explicativas 2 e 6 e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras combinadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras combinadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de o Grupo continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar o Grupo ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança do Grupo são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras combinadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras combinadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras combinadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras combinadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Grupo. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Grupo. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras combinadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Grupo a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras combinadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras combinadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras combinadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 28 de junho de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC-SP-027623/F

José Antonio de A. Navarrete
Contador
CRC-SP198698/O

AÇUCAREIRA QUATÁ S.A.

CNPJ nº 60.855.574/0001-73

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

#NossaEnergiaTransformaaTerra

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - EM 31 DE MARÇO DE 2024 E 2023

1. INTRODUÇÃO

Prezados Senhores: No Relatório da Administração da safra 23/24, demonstraremos a performance financeira, sustentando o nosso comprometimento com o crescimento, a preservação do meio ambiente, o respeito à sociedade e a perenidade da Companhia. As demonstrações financeiras incluem: o balanço patrimonial em 31 de março de 2024 e as respectivas demonstrações combinadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa e a demonstração do valor adicionado, relativos ao exercício social encerrado em 31 de março de 2024. **1.1. Visão Geral da Companhia:** A Companhia é composta por três áreas de negócios: a Companhia, empresa do setor sucroenergético, conta com três unidades industriais. Ela produz açúcar e etanol, possui o seguimento que explora a cogeração de energia elétrica; e, por fim, a unidade de negócios Biorigin, multinacional do setor de biotecnologia, especializada na fabricação de ingredientes 100% naturais com base em açúcares fermentescíveis para os setores alimentícios, de nutrição animal e humana. A Biorigin conta com um Centro de Distribuição na Bélgica, que viabiliza a distribuição de ingredientes naturais para mais de 60 países, marcando sua presença em todos os continentes. A Companhia diversificou o seu portfólio entre as suas unidades de negócios com o objetivo de obter maior valor agregado e se proteger das oscilações dos mercados de commodities, com um firme posicionamento socioambiental. A Biorigin atua nos segmentos Food (alimentação humana), onde desenvolve ingredientes que realçam o sabor, reduzem o teor de sódio e estendem a vida útil dos alimentos produzidos por seus clientes. Além disso, no segmento Feed de alimentação animal disponibiliza, produtos que, além de serem nutricionais, aumentam a funcionalidade das rações, fortalecendo a saúde e o desempenho das criações focadas em produção de proteínas. Os animais de estimação são também um importante mercado de atuação da Biorigin. Com capacidade de moagem de 12 milhões de toneladas por ano, somos um dos mais importantes players do setor. Além disso, somos o acionista com participação mais representativa na Copersucar S.A., a maior empresa brasileira de exportação de açúcar e etanol. Isso nos garante o escoamento das nossas commodities (açúcar e etanol). No campo, na indústria e nos escritórios corporativos, somos uma equipe de 4.719 mil colaboradores dedicados a produzir e gerar riquezas a partir da cana-de-açúcar, sempre com ética, responsabilidade e cuidados com o meio ambiente. Em nossa gestão, buscamos garantir que o ambiente de trabalho seja saudável e seguro para todos os nossos colaboradores desenvolverem as suas atividades. Investir na capacitação dos profissionais é uma prioridade, visando resultados consistentes e sustentáveis.

2. GOVERNANÇA

2.1. Governança Corporativa: Ao longo das últimas safras, a Companhia implantou uma série de medidas para fortalecer os seus controles, governança e maximizar os seus resultados. O Conselho de Administração é o pilar e grande incentivador dessa estrutura de Governança. Ele é apoiado por outros comitês e fóruns de gestão. O mandato do conselho de administração é de dois anos e tem como objetivo discutir e aprovar os Planos Estratégicos, visando promover o crescimento sustentável da Companhia, além de proteger e maximizar o retorno do investimento dos acionistas. Também é responsável por aprovar políticas e diretrizes a acompanhar o cumprimento dos objetivos estabelecidos no Planejamento Estratégico. Essa estrutura demonstra o compromisso da Companhia com as melhores práticas de Governança Corporativa, a independência na tomada de decisão executiva alinhada com os interesses de longo prazo dos acionistas e dos demais stakeholders. O objetivo é garantir o cumprimento da missão de dar continuidade à capacidade de inovar e planejar o futuro em busca do crescimento sustentável. **2.2. Política de dividendos:** A política de remuneração dos acionistas da Companhia segue o art. 33 do Estatuto Social da Companhia, onde estão definidos indicadores e níveis de alavancagem, definidos pelos acionistas. **2.3. Controles Internos e Gestão de Riscos:** A Companhia, no exercício de sua gestão, adota procedimentos, relatórios e ações em conformidade com os padrões de Governança Corporativa hoje existentes no mercado, dentre os quais destacamos: • Gestão de riscos; • Elaboração de Orçamento Plurianual; • Robusta gestão do fluxo de caixa e de endividamento; • Acompanhamento da performance mensal Previsto x Realizado; • Auditoria Interna e Externa; • Relatórios voltados para auxiliar a gestão e os acionistas com informações relevantes e tempestivas suportando o processo de decisão; • Existência de Normas e Procedimentos nos diversos níveis operacionais e administrativos; • Gestão das obrigações fiscais e planejamento tributário.

3. DESEMPENHO OPERACIONAL

Na Safra 23/24, todas as unidades industriais da Companhia tiveram um aumento no processamento de cana-de-açúcar, alcançando a sua maior marca histórica. Além disso, o volume de energia exportada registrou um crescimento expressivo em comparação com a safra passada, devido ao início da operação da expansão da cogeração da Usina de São José em abril de 2023 e a maior eficiência na cogeração de energia devido ao maior investimento de modernização. Esses resultados positivos são reflexo dos investimentos realizados nos últimos anos em tecnologia e mudanças nos processos, bem como da maior disponibilidade operacional da empresa.

(mil tons)	23/24	22/23	Variação
Informações Consolidadas			
Moagem Total	**11.420,4**	**10.550,0**	**8,3%**
Moagem Própria	3.879,6	3.367,4	15,2%
Moagem Terceiros	7.540,8	7.182,6	5,0%
Informações por Região			
Lençóis Paulista/SP	**8.246,1**	**7.482,9**	**10,2%**
Quatá/SP	**3.174,3**	**3.067,1**	**3,5%**

Obs: Lençóis Paulista contempla informações de Macatuba.

Na Safra 23/24, a Zilor registrou um recorde de moagem, processando 11.420 mil toneladas de cana, o que representa um aumento de 8,3% em relação ao mesmo período da safra anterior. Esse resultado inclui um crescimento significativo de 15,2% na moagem de cana própria, a maior área de cana própria na região de Lençóis Paulista é devido à assunção de áreas arrendadas em virtude do término de contratos de parceria. O destaque fica para a região de Quatá/SP, onde a moagem teve um incremento de 3,5%, atingindo um recorde histórico de moagem na safra com 3.174,3 mil toneladas. Esses resultados positivos são reflexo dos investimentos realizados nos últimos anos em tecnologia e mudanças nos processos, bem como da maior disponibilidade operacional da empresa.

Produção	23/24	22/23	Variação
Açúcar (mil/ton)	**741,9**	**694,9**	**6,8%**
Branco	284,4	240,9	18,1%
Bruto	379,5	344,8	10,1%
FS[1]	78,0	109,2	-28,6%
Etanol (mil/m³)	**495,8**	**450,6**	**10,0%**
Anidro	350,1	312,6	12,0%
Hidratado	145,7	138,0	5,6%
Energia Exportada (mil MWh)	**772,7**	**490,5**	**57,5%**
Contratada	649,1	462,0	40,5%
Spot	123,6	28,5	333,7%
Mix Etanol vs Açúcar (em Unicop[2])	**46% vs 54%**	**46% vs 54%**	

1. FS: *Fermentable sugar.* 2. Unicop: fator de medida que permite comparação entre Etanol e Açúcar na mesma unidade.

No acumulado da Safra 23/24, a produção de açúcar teve um incremento de 6,8% devido a priorização do mix, com o objetivo de capturar os melhores preços. A Energia comercializada foi de 772,7 mil MWh na Safra 23/24, aumento de 57,5% em relação à Safra 22/23. Esse crescimento está relacionado ao maior volume de cana processada e à expansão da cogeração da Usinas de São José. A energia produzida a partir do bagaço da cana abastece 100% das unidades produtivas, e o excedente é vendido ao mercado por meio de leilões e contratos com distribuidores de energia elétrica. Cerca de 84% do volume produzido está contratado.

4. RECEITA

Descritivo	Receita Líquida - R$ MM 23/24	22/23	Variação R$	Variação %
Açúcar	1.451,5	1.187,5	264,0	22,2%
Etanol	1.192,9	1.353,5	(160,6)	-11,9%
Energia	191,8	117,2	74,6	63,7%
Biorigin	604,6	680,3	(75,7)	-11,1%
Outros	46,3	71,8	(25,5)	-35,5%
Total	**3.487,1**	**3.410,3**	**76,8**	**2,3%**

Descritivo	Preço 23/24	22/23	Variação R$	Variação %
Açúcar Preço (R$/ton)	2.190,3	2.025,7	164,6	8,1%
Etanol (R$/m3)	2.421,2	3.029,4	(608,2)	-20,1%
Energia (R$/MHh)	240,5	237,1	3,4	1,4%
Biorigin (R$/kg)	18,9	19,9	(1,0)	-5,0%

Descritivo	Volume 23/24	22/23	Variação	Variação %
Açúcar (mil/tons)	662,7	586,2	76,5	13,0%
Etanol (mil/m3)	492,7	446,8	45,9	10,3%
Energia MHh	772,7	490,5	282,2	57,5%
Biorigin (mil/tons)	32,0	34,2	(2,2)	-6,5%

A receita líquida proveniente do açúcar registrou um incremento em relação ao ano-safra anterior de R$ 264,0 milhões. Essa variação foi impulsionada por dois principais fatores. Em primeiro lugar, houve um aumento do volume de açúcar vendido apresentou um incremento de 13,0%, adicionando um valor de R$ 154,9 milhões à receita líquida adicionando ao aumento de 8,1% no preço do açúcar, resultando em um impacto positivo de R$ 109,1 milhões na receita. Na safra 23/24, a receita líquida de etanol apresentou uma diminuição em relação ao ano-safra anterior, totalizando R$ 160,6 milhões. Esse declínio foi principalmente impulsionado pela redução dos preços em 20,1%, resultando em um impacto negativo de R$ 299,7 milhões. No entanto, esse efeito foi parcialmente compensado pelo aumento de 10,3% no volume de vendas, o que representou um acréscimo de R$ 139,1 milhões. Já em relação à receita líquida de energia, houve um aumento de R$ 74,6 milhões na safra 23/24. Esse resultado se deve ao volume de exportação de energia contratada superior ao da safra passada e ao início da operação da expansão da Usina de São José. Na Safra 23/24, a Biorigin registrou uma diminuição de 11,1% na receita. Essa redução foi resultado da diminuição do preço médio, 5,0% inferior à safra anterior, reflexo de maior participação do seguimento FEED nas vendas da Companhia, esse seguimento possui preços unitários menores do que o seguimento FOOD. Na linha de "Outros", o montante de R$ 46,3 milhões contempla, principalmente: i) a receita de CBIOs no valor de R$ 45,0 milhões referente a comercialização de 439,9 mil CBIOs ao preço médio de R$ 102,2/CBIO; e ii). Outras vendas no valor de R$ 1,3 milhões.

5. CUSTO DO PRODUTO VENDIDO (CPV)

Descritivo	CPV - R$ MM 23/24	22/23	Variação R$	Variação %
Açúcar	1.007,0	973,2	33,9	3,5%
Etanol	1.235,0	1.068,3	166,7	15,6%
Energia	50,3	39,3	11,0	27,9%
Biorigin	446,0	592,0	(146,0)	-24,7%
Ativo biológico	128,1	65,8	62,3	94,7%
Total	**2.866,4**	**2.738,6**	**127,9**	**4,7%**

O segmento açúcar apresentou um aumento de R$ 33,8 milhões, principalmente devido ao aumento do volume vendido que totalizou R$ 69,1 milhões. Houve também uma diminuição de R$ 35,3 milhões dos custos de insumos, materiais, arrendamentos, depreciação e mão-de-obra. O segmento etanol apresentou um aumento de R$ 166,7 milhões, impulsionado principalmente pelo maior volume de vendas, R$ 155,5 milhões. Além disso, fatores como depreciação, mão-de-obra, materiais e insumos também contribuíram para esse aumento, totalizando R$ 11,2 milhões. Na área de energia elétrica, observamos um aumento de 27,9% nos custos. Mesmo com aumento do volume exportado e melhoria na eficiência, tivemos um custo superior a Safra anterior devido as operações de compra de energia em razão ao início dos contratos de leilão das novas termelétricas de São José e Barra Grande. Na divisão Biorigin, identificamos uma diminuição de 24,7% nos custos, totalizando um valor de R$ 146,0 milhões. Essa melhora é atribuída principalmente aos menores preços de insumos e matéria-prima, bem como à maior eficiência produtiva, totalizando R$ 149,2 milhões, parcialmente compensado por efeitos cambiais de R$ 3,2 milhões em virtude da apreciação cambial ocorrida durante o ano safra.

6. DESPESAS DE VENDAS, GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Descritivo	Despesas gerais e administrativas - R$ MM 23/24	22/23	Variação R$	Variação %
Despesas comerciais	(106,8)	(91,3)	(15,5)	17,0%
Despesas administrativas e gerais	(223,1)	(205,3)	(17,8)	8,7%
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	860,2	319,4	540,8	169,4%
Equivalência	47,0	77,9	(30,9)	-39,7%
Total	**577,3**	**100,7**	**476,6**	**473,4%**

As despesas comerciais na Safra 23/24 totalizaram R$ 106,8 milhões representando uma variação de R$ 15,5 milhões em comparação com a Safra anterior. Esse aumento se deve principalmente à maior despesa de comercialização de açúcar e etanol, bem como aos maiores gastos com armazenagem de açúcar e levedura e ao dissídio salarial. Esses fatores foram parcialmente compensados pela redução de gastos com consultoria.

As despesas gerais e administrativas totalizaram R$ 223,1 milhões na Safra 23/24, um aumento de 8,7% em relação à Safra anterior. Essa movimentação ocorreu devido ao reajuste anual de pessoal de 4%, à reposição do quadro de colaboradores e aos maiores gastos com consultorias de projetos não recorrentes/estratégicos, visando o crescimento da Companhia. Em outras receitas (despesas), houve o aumento de R$ 540,8 milhões devido aos recebimentos das últimas parcelas dos precatórios. O impacto na equivalência patrimonial no montante de R$ 47,0 milhões é reflexo do menor resultado da Cooperativa Copersucar na Safra 23/24 em comparação com a safra anterior.

7. EBITDA/EBIT

O Ebitda ajustado Zilor exclui os efeitos dos ativos biológico, do CPC 06 (arrendamento mercantil), outras receitas e despesas operacionais, bem como os efeitos da equivalência patrimonial. Para o Ebit ajustado, adicionam-se as despesas/custos e remove-se o efeito da depreciação.

Descritivo	Ebitda/Ebit (ajustados) - R$ MM 23/24	22/23	Variação R$	Variação %
Ebitda	2.179,2	1.612,9	566,3	35,1%
Ebitda Ajustado	951,6	868,7	82,8	9,5%
Ebit	1.197,9	772,4	425,5	55,1%
Ebit Ajustado	348,0	397,7	(49,7)	-12,5%

No acumulado da Safra 23/24, o EBITDA Ajustado foi de R$ 951,6 milhões, o que representa um aumento de 9,5% em relação ao mesmo período da Safra anterior, com margem de 27,3% versus 25,5% na Safra anterior. O aumento do EBITDA ajustado está relacionado a três fatores principais: i) melhor volume de venda na Agro e Energia; ii) menores custos na Biorigin relacionados a redução nos preços dos insumos e iii) melhor eficiência operacional no Agro e Biorigin.

Descritivo	Ebitda/Ebit (ajustados) - R$ MM 23/24	22/23	Variação R$	Variação %
Receita	3.487,1	3.410,3	76,8	2,3%
Custo	(2.738,3)	(2.672,8)	(65,5)	2,5%
Despesas de vendas	(106,8)	(91,3)	(15,5)	17,0%
Despesas adm e Gerais	(223,1)	(205,3)	(17,8)	8,7%
Depreciação	981,3	840,5	140,8	16,7%
Ajuste IFRS 16	(70,9)	(43,2)	(27,7)	63,9%
Depreciação IFRS	(377,7)	(369,5)	(8,2)	2,2%
Ebitda Ajustado	**951,6**	**868,7**	**82,8**	**9,5%**
Depreciação	(981,3)	(840,5)	(140,8)	16,7%
Depreciação IFRS	377,7	369,5	8,2	2,2%
Ebit Ajustado	**348,0**	**397,7**	**(49,7)**	**-12,5%**

8. RESULTADO FINANCEIRO

Descritivo	Resultado Financeiro - R$ MM 23/24	22/23	Variação R$	Variação %
Receitas financeiras	188,9	215,1	(26,2)	-12,2%
Despesas financeiras	(565,8)	(598,4)	32,6	-5,4%
Variações cambiais líquidas	(2,6)	(5,4)	2,8	-51,0%
Total	**(379,5)**	**(388,7)**	**9,2**	**-2,4%**

Na Safra 23/24, observamos uma diminuição em receitas e despesas financeiras comparado com a safra anterior. Em receitas financeiras a variação é devido à redução do CDI numa média ponderada de 101,7% na safra 23/24 em comparação com 103,6% na safra 22/23. A variação das despesas financeiras é devido à redução da taxa média do CDI, que foi de 12,3% na safra 23/24 em comparação com 13,3% na safra 22/23, e a diminuição da dívida bruta. Além disso, houve o impacto do IFRS-16 com o aumento do preço de ATR.

9. LUCRO DO EXERCÍCIO

Descritivo	Lucro Líquido - R$ MM 23/24	22/23	Variação R$	Variação %
Lucro líquido do exercício	558,8	271,7	287,1	105,7%

Na Safra 23/24, a Açucareira Quatá registrou um aumento de 105,7% em seu lucro líquido. Esse crescimento se deve principalmente aos recebimentos dos precatórios.

10. ESTRUTURA DE CAPITAL

Descritivo	Dívida Liquida - R$ MM 23/24	22/23	Variação R$	Variação %
Empréstimos	(3.309,7)	(3.431,7)	122,0	-3,6%
Caixa	2.273,7	1.546,8	726,9	47,0%
Total	**(1.036,0)**	**(1.884,9)**	**848,9**	**-45,0%**

A Companhia emitiu debênture no valor de R$ 300 milhões com prazo total de 7 anos como parte da sua estratégia de financiar o negócio com dívidas de longo prazo aumentando o prazo médio de 4,4 anos na safra 22/23 para 5,6 anos na safra 23/24.

11. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Encerramos a safra 23/24 altamente motivados pelas nossas conquistas e pelo nosso sucesso em superar mais um ano de desafios. As lições que aprendemos ano após ano são fundamentais para seguirmos evoluindo e consolidando nossa cultura de excelência e resultados. Para finalizar, mais uma vez, gostaria de agradecer todos os nossos colaboradores, investidores e demais stakeholders pelo apoio durante mais um ciclo vitorioso. Permanecemos à disposição dos Senhores Acionistas para as informações que se fizerem necessárias relativamente às contas apresentadas.

Lençóis Paulista - SP, 28 de junho de 2024.

A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS - EM 31 DE MARÇO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Controladora 31/03/2024	Controladora 31/03/2023	Consolidado 31/03/2024	Consolidado 31/03/2023
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	9	1.878.541	1.295.197	2.273.746	1.546.761
Instrumentos financeiros derivativos	11	2.948	16.920	2.948	16.920
Clientes e outras contas a receber	12	222.450	263.516	96.446	116.771
Contas a receber - Cooperativa	13	52.132	267.983	52.613	268.626
Dividendos a receber	20	329	-	329	-
Estoques	14	404.072	325.741	526.996	472.037
Ativos biológicos	15	280.060	410.245	280.060	410.245
Impostos a recuperar	17	59.595	100.976	65.267	107.460
Adiantamentos a fornecedores		4.543	17.575	4.644	17.580
Despesas antecipadas		4.758	39.199	5.683	39.416
Total do ativo circulante		**2.909.428**	**2.737.352**	**3.308.732**	**2.995.816**
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Aplicações financeiras, títulos e valores imobiliários	10	25.612	51.275	109.523	166.685
Clientes e outras contas a receber	12	8.229	10.157	8.387	10.346
Partes relacionadas	19	939	1.302	939	1.302
Depósitos judiciais	16	445.584	323.005	623.360	461.757
Impostos a recuperar	17	67.089	57.711	67.089	57.711
Ativo fiscal diferido	18	5.493	25.948	20.604	56.464
Total do realizável a longo prazo		**552.946**	**469.398**	**829.902**	**754.265**
Investimentos	20	464.880	440.876	254.405	253.582
Outros investimentos		18.300	18.319	18.368	18.386
Imobilizado	21	2.380.230	2.067.196	2.390.456	2.119.381
Direito de uso	22	2.057.187	2.053.489	2.057.187	2.053.489
Intangível	23	34.127	24.313	34.213	24.468
Total do ativo não circulante		**5.507.670**	**5.073.591**	**5.584.531**	**5.223.571**
Total do ativo		**8.417.098**	**7.810.943**	**8.893.263**	**8.219.387**

Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora 31/03/2024	Controladora 31/03/2023	Consolidado 31/03/2024	Consolidado 31/03/2023
Circulante					
Fornecedores	24	299.665	339.635	313.475	352.032
Instrumentos financeiros derivativos	11	757	5.078	757	5.078
Empréstimos, financiamentos e debêntures	25	883.541	788.401	907.566	824.757
Passivo de arrendamento	22	291.281	280.641	291.281	280.641
Impostos e contribuições a recolher		6.818	8.852	2.108	19.065
Tributos parcelados	26	11.421	17.517	11.421	17.517
Obrigações com a Cooperativa	27	25.119	21.109	30.276	21.135
Salários e contribuições sociais	28	97.029	79.461	104.988	82.748
Dividendos e juros sobre o capital próprio	19	144.131	114.192	144.131	114.192
Outras contas a pagar		18.038	32.509	21.255	35.403
Total do passivo circulante		**1.777.800**	**1.687.395**	**1.827.258**	**1.752.568**
Não circulante					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	25	2.409.622	2.521.283	2.467.416	2.606.955
Passivo de arrendamento	22	1.806.367	1.799.365	1.806.367	1.799.365
Tributos parcelados	26	633	12.330	633	12.330
Dividendos e juros sobre o capital próprio	19	18.532	51.945	18.532	51.945
Obrigações com a Cooperativa	27	113.207	118.579	127.889	133.205
Outras contas a pagar		-	970	-	970
Provisões	29	593.873	351.887	830.074	489.893
Provisão para perdas com investimentos	20	35.060	-	-	-
Total do passivo não circulante		**4.977.294**	**4.856.359**	**5.239.329**	**5.094.663**
Total do passivo		**6.755.094**	**6.543.754**	**7.078.169**	**6.847.231**
Patrimônio líquido					
Capital social		460.805	376.774	460.805	376.774
Ajustes de avaliação patrimonial		37.603	36.219	37.603	36.219
Reservas de lucros		1.163.596	854.196	1.163.596	854.196
Total do patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		**1.662.004**	**1.267.189**	**1.662.004**	**1.267.189**
Participação de não controladores		-	-	153.090	104.967
Total do patrimônio líquido		**1.662.004**	**1.267.189**	**1.815.094**	**1.372.156**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**8.417.098**	**7.810.943**	**8.893.263**	**8.219.387**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais)

Controladora e Consolidado

	Nota	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial - Própria	Ajustes de avaliação patrimonial - Reflexa	Reservas - Reserva legal	Reservas - Reserva de integralidade	Reservas - Reserva de lucros	Lucro acumulado	Total	Participação de não controladores	Total
Saldo em 1º de abril de 2022		**376.774**	**54.584**	**(23.318)**	**46.154**	**301.568**	**342.760**	**-**	**1.098.522**	**66.226**	**1.164.748**
Realização do custo atribuído		-	(8.371)	-	-	-	-	8.371	-	-	-
Realização de custo atribuído em investida		-	-	(405)	-	-	-	405	-	-	-
Variação cambial de investidas no exterior		-	7.984	-	-	-	-	-	7.984	-	7.984
Ajustes de avaliação patrimonial em investidas	20	-	-	5.745	-	-	-	-	5.745	-	5.745
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	232.938	232.938	38.741	271.679
Destinação do lucro:											
Constituição de reserva legal		-	-	-	12.086	-	-	(12.086)	-	-	-
Constituição de reserva de integralidade		-	-	-	-	(149)	-	149	-	-	-
Constituição de reserva de lucro		-	-	-	-	-	151.777	(151.777)	-	-	-
Juros sobre o capital próprio proposto	19	-	-	-	-	-	-	(78.000)	(78.000)	-	(78.000)
Saldo em 31 de março de 2023		**376.774**	**54.197**	**(17.978)**	**58.240**	**301.419**	**494.537**	**-**	**1.267.189**	**104.967**	**1.372.156**

	Nota	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial - Própria	Ajustes de avaliação patrimonial - Reflexa	Reservas - Reserva legal	Reservas - Reserva de integralidade	Reservas - Reserva de lucros	Lucro acumulado	Total	Participação de não controladores	Total
Saldo em 1º de abril de 2023		**376.774**	**54.197**	**(17.978)**	**58.240**	**301.419**	**494.537**	**-**	**1.267.189**	**104.967**	**1.372.156**
Aumento de capital com reservas		84.031	-	-	-	-	(84.031)	-	-	-	-
Realização do custo atribuído		-	(5.515)	-	-	-	-	5.515	-	-	-
Realização de custo atribuído em investida		-	-	193	-	-	-	(193)	-	-	-
Variação cambial de investidas no exterior		-	(3.019)	-	-	-	-	-	(3.019)	-	(3.019)
Ajustes de avaliação patrimonial em investidas	20	-	-	9.725	-	-	-	-	9.725	-	9.725
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	510.652	510.652	48.123	558.775
Destinação do lucro:											
Constituição de reserva legal		-	-	-	25.799	-	-	(25.799)	-	-	-
Constituição de reserva de integralidade		-	-	-	-	67.225	-	(67.225)	-	-	-
Constituição de reserva de lucro		-	-	-	-	-	300.407	(300.407)	-	-	-
Juros sobre o capital próprio proposto	19	-	-	-	-	-	-	(69.659)	(69.659)	-	(69.659)
Dividendos a pagar	19	-	-	-	-	-	-	(52.884)	(52.884)	-	(52.884)
Saldo em 31 de março de 2024		**460.805**	**45.663**	**(8.060)**	**84.039**	**368.644**	**710.913**	**-**	**1.662.004**	**153.090**	**1.815.094**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora 31/03/2024	Controladora 31/03/2023	Consolidado 31/03/2024	Consolidado 31/03/2023
Receita operacional líquida	32	3.352.603	3.279.386	3.487.117	3.410.306
Variação no valor justo do ativo biológico	33	(128.101)	(65.779)	(128.101)	(65.779)
Custos dos produtos vendidos	33	(2.620.803)	(2.565.457)	(2.738.334)	(2.672.798)
Lucro bruto		**603.699**	**648.150**	**620.682**	**671.729**
Despesas de vendas	33	(81.702)	(71.619)	(106.769)	(91.269)
Despesas administrativas e gerais	33	(203.815)	(188.945)	(223.132)	(205.307)
Outras receitas operacionais líquidas	34	729.194	252.262	860.182	319.349
Resultado antes das financeiras líquidas, participação nos resultados de empresas investidas e impostos		**1.047.376**	**639.848**	**1.150.963**	**694.502**
Receitas financeiras	35	161.767	194.265	188.888	215.093
Despesas financeiras	36	(560.609)	(595.326)	(565.794)	(598.355)
Variações cambiais líquidas	37	(1.619)	(5.885)	(2.646)	(5.375)
Financeiras líquidas		**(400.461)**	**(406.946)**	**(379.552)**	**(388.637)**
Participação nos resultados de empresas investidas	20	38.431	100.499	46.965	77.912
Lucro antes dos impostos		**685.346**	**333.401**	**818.376**	**383.777**
Imposto de renda e contribuição social corrente	18	(154.239)	(102.579)	(225.269)	(142.399)
Imposto de renda e contribuição social diferido	18	(20.455)	2.116	(34.332)	30.301
Lucro líquido do exercício		**510.652**	**232.938**	**558.775**	**271.679**
Resultado atribuído aos:					
Acionistas controladores		510.652	232.938	510.652	232.938
Acionistas não controladores		-	-	48.123	38.741
Lucro líquido do exercício		**510.652**	**232.938**	**558.775**	**271.679**
Lucro básico e diluído por ação	40			**0,0015**	**0,0007**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais)

	Controladora 31/03/2024	Controladora 31/03/2023	Consolidado 31/03/2024	Consolidado 31/03/2023
Lucro líquido do exercício	**510.652**	**232.938**	**558.775**	**271.679**
Itens a serem posteriormente reclassificados para o resultado				
Outros componentes do resultado abrangente do exercício				
Variação cambial de investidas no exterior	(3.019)	7.984	(3.019)	7.984
Ajustes de avaliação patrimonial em investidas - reflexo	9.725	5.745	9.725	5.745
Resultado abrangente total do exercício	**517.358**	**246.667**	**565.481**	**285.408**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora 31/03/2024	Controladora 31/03/2023	Consolidado 31/03/2024	Consolidado 31/03/2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes dos impostos		**685.346**	**333.401**	**818.376**	**383.777**
Ajustes de:					
Depreciação e amortização		635.885	583.179	643.183	587.371
Depreciação da planta portadora	21	160.123	157.261	160.123	157.261
Consumo do ativo biológico	15	2.084	(83.531)	2.084	(83.531)
Variação no valor justo do ativo biológico	15	128.101	65.779	128.101	65.779
Resultado na venda e baixa de ativos imobilizados e intangíveis		6.098	7.192	43.570	7.192
Participação nos resultados de empresas investidas	20	(38.431)	(100.499)	(46.965)	(77.912)
Provisão para perdas em investimentos	20	35.060	-	-	-
Resultado com derivativos	11	(2.191)	(11.842)	(2.191)	(11.842)
Provisão (reversão) para redução ao valor recuperável dos estoques	14	(3.292)	3.615	(22.667)	(4.680)
Variações cambiais imobilizados e intangíveis		-	-	962	(3.687)
Juros e variações com direito de uso	22	84.845	44.728	84.845	44.728
Realização de ajuste a valor presente		(2.638)	(1.624)	(2.638)	(1.624)
Apropriação de encargos financeiros	36	379.426	400.651	380.338	401.067
Constituição de provisão para contingências	29	241.986	131.125	340.181	204.753
Investimento não controladas		8.126	5.572	4.780	12.333
Variações em:					
Clientes e outras contas a receber		42.994	(127.200)	22.284	(2.067)
Instrumentos financeiros derivativos pagos		11.842	57.337	11.842	57.337
Contas a receber - Cooperativa		214.489	(85.302)	219.838	(85.362)
Dividendos a receber	20	(329)	-	(329)	-
Estoques		(75.039)	(106.781)	(32.292)	(137.144)
Adiantamentos a fornecedores		13.032	(13.224)	12.936	(13.229)
Impostos a recuperar		(122.236)	(171.665)	(190.926)	(217.754)
Despesas antecipadas		34.441	9.873	33.733	9.818
Depósitos judiciais	16	(122.579)	(125.693)	(161.603)	(199.325)
Fornecedores	24	(39.970)	(65.105)	(38.557)	(67.014)
Impostos e contribuições a recolher		31.815	723	23.819	17.398
Tributos parcelados		(16.857)	(14.808)	(16.857)	(14.808)
Salários e contribuições sociais		17.568	11.542	22.240	12.028
Outras contas a pagar		(15.441)	8.416	(15.118)	7.840
Caixa gerado pelas atividades operacionais		**2.259.198**	**913.120**	**2.423.092**	**1.048.703**
Juros pagos		(936)	(882)	(936)	(882)
Juros pagos em empréstimos e financiamentos	25	(364.154)	(292.983)	(364.154)	(292.983)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(33.849)	(48.458)	(40.776)	(55.237)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**1.860.259**	**570.797**	**2.017.226**	**699.601**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Dividendos recebidos, líquidos de aumento de capital	20	48.086	43.067	48.086	43.067
Aplicações financeiras	10	-	-	3.621	(1.659)
Rendimento/Aquisição de cota "FIDC"		25.663	(6.484)	25.663	(6.484)
Gastos com plantio e tratos culturais	21	(280.277)	(191.431)	(280.277)	(191.431)
Aquisição de ativo imobilizado	21	(452.000)	(465.244)	(455.661)	(467.291)
Aquisição de ativo intangível	23	(12.305)	(8.718)	(12.348)	(8.718)
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimentos		**(670.833)**	**(628.810)**	**(670.916)**	**(632.516)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos					
Mútuo financeiro		363	8.590	363	8.590
Pagamento de arrendamento	22	(448.635)	(412.730)	(448.635)	(412.730)
Empréstimos e financiamentos bancários tomados	25	1.160.956	1.380.448	1.142.145	1.397.664
Empréstimos e financiamentos bancários pagos	25	(1.192.749)	(1.103.014)	(1.215.059)	(1.121.686)
Empréstimos e financiamentos "FIDC"	25	-	-	27.878	494
Dividendos pagos	19	(93.219)	(102.021)	(93.219)	(102.021)
Juros sobre o capital próprio	19	(32.798)	(11.700)	(32.798)	(11.700)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos		**(606.082)**	**(240.427)**	**(619.325)**	**(241.389)**
Aumento (Diminuição) de caixa e equivalentes de caixa		**583.344**	**(298.440)**	**726.985**	**(174.304)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1.295.197	1.593.637	1.546.761	1.721.065
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	9	**1.878.541**	**1.295.197**	**2.273.746**	**1.546.761**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais)

	Controladora 31/03/2024	Controladora 31/03/2023	Consolidado 31/03/2024	Consolidado 31/03/2023
Receitas	**4.238.984**	**4.014.285**	**4.373.498**	**4.145.205**
Vendas brutas de mercadorias, produtos e serviços prestados	3.609.515	3.502.504	3.744.029	3.633.424
Receitas referentes a construção de ativos próprios	629.469	511.781	629.469	511.781
Insumos adquiridos de terceiros	**(2.434.393)**	**(2.374.671)**	**(2.556.807)**	**(2.488.717)**
Custos dos produtos e das mercadorias vendidas	(1.644.361)	(1.620.803)	(1.726.639)	(1.698.770)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros operacionais	(790.032)	(753.868)	(830.168)	(789.947)
Valor adicionado bruto	**1.804.591**	**1.639.614**	**1.816.691**	**1.656.488**
Depreciação e amortização	(635.885)	(583.179)	(643.183)	(587.371)
Ativos biológicos colhidos	(128.101)	(65.779)	(128.101)	(65.779)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	**1.040.605**	**990.656**	**1.045.407**	**1.003.338**
Valor adicionado recebido em transferência	**964.358**	**586.026**	**1.174.042**	**651.903**
Resultado de equivalência patrimonial	38.431	100.499	46.965	77.912
Receitas financeiras	161.767	194.265	188.888	215.093
Outras	764.160	291.262	938.189	358.898
Valor adicionado total a distribuir	**2.004.963**	**1.576.682**	**2.219.449**	**1.655.241**
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal	**442.872**	**358.881**	**474.226**	**383.822**
Remuneração direta	282.462	247.266	304.422	267.128
Benefícios	138.712	93.270	148.106	98.349
FGTS	21.698	18.345	21.698	18.345
Impostos, taxas e contribuições	**450.398**	**341.411**	**536.154**	**353.220**
Federais	339.127	222.266	424.033	233.902
Estaduais	111.271	119.145	112.121	119.318
Remuneração de capitais de terceiros	**601.041**	**643.452**	**650.294**	**646.520**
Juros	560.609	595.326	565.794	598.355
Aluguéis	3.847	3.241	3.847	3.241
Variações cambiais	1.619	5.885	2.646	5.375
Outros	34.966	39.000	78.007	39.549
Remuneração de capitais próprios	**510.652**	**232.938**	**558.775**	**271.679**
Dividendos	52.884	-	52.884	-
Juros sobre o capital próprio	69.659	78.000	69.659	78.000
Lucros retidos do exercício	388.109	154.938	388.109	154.938
Participação dos não controladores nos lucros retidos	-	-	48.123	38.741
Valor adicionado distribuído e retido	**2.004.963**	**1.576.682**	**2.219.449**	**1.655.241**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretores

Fabiano José Zillo

Marcos Ponce de Leon Arruda

Contador Responsável: Paulo Souza de Oliveira Junior - CRC: SP-253903/O-2

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos administradores e acionistas da
Açucareira Quatá S.A. - Lençóis Paulista -SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Açucareira Quatá S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de março de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. • Mensuração do valor justo dos ativos biológicos: Conforme mencionado nas explicativas 6f e 15 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia mensura seus ativos biológicos, que correspondem ao produto agrícola cana-de-açúcar em desenvolvimento, através do valor justo, calculado com base no fluxo de caixa descontado da safra em formação. Essa mensuração é uma estimativa significativa e é baseada em diversas premissas e metodologias adotadas pela diretoria da Companhia, para as quais foram utilizadas informações internas e externas, principalmente relacionadas à produtividade, rentabilidade, preços e taxa de desconto. Em 31 de março de 2024, a Companhia possuía saldo de R$ 280.060 mil na rubrica de ativos biológicos, no ativo circulante individual e consolidado. Devido à relevância dos valores dos ativos biológicos registrados pela Companhia e às incertezas inerentes à estimativa de valor justo dos ativos biológicos, bem como ao julgamento necessário que deve ser exercido pela diretoria na determinação das premissas de cálculo do seu valor justo, consideramos esse assunto como significativo para nossa auditoria. Como nossa auditoria conduziu esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, (i) o entendimento dos controles internos chaves implementados pela Companhia relacionados ao processo de avaliação do valor justo dos ativos biológicos; (ii) utilização de profissionais especializados para nos auxiliar na avaliação das premissas e metodologia usadas pela Companhia, em particular relacionadas às estimativas de produtividade, rentabilidade, preços e taxas de juros para descontos dos fluxos de caixa; (iii) avaliação da adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre as premissas utilizadas nos cálculos de mensuração do respectivo valor justo dos ativos biológicos, bem como seus reflexos no resultado do exercício. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do valor justo dos ativos biológicos, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de valor justo dos respectivos ativos biológicos, assim como respectivas divulgações nas notas explicativas 6.f e 15 são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outros assuntos:** *Demonstrações do valor adicionado:* As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de março de 2024, elaboradas sob responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como o mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 28 de junho de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC-SP-027623/F

José Antonio de A. Navarrete
Contador
CRC-1SP98698/O

INÊS 249

zilor Energia e Alimentos

COMPANHIA AGRÍCOLA QUATÁ S.A.

CNPJ nº 45.631.926/0001-13

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#NossaEnergiaTransformaaTerra

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1. INTRODUÇÃO

Prezados Senhores: No Relatório da Administração da safra 23/24, demonstraremos a performance financeira sustentando o nosso comprometimento com o crescimento, a preservação do meio ambiente, o respeito a sociedade e perenidade da Companhia. As demonstrações financeiras incluem: o balanço patrimonial em 31 de março de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e a demonstração dos fluxos de caixa, relativos ao exercício social encerrado em 31 de março de 2024. **1.1. Visão Geral da Companhia:** A Companhia Agrícola Quatá ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado que explora suas terras próprias de maneira passiva, mediante cessão do seu uso para serem exploradas por parceiro produtor através do contrato de parceria agrícola, o que tornaria sua operação mais simples e menos onerosa. As demonstrações financeiras da Companhia devem ser analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras apresentadas pela Açucareira Quatá S.A. (AQ) levando-se em consideração as particularidades de cada empresa, especialmente os saldos em contas de ativo e passivos com partes relacionadas.

2. GOVERNANÇA

2.1. Governança Corporativa: Ao longo das últimas safras a Companhia implantou uma série de medidas para fortalecer os seus controles, aumentar a Governança e maximizar os seus resultados. O Conselho de Administração é o pilar e grande incentivador dessa estrutura de Governança e é apoiado por outros comitês e fóruns de gestão. O mandato do conselho de administração é de dois anos e tem como objetivo discutir e aprovar os Planos Estratégicos, visando promover o crescimento sustentável da Companhia além de, proteger e maximizar o retorno do investimento dos acionistas, aprovar políticas e diretrizes e acompanhar o cumprimento dos objetivos estabelecidos no Planejamento Estratégico. Essa estrutura demonstra o compromisso da Companhia com as melhores práticas de Governança Corporativa, a independência na tomada de decisão executiva alinhado com os interesses de longo prazo dos acionistas e dos demais stakeholders, visando garantir o cumprimento da missão de dar continuidade a capacidade de inovar e planejar o futuro em busca do crescimento sustentável. **2.2. Política de dividendos:** Os dividendos serão destinados de acordo com o artigo 33 do Estatuto Social da Companhia, que estabelece uma série de regras e limites para pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios e dividendos adicionais, entre estes, à manutenção de indicadores saudáveis de endividamento. **2.3. Controles Internos e Gestão de Riscos** A Companhia, no exercício de sua gestão, adota procedimentos, relatórios e ações em conformidade com os padrões de Governança Corporativa hoje existentes no mercado, dentre os quais destacamos: • Gestão de riscos; • Elaboração de Orçamento Plurianual; • Robusta gestão do fluxo de caixa e de endividamento; • Acompanhamento da performance mensal Previsto x Realizado • Auditoria Interna e Externa; • Relatórios voltados para auxiliar a gestão e os acionistas com informações relevantes e tempestivas suportando o processo de decisão; • Existência de Normas e Procedimentos nos diversos níveis operacionais e administrativos; • Gestão das obrigações fiscais com manutenção tempestiva do cumprimento das obrigações acessórias, incluindo tributos administrados pela União Federal, Estados, Municípios e Previdência Social.

3. RECEITA

Receita Liquida - R$ MM				
Descritivo	**23/24**	**22/23**	**Variação R$**	**Variação %**
Receita Líquida	86,1	90,6	(4,5)	-5,0%
Total	**86,1**	**90,6**	**(4,5)**	**-5,0%**

A variação negativa na receita da Companhia é decorrente da redução do preço médio da cana. Na safra 23/24 o valor médio da tonelada de cana ficou em R$ 146,81/t enquanto na safra 22/23 o preço médio praticado foi de R$ 154,87/t, representando uma redução de 5,0% no preço médio da tonelada de cana.

4. CUSTO DO PRODUTO VENDIDO (CPV)

CPV - R$ MM				
Descritivo	**23/24**	**22/23**	**Variação R$**	**Variação %**
Terras	0,46	0,41	0,05	12,7%
Total	**0,46**	**0,41**	**0,05**	**12,7%**

O custo na safra 23/24 ficou em linha, basicamente é composto por depreciação de benfeitoria em áreas agrícolas.

5. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Despesas gerais e administrativas - R$ MM				
Descritivo	**23/24**	**22/23**	**Variação R$**	**Variação %**
Despesas administrativas e gerais	(4,2)	(5,7)	1,6	-27,2%
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(0,5)	(2,2)	1,7	-79,2%
Total	**(4,7)**	**(7,9)**	**3,3**	**-40,4%**

A variação da linha de despesa administrativas e gerais é oriunda de pagamento de indenizações trabalhistas R$ 1,8 milhão ocorrida na safra 22/23 e um aumento nas despesas com impostos e contribuições R$ 0,2 milhão na safra 23/24. A variação na linha de Outras Receitas (despesas) operacionais de R$ 1,8 milhões é referente a baixa de adiantamentos por falta de expectativa de recebimento ocorrida na safra 22/23, e pela movimentação de provisões de contingências com um incremento de R$ 0,1 milhão ocorrida nesta safra.

6. EBITDA/EBIT

O Ebitda ajustado exclui do Ebitda os efeitos apresentados na rubrica de outras despesas e receitas operacionais. Para se calcular o Ebit ajustado adicionamos a depreciação.

Redução de 3,6 % do EBITDA Ajustado é explicado principalmente pela queda no preço da cana nesta safra.

7. LUCRO DO EXERCÍCIO

Lucro Líquido - R$ MM				
Descritivo	**23/24**	**22/23**	**Variação R$**	**Variação %**
Lucro líquido do exercício	58,3	52,0	6,3	12,1%

Durante a Safra 23/24, a Companhia verificou um aumento no seu lucro líquido em virtude do melhor resultado financeiro, que compensou a redução ocorrida no faturamento da Companhia. Com o lucro líquido obtido na safra 23/24 a Empresa reverteu totalmente os prejuízos contábeis que possuía abrindo espaço para poder remunerar os seus acionistas.

8. ESTRUTURA DE CAPITAL E ALONGAMENTO DA DÍVIDA

Dívida Liquida - R$ MM				
Descritivo	**23/24**	**22/23**	**Variação R$**	**Variação %**
Empréstimos	(50,5)	(81,3)	30,9	-38,0%
Caixa	141,4	104,7	36,7	35,0%
Total	**90,9**	**23,4**	**67,6**	**288,7%**

Durante a safra 23/24, a Companhia realizou o pagamento de empréstimos no valor de R$ 30,9 milhões, com objetivo de reduzir a alavancagem financeira da Companhia. Adicionalmente, é importante destacar que o saldo em caixa da empresa aumentou R$ 36,7 milhões em relação à safra anterior. Esse aumento é fruto das receitas auferidas pela Companhia durante a safra.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalizo agradecendo a todos e todas que foram protagonistas em suas caminhadas e trabalharam com muita energia para entregarmos resultados consistentes e cada vez melhor na Safra 77. Permanecemos à disposição dos Senhores Acionistas para as informações que se fizerem necessárias relativamente às contas apresentadas.

Lençóis Paulista - SP, 28 de junho de 2024

A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE MARÇO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais)

Ativo	**Nota**	**31/03/2024**	**31/03/2023**
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	9	141.364	104.711
Adiantamentos a fornecedores		-	3
Impostos a recuperar	11	990	1.716
Despesas antecipadas		3	-
Ativo fiscal corrente	12	5.912	803
Total do ativo circulante		**148.269**	**107.233**
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Clientes e outras contas a receber		2.990	2.798
Depósitos judiciais	10	666	221
Total do realizável a longo prazo		**3.656**	**3.019**
Outros investimentos		52	53
Propriedades de investimentos	14	793.309	793.684
Imobilizado		2.280	2.404
Total do ativo não circulante		**799.297**	**799.160**
Total do ativo		**947.566**	**906.393**

Passivo e patrimônio líquido	**Nota**	**31/03/2024**	**31/03/2023**
Circulante			
Fornecedores		26	45
Empréstimos e financiamentos	15	26.160	31.731
Impostos e contribuições a recolher		59	76
Tributos parcelados	16	514	575
Salários e contribuições sociais		135	118
Juros sobre o capital próprio	13	22.907	-
Outras contas a pagar	17	22.651	23.579
Total do passivo circulante		**72.452**	**56.124**
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	15	24.300	49.595
Tributos parcelados	16	1.354	1.789
Provisão para processos judiciais	18	7.528	7.953
Passivo fiscal diferidos líquido	12	260.751	242.921
Total do passivo não circulante		**293.933**	**302.258**
Total do passivo		**366.385**	**358.382**
Patrimônio líquido			
Capital social	19	77.932	77.932
Ajustes de avaliação patrimonial		498.982	498.982
Reserva de Lucros		4.267	-
Lucros (prejuízos) acumulados		-	(28.903)
Total do patrimônio líquido		**581.181**	**548.011**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**947.566**	**906.393**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais)

	Nota	**31/03/2024**	**31/03/2023**
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes dos impostos		**86.170**	**78.313**
Ajustes de:			
Depreciação e amortização		499	536
Provisão (reversão) para processos judiciais		(885)	382
Apropriação de encargos financeiros		9.551	15.303
Juros de contingências		460	193
Outros ajustes de resultado		1	-
		95.796	**94.727**
Variações no capital circulante:			
Clientes e outras contas a receber		(192)	1.401
Adiantamentos a fornecedores		3	-
Impostos a recuperar		(17.321)	(27.417)
Despesas antecipadas		(3)	2
Depósitos judiciais		(445)	286
Fornecedores		(19)	33
Impostos e contribuições a recolher		17.813	26.359
Tributos parcelados		(416)	(303)
Salários e contribuições sociais		17	(230)
Outras contas a pagar		(928)	1.216
Caixa gerado pelas atividades operacionais		**94.305**	**96.074**
Juros pagos		(80)	(113)
Juros pagos em emprestimos e financiamentos	15	(10.987)	(14.771)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(14.905)	(47)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**68.333**	**81.143**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de ativo imobilizado		-	(514)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de investimentos		**-**	**(514)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Dividendos pagos		-	(12.391)
Empréstimos e financiamentos bancários pagos	15	(29.430)	(25.967)
Juros sobre capital próprio	13	(2.250)	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos		**(31.680)**	**(38.358)**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		**36.653**	**42.271**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	9	104.711	62.440
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	9	**141.364**	**104.711**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretores
Fabiano José Zillo
Denise Araújo Francisco

Contador Responsável: Paulo Souza de Oliveira Junior
CRC: SP-253903/O-2

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais)

	Nota	**31/03/2024**	**31/03/2023**
Receita operacional líquida	21	86.072	90.557
Custos das vendas	22	(465)	(412)
Lucro bruto		**85.607**	**90.145**
Despesas administrativas e gerais	22	(4.172)	(5.728)
Outras (despesas) receitas operacionais líquidas	23	(458)	(2.206)
Resultado antes das receitas financeiras líquidas e impostos		**80.977**	**82.211**
Receitas financeiras	24	15.618	12.082
Despesas financeiras	25	(10.425)	(15.980)
Financeiras líquidas		**5.193**	**(3.898)**
Lucro antes dos impostos		**86.170**	**78.313**
Imposto de renda e contribuição corrente	12	(10.013)	(3)
Imposto de renda e contribuição diferido	12	(17.830)	(26.293)
Lucro líquido do exercicio		**58.327**	**52.017**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais)

	31/03/2024	**31/03/2023**
Lucro líquido do exercício	58.327	52.017
Resultado abrangente total do exercício	**58.327**	**52.017**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais)

	Capital social	**Ajustes de avaliação patrimonial**	**Reserva Legal**	**Reserva de Investimentos**	**Prejuízos acumulados**	**Total**
Em 1º de abril de 2022	**77.932**	**498.982**	**-**	**-**	**(80.920)**	**495.994**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	52.017	52.017
Em 31 de março de 2023	**77.932**	**498.982**	**-**	**-**	**(28.903)**	**548.011**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	58.327	58.327
Destinação do lucro						
Juros sobre capital próprio proposto	-	-	-	-	(2.250)	(2.250)
Dividendos a pagar	-	-	-	-	(22.907)	(22.907)
Constituição de reserva legal	-	-	1.471	-	(1.471)	-
Reserva de investimento	-	-	-	2.796	(2.796)	-
Em 31 de março de 2024	**77.932**	**498.982**	**1.471**	**2.796**	**-**	**581.181**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais)

	31/03/2024	**31/03/2023**
Receitas	**86.310**	**90.799**
Vendas brutas de mercadorias, produtos e serviços prestados	86.310	90.799
Insumos adquiridos de terceiros	**(808)**	**(2.872)**
Custos dos produtos e das mercadorias vendidas	(465)	(412)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros operacionais	(343)	(2.460)
Valor adicionado bruto	**85.502**	**87.927**
Depreciação e amortização	(499)	(536)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	**85.003**	**87.391**
Valor adicionado recebido em transferência	**15.822**	**12.485**
Receitas financeiras	15.618	12.082
Outras	204	403
Valor adicionado total a distribuir	**100.825**	**99.876**
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	**666**	**661**
Remuneração direta	239	520
Benefícios	409	109
FGTS	18	32
Impostos, taxas e contribuições	**30.746**	**28.609**
Federais	28.132	26.632
Estaduais	2.614	1.977
Remuneração de capitais de terceiros	**11.087**	**18.589**
Juros	10.425	15.980
Outros	662	2.609
Remuneração de capitais próprios	**58.326**	**52.017**
Dividendos	22.907	-
Juros sobre o capital próprio	2.250	-
Lucros retidos do exercício	33.169	52.017
Valor adicionado distribuído e retido	**100.825**	**99.876**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos administradores e acionistas da
Companhia Agrícola Quatá - Lençóis Paulista - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Agrícola Quatá ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de março de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de março de 2024, elaboradas sob responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração esta conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da diretoria. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da diretoria e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da diretoria e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da diretoria, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 28 de junho de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S. Ltda.
SP-027623/F

José Antonio de A. Navarrete
Contador
CRC-SP198698/O

Crédito Regra também incentiva competição e amplia opções de empréstimos fora do sistema bancário para empresas

Nova lei busca reduzir litígios na cobrança de dívidas

Lu Aiko Otta
De Brasília

No que o governo federal considera a mais importante mudança no regime jurídico de juros no país desde o Plano Real, entra em vigor nesta semana uma nova lei que promete reduzir litígios na cobrança de dívidas e ampliar as opções de empréstimos fora do sistema bancário para empresas.

"É um choque de competição no mercado de crédito muito significativo", disse ao **Valor** o secretário de reformas econômicas do Ministério da Fazenda, Marcos Pinto.

A lei retira um teto de juros que existe hoje para as operações de financiamento entre empresas. Assim, a expectativa é que no longo prazo essas operações aumentem e estabeleçam competição com os empréstimos bancários, induzindo queda dos spreads.

A nova lei é mais conhecida, porém, pelo ponto que uniformiza a cobrança de juros e o cálculo da correção monetária nos casos em que esses itens não estão definidos nem no contrato, nem na legislação. "Isso vai reduzir a incerteza jurídica, as disputas judiciais a respeito disso, encurtar o andamento dos processos e facilitar a cobrança", comentou o secretário.

Ficou estabelecido que os juros, nesses casos, será a taxa Selic. A correção monetária será calculada segundo o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). A lei buscou seguir o que os tribunais vinham decidindo na maioria dos casos, explicou Pinto. Assim, ela reforça uma tendência que já era predominante.

"Imaginem os milhões de negócios entre particulares que acontecem todos os dias no país, em que não se acordam previamente a correção monetária e juros e, em caso de inadimplemento, são atribuídos acréscimos extorsivos", comentou o deputado Pedro Paulo (PSD-RJ), que foi relator da proposta na Câmara dos Deputados. "A Taxa de Juros Legal permitirá razoabilidade nessas cobranças."

"A uniformização da taxa de juros e do índice de correção monetária trará mais segurança jurídica", reforçou a advogada Maiara Henriques Pires, da área do contencioso cível do escritório Machado Associados. Hoje, nos casos em que não há previsão específica, cabe aos julgadores definir a forma de atualização dos valores, explicou. Assim, tabelas de correção monetária variam conforme Estado. Há também decisões conflitantes entre tribunais estaduais e tribunais superiores.

Já o empréstimo entre empresas será facilitado com a retirada da incidência da chamada Lei de Usura nessas operações. Essa legislação, que data de 1933, limita os juros cobrados nos empréstimos a duas vezes a taxa legal (Selic). O sistema bancário é exceção desde os anos 1960.

> "É um choque de competição no mercado de crédito muito significativo"
> *Marcos Pinto*

Na visão do secretário, a retirada desse limite trará mais concorrência e ajudará a reduzir o custo dos financiamentos. "Onde a gente teve a competição de fora do sistema bancário com o sistema bancário, os spreads convergiram, baixaram muito", disse o secretário.

"Eu diria que existe no Brasil um regime de crédito que é supressivo e seletivo: suprime crédito porque os limites de taxa de juros impedem que as pessoas jurídicas se financiem entre si e é seletivo porque canaliza todo o crédito para o regime de intermediação dos bancos", acrescentou.

Procurada, a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) comentou que, em uma economia de mercado, quanto menor a intervenção do Estado, melhor. "Assim, a liberdade para fixação de juros é adequada", afirmou.

Destacou, por outro lado, que a intermediação financeira é restrita às instituições financeiras. "O empréstimo entre pessoas jurídicas está restrito a capital próprio."

Nos Estados Unidos, os empréstimos concedidos fora do sistema bancário representam mais de 70% do total do crédito para empresas. Lá existe um mercado gigante de "private credit", composto por grandes fundos que dão empréstimos diretamente para as companhias. Nessas operações, são atendidas principalmente as empresas de pequeno e médio portes.

"É onde temos as maiores taxas de juros no Brasil", disse o secretário. Dados do DataSebrae mostram que as pequenas empresas pagam juros de 34,54% ao ano, enquanto as grandes, 10,49%.

Na prática, operações de financiamento entre empresas já ocorrem no Brasil. Por exemplo, grandes fornecedores financiam seus clientes ou grandes compradores dão empréstimos a seus fornecedores. Essas transações, porém, são realizadas num ambiente de insegurança jurídica, por isso os volumes são menores do que poderiam, disse o secretário. A nova lei estabelece um regime jurídico mais adequado para esse tipo de operação, acrescentou.

"A alteração para retirar a incidência da Lei de Usura das relações entre empresas vai ao encontro da liberdade das partes de contratar e garante a aplicação do princípio da autonomia da vontade", comentou o advogado Rodrigo Forlani Lopes, do escritório Machado Associados. "Isso permitirá que as empresas possam pactuar livremente sobre a taxa de juros a ser aplicada."

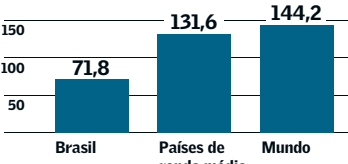
A mudança "pode ser um facilitador de crédito e de geração de novos negócios, possibilitando, por exemplo, que sejam cobrados juros maiores entre particulares, excluindo-se a prestação de garantias, por exemplo".

BRENNO CARVALHO/AGÊNCIA O GLOBO

Marcos Pinto: lei reforça tendência que predominava nos tribunais

Espaço para crescer
Crédito a empresas no Brasil

Empréstimos ao setor privado
(% do PIB)

Brasil	Países de renda média	Mundo
71,8	131,6	144,2

Fonte: ANBC/Banco Mundial/BCB

Taxas de juros por porte de empresa
(% a.a.)

Porte	% a.a.
Grande	10,49
Médio	19,96
Pequeno	31,54
Micro	42,49
MEI	44,04

Fonte: DataSebrae

Empréstimos do sistema bancário e de fora do sistema
(% do total)

	Banco	Não-banco
América do Norte	21	79
China	66	34
Ásia-Pacífico (exceto China)	49	51
Europa	23	77
América Latina	60	40
Oriente Médio e África	26	74

Fonte: McKinsey & Company

Investimentos Gestores pessimistas têm dificuldade para convencer cotistas a manter o "pé no chão"

Wall Street sofre para conter euforia dos clientes

George Steer
Financial Times

Um número cada vez menor de estrategistas pessimistas de Wall Street luta para convencer clientes "fanáticos" de que a desaceleração do crescimento econômico e a badalação excessiva em torno da inteligência artificial (IA) deixarão o mercado de ações dos EUA vulnerável a uma forte retração.

No mês passado, bancos como Goldman Sachs, Citigroup e UBS melhoraram suas previsões de fim de ano para o índice S&P 500, que atingiu recordes seguidos ao acumular uma alta de 14,5% no ano, impulsionado pela disparada de um pequeno grupo de ações de IA.

Diante de um número crescente de investidores convencidos de que a recuperação vai continuar, os poucos estrategistas pessimistas que restam dizem que suas opiniões contrárias se revelam cada vez mais difíceis de vender.

"Esta recuperação tem sido forte e estamos com dificuldades para convencer [os clientes] a serem pessimistas", disse Barry Bannister, estrategista-chefe de ações da Stifel. "Existe uma montanha de dinheiro disposta a comprar o mercado a qualquer preço e aderir a uma mentalidade fanática."

"As pessoas estão muito entusiasmadas neste momento, elas acham que o céu é o limite", acrescentou Bannister, que espera que até o fim do ano uma combinação de crescimento mais fraco e inflação persistente arraste o S&P para uma queda de cerca de 13% em relação a seu nível atual.

O estrategista-chefe para ações da BCA Research, Peter Berezin, afirmou que todos os seus indicadores econômicos antecedentes preferidos "apontam para uma recessão nos próximos nove meses", mas muitos de seus clientes veem as coisas de outro modo. "A narrativa do pouso [econômico] suave está arraigada de uma maneira tão inacreditável que a toda hora sou questionado por clientes em reuniões, que dizem que sou pessimista demais", contou Berezin.

Em um sinal de como alguns analistas que antes estavam cautelosos "jogaram a toalha", o banco de investimento Evercore ISI melhorou sua previsão de fim de ano para o S&P de 4.750 pontos — o que sugeria uma pequena queda no índice — para 6.000. Isto implica um ganho adicional de quase 10% ao longo dos próximos seis meses em relação ao nível atual do índice, de 5.488 pontos, e faz do Evercore um dos bancos mais otimistas.

Os preços elevados das ações são um dos principais pontos de discórdia. Os pessimistas veem a relação preço/lucro de 25 vezes do S&P 500 — que está no decil superior das avaliações desde 1960 — como um sinal de alerta. Eles argumentam que normalmente as ações só são negociadas em múltiplos tão altos antes de ondas de vendas.

Mas o estrategista-chefe para ações da Evercore ISI, Julian Emanuel, disse que vender com base apenas em altas avaliações "tem sido uma coisa imprudente de fazer ao longo da história. "Houve três regimes igualmente caros no passado recente — 1993 a 1995, 1998 a 2000 e 2020 a 2021 — e em cada caso o mercado se recuperou até estarmos realmente próximos da retração", afirmou Emanuel.

14,5%
é a alta no ano do índice S&P 500 da bolsa de Nova York

"Hoje a economia está sem dúvida nenhuma em desaceleração, o mercado de trabalho está certamente enfraquecendo, mas não vemos nada que sugira uma recessão."

Os pessimistas têm uma longa história de dificuldade em manter suas opiniões contrárias. Embora continuar pessimistas possa lhes custar o emprego durante as longas fases de tendência de alta, capitular e virar otimistas pode fazer com que pareçam estúpidos se a recessão que previam se concretizar logo depois.

Tony Dye, apelidado de "Dr. Doom" por causa de suas opiniões sobre a supervalorização das ações durante a bolha das pontocom no fim dos anos 1990, foi expulso da Phillips & Drew Fund Management no início de 2000, apenas poucas semanas antes de que a bolha estourasse. Russell Clark, pessimista de longa data sobre os fundos hedge, disse em 2021 que fecharia seu fundo depois de ter perdas durante uma tendência altista do mercado.

Bannister e Berezin não são os únicos a achar que o mercado dos EUA pode ter ido longe demais desta vez. Eles nem são os mais pessimistas: analistas do J.P. Morgan, liderados pelo estrategista Marko Kolanovic, acreditam que até o fim do ano o S&P 500 vai despencar quase 25% em relação aos níveis atuais.

O esfriamento do mercado de trabalho, a queda nas vendas de imóveis e a inadimplência estão entre os sinais que sugerem que uma recessão pode estar à vista, disse Kolanovic. Ele considera a dependência que o mercado tem da fabricante de chips Nvidia e de alguns outros grupos de inteligência artificial como outra possível fraqueza. Kolanovic e sua equipe escreveram que "historicamente, mercados em alta com uma amplitude cada vez mais estreita têm sido um sinal de perigo".

No início deste mês, o banco apresentou sua visão de copo meio vazio sobre o impacto da inteligência artificial generativa. "Para que as ações possam evitar uma correção de mais de 20% é preciso acreditar que a tecnologia se tornará um motor de crescimento muito mais significativo para a economia em geral em um curto espaço de tempo", escreveu o J.P. "Não acreditamos que seu impacto será assim profundo tão repentinamente."

O banco recomendou aos clientes que mantivessem uma posição em ações dos EUA acima da média do mercado durante a onda de vendas de 2022, mas no início de 2023 passou a recomendar uma posição menor. Ele preferiu continuar com essa posição até o momento, embora o índice de ações blue-chips tenha disparado em cerca de 42% desde o início daquele ano.

"Se você era um otimista em 2022, um pessimista em 2023 e de novo um pessimista em 2024, por que, em nome de Deus, alguém deveria ouvi-lo?", perguntou um estrategista de ações de um banco de investimento dos EUA. "A lógica intelectual, tenho certeza, é muito sólida", acrescentou esse estrategista. "Mas os otimistas permanentes, assim como os pessimistas permanentes, não são ouvidos quando seus apelos não funcionam no curto ou no médio prazos."

Finanças Indicadores

IMA - Índices de Mercado Anbima

Em 28/06/24

Índice	Referência	Valor do índice	Var. no dia %	Var. no mês %	Var. no ano %
IRF-M	1*	15.891,3332830	-0,02	0,63	4,51
IRF-M	1+**	19.984,8592830	-0,40	-0,72	0,22
IRF-M	Total	18.213,7835030	-0,28	-0,29	1,51
IMA-B	5***	9.274,9067020	-0,18	0,39	3,32
IMA-B	5+****	11.020,0227160	-0,83	-2,25	-5,04
IMA-B	Total	9.798,3126710	-0,51	-0,97	-1,10
IMA-S	Total	6.730,5544600	0,04	0,81	5,32
IMA-Geral	Total	8.142,1279520	-0,19	0,05	2,42

Fonte: Anbima. Elaboração: Valor Data. * Prazo menor ou igual a 1 ano ** Prazo maior que 1 ano *** Prazo menor ou igual a 5 anos **** Prazo maior que 5 anos

Crédito

Taxas - em % no período

Linhas - pessoa jurídica	14/06	13/06	Há 1 semana	No fim de maio	Há 1 mês	Há 12 meses
Capital de giro pré até 365 dias - a.a.	31,90	32,73	35,72	28,38	35,28	33,97
Capital de giro pré sup. 365 dias - a.a.	26,46	26,47	25,58	21,51	26,27	26,48
Conta garantida pré - a.a.	41,95	40,19	45,81	51,12	42,09	48,04
Desconto de duplicata pré - a.a.	22,03	21,99	24,38	21,55	23,19	29,79
Vendor pré - a.a.	16,00	15,98	15,30	15,05	15,34	20,69
Capital de giro flut. até 365 dias - a.a.	19,24	19,06	17,36	16,84	17,13	23,52
Capital de giro flut. sup. 365 dias - a.a.	17,78	17,48	17,94	17,17	16,85	18,07
Conta garantida pós - a.a.	25,53	25,41	25,62	24,89	24,68	28,47
ACC pós - a.a.	8,75	8,82	8,20	8,60	8,78	8,40
Factoring - a.m.	3,30	3,29	3,32	3,32	3,33	3,54

Fontes: Banco Central, Anfac e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Juros externos

Empréstimos - em % ao ano

	28/06/24	27/06/24	Há 1 semana	No fim de maio	Há 1 mês	Há 12 meses
SOFR - empréstimos interbancários em dólar *						
Atual	-	5,3400	5,3100	5,3400	5,3300	5,0600
1 mês	-	5,3358	5,3354	5,3243	5,3247	5,0653
3 meses	-	5,3533	5,3534	5,3496	5,3492	4,9908
6 meses	-	5,3875	5,3889	5,3886	5,3892	4,7747
€STR - empréstimos interbancários em euro **						
Atual	-	3,6610	3,6640	3,8920	3,9090	3,4000
1 mês	-	3,7949	3,8430	3,9122	3,9118	3,2047
3 meses	-	3,8856	3,9018	3,9257	3,9252	3,0615
6 meses	-	3,9240	3,9319	3,9437	3,9434	2,6471
1 ano	-	3,8856	3,8811	3,9419	3,8376	1,5790
Euribor ***						
1 mês	-	3,664	3,600	3,717	3,772	3,418
3 meses	-	3,695	3,686	3,785	3,794	3,598
6 meses	-	3,678	3,691	3,745	3,768	3,930
1 ano	-	3,575	3,622	3,711	3,716	4,119
Taxas referenciais no mercado norte-americano						
Prime Rate	8,50	8,50	8,50	8,50	8,50	8,25
Federal Funds	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,25
Taxa de Desconto	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,25
T-Bill (1 mês)	5,34	5,33	5,30	5,37	5,36	5,10
T-Bill (3 meses)	5,37	5,37	5,37	5,39	5,40	5,35
T-Bill (6 meses)	5,32	5,32	5,35	5,37	5,38	5,45
T-Note (2 anos)	4,75	4,72	4,74	4,87	4,97	4,72
T-Note (5 anos)	4,38	4,30	4,27	4,51	4,63	3,97
T-Note (10 anos)	4,40	4,29	4,26	4,50	4,61	3,71
T-Bond (30 anos)	4,56	4,43	4,40	4,65	4,73	3,82

Fontes: ECB, EMMI, FRBNY e Valor PRO. Elaboração: Valor Data * Taxa baseada em transações de empréstimos overnight garantidos por títulos do Tesouro EUA. ** A taxa reflete os custos de empréstimos overnight sem garantia. ***Taxas da BBA e da Federação Bancária da União Europeia

Evolução das aplicações financeiras

Rentabilidade no período em %

	Mês						Acumulado	
Renda Fixa	jun/24	mai/24	abr/24	mar/24	fev/24	jan/24	Ano*	12 meses**
Selic	0,79	0,83	0,89	0,83	0,80	0,97	5,22	11,68
CDI	0,79	0,83	0,89	0,83	0,80	0,97	5,22	11,68
CDB (1)	0,71	0,73	0,73	0,75	0,75	0,78	4,53	10,21
Poupança (2)	0,54	0,59	0,60	0,53	0,51	0,59	3,40	7,33
Poupança (3)	0,54	0,59	0,60	0,53	0,51	0,59	3,40	7,33
IRF-M	-0,29	0,66	-0,52	0,54	0,46	0,67	1,51	7,89
IMA-B	-0,97	1,33	-1,61	0,08	0,55	-0,45	-1,10	3,07
IMA-S	0,81	0,83	0,90	0,86	0,82	0,99	5,32	11,85
Renda Variável								
Ibovespa	1,48	-3,04	-1,70	-0,71	0,99	-4,79	-7,66	4,93
Índice Small Cap	-0,39	-3,38	-7,76	2,15	0,47	-6,55	-14,85	-11,96
IBrX 50	1,63	-3,11	-0,62	-0,81	0,91	-4,15	-6,12	7,39
ISE	1,10	-3,61	-6,02	1,21	1,99	-4,96	-10,14	-5,90
IMOB	1,06	-0,73	-11,56	1,10	1,27	-8,46	-16,84	-8,32
IDIV	1,99	-0,99	-0,56	-1,20	0,91	-3,51	-3,41	12,09
IFIX	-1,04	0,02	-0,77	1,43	0,79	0,67	1,08	6,09
Dólar Ptax (BC)	6,05	1,35	3,51	0,26	0,60	2,32	14,82	15,35
Dólar Comercial (mercado)	6,46	1,09	3,54	0,86	0,71	1,75	15,17	16,69
Euro (BC) (4)	4,73	2,89	2,37	0,07	0,25	0,54	11,27	13,15
Euro Comercial (mercado) (4)	5,07	2,79	2,43	0,71	0,38	-0,34	11,46	14,54
Ouro (BC)	5,97	2,87	7,18	8,62	0,27	1,71	29,43	39,96
Inflação								
IPCA (5)	0,32	0,46	0,38	0,16	0,83	0,42	2,60	4,34
IGP-M	0,81	0,89	0,31	-0,47	-0,52	0,74	1,10	2,45

Fontes: Anbima, Bacen, B3, Focus, FGV, IBGE e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. * Rendimento até o dia 28/jun/24. ** Até jun/24. (1) rendimento bruto do 1º dia útil do mês (2) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos até 03/05/12. (3) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos a partir de 04/05/12. (4) Variação sobre o Real. (5) expectativa de 0,32% para o mês de junho

Fundos de Investimento

Análise diária da indústria - em 25/06/24

	Patrimônio líquido	Rentabilidade nominal - %				Estimativa da captação líquida - R$ milhões			
Categorias	R$ milhões (1)	no dia	no mês	em 2024	em 12 meses	no dia	no mês	no ano	em 12 meses
Renda Fixa	3.506.842,19					-3.756,92	24.931,62	210.485,50	205.105,29
RF Indexados (2)	148.393,61	0,01	0,34	2,52	8,06	-310,65	-4.959,35	-6.126,83	-15.691,47
RF Duração Baixa Soberano (2)	673.968,38	0,04	0,62	4,70	10,95	-2.452,01	-1.552,48	36.170,60	37.839,49
RF Duração Baixa Grau de Invest. (2)	823.508,15	0,04	0,69	5,35	12,48	-190,63	3.440,47	28.804,40	38.090,52
RF Duração Média Grau de Invest. (2)	178.378,68	0,04	0,05	5,38	12,50	411,13	6.949,54	72.453,50	78.380,53
RF Duração Alta Grau de Invest. (2)	169.047,85	0,01	0,59	4,24	9,11	85,35	885,63	-3.072,84	-4.146,15
RF Duração Livre Soberano (2)	213.327,67	0,04	0,59	4,23	10,16	230,03	2.084,73	-13.609,29	-26.403,36
RF Duração Livre Grau de Invest. (2)	666.309,46	0,03	0,62	4,68	11,02	-257,38	9.539,00	-6.993,22	-29.454,11
RF Duração Livre Crédito Livre (2)	357.734,09	-0,01	0,54	4,54	11,76	-1.104,57	7.910,49	74.483,14	126.994,51
Ações	602.753,91					-122,19	3.786,86	542,78	39.563,09
Ações Indexados (2)	10.085,78	-0,24	0,23	-8,77	2,58	43,73	21,95	515,89	-871,16
Ações Índice Ativo (2)	30.938,22	-0,22	-0,13	-9,51	0,52	-26,80	-46,84	-3.714,73	-3.645,48
Ações Livre	218.185,69	0,14	0,00	-6,75	3,09	-143,66	3.480,57	1.701,60	-4.943,90
Fechados de Ações	124.891,80	0,08	0,29	-4,09	-2,02	-2,32	-376,73	-928,00	29.499,93
Multimercados	1.651.571,24					-362,51	-24.034,68	-78.332,79	-208.604,88
Multimercados Macro	149.206,88	0,00	0,45	0,65	5,93	-206,06	-5.719,17	-26.788,02	-51.198,71
Multimercados Livre	628.542,84	0,03	0,55	2,56	8,24	10,86	-10.272,74	-2.774,61	-53.187,05
Multimercados Juros e Moedas	49.970,82	0,07	0,68	4,47	11,19	-235,99	-3.076,69	-7.593,87	-17.884,58
Multimercados Invest. no Exterior (2)	744.040,06	0,27	1,49	4,08	11,26	60,83	-4.676,43	-41.707,09	-81.453,20
Cambial	6.425,03	1,10	4,22	15,38	20,77	-34,02	-40,76	-384,60	-1.423,05
Previdência	1.430.178,86					-30,65	568,60	16.291,69	40.275,49
ETF	43.579,43					-69,54	564,84	-1.837,20	-1.929,07
Demais Tipos	2.004.816,21					-184,14	1.620,46	48.166,56	54.413,17
Total Fundos de Investimentos	**7.241.350,65**					**-4.375,83**	**5.776,47**	**146.765,39**	**72.986,85**
Total Fundos Estruturados (3)	**1.643.302,42**					**-2.051,83**	**-3.230,20**	**29.989,39**	**108.252,53**
Total Fundos Off Shore (4)	**48.441,87**					-	-	-	-
Total Geral	**8.933.094,94**					**-6.427,66**	**2.546,27**	**176.754,78**	**181.239,38**

Fonte: ANBIMA. (1) PL e captação líquida de cada tipo exclui os Fundos em Cotas, evitando dupla contagem. (2) Para os tipos que iniciaram em 01/10/2015, as rentabilidades do ano e 12 meses foram estimadas com base na amostra atual de fundos. (3) FIDC, FII, FIP e FMIEE. (4) PL dos tipos imobiliários e Off-Shore referentes ao mês de maio de 2024 * Rentabilidade sem período completo.Obs.: Fundos de Investimentos regidos pela ICVM 555/14, ICVM 522/12, ICVM 409/04, ICVM 359/02 e ICVM 141/91. Dados sujeitos a retificação em razão da representatividade da amostra ou cadastramento de novos fundos. PL de cada tipo considera, adicionalmente, a estimativa dos fundos que não informaram o PL na data de emissão do relatório

Custo do dinheiro

Em % no período

Taxas referenciais	28/06/24	27/06/24	Há 1 semana	No fim de maio	Há 1 mês	Há 12 meses
Selic - meta ao ano	10,50	10,50	10,50	10,50	10,50	13,75
Selic - taxa over ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,65
Selic - taxa over ao mês	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,5236
Selic - taxa efetiva ao ano	10,40	10,40	10,40	10,46	10,46	13,65
Selic - taxa efetiva ao mês	0,7883	0,7883	0,7883	0,8324	0,8324	1,0720
CDI - taxa over ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,65
CDI - taxa over ao mês	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,5236
CDI - taxa efetiva ao ano	10,40	10,40	10,40	10,46	10,46	13,65
CDI - taxa efetiva ao mês	0,7883	0,7883	0,7883	0,8324	0,8324	1,0720
CDB Pré - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	11,39
CDB Pré - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	0,9027
CDB Pós - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	12,20
CDB Pós - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	0,9641
Taxa de juros de referência - B3						
TJ3 - 3 meses (em % ao ano)	10,49	10,44	10,43	10,38	10,38	13,45
TJ6 - 6 meses (em % ao ano)	10,72	10,61	10,59	10,43	10,42	12,98
Taxas referenciais de Swap - B3						
DI x Pré-30 - taxa efetiva ao ano	10,42	10,41	10,41	10,39	10,39	13,65
DI x Pré-60 - taxa efetiva ao ano	10,44	10,42	10,42	10,37	10,39	13,54
DI x Pré-90 - taxa efetiva ao ano	10,49	10,45	10,44	10,36	10,38	13,45
DI x Pré-120 - taxa efetiva ao ano	10,55	10,49	10,48	10,36	10,39	13,32
DI x Pré-180 - taxa efetiva ao ano	10,72	10,61	10,58	10,39	10,42	12,99
DI x Pré-360 - taxa efetiva ao ano	11,18	10,96	10,87	10,56	10,60	11,89

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Mercado futuro

Em 28/06/24

DI de 1 dia	PU de ajuste	Taxa efetiva - em % ao ano	Contratos negociados	Cotação - em % ao ano: Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em jul/24	99.960,75	10,399	156.799	10,396	10,402	10,402
Vencimento em ago/24	99.060,77	10,416	328.497	10,408	10,424	10,420
Vencimento em set/24	98.203,02	10,444	100.217	10,420	10,456	10,456
Vencimento em out/24	97.381,24	10,496	490.656	10,445	10,525	10,525
Vencimento em nov/24	96.478,22	10,560	4.657	10,500	10,600	10,600
Vencimento em dez/24	95.721,16	10,639	2.044	10,570	10,610	10,610
Vencimento em jan/25	94.877,83	10,730	1.271.241	10,600	10,780	10,770
Vencimento em fev/25	93.989,21	10,824	888	10,720	10,830	10,830
Vencimento em mar/25	93.171,19	10,919	2.201	10,805	10,920	10,920
Vencimento em abr/25	92.408,16	10,979	170.838	10,815	11,035	11,020
Vencimento em mai/25	91.598,26	11,050	1.797	10,915	11,070	11,070

Dólar comercial	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - R$/US$ 1.000,00: Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em jul/24	5.558,90	0,91	18.420	5.485,00	5.572,50	5.559,00
Vencimento em ago/24	5.605,22	1,41	430.505	5.502,50	5.618,50	5.610,50
Vencimento em set/24	5.622,79	1,40	20	5.597,00	5.612,00	5.597,00
Vencimento em out/24	5.639,78	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em nov/24	5.658,95	-	0	0,00	0,00	0,00

Euro	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - R$/€ 1.000,00: Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em jul/24	5.957,75	1,02	170	5.953,50	5.953,50	5.953,50
Vencimento em ago/24	6.012,07	1,44	230	5.968,00	5.994,00	5.994,00
Vencimento em set/24	6.040,24	-	0	0,00	0,00	0,00

Ibovespa	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - pontos do índice: Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em ago/24	125.401	-0,31	91.100	124.705	126.080	125.270
Vencimento em out/24	127.429	-	0	0	0	0
Vencimento em dez/24	129.475	-	0	0	0	0

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Indicadores do mercado

Em 28/06/24

Indicador	Compra	Venda	Variações %: No dia	No mês	No ano	12 meses
Dólar (Ptax - BC) - (R$/US$)	5,5583	5,5589	0,65	6,05	14,82	14,47
Dólar Comercial (mercado) - (R$/US$)	5,5878	5,5884	1,46	6,46	15,17	15,29
Dólar Turismo (R$/US$)	5,6148	5,7948	1,09	6,26	14,81	15,14
Euro (BC) - (R$/€)	5,9535	5,9547	0,68	4,73	11,27	12,44
Euro Comercial (mercado) - (R$/€)	5,9840	5,9847	1,52	5,07	11,46	13,12
Euro Turismo (R$/€)	6,0381	6,2181	1,07	4,81	10,89	12,79
Euro (BC) - (US$/€)	1,0711	1,0712	0,03	-1,24	-3,09	-1,77
Ouro*						
Banco Central (R$/g)	416,0404	416,0853	0,80	5,97	29,43	39,49
Nova York (US$/onça troy)¹	-	2.326,06	-0,06	0,01	12,63	21,81
Londres (US$/onça troy)¹	-	2.327,60	0,74	-0,65	12,86	21,87

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. ¹ Última cotação

Índices de ações Valor-Coppead

Em pontos

Índice	28/06/24	27/06/24	No fim de mai/24	No fim de dez/23	Variação - em % dia	mês	Ano
Valor-Coppead Performance	158.096,12	158.606,91	152.338,81	173.997,89	-0,32	3,78	-9,14
Valor-Coppead Mínima Variância	95.968,24	95.761,94	93.649,60	93.533,91	0,22	2,48	2,60

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Captações de recursos no exterior

Últimas operações realizadas no mercado internacional *

Emissor/Tomador	Data de liquidação	Data do vencimento	Prazo meses	Valor US$ milhões	Cupom/Custo em %	Retorno em %	Spread pontos-base **
Votorantim Cimentos (2)	02/04/24	02/04/34	120	500	5,75	5,896	-
BTG Pactual	08/04/24	08/04/29	60	500	6,25	-	-
Nexa	09/04/24	09/04/34	120	600	6,75	-	-
Movida	11/04/24	11/04/29	60	500	-	7,85	-
Aegea (2) (3)	25/06/24	20/01/31	79	300	9,0	8,375	-
República Federativa do Brasil (1)	27/06/24	22/01/32	91	2.000	6,125	6,375	212,8
Vale	28/06/24	28/06/54	360	1.000	6,4	6,458	210,0

Fontes: Instituições e agências internacionais. Elaboração: Valor Data. * Atualizada em 28/06/24. ** Sobre o título do Tesouro americano de mesmo prazo. (1) Títulos sustentáveis (green bonds). (2) Desenvolvimento sustentável (sustainability linked bond). (3) Reabertura

ADR - Índices

Em 28/06/24

Índice	28/06/24	27/06/24	Em 31/05/24	Em 29/12/23	Em 28/06/23	Variação - em % dia	mês	ano	12 meses
S&P BNY	183,93	183,73	183,18	165,54	152,98	0,11	0,41	11,11	20,23
S&P BNY Emergentes	353,54	352,50	341,77	312,75	293,21	0,29	3,44	13,04	20,57
S&P BNY América Latina	189,48	190,22	204,45	225,28	203,68	-0,39	-7,32	-15,89	-6,97
S&P BNY Brasil	186,15	187,71	197,69	232,95	204,19	-0,83	-5,83	-20,09	-8,83
S&P BNY México	294,86	291,95	329,09	331,67	326,24	1,00	-10,40	-11,10	-9,62
S&P BNY Argentina	230,09	236,55	262,91	178,27	155,59	-2,73	-12,48	29,07	47,88
S&P BNY Chile	137,44	137,66	148,41	162,12	169,46	-0,16	-7,39	-15,22	-18,89
S&P BNY Índia	3.032,46	3.047,18	2.747,17	2.923,01	2.803,46	-0,48	10,39	3,74	8,17
S&P BNY Ásia	219,12	217,59	212,76	189,60	175,84	0,70	2,99	15,57	24,61
S&P BNY China	302,10	303,90	329,83	336,11	317,77	-0,59	-8,41	-10,12	-4,93
S&P BNY África do Sul	200,45	201,66	206,33	199,87	207,13	-0,60	-2,85	0,29	-3,23
S&P BNY Turquia	34,29	33,44	34,31	22,45	17,16	2,55	-0,04	52,73	99,86

Fonte: S&P BNY Mellon. Elaboração: Valor Data

TR, Poupança e TBF

Variações % no período

Período	TR	Poupança *	Poupança **	TBF
11/06 a 11/07	0,0883	0,5887	0,5887	0,7989
12/06 a 12/07	0,0963	0,5968	0,5968	0,8070
13/06 a 13/07	0,0945	0,5950	0,5950	0,8052
14/06 a 14/07	0,0676	0,5679	0,5679	0,7681
15/06 a 15/07	0,0399	0,5401	0,5401	0,7302
16/06 a 16/07	0,0660	0,5663	0,5663	0,7665
17/06 a 17/07	0,0922	0,5927	0,5927	0,8029
18/06 a 18/07	0,0920	0,5925	0,5925	0,8027
19/06 a 19/07	0,0936	0,5941	0,5941	0,8043
20/06 a 20/07	0,0956	0,5961	0,5961	0,8063
21/06 a 21/07	0,0653	0,5656	0,5656	0,7658
22/06 a 22/07	0,0389	0,5391	0,5391	0,7292
23/06 a 23/07	0,0652	0,5655	0,5655	0,7657
24/06 a 24/07	0,0915	0,5920	0,5920	0,8021
25/06 a 25/07	0,0894	0,5898	0,5898	0,8000
26/06 a 26/07	0,0906	0,5911	0,5911	0,8012
27/06 a 27/07	0,0916	0,5921	0,5921	0,8023

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. * Depósitos até 03/05/12 ** Depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012

B3 - Brasil, Bolsa, Balcão

Índices de ações em 28/06/24

	Índice	No dia	No mês	No ano	Em 12 meses
Variação % em reais					
Ibovespa	123.907	-0,32	1,48	-7,66	6,19
IBrX	52.388	-0,30	1,51	-7,20	6,82
IBrX 50	20.856	-0,18	1,63	-6,12	8,36
IEE	88.289	-0,56	1,12	-7,02	-0,22
SMLL	2.003	-1,16	-0,39	-14,85	-9,08
ISE	3.382	-1,16	1,10	-10,14	-3,52
IMOB	840	-1,66	1,06	-16,84	-4,63
IDIV	8.765	-0,21	1,99	-3,41	13,52
IFIX	3.347	0,58	-1,04	1,08	7,27
Variação % em dólares					
Ibovespa	22.290	-0,97	-4,31	-19,58	-7,23
IBrX	9.424	-0,95	-4,29	-19,18	-6,69
IBrX 50	3.752	-0,82	-4,18	-18,24	-5,34
IEE	15.883	-1,21	-4,65	-19,02	-12,83
SMLL	360	-1,80	-6,08	-25,85	-20,58
ISE	608	-1,80	-4,67	-21,74	-15,72
IMOB	151	-2,30	-4,71	-27,58	-16,68
IDIV	1.577	-0,86	-3,83	-15,88	-0,83
IFIX	602	-0,07	-6,68	-11,96	-6,29

Fontes: B3, Banco Central e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Prêmio de risco do EMBI+*

Spread em pontos base **

País	Spread 28/06/24	Spread 27/06/24	Variação - em pontos: No dia	No mês	No ano
Geral	403	385	18,0	33,0	58,0
África do Sul	327	345	-18,0	-31,0	1,0
Argentina	1.455	1.441	14,0	114,0	-452,0
Brasil	231	235	-4,0	18,0	36,0
Colômbia	306	311	-5,0	3,0	41,0
Filipinas	68	77	-9,0	-10,0	10,0
México	186	189	-3,0	20,0	19,0
Peru	102	106	-4,0	-3,0	0,0
Turquia	253	259	-6,0	10,0	-23,0
Venezuela	18.569	17.996	573,0	2.105,0	-5.523,0

Fonte: JP Morgan. Elaboração: Valor Data. *Calculado pelo JP Morgan. **Sobre o título do tesouro americano

Reservas internacionais

Liquidez Internacional *, em US$ milhões

Fim de período		Diário	
out/23	340.247	18/06/24	358.116
nov/23	348.406	19/06/24	358.207
dez/23	355.034	20/06/24	357.962
jan/24	353.563	21/06/24	357.869
fev/24	352.705	24/06/24	358.072
mar/24	355.008	25/06/24	358.112
abr/24	351.599	26/06/24	357.371
mai/24	355.560	27/06/24	357.963

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. *Agrega, aos valores do conceito Caixa, haveres como títulos de exportação e outros de médio e longo prazos

Índice de Renda Fixa Valor

Base = 100 em 31/12/99

	28/06/24	27/06/24	26/06/24	25/06/24	24/06/24	21/06/24
Índice	2.107,11	2.112,26	2.113,35	2.115,99	2.116,70	2.113,66
Var. no dia	-0,24%	-0,05%	-0,12%	-0,03%	0,14%	0,15%
Var. no mês	-0,14%	0,10%	0,15%	0,28%	0,31%	0,17%
Var. no ano	2,03%	2,28%	2,33%	2,46%	2,49%	2,35%

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Câmbio

Em 28/06/24

Moeda	Em US$ * Compra	Em US$ * Venda	Em R$ ** Compra	Em R$ ** Venda
Baht (Tailândia)	36,7300	36,7500	0,15120	0,15130
Balboa (Panamá)	1,0000	1,0000	5,5583	5,5589
Bolívar Soberano (Venezuela)	36,3175	36,4085	0,1527000	0,1531000
Boliviano (Bolívia)	6,8600	7,0100	0,7929	0,8103
Colon (Costa Rica)	521,0000	526,0000	0,010570	0,010670
Coroa (Dinamarca)	6,9622	6,9628	0,7983	0,7984
Coroa (Islândia)	138,6600	139,0000	0,03999	0,04009
Coroa (Noruega)	10,6595	10,6627	0,5213	0,5215
Coroa (Rep. Tcheca)	23,3670	23,3770	0,2378	0,2379
Coroa (Suécia)	10,5997	10,6030	0,5242	0,5244
Dinar (Argélia)	134,2635	134,8167	0,04123	0,04140
Dinar (Kuwait)	0,3067	0,3068	18,1170	18,1249
Dinar (Líbia)	4,8636	4,8859	1,1376	1,1430
Direitos Especiais de Saque ***	1,3153	1,3153	7,3108	7,3116
Dirham (Emirados Árabes Unidos)	3,6729	3,6731	1,5132	1,5135
Dirham (Marrocos)	9,9611	9,9661	0,5577	0,5581
Dólar (Austrália)***	0,6674	0,6675	3,7096	3,7106
Dólar (Bahamas)	1,0000	1,0000	5,5583	5,5589
Dólar (Belize)	1,9982	2,0332	2,7338	2,7820
Dólar (Canadá)	1,3685	1,3689	4,0604	4,0620
Dólar (Cayman)	0,8250	0,8350	6,6566	6,7381
Dólar (Cingapura)	1,3553	1,3561	4,0987	4,1016
Dólar (EUA)	1,0000	1,0000	5,5583	5,5589
Dólar (Hong Kong)	7,8083	7,8086	0,7118	0,7119
Dólar (Nova Zelândia)***	0,6091	0,6095	3,3856	3,3881
Dólar (Trinidad e Tobago)	6,7569	6,8260	0,8143	0,8227
Euro (Comunidade Européia)***	1,0711	1,0712	5,9535	5,9547
Florim (Antilhas Holandesas)	1,7845	1,8200	3,0540	3,1151
Franco (Suíça)	0,8992	0,8993	6,1807	6,1821
Guarani (Paraguai)	7536,7900	7539,3900	0,0007372	0,0007376
Hryvnia (Ucrânia)	40,4000	40,7000	0,1366	0,1376
Iene (Japão)	160,8700	160,9000	0,03455	0,03456
Lev (Bulgária)	1,8256	1,8264	3,0433	3,0450
Libra (Egito)	47,9800	48,0800	0,1156	0,1159
Libra (Líbano)	89500,0000	89600,0000	0,000062	0,000062
Libra (Síria)	13000,0000	13003,0000	0,00043	0,00043
Libra Esterlina (Grã Bretanha)***	1,2635	1,2639	7,0229	7,0259
Naira (Nigéria)	1495,0000	1555,0000	0,00358	0,00372
Lira (Turquia)	32,7703	32,7936	0,1695	0,1696
Novo Dólar (Taiwan)	32,4480	32,4780	0,17110	0,17130
Novo Sol (Peru)	3,8337	3,8375	1,4484	1,4500
Peso (Argentina)	911,5000	912,5000	0,00609	0,00610
Peso (Chile)	942,0000	942,5000	0,005897	0,005901
Peso (Colômbia)	4142,0000	4150,0000	0,001339	0,001342
Peso (Cuba)	24,0000	24,0000	0,2316	0,2316
Peso (Filipinas)	58,4800	58,5000	0,09501	0,09506
Peso (México)	18,2621	18,2726	0,3042	0,3044
Peso (Rep. Dominicana)	58,8700	59,2500	0,09381	0,09443
Peso (Uruguai)	39,4200	39,4600	0,14090	0,14100
Rande (África do Sul)	18,2329	18,2375	0,3048	0,3049
Rial (Arábia Saudita)	3,7515	3,7517	1,4815	1,4818
Rial (Irã)	42000,0000	42005,0000	0,0001323	0,0001324
Ringgit (Malásia)	4,7150	4,7200	1,1776	1,1790
Rublo (Rússia)	85,7455	85,7545	0,06482	0,06483
Rúpia (Índia)	83,3330	83,3880	0,06666	0,06671
Rúpia (Indonésia)	16370,0000	16380,0000	0,0003393	0,0003396
Rúpia (Paquistão)	278,2000	278,4000	0,01997	0,01998
Shekel (Israel)	3,7639	3,7679	1,4752	1,4769
Won (Coréia do Sul)	1378,6700	1379,1000	0,004030	0,004032
Yuan Renminbi (China)	7,2672	7,2673	0,7648	0,7649
Zloty (Polônia)	4,0231	4,0247	1,3810	1,3817

	Cotações: Ouro Spot (2)	Paridade (3)	Em R$(1): Compra	Venda
Dólar Ouro	2328,50	0,01336	416,0404	416,0853

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração: Valor Data
* Cotações em unidades monetárias por dólar. ** Cotações em reais por unidade monetária. *** Moedas do tipo B (cotadas em dólar por unidade monetária). (1) Por grama. (2) US$ por onça. (3) Grama por US$. Observações: As taxas acima deverão ser utilizadas somente para coberturas específicas de acordo com a legislação vigente. As contratações acima referidas devem ser realizadas junto às regionais de câmbio do Rio e de São Paulo. O lote mínimo operacional, exclusivamente para efeito das operações contratadas junto à mesa de operações do Banco Central em Brasília, foi fixado para hoje em US$ 1.000.000. Nota: em 29/03/10, o Banco Central do Brasil passou a divulgar, para a maior parte das moedas presentes na tabela, as cotações com até quatro casas decimais, padronizando-as aos parâmetros internacionais

Bolsas de valores internacionais

País	Cidade	Índice	28/06/24	27/06/24	Variações % No dia	No mês	No ano	Em 12 meses	Em 12 meses: Menor índice	Maior índice
Américas										
EUA	Nova York	Dow Jones	39.118,86	39.164,06	-0,12	1,12	3,79	15,56	32.417,59	40.003,59
EUA	Nova York	Nasdaq-100	19.682,87	19.789,03	-0,54	6,18	16,98	31,53	14.109,57	19.908,86
EUA	Nova York	Nasdaq Composite	17.732,60	17.858,68	-0,71	5,96	18,13	30,47	12.595,61	17.862,23
EUA	Nova York	S&P 500	5.460,48	5.482,87	-0,41	3,47	14,48	24,76	4.117,37	5.487,03
Canadá	Toronto	S&P/TSX	21.875,79	21.942,16	-0,30	-1,77	4,38	10,38	18.737,39	22.468,16
México	Cidade do México	IPC	52.440,02	52.310,96	0,25	-4,96	-8,62	-1,91	48.197,88	58.711,87
Colômbia	Bogotá	COLCAP	1.380,90	1.376,64	0,31	-1,36	15,54	22,49	1.046,70	1.441,68
Venezuela	Caracas	IBVC	78.695,20	77.538,43	1,49	13,70	36,07	136,34	33.297,18	78.695,20
Chile	Santiago	IPSA	6.413,88	6.504,53	-1,39	-3,30	3,49	13,38	5.407,50	6.810,91
Peru	Lima	S&P/BVL General	29.895,87	29.636,10	0,88	-1,07	15,16	35,03	21.451,73	30.891,77
Argentina	Buenos Aires	Merval	1.611.295,13	1.635.667,44	-1,49	-2,43	73,31	293,36	409.622,74	1.659.247,63
Europa, Oriente Médio e África										
Euro	-	Euronext 100	1.484,29	1.488,28	-0,27	-3,03	6,36	9,41	3.425,66	4.149,65
Alemanha	Frankfurt	DAX-30	18.235,45	18.210,55	0,14	-1,42	8,86	14,34	14.687,41	18.869,36
França	Paris	CAC-40	7.479,40	7.530,72	-0,68	-6,42	-0,85	2,65	6.795,38	8.239,99
Itália	Milão	FTSE MIB	33.154,05	33.186,89	-0,10	-3,88	9,23	19,96	27.287,45	35.410,13
Bélgica	Bruxelas	BEL-20	3.887,24	3.919,21	-0,82	-0,79	4,84	11,29	3.290,68	4.029,25
Dinamarca	Copenhague	OMX 20	2.887,71	2.889,65	-0,07	4,28	26,46	44,74	1.962,58	2.952,52
Espanha	Madri	IBEX-35	10.943,70	10.951,50	-0,07	-3,34	8,33	15,42	8.918,30	11.444,00
Grécia	Atenas	ASE General	1.404,26	1.400,43	0,27	-1,93	8,59	12,59	1.111,29	1.502,79
Holanda	Amsterdã	AEX	923,85	925,11	-0,14	2,24	17,42	20,33	714,05	933,84
Hungria	Budapeste	BUX	72.094,79	71.492,81	0,84	6,17	18,93	42,76	49.605,16	72.094,79
Polônia	Varsóvia	WIG	88.613,67	88.135,13	0,54	2,66	12,94	32,87	63.776,83	89.414,00
Portugal	Lisboa	PSI-20	6.480,06	6.522,65	-0,65	-5,69	1,31	9,25	5.824,40	6.971,10
Rússia	Moscou	RTS*	1.158,85	1.168,05	-0,79	2,95	6,96	14,21	969,33	1.211,87
Suécia	Estocolmo	OMX	2.569,45	2.557,87	0,45	-1,33	7,14	13,59	2.049,65	2.641,47
Suíça	Zurique	SMI	11.993,83	12.004,31	-0,09	-0,06	7,69	7,25	10.323,71	12.254,76
Turquia	Istambul	BIST 100	10.647,91	10.680,91	-0,31	2,38	42,54	84,89	6.003,90	10.899,28
Israel	Tel Aviv	TA-125	-	1.947,48	-	-2,31	3,82	9,77	1.608,42	2.040,82
África do Sul	Joanesburgo	All Share	79.707,11	78.969,31	0,93	3,91	3,66	6,52	69.451,97	80.713,75
Ásia e Pacífico										
Japão	Tóquio	Nikkei-225	39.583,08	39.341,54	0,61	2,85	18,28	19,25	30.526,88	40.888,43
Austrália	Sidney	All Ordinaries	8.013,80	8.002,80	0,14	0,54	2,35	8,53	6.960,20	8.153,70
China	Shenzhen	SZSE Composite	1.618,07	1.614,03	0,25	-6,45	-11,96	-19,94	1.433,10	2.071,59
China	Xangai	SSE Composite	2.967,40	2.945,85	0,73	-3,87	-0,25	-6,96	2.702,19	3.291,04
Coréia do Sul	Seul	KOSPI	2.797,82	2.784,06	0,49	6,12	5,37	9,11	2.277,99	2.807,63
Hong Kong	Hong Kong	Hang Seng	17.718,61	17.716,47	0,01	-2,00	3,94	-7,58	14.961,18	20.078,94
Índia	Bombaim	S&P BSE Sensex	79.032,73	79.243,18	-0,27	6,86	9,40	23,65	63.148,15	79.243,18
Indonésia	Jacarta	JCI	7.063,58	6.967,95	1,37	1,33	-2,88	6,03	6.642,42	7.433,32
Tailândia	Bangcoc	SET	1.300,96	1.309,46	-0,65	-3,32	-8,11	-11,31	1.296,59	1.576,67
Taiwan	Taipé	TAIEX	23.032,25	22.905,98	0,55	8,77	28,45	36,00	16.001,27	23.406,10

Fontes: Valor PRO, Bolsas de Bangcoc, Bogotá, Bombaim, Budapeste, Istambul, Jacarta, Joanesburgo, Lima, Madrid, Moscou e Zurique. Elaboração: Valor Data
* Índice expresso em dólares

Camil Alimentos S.A.

CNPJ/MF nº 64.904.295/0001-03 - NIRE: 35.300.146.735 - Companhia Aberta

Aviso aos Acionistas

São Paulo, 28 de junho de 2024 - A Camil Alimentos S.A. ("Companhia" ou "Camil"), em cumprimento ao disposto na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), informa aos seus acionistas e ao mercado em geral que, na Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada no dia 28 de junho de 2024, às 10:00 horas, foi aprovada a alteração do jornal de grande circulação utilizado pela Companhia para as publicações legais do atual jornal "Valor Econômico" para o jornal "Diário Comercial", nos termos do artigo 289, §3º, da Lei das S.A. A Companhia informa que atualizará o Formulário Cadastral da Companhia disponível no site de Relações com Investidores da Companhia (https://ri.camil.com.br/) e no site da CVM (www.cvm.gov.br) para refletir a alteração do jornal de grande circulação.

Flavio Jardim Vargas - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores - Camil Alimentos S.A.

PREFEITURA MUNICIPAL DO NATAL/RN
AVISO DE LICITAÇÃO

A Secretaria Municipal de Administração (SEMAD) da Prefeitura Municipal do Natal/RN, por seu Agente de Contratação abaixo identificado, torna público a realização do certame a seguir:

– PREGÃO ELETRÔNICO 90.007/2024 – Processo Administrativo: 20240481889 - (UASG: 925162) – Objeto: Aquisição de veículos tipo VAN MINI-BUS, – Edital disponível no Portal de Compras do Governo Federal (www.compras.gov.br), no Portal Nacional de Compras Públicas (pncp.gov.br) e no Portal da Transparência da Prefeitura do Natal (compras.natal.rn.gov.br) – ABERTURA: 15/JULHO/2024, às 10h00min (horário de Brasília).

Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos pelo e-mail: pregao.semad@natal.rn.gov.br ou nos dias úteis, no horário das 09:00 às 16 horas pelo telefone (84) 3232.4985.

Natal/RN, 28 de junho de 2024.

Genielson Oliveira de Araújo – Agente de Contratação da SEMAD/PMN.

CG - PARTICIPAÇÕES E ADMINISTRAÇÃO DE BENS E IMÓVEIS LTDA.

CNPJ: 17.541.220/0001-25

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO DE SÓCIOS

Na qualidade de Diretoras, convocam-se os Sócios da **CG - PARTICIPAÇÕES E ADMINISTRAÇÃO DE BENS E IMÓVEIS LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o n.º 17.541.220/0001-25, com sede na Quadra Industrial 6, s/n, lote 18/27, sala 01, bairro Setor Industrial (Taguatinga) em Brasília/DF, CEP 72.135-060, para Reunião de Sócios, a realizar-se presencialmente em primeira convocação, no dia **11 de julho de 2024**, às **10:00 horas**, na sede da Sociedade. **ORDEM DO DIA**: **(i)** Renúncia do Diretor Presidente Carlos de Jesus Gravia e eleição de novo Diretor(a) Presidente e **(ii)** Adequação e consolidação do Contrato Social. Brasília/DF, 01 de julho de 2024. ROSÂNGELA DE JESUS GRAVIA, CPF: 268.822.991-53 e EDILENE TELES GRAVIA, CPF: 399.948.721-68.

INSTITUTO DE TECNOLOGIA DO PARANÁ
RETIFICAÇÃO – AVISO – PREGÃO ELETRÔNICO N° 066/2024

Onde se lê:

Objeto: "Contratação de empresa para a prestação de serviços, em lote único, de agenciamento de viagens, compreendendo reserva, emissão, marcação, remarcação e cancelamento de passagens aéreas (nacionais e internacionais) e emissão de seguro de assistência em viagem internacional, pelo prazo de execução por até 24 meses e vigência por até 27 meses, prorrogáveis por até 60 meses, nos termos do RILC - Regulamento Interno de Licitações e Contratos do TECPAR"

Leia-se:

Objeto: "**Contratação de empresa Operadora de Planos de Saúde, prestação de serviços correlatos, conforme Rol de Procedimentos previstos pela Agência Nacional de Saúde (ANS) e suas atualizações, em âmbito nacional e eletivo, aos funcionários ativos e inativos do Tecpar e seus dependentes, doravante denominados simplesmente beneficiários, sem coparticipação, sendo a cobertura geográfica, com abrangência/atendimento em todo território nacional e atendimento eletivo para as cidades de Curitiba/PR, Araucária/PR, Jacarezinho/PR e Maringá/PR.**

Data de abertura: 22/07/2024, às 10:00 horas. ID Banco do Brasil: 1049169. Melhores informações através do site: www.licitacoes-e.com.br

Curitiba, 28 de junho de 2024. Pregoeiro

Empresa de Energia São Manoel S.A.

São Manoel ENERGIA

("Companhia")

CNPJ/MF nº 18.494.537/0001-10 - NIRE 33.3.0030839-3

Ata de Reunião do Conselho de Administração

1. Data, Hora e Local: Realizada no dia 30 de abril de 2024 ás 18:30 horas, excepcionalmente na Rua Werner Von Siemens, 111 - Codlog 44191-0 - Prédio 22 - Bloco A - Sala 27 - Lapa de Baixo - São Paulo/SP. **2. Presença**: Presentes por meio de videoconferência, nos termos do Parágrafo 1º do Artigo 26 do Estatuto Social e cláusula 8ª - artigo 8.7 do Acordo de Acionistas, o Senhor Presidente do Conselho de Administração Silvio Alexandre Scucuglia da Silva e os Senhores Conselheiros de Administração de Administração Efetivos Luiz Otavio Assis Henriques, Rodrigo Junqueira Calixto, Luiz Eduardo Marques Moreira, Flávio César Guimarães Ávila, Evandro Leite Vasconcelos, Liyi Zhang, Senhora Maria Clara Fonseca de Oliveira Maia e Castro e o Senhor Conselheiro de Administração Suplente Daniel Shem Cheng Chen. **3. Mesa**: Assumiu a Presidência dos trabalhos o Sr. Silvio Alexandre Scucuglia da Silva, que escolheu a Sra. Sonia Aparecida Santos Tolava para secretariá-lo. **4. Ordem do Dia**: O Senhor Presidente informou que a presente reunião tinha por finalidade deliberar sobre a substituição de membro da Diretoria. **5. Deliberações:** Os membros do Conselho de Administração da Companhia, por unanimidade de votos e sem quaisquer reservas ou ressalvas, deliberaram o quanto segue: **5.1. Substituição de membro da Diretoria** - Os membros do Conselho de Administração, aprovaram, por unanimidade, a eleição do Sr. **Luis Fernando Mendonça de Barros Filho**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 27.226.598-6, inscrito no CPF/ME sob o nº 251.408.188-25, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 3.729, 9º andar, parte, Itaim Bibi, CEP 04538-905, São Paulo/SP para o cargo **Diretor Presidente** da Companhia, para o mandato em curso e com efeitos a partir de 01 de maio de 2024, em substituição ao Sr. **Luiz Otavio Assis Henriques**, indicado pelo sócio EDP Energias do Brasil S.A., brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 10.454.182 SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº 024.750.768-79, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Werner Von Siemens 111, Codlog 44191-0, Prédio 22, Bloco A, Mezanino, Bairro Lapa de baixo, CEP 05069-900, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. Desta forma, o Sr. **Luiz Otavio Assis Henriques** fica exonerado de suas funções ao cargo de **Diretor Presidente** da Companhia, com efeitos a partir de 01 de maio de 2024. Nesse sentido, a Diretoria da Companhia passa a ter a seguinte composição, com efeitos desde 01.05.2024, para o mandato em curso, ou seja, até 07.02.2026: *(a)* ***Luis Fernando Mendonça de Barros Filho*** *- Diretor Presidente; (b)* ***Lourival Teixeira dos Santos Sobrinho*** *- Diretor; (d)* ***Lourival Teixeira dos Santos Sobrinho*** *- Diretor; (c)* ***Sérgio Ricardo de Marcon Fonseca*** *- Diretor.* O Diretor, ora eleito, neste ato, tomou ciência de sua respectiva eleição e a aceita, declarando não estar incurso em nenhum crime que o impeça de exercer atividade mercantil nos termos da Legislação da Sociedade Anônima. **Encerramento e Assinaturas**: Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e lavrada esta ata, na forma de sumário, que, tendo sido lida e achada conforme, foi assinada pelos Conselheiros. Conselheiros: Silvio Alexandre Scucuglia da Silva, Maria Clara Fonseca de Oliveira Maia e Castro, Evandro Leite Vasconcelos, Rodrigo Junqueira Calixto, Liyi Zhang, Flávio César Guimarães Ávila, Pedro Eduardo Fernandes Brito, Luiz Otavio Assis Henriques e Daniel Shem Cheng Chen. Declaro que a presente é copia fiel extraída do original. **Sonia Aparecida Santos Tolava** - Secretária da Mesa. JUCERJA - Certifico o arquivamento em 19/06/2024 sob o número 00006297987. Protocolo: 2024/00433721-6. Data do protocolo: 21/05/2024. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

INÊS 249

Entrevista Vice-presidente do banco discute com Fazenda mudança em normas da Previc para que fundações possam investir no segmento e atuar como 'funding'

Caixa quer fundo de pensão em habitação

Edna Simão e Guilherme Pimenta
De Brasília

A vice-presidente de habitação da Caixa Econômica Federal, Inês Magalhães, disse ao **Valor** que o banco discute com o Ministério da Fazenda a necessidade de mudanças em normas da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) para permitir que fundos de previdência façam investimentos na habitação, servindo assim como alternativa para o "funding" (financiamento) do setor.

"No mundo todo, os fundos [de previdência] normalmente são investidores nessa área, porque justamente é um investimento que é aderente a eles. Podem comprar papéis que façam sentido do ponto de vista da rentabilidade e prazos e que sejam lastro para o financiamento habitacional", afirmou.

A questão do funding no crédito imobiliário, avalia, é um "desafio estrutural" não só da Caixa, mas de todo o sistema financeiro nacional. Ainda assim, considera que o cenário é mais preocupante no caso do banco público, já que a Caixa tem "compromisso com o desenvolvimento", enquanto outras instituições podem reduzir a concessão de crédito habitacional. Dessa forma, afirma que é preciso buscar alternativas.

Uma decisão que dificultou o funding para habitação, explicou, foram as mudanças promovidas pelo Ministério da Fazenda na ampliação do prazo mínimo de vencimento das Letras de Crédito Imobiliário (LCIs). A Fazenda, disse ela, "atirou no que viu e acertou o que não viu ao tirar uma captação que hoje é importante para a manutenção dos níveis do crédito".

Magalhães também comentou que o Banco Central não concorda, ainda, com a liberação de compulsório dos bancos para financiar a habitação. "Consideram uma medida muito de fôlego curto", disse. A seguir, os principais tópicos da entrevista.

GESIVAL NOGUEIRA KEBEC/VALOR

Magalhães: funding de crédito imobiliário é 'desafio estrutural' não só da Caixa, mas de todo o sistema financeiro

Crédito imobiliário

É um desafio estrutural, não só da Caixa. Temos uma estrutura de financiamento habitacional de 40 anos atrás e não surgiu nada estruturalmente novo que substituísse esses dois pilares: poupança e FGTS. O custo [do dinheiro] inviabiliza o crédito habitacional para a maioria da população. Estamos num momento em que temos uma demanda de mais ou menos 1,2 milhão de novos domicílios. A gente precisa responder, no mínimo, a isso para que essa demanda não se transforme em déficit.

Alternativas de funding

Estamos discutindo quatro coisas: a redução do compulsório, que teria um impacto mais rápido [no funding da habitação]; a redução de prazo das aplicações na LCI; o desenvolvimento do mercado secundário; e a permissão para que fundos de pensão invistam em habitação.

Mercado secundário de papéis

Não é possível pensar no mercado secundário [de títulos de crédito imobiliário] com uma taxa de juros de dois dígitos [atualmente em 10,50% ao ano]. A maior parte dos bancos está "no quentinho", deixa o dinheiro na Tesouraria, e esse dinheiro rende muito mais do que correr o risco para fazer crédito habitacional. A Caixa é um banco público que tem compromisso com desenvolvimento, então fazemos um esforço diferente. Nós estamos usando uma parte do resultado para poder continuar emprestando, mas isso não é uma coisa que se possa fazer "ad eternum". A expectativa é que nós tivéssemos queda da taxa de juros e, assim, uma carteira que pudesse ser vendida e reaplicada no crédito habitacional.

Liberação de recursos do compulsório para a habitação

O BC acha que é uma medida muito de fôlego curto, de muito curto prazo. Isso é verdade, mas serviria para uma transição, e também discutirmos medidas mais estruturais. Estamos falando de mais ou menos R$ 40 bilhões de compulsório, não só da Caixa, mas de todo o sistema financeiro, que dariam um certo fôlego durante um ano mais. O saldo de crédito imobiliário dos bancos privados vem caindo, mas a gente continua mantendo. Com ganho de 10,5% ao ano, para que tomar risco? A Caixa tem que exercer o papel de banco público. A captação internacional seria uma alternativa, mas o problema é o risco cambial. É preciso ter mecanismos que mitiguem esse risco cambial.

> "A maior parte dos bancos está 'no quentinho', deixa o dinheiro na Tesouraria, rende mais do que correr risco"

Mudanças na LCI

Estamos discutindo as alterações que foram feitas na LCI. A Fazenda fez essa alteração nos prazos na LCI [o prazo mínimo para vencimento do título passou de 90 dias para 12 meses] e isso tem impacto grande na nossa captação. Isso tirou muita gente que investia. É um paradoxo. Mesmo que a pessoa possa deixar o dinheiro mais do que 12 meses, ela quer poder retirar o dinheiro a qualquer tempo. Tivemos uma perda de captação bem expressiva. Portanto, estamos disponibilizando menos recursos. A tendência é que o crédito fique mais caro se isso não for resolvido. É uma decisão [mudança de prazo] que teve como objetivo a questão tributária. Atirou no que viu e acertou o que não viu, ao tirar uma captação que hoje é importante para a manutenção dos níveis do crédito. No momento, temos captação negativa de poupança e a diminuição da captação de LCI é um complicador. A LCI é fundamental para equilibrar e complementar os recursos da poupança.

Fundos de pensão no funding

Precisamos de um conjunto de alterações que possibilitem que os fundos de previdência, os investidores institucionais, sejam aplicadores em habitação. No mundo todo eles normalmente são investidores nessa área justamente porque é um investimento aderente a eles. Podem comprar papéis que sejam lastro para o financiamento habitacional, que façam sentido do ponto de vista da rentabilidade e de prazos. Por exemplo: emitimos um papel que é interessante para a previdência, tanto do ponto de vista de prazo quanto de rentabilidade. Para isso, seria necessária uma regulamentação da Previc, pois há algumas travas de investimentos que precisariam ser revistas. Mas, antes, estamos tratando isso com nosso controlador [Ministério da Fazenda], que tem que achar que é um bom negócio.

Alteração na remuneração do FGTS

Estamos comemorando [a decisão do STF que alterou a correção das contas do FGTS para garantir a inflação]. Saiu a faca da nossa cabeça. Era melhor que não mudasse, mas, já que mudou, foi para algo que achamos que tem uma repercussão mais administrável. Na verdade, a matemática não mudou: TR + 3% ao ano, somada à distribuição do resultado do FGTS para chegar ao IPCA. Em alguns anos, a distribuição de até 100% do lucro fez com que a rentabilidade das contas ultrapasse um pouco o IPCA. Não vai ter problema.

> "No momento, temos captação negativa de poupança e a diminuição da captação de LCI é um complicador"

Inadimplência na habitação

Estamos com uma inadimplência bastante controlada [1,72% no primeiro trimestre de 2024]. Temos uma inadimplência muito boa comparativamente aos outros bancos. Temos uma política de adimplência, não de inadimplência. Mas temos que nos preparar para a inclusão dos mais pobres no financiamento habitação, com a contratação do Faixa 1 [do Minha Casa, Minha Vida], para uma eventual alteração do perfil de inadimplência.

Suplementação do FGTS

Vamos bater de novo um recorde [no orçamento do FGTS para habitação] porque há uma discussão de suplementação no FGTS em torno de R$ 20 bilhões. Se for aprovada pelo conselho curador, o orçamento para habitação vai sair de R$ 184 bilhões para chegar na casa dos R$ 200 bilhões, e assim bateremos um novo recorde na contratação.

Mais produtos para classe média

Já atendemos a classe média. O desafio é a questão da melhoria habitacional como política pública, como reformas de imóveis, por exemplo. Estamos tentando formatar um programa. Tem uma fatia considerável de imóveis que precisa de melhoria habitacional ou da infraestrutura.

Crédito habitacional para trabalhador informal

Quando cheguei aqui, pedi para levantar o nível de aprovação dos informais. Nosso nível de aprovação de renda para informal é até grande. O problema é que o valor do crédito autorizado é baixo. Por exemplo, uma pessoa diz ter renda informal de R$ 10 mil, mas não é esse valor declarado no Imposto de Renda. Ou seja, eu não posso considerar R$ 10 mil. Assim, aprovamos o limite de R$ 2,8 mil, que é considerado isento.

Rio Grande do Sul

Há uma lista de coisas para [os afetados pela tragédia do] Rio Grande do Sul. Nos imóveis, temos aberta uma plataforma na qual são inseridas as ofertas de imóveis de até R$ 200 mil. De outro lado está sendo organizada a demanda, um caminho que passa pelas defesas civis dos municípios e será consolidado pelo Ministério das Cidades. Já há mais ou menos 4 mil imóveis cadastrados. Ainda não é possível precisar o número de famílias atingidas, pois há municípios em que as pessoas voltaram a entrar nas áreas agora.

Compra de imóveis usados via MCMV

Não vejo nenhum problema [em utilizar a experiência do RS que permitiu, de forma extraordinária, adquirir imóveis usados por meio do MCMV]. O nosso desafio é dar casa para as pessoas. Além disso, na área rural foi autorizada a contratação de 600 unidades e, em paralelo, vai ser aberto um chamamento para os lugares nos quais não existe essa oferta.

Varejo avança no mercado de opções em Wall Street

David Marino
Bloomberg

Investidores não profissionais atingiram um volume de negócios jamais visto no mercado de opções dos Estados Unidos. Eles investem dinheiro especialmente em apostas de curto prazo envolvendo preço de ações de tecnologia, de acordo com um estudo do J.P. Morgan.

Em junho, os investidores de varejo responderam por 18,3% da atividade total de opções no mercado americano, o maior patamar já alcançado, segundo análise dos estrategistas do banco, liderados por Bram Kaplan.

Mais de 60% das ordens colocadas pela categoria eram para contratos com vencimento em períodos de uma semana ou menos que isso, sendo as opções de ações de tecnologia as de maior movimentação entre as negociações de um único papel.

Quando se analisa as opções de ações de tecnologia, o fluxo de ordens vindas do varejo parece ser quase sempre no sentido fortemente comprado, sinalizando a visão otimista da categoria.

O movimento das opções de ações de tecnologia do varejo ocorre em sentido contrário ao das ordens envolvendo opções de fundos negociados em bolsa (ETFs, na sigla em inglês) também do segmento de tecnologia, utilizadas muitas vezes como hedge (proteção) das apostas do mercado como um todo.

Ações do setor de inteligência artificial (IA) generativa, como as da Nvidia, impulsionaram o índice S&P 500 da bolsa de Nova York para sucessivos recordes ao longo de 2024, junto com a forte demanda por opções de compra desses papéis com prêmios bastante elevados, com o objetivo de capturar ganhos com o rali do setor.

"Isso provavelmente sugere que os investidores utilizam opções como substitutos de ações para um melhor acesso à alavancagem; por outro lado, eles podem usar opções como sobreposições em suas posições longas de ETF no mercado como um todo — por exemplo, venda de opções de compra cobertas, compra de opções de venda de proteção etc. — para obter lucro e hedge", escreveram os estrategistas no estudo.

Curta

Fundo de crédito da Alume

A fintech Alume, que atua com crédito para estudantes de medicina, captou R$ 30 milhões com cotas de um fundo de investimento em direitos creditórios (FIDC). Com os recursos, a Alume planeja expandir a concessão a estudantes e médicos recém-formados. A fintech foi criada em 2020, pouco antes da pandemia, e já liberou R$ 160 milhões em financiamentos. *(Rita Azevedo)*

Reforma tributária: qual o efeito no ITCMD?

Consultório financeiro

Quais são os impactos da reforma tributária sobre o ITCMD, imposto que incide sobre doações e heranças?

Luciana Pantaroto, CFP, responde:

A primeira fase da reforma tributária foi aprovada em dezembro de 2023 (Emenda Constitucional nº 123/2023), trazendo alterações significativas em diversos tributos, entre eles o ITCMD.

O ITCMD — Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação — é um imposto de competência estadual e do Distrito Federal que incide sobre transmissões gratuitas de patrimônio, como heranças e doações.

Embora cada Estado tenha legislação própria sobre o tema, todos devem seguir diretrizes estabelecidas na Constituição e normas federais, respeitando a alíquota máxima de 8% estabelecida pelo Senado.

Entre as alterações aprovadas na primeira fase da reforma, três merecem destaque:

1. O ITCMD passou a ser progressivo

Em resumo, a progressividade prevê que o percentual de imposto devido deve aumentar à medida que o rendimento aumenta. A progressividade do ITCMD já era permitida, mas, após a reforma, passou a ser obrigatória em razão do valor a ser recebido por cada indivíduo.

2. Situações com conexão no exterior

A EC nº 123/2023 estabelece regras transitórias sobre situações com conexão no exterior até que essas questões sejam regulamentadas por lei complementar.

No caso de imóveis situados no Brasil, o ITCMD compete ao Estado em que eles estiverem situados, independentemente do local de domicílio das partes envolvidas.

Na doação de outros bens e direitos (exceto imóveis), se o doador for residente no Brasil, incide ITCMD no Estado de seu domicílio. Caso o doador seja domiciliado no exterior, o ITCMD cabe ao Estado de domicílio do donatário (quem recebeu). Se ambos residirem no exterior, incide ITCMD no Estado em que se encontrar o bem.

Na sucessão, incide ITCMD sobre bens e direitos localizados no exterior se o falecido ou o sucessor tiverem domicílio no Brasil.

3. Competência do Estado de residência do falecido

Outra alteração trazida pela reforma é que, em caso de sucessão, o ITCMD passa a ser devido no Estado de domicílio do falecido (exceto para bens imóveis). Anteriormente, o ITCMD era devido no Estado em que o inventário era processado, o que estimulava a abertura de inventários extrajudiciais em Estados com alíquotas mais baixas.

Assim, os Estados deverão promover alterações em suas legislações para refletirem as mudanças trazidas pela reforma, ocasião em que poderá ocorrer, inclusive, aumento da carga tributária atual. Em São Paulo, por exemplo, tramita o Projeto de Lei nº 7/2024, que prevê a alteração da alíquota atual de 4% para uma tabela progressiva que varia de 2% a 8%.

Em paralelo, tramita no Senado o Projeto de Resolução do Senado nº 57/2019, que prevê a alteração da alíquota máxima atual de 8% para 16%.

A possibilidade de aumento na tributação sobre heranças e doações tem provocado aumento no interesse pelo planejamento sucessório, fazendo com que muitas famílias busquem a antecipação da transferência do patrimônio, evitando que a transmissão ocorra no futuro, quando a transferência poderá estar sujeita a uma tributação mais elevada.

No entanto, o planejamento sucessório requer análise cuidadosa dos instrumentos que melhor atendam aos objetivos da família, exigindo compreensão dos custos e da burocracia para sua implementação e manutenção, bem como de seus impactos tributários. Devido à complexidade do tema, é fundamental contar com o auxílio de um especialista.

Luciana Pantaroto é planejadora financeira pessoal e possui a certificação CFP (Certified Financial Planner), concedida pela Planejar - Associação Brasileira de Planejamento Financeiro
E-mail: luciana@dianpantaroto.com.br

Supremo
Ministros voltam a julgar regras para execução trabalhista
E2

Opinião Jurídica
Análise da ilegalidade do aumento da TCFA
E2

OAB-SP
Dezenove bancas são premiadas por valorizar mulheres
valor.globo.com/legislacao

Tributário Projeto de lei prevê a criação de um comitê e de um fórum de harmonização das regras da Contribuição (CBS) e do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS)

Reforma prevê mecanismos para evitar litígios sobre novos tributos

Jéssica Sant'Ana e Beatriz Olivon
De Brasília

O principal projeto de lei de regulamentação da reforma tributária (PLP nº 68/2024) prevê a criação de um comitê e de um fórum de harmonização das regras da Contribuição (CBS) e do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que entrarão em vigor a partir de 2027. O primeiro colegiado será formado por representantes dos Fiscos e do Comitê Gestor do IBS e o segundo, pelas procuradorias da União, Estados e municípios. O objetivo é que essas duas instâncias atuem em conjunto para garantir que haja um único entendimento sobre a aplicação dos tributos, prevenindo litígios e insegurança jurídica.

As duas novas instâncias, que ainda serão criadas, vão atuar, por exemplo, quando houver interpretação diferente dada pela União e pelo Comitê Gestor do IBS. A CBS e o IBS terão um mesmo regramento, mas há a possibilidade de haver divergência entre os contribuintes e os entes sobre a aplicação desses tributos. É nesse contexto que serão criados o comitê e o fórum, que buscarão harmonizar o entendimento.

O fórum poderá ser provocado pelo presidente do Comitê Gestor e pelo ministro da Fazenda, enquanto o projeto de lei não delimitou a iniciativa para provocação do comitê de harmonização, que deverá atuar de ofício, se não houver mudanças no texto da proposta. As reuniões serão periódicas, observado o quórum de participação mínimo de três quartos dos representantes. As decisões serão por consenso entre os presentes.

WASHINGTON COSTA/MF

> "Não faz sentido União e Comitê Gestor terem interpretações jurídicas diferentes"
> *Leonardo Alvim*

As resoluções que forem aprovadas pelo comitê de harmonização terão de ser seguidas pelas administrações tributárias da União, dos Estados e dos municípios. Já as resoluções do fórum valerão para as procuradorias da Fazenda Nacional e dos entes subnacionais. Também pode haver ato conjunto do comitê e do fórum de harmonização. Nesse caso, o entendimento deverá ser aplicado para os Fiscos e as procuradorias.

"São [o comitê e o fórum] um incentivo à harmonização. Não faz sentido o Comitê Gestor [do IBS] e União terem interpretações jurídicas diferentes de tributos que são gêmeos. Então, espero que a cada apontamento de divergência, tudo seja rapidamente harmonizado, que o contribuinte não tenha sinais diferentes", afirma Leonardo Alvim, procurador da Fazenda Nacional e assessor do advogado-geral da União para questões tributárias. Ele é membro da Comissão de Sistematização criada pelo governo para tratar dos projetos de regulamentação da reforma tributária.

Alvim esclarece que não há uma obrigatoriedade de harmonização, mas ela será importante para garantir isonomia e evitar judicialização. Não há uma definição para o início do funcionamento das duas novas instâncias, mas deve acontecer tão logo entrem em vigor os novos tributos.

Os dois colegiados não vão substituir o trabalho que já é hoje desempenhado pela Receita Federal ao responder consultas públicas de contribuintes, nem o da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que tem como missão a interpretação da legislação tributária e o assessoramento dos órgãos do Executivo.

A novidade é que será acrescida a participação da Receita e da PGFN no comitê e no fórum de harmonização, respectivamente, com o objetivo de manter a simetria de tratamento entre os dois tributos. A harmonização buscada será para a edição e aplicação de normas, interpretações, obrigações acessórias e procedimentos relativos.

O ganho maior será para os Estados, já que alguns adotam modelo de interpretação da legislação realizada somente pelas secretarias de Fazenda, sem a participação das respectivas procuradorias estaduais. "O modelo federal, por sua vez, tem a atividade de interpretação da legislação tributária realizada pela PGFN e pela RFB [Receita Federal], o que reforça a segurança jurídica e o princípio da legalidade", explicou a PGFN. Há, ainda, a Câmara de Promoção de Segurança Jurídica no Ambiente de Negócios (Sejan), que atua para resolver divergências entre órgãos da administração pública federal — que podem, inclusive, ser apontados por contribuintes.

"No âmbito estadual e municipal, é um ganho imensurável [a criação do comitê e do fórum de harmonização]. Você tem um lugar para fazer a interpretação", diz Alvim, já que o IBS será aplicado a todos os Estados e municípios, ao contrário do ICMS e do ISS, com regramentos distintos.

Para a advogada Thais Shingai, sócia no Mannrich e Vasconcelos Advogados, "existirem estruturas eficientes para os tributos serem o espelho um do outro é essencial para que o sistema funcione como deveria". Por isso, acrescenta, estruturas como o comitê e o fórum de harmonização são muito importantes.

Segundo Maria Raphaela Matthiesen, do mesmo escritório, ficou faltando apenas a questão do contencioso em si. "Havia a expectativa no PLP 108 [do Comitê Gestor] que houvesse algum órgão dedicado a harmonização de jurisprudência administrativa", diz.

Já a advogada Ana Carolina Brasil Vasques, fundadora do escritório Brasil Vasques Advogados, destaca que a criação do fórum e, principalmente, do comitê é relevante, mas não obrigatória. "Estamos falando de tributos gêmeos, se tivermos interpretações diferentes teremos mais complexidade, que é contra a base da reforma", afirma. "A interpretação é o que mais causa instabilidade tributária."

De acordo com a advogada, ainda não está totalmente claro quando será usado o comitê e seria relevante existir a obrigatoriedade. "Poderia haver a previsão de que o contribuinte não pode ser autuado enquanto o entendimento não for harmonizado", diz.

Em nota técnica, a Procuradoria-Geral de Goiás alerta para "potencial submissão" do comitê de harmonização aos interesses da União, já que as disposições comuns ao IBS e à CBS serão aprovadas por ato conjunto do Comitê Gestor do IBS e pela União. Também há uma crítica ao poder dado ao Comitê Gestor na indicação dos nomes participantes do comitê e do fórum.

Procurados, Receita Federal e o Comsefaz (Comitê Nacional de Secretários de Fazenda dos Estados e dos Distrito Federal) não deram retorno até o fechamento da edição.

Prevenção a litígios
Duas instâncias serão criadas visando a harmonização da CBS e do IBS

Comitê de Harmonização das Administrações Tributárias

Composição
- 4 representantes da Receita Federal
- 4 representantes do Comitê Gestor do IBS

Funções
- Uniformizar a regulamentação e interpretação do IBS e da CBS
- Prevenir litígios;
- Deliberar sobre obrigações acessórias e procedimentos comuns dos tributos

Fórum de Harmonização Jurídica das Procuradorias

Composição
- 4 representantes da PGFN
- 2 procuradores de Estado ou do Distrito Federal
- 2 procuradores de município ou do Distrito Federal

Funções
- Atuar como órgão consultivo do comitê de harmonização
- Analisar relevantes e disseminadas controvérsias jurídicas, suscitadas pelo Comitê Gestor ou ministro da Fazenda

Fonte: PLP 68/2024

Recuperações judiciais adotam novo formato de leilão

Marcela Villar
De São Paulo

O Judiciário tem validado um novo formato de leilão para a venda de ativos na recuperação judicial. Em recente decisão, a 1ª Vara de Recuperações Judiciais e Falências de São Paulo autorizou a venda da operação da Starbucks, da SouthRock Capital, por meio da modalidade chamada de "stalking horse" — que garante vantagens a um dos participantes. Nesse caso, a Zamp, que administra o Burguer King e Popeye, terá prioridade na aquisição da rede de cafeterias.

Importada do direito americano, a figura do stalking horse ou "cavalo de perseguição", na tradução para o português, funciona como um pré-acordo. A empresa que quer vender o ativo busca um investidor no mercado antes de levá-lo a leilão. Esse investidor faz a avaliação do bem e apresenta uma oferta inicial, que servirá como preço-base para o certame.

Em troca, a vendedora pode oferecer vantagens. Definir, por exemplo, que ele terá preferência se um terceiro apresentar a mesma proposta ou, em caso de oferta maior, terá o direito de cobrir e concluir a venda. É possível, além disso, fixar o que se chama de "break-up fee". Serve para o caso de o investidor sair derrotado. Trata-se de um percentual a ser pago para cobrir os custos que teve com a avaliação do ativo.

Esse formato foi usado pela primeira vez na recuperação judicial da Oi, quando o consórcio formado pela TIM, Claro e Vivo levou a operação da rede móvel por R$ 16,5 bilhões. Foi validado pelo Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) em 2022, na recuperação judicial do Grupo Estre, de limpeza urbana. Empresas como a Livraria Cultura, UTC Participações, Avianca e Renova Energia também já venderam ativos dessa forma.

Alguns advogados avaliam esse tipo de venda como positiva, pois o investidor fica mais seguro. Já outros veem como "estratégia jurídica" para aparentar concorrência, que, muitas vezes, na prática, não se concretiza, pois o prazo para o envio de propostas pode ser curto.

No caso da SouthRock, o lance mínimo pela Starbucks é de R$ 120 milhões. O valor obtido no leilão não poderá ser direcionado para o caixa da empresa, que também detém as marcas Eataly e Subway, e deve permanecer em depósito judicial até a votação do plano de recuperação. A determinação é do juiz Jomar Juarez Amorim, da 1ª Vara de Recuperações Judiciais e Falências de São Paulo, por haver "risco de esvaziamento patrimonial".

DIVULGAÇÃO

Advogada Samantha Longo: novo formato tem dado muitos bons frutos

Ele seguiu o parecer do administrador judicial, a Laspro Consultores. A decisão terá de ser referendada pela assembleia geral de credores, marcada para o dia 31 (processo nº 1153819-28.2023.8.26.0100).

Para Amorim, há urgência em vender os ativos, porque a SouthRock não detém mais a licença para explorar a marca Starbucks. Ela opera com autorização provisória, até que seja encontrada uma solução definitiva para a transferência das atividades a novo operador.

Para ele, não haveria como esperar pela aprovação do plano. Poderia, acrescenta, transcorrer um "tempo expressivo", "com a presumível depreciação dos ativos, em detrimento da finalidade da recuperação judicial e da maximização dos interesses dos credores".

Samantha Longo, sócia do Longo Abelha Advogados e integrante do Fórum Nacional de Recuperação Empresarial e Falências (Fonaref) do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), destaca que o mais comum é o plano prever a alienação de ativos e ela ser executada depois, na fase de cumprimento. "Mas, nesse caso, a empresa tem atuado com licença provisória, então seria uma medida de urgência, para o próprio soerguimento", diz.

Segundo ela, o stalking horse é um mecanismo cada vez mais comum nas recuperações. "Tem dado muitos bons frutos", afirma. O cuidado a ser tomado, acrescenta, é garantir oportunidade para a concorrência. "É preciso ter cuidado para não deixar a proposta tão complexa a ponto de não haver outros participantes."

Três credores já se manifestaram contra a venda por meio desse formato — o Banco Modal, a Virgo e um fundo de investimento em direito creditório (FIDC), o Ativos Especiais II e III. As argumentações, porém, não foram acatadas pelo juiz.

O advogado que representa o fundo, Bruno Poppa, sócio do Tepedino, Berezowski e Poppa Advogados, diz não ser contra a operação em si, mas à falta de transparência e de limite do valor a ser pago à Zamp, em detrimento dos credores. Isso porque, na proposta, R$ 50 milhões irão para "pagamento a terceiros" e não para os credores. E a própria Zamp poderia aumentar esse limite. "É preciso ter transparência de quem vai receber os recursos, pois há o risco de ir nada para os credores", diz Poppa.

Outra peculiaridade é já ter uma data próxima para a assembleia, afirma, onde a proposta poderia ser avaliada por todos. "Já foi apresentado um cronograma e o principal aspecto da recuperação do grupo hoje é vender os pontos. Se o juiz já definiu para onde vai o recurso, quando vier a votação do plano, os credores já não têm mais nada a fazer, porque o principal já foi decidido", diz.

O Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP) opinou no mesmo sentido, para esperar a assembleia. "Não há impedimento para que a pretensão seja incluída no novo plano de recuperação judicial a ser oportunamente apresentado, hipótese em que a totalidade dos credores poderá deliberar sobre conveniência e oportunidade do contrato", afirmou o órgão, citando uma cláusula de compensação para a Zamp de 7% do valor da proposta caso ela não vença o leilão.

Procurada, a Starbucks preferiu não comentar a decisão. Zamp e SouthRock não deram retorno até o fechamento da edição.

Análise da ilegalidade do aumento da TCFA

Opinião Jurídica

Everson Santana e Mauro Cesar Pupim

Em junho de 2023, a Advocacia-Geral da União (AGU) apresentou parecer interpretativo dispondo que a definição do porte econômico da pessoa jurídica, para fins do cálculo da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental (TFCA), cobrada pelo Ibama para fiscalização de atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos naturais, é o somatório da renda bruta anual de toda a pessoa jurídica (matriz e filiais).

Antes da edição desse parecer interpretativo, o porte era considerado individualmente para cada estabelecimento sujeito à fiscalização, levando em conta o faturamento bruto anual. Para as empresas com um faturamento de até R$ 12 milhões, é devido uma taxa trimestral de R$ 1.159,35, a ser paga por cada estabelecimento fiscalizado, e para aquelas que o faturamento anual ultrapasse R$ 12 milhões é devido o pagamento de uma taxa de R$ 5.796,73.

A mudança da interpretação faz com que o faturamento anual seja a somatória do estabelecimento matriz e de suas filiais, o que consequentemente irá majorar exponencialmente a carga dos contribuintes, porque com esse somatório muitas empresas provavelmente irão ultrapassar os R$ 12 milhões, de maneira que a taxa devida por cada estabelecimento será de R$ 5.796,73, o valor máximo exigido pelo Ibama.

Segundo a AGU, o estabelecimento empresarial é todo o complexo de bens da pessoa jurídica, razão pela qual não é possível considerar individualmente o faturamento de cada filial para fixação da taxa de fiscalização. Além do referido parecer, o Ibama editou a Portaria nº 260/2023, ratificando o entendimento adotado pela AGU a fim de determinar a somatória dos faturamentos.

Porém, esse aumento da carga pretendido pelo órgão de fiscalização apresenta nítidas ilegalidades, inicialmente porque que a majoração de carga não pode se dar com base em um mero e repentino parecer da AGU, tampouco com base na portaria do Ibama, uma vez que em nosso sistema jurídico tributário há vedação expressa de aumento de carga tributária sem lei que estabeleça, conforme dispõe o artigo 150, I, da Constituição Federal de 88 e o artigo 97, II e IV do Código Tributário Nacional.

Inclusive, o Supremo Tribunal Federal (STF) possui o entendimento de que critérios para a fixação de cálculo de tributo pode ser realizado somente por lei, em sentido formal e material, não sendo possível a realização por ato infralegal (instruções normativas, portarias, ato declaratórios etc.), sob pena de ofensa ao princípio da legalidade (RE 1358771 AgR-segundo, relator (a): Roberto Barroso, 1ª Turma, julgado em 21/03/2022).

Nesse sentido, recentemente a Justiça Federal de São Paulo concedeu liminar nos autos do Mandado de Segurança nº 5013767-91.2024.4.03.6100 impetrado pelo Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp) para suspender as alterações da Taxa de Fiscalização promovidas pela Portaria Ibama nº 260/2023, sob o fundamento de que a TCFA está sujeita ao princípio da reserva legal. De acordo com a decisão, a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental, por se tratar de um tributo, está submetida ao princípio da reserva legal, que é constitucionalmente estabelecido pelo artigo 150, inciso I, da Constituição Federal, e pelo artigo 97, inciso I, do Código Tributário Nacional. Nesse contexto específico, a parte ré não teria a prerrogativa de exceder seu poder regulamentar para promover um aumento no valor da taxa, uma vez que isso constituiria uma violação do que é estipulado na legislação tributária vigente, o que torna ilegal a alteração realizada pelo Ibama.

Por outro lado, além do aumento da carga tributária realizado via portaria, na contramão ao que dispõe a Constituição e o CTN, é possível notar uma evidente incoerência no fato do Ibama entender que as filiais não possuem personalidade jurídica autônoma para fins de apuração da base de cálculo da taxa, alegando que a base de cálculo do tributo é o faturamento da pessoa jurídica como um todo, entretanto, está exigindo o pagamento individual da taxa por cada estabelecimento.

Ora, se a AGU defende que a base de cálculo da taxa é todo o patrimônio da pessoa jurídica, porque a filial não tem personalidade distinta da matriz, então logicamente essa taxa só pode ser cobrada unicamente da matriz da empresa a cada três meses. Isso porque, se as filiais não possuem natureza jurídica própria distinta da matriz, o Ibama está fiscalizando apenas um único estabelecimento empresarial, pois conforme colocado pela AGU as filias não são sujeitos de direitos.

O raciocínio é simples, se as filiais não são sujeitos de direitos, obviamente não são sujeitos de deveres, não podendo integrar o polo passivo de uma relação jurídico-tributária, visto que não possuem personalidade jurídica própria, de maneira que o pagamento realizado pelas filiais implicaria cobrança em duplicidade da TCFA. Inclusive, o Superior Tribunal de Justiça possui o entendimento de que para fins tributários as filiais não possuem autonomia jurídica própria.

Assim, entendemos que há viabilidade de questionamento do aumento da TCFA no Poder Judiciário, visando suspender imediatamente a cobrança, tendo em vista que a majoração da carga não foi realizada por meio de lei, bem como, por outro lado, considerando a própria linha de raciocínio da AGU, obter a declaração de que a taxa trimestral de fiscalização deve ser exigida apenas do estabelecimento matriz da empresa, e não de todas as filiais.

Everson Santana e Mauro Cesar Pupim são, respectivamente, advogado Tributário no Mandaliti; e coordenador da área Tributária no Mandaliti

Trabalhista Ministros discutem inclusão, nessa fase, de sócios ou empresas para o pagamento de dívida

STF volta a julgar regras para execução trabalhista

Adriana Aguiar
De São Paulo

O Supremo Tribunal Federal (STF) retomou, no Plenário Virtual, julgamento sobre a possibilidade de inclusão, na fase de cobrança (execução), de sócios ou empresas que supostamente pertenceriam ao mesmo grupo econômico do empregador condenado. São quase 110 mil ações trabalhistas paradas aguardando o desfecho dessa análise.

O relator, ministro Dias Toffoli, tinha feito um destaque, em fevereiro, para levar o julgamento para o plenário físico, mas mudou de ideia. O caso só deve ser finalizado no dia 6 de agosto, após a volta do recesso do Judiciário.

Toffoli, com a retomada do julgamento, reviu parcialmente o seu voto. Antes dizia apenas ser contra a inclusão automática de sócios e empresas e abria a possibilidade de defesa por meio do chamado Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica (IDPJ) — que seria praticamente um processo à parte, onde terceiros discutem se devem responder por dívida. Agora, defende que apenas situações excepcionais, qualificadas pelo abuso da personalidade jurídica, poderão motivar o incidente de desconsideração, conforme prevê o artigo 50 do Código Civil.

Ele já foi seguido pelo ministro Alexandre de Moraes. O processo em repercussão geral (Tema nº 1232) envolve a Rodovias das Colinas. A discussão se dá porque o artigo 513 do Código de Processo Civil (CPC) diz que "o cumprimento da sentença não poderá ser promovido em face do fiador, do coobrigado ou do corresponsável que não tiver participado da fase de conhecimento" — ou seja, desde o início da tramitação do processo.

A ideia é saber se esse dispositivo deve ou não ser adotado na Justiça do Trabalho, que, tradicionalmente, inclui na fase de execução, quando não localiza bens do devedor original, sócios ou outras empresas consideradas do mesmo grupo econômico.

> "Novo voto do relator representa uma mudança radical na jurisprudência"
> *Luciano A. Pinheiro*

De acordo com o advogado da Rodovias das Colinas, Daniel Dias, do escritório Machado Meyer, o ajuste no voto do relator é importante porque o entendimento que prevalece atualmente na Justiça do Trabalho é que o mero inadimplemento do devedor principal é suficiente para o direcionamento da execução a sócios e outras empresas ditas do mesmo grupo econômico. Contudo, acrescenta, "não se sabe como a Justiça do Trabalho irá interpretar os requisitos dispostos no artigo 50 do Código Civil, a partir das balizas indicadas no voto do ministro Dias Toffoli, caso a proposta de voto seja vencedora".

Mesmo com a alteração, destaca, o problema poderá não ser efetivamente resolvido. Com a proposta de voto atual, afirma, as empresas incluídas apenas em fase de execução continuam tendo seu direito ao contraditório e ampla defesa violado, já que contra decisão em incidente de desconsideração de personalidade jurídica cabe recurso na execução, com as mesmas limitações atuais .

Luciano Andrade Pinheiro, sócio do Corrêa da Veiga Advogados, afirma que o novo voto do ministro Dias Toffoli representa uma mudança radical na jurisprudência sobre o tema, especialmente se considerada a posição da Justiça do Trabalho. "Hoje, os tribunais trabalhistas autorizam a inclusão, no polo passivo de execuções trabalhistas, de empresas integradas ao grupo econômico da devedora executada, independentemente da instauração de incidente de desconsideração da personalidade jurídica ou de sua prévia participação na ação de conhecimento."

Pinheiro explica que a Justiça do Trabalho adota a chamada "Teoria Menor", prevista no Código de Defesa do Consumidor. Entende que a desconsideração da personalidade jurídica é decorrência imediata da existência de dívida. Já o voto de Toffoli, diz, defende que a inclusão de outras empresas no polo passivo da execução depende, impreterivelmente, da instauração do incidente de desconsideração. "Ou seja, que se observe a Teoria Maior, adotada no Código Civil, que exige a demonstração de abuso da personalidade jurídica, assim entendido como desvio de finalidade ou confusão patrimonial. Representa um grande avanço."

Assurant Seguradora S.A.

CNPJ/MF nº 03.823.704/0001-52 - NIRE 35.300.191.617

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de março de 2024

Aos 27/03/2024, às 14h, na sede da Assurant Seguradora S.A., a presença da totalidade dos membros do conselho de administração da Companhia. **Deliberações: (a)** aprovar as Políticas listadas abaixo: **(i)** Política de Compliance e conformidade da Companhia, conforme disposto no **Anexo I** à presente ata; **(ii)** Política de Gestão de Riscos e Controles Internos, conforme disposto no **Anexo II** à presente ata; **(iii)** Política de Subscrição da Companhia, conforme disposto no **Anexo III** à presente ata; **(iv)** Política de Regulação e Liquidação de Sinistros da Companhia, conforme disposto no **Anexo IV** à presente ata; **(v)** Política de Prevenção ao Crime de Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo da Companhia, conforme disposto no **Anexo V** à presente ata; **(vi)** Política Base de Dados de Perdas Operacionais, conforme disposto no **Anexo VI** à presente ata; **(vii)** Política do Teste de Adequação do Passivo, conforme disposto no **Anexo VII** à presente ata; **(viii)** Política de Desenvolvimento de Produto, conforme disposto no **Anexo VIII** à presente ata; **(ix)** Política de Investimentos da Companhia, conforme disposto no **Anexo IX** à presente ata; **(x)** Política de Liquidez da Companhia, conforme disposto no **Anexo X** à presente ata; e **(xi)** Política Complementar de Segurança da Informação, conforme disposto no **Anexo XI** à presente ata. **(b)** aprovar e consolidar o Apetite por Risco da Companhia, conforme disposto no **Anexo XII** à presente ata, em atendimento à Resolução Susep n° 421/2021. **(c)** manifestar ciência acerca do Relatório de efetividade da Companhia, conforme disposto no **Anexo XIII** à presente ata, em atendimento à Circular Susep n° 612/2020; **(d)** manifestar ciência acerca do Relatório de Compliance da Companhia, conforme disposto no **Anexo XIV** à presente ata, em atendimento à Resolução CNSP 416/2021. **6) Documentos Arquivados:** Foram arquivados na sede da Companhia, devidamente autenticados pela Mesa, os documentos submetidos à apreciação da Assembleia, referidos nesta ata. **7) Encerramento:** Nada mais a tratar. São Paulo (SP), 27/03/2024. Mesa: **Vladimir Freneda Rodriguez** - Presidente; **Adelmo de Moura Machado -** Secretário. **JUCESP** nº 204.772/24-2 em 17/05/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA 1ª SÉRIE DA 14ª EMISSÃO (IF CRA019004MY) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 17 DE JULHO DE 2024

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª Série da 14ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRA", "CRA" e "Emissora", respectivamente), nos termos do "*Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio da 1ª Série da 14ª Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Opea Securitizadora S.A., Lastreados em Créditos do Agronegócio Devidos pela Tecsoil Automação e Sistemas S.A.*", celebrado em 23 de agosto de 2019, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRA ("Assembleia"), a realizar-se, em primeira convocação, no dia **17 de julho de 2024**, às **11:00 horas**, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRA devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre a seguinte matéria da Ordem do Dia: **(i)** A concessão de anuência, afastando-se assim os efeitos do vencimento antecipado do CDCA, previsto no item "(ix)" da Cláusula 9.2, do CDCA, e, consequentemente, afastando-se o resgate dos CRA, nos termos da Cláusula 12.5.1.1 do Termo de Securitização, de forma a autorizar a celebração de novo acordo de acionistas da Stec Participações S.A., controladora da Emitente, para implementação de alterações decorrentes da consumação de futura rodada de investimentos com emissão de ações. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Titulares dos CRA de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRA que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRA 1ª Série da 14ª Emissão - IF CRA019004MY), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos) até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia, Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRA; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRA (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Os Titulares dos CRA poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRA ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação. Adicionalmente, o Titular dos CRA ou seu procurador deverá informar à Emissora e o Agente Fiduciário, previamente à realização da assembleia, a respeito da existência de eventual conflito de interesse entre o Titular dos CRA com a(s) matérias objeto da Ordem do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRA ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRA, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. São Paulo, 27 de junho de 2024.
OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

FERNANDO JOSE CERELLO G. PEREIRA, Leiloeiro(a) inscrito(a) na JUCESP sob o nº 844, com escritório à Alameda Santos, nº 787 – Conjunto 132, Bairro Jardim Paulista – São Paulo/SP, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **ITAÚ UNIBANCO S/A**, doravante designado **VENDEDOR**, inscrito no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setubal, na Cidade de São Paulo/SP, nos termos do Instrumento Particular nº 10121328604, datado de 30/09/2011, no qual figuram como fiduciantes **Paulo Taufik Daud**, RG nº 14.184.164-3-SSP-SP, CPF nº 073.471.758-01, analista de sistemas, e sua mulher **Renata Furquim de Campos Daud**, RG nº 11.190.444-4-SSP-SP, CPF nº 082.060.338-40, engenheira civil, brasileiros, casados sob o regime da comunhão parcial de bens, na vigência da Lei nº 6.515/77, residentes e domiciliados na cidade de São Paulo – SP, levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, **no dia 08 de julho de 2024, às 15h00**, endereço leiloeiro, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 3.278.285,51 (três milhões, duzentos e setenta e oito mil e duzentos e oitenta e cinco reais e cinquenta e um centavos)**, o imóvel a seguir descrito, com propriedade consolidada em nome do Credor Fiduciário, constituído pelo Apartamento nº 32, localizado no 3º andar do Condomínio Edifício Summit Alto de Pinheiros, à Rua Pio XI, nº 1.784 – Bairro Alto de Pinheiros, São Paulo/SP, com a área privativa de 198,020m², já incluída a área de 2,590m² correspondente ao hall social e 3,970m² correspondente ao depósito nº 29 localizado no 2º subsolo e a área comum de 223,213m², já incluída a área referente a 4 vagas indeterminadas na garagem coletiva localizada nos subsolos, perfazendo a área total de 421,233m², cabendo-lhe a fração ideal de 2,97138% no terreno objeto da matrícula nº 116.997. **O imóvel encontra-se melhor descrito e caracterizado na matrícula nº 126.605 do 10º Oficial de Registro de Imóveis da Comarca da Capital do Estado de São Paulo – SP.** Obs.: (i) Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o dia **18 de julho de 2024, às 15h00**, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 1.639.142,76 (um milhão, seiscentos e trinta e nove mil e cento e quarenta e dois reais e setenta e seis centavos)**. Todos os horários estipulados neste edital, no site do leiloeiro (www.megaleiloes.com.br), em catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação consideram o horário oficial de Brasília-DF. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico ou por edital, se aplicável, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do site www.megaleiloes.com.br, respeitado o lance mínimo e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão, com exceção do devedor fiduciante, que poderá adquirir o imóvel preferencialmente em 1º e 2º leilão. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.megaleiloes.com.br, e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção HABILITE-SE, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão presencial, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. O proponente vencedor por meio de lance on-line ou presencial terá prazo de 24 horas depois de comunicado expressamente pelo leiloeiro acerca da efetiva arrematação do imóvel, condicionada ao não exercício do direito de preferência pelo devedor fiduciante, para efetuar o pagamento, por meio de transferência bancária, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro correspondente a 5% sobre o valor do arremate. **A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil**. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto n° 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto n° 22.427 de 1° de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.

megaleilões

BANCO HONDA S.A. - CNPJ nº 03.634.220/0001-65 - NIRE 35.300.176.227

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE 01 DE ABRIL DE 2024

DATA, HORA, LOCAL: 1º (primeiro) de abril de 2024, às 09:00 (nove horas) na sede social, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Doutor José Áureo Bustamante, 377, 3º andar, Santo Amaro, CEP 04710-090. **COMPARECIMENTO: (i)** Acionista detentora da totalidade do capital social, **HONDA SOUTH AMERICA LTDA.**, neste ato representada por seu Diretor Vice-Presidente, Sr. Masaichi Kobayashi; **(ii)** o Diretor Presidente da Companhia, Sr. **Rodrigo Noboru Gondo**; e **(iii)** a advogada Fernanda Julio Platero, OAB/SP 190.208. **CONVOCAÇÃO:** Dispensadas as formalidades de convocação, conforme autorizado pelo artigo 124, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404/76. **MESA:** Presidente: Sr. Rodrigo Noboru Gondo; e Secretária: Sra. Fernanda Julio Platero. **ORDEM DO DIA: (a)** Eleger o Sr. **Arata Ichinose** para o cargo Diretor Executivo; **(b)** Eleger o Sr. **Fabio Luiz Lourenço Favaron** para o cargo de Diretor; e **(c)** Ratificar a composição da Diretoria da Companhia. **DELIBERAÇÕES:** Iniciados os trabalhos, o Sr. Presidente da Mesa determinou a lavratura da presente Ata na forma de sumário. Na sequência, foram aprovadas pela única acionista as seguintes matérias, constantes da Ordem do Dia: **(a)** A eleição do Sr. **Arata Ichinose**, japonês, casado sob as leis do Japão, engenheiro, portador do Registro Nacional Migratório RNM nº B0580374 e inscrito no CPF sob o nº 044.564.591-15, com endereço profissional na Rua Doutor José Áureo Bustamante, 377, Santo Amaro, CEP 04710-090, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, para ocupar o cargo de Diretor Executivo, com mandato que vigorará até a Assembleia Geral Ordinária de 2025, que deliberar sobre as contas do exercício social a se encerrar em 31/12/2024. **Fica estabelecido que a posse efetiva no cargo está condicionada: à homologação da eleição pelo Banco Central do Brasil; e à obtenção de autorização de residência no País, na modalidade de concomitância, a ser concedida pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública – Secretaria Nacional de Justiça/Departamento de Migrações/Coordenação Geral de Imigração Laboral**. **(b)** A eleição do Sr. **Fabio Luiz Lourenço Favaron**, brasileiro, casado, administrador, portador da Carteira de Identidade RG nº 20.473.627-4 SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº 289.698.008-32, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, com endereço profissional na Rua Doutor José Áureo Bustamante, 377, Santo Amaro, CEP 04710-090, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, para ocupar o cargo de Diretor, com mandato que vigorará até a Assembleia Geral Ordinária de 2025, que deliberar sobre as contas do exercício social a se encerrar em 31/12/2024. **Fica estabelecido que a posse efetiva no cargo está condicionada à homologação da eleição pelo Banco Central do Brasil**. **DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO:** Os Diretores eleitos acima declaram, sob as penas da lei, não estar impedidos, por lei especial, de exercer a administração da Companhia, nem condenados ou sob efeitos de condenação a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita, suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. **(c)** Tendo em vista as deliberações tomadas na Assembleia Geral Extraordinária de 01/03/2024 e as eleições dos Srs. **Arata Ichinose** e **Fabio Luiz Lourenço Favaron**, referidas acima, fica ratificada a composição da Diretoria da Companhia, pelos seguintes membros, todos com mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2025, que deliberar sobre as contas do exercício social a se encerrar em 31/12/2024: **Diretor Presidente: Rodrigo Noboru Gondo**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Carteira de Identidade RG nº 22.652.460-7 SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº 164.215.018-50; **Diretor Executivo: Arata Ichinose**, qualificado acima; e **Diretores: Masaichi Kobayashi**, japonês, maior, solteiro, administrador, portador Registro Nacional Migratório RNM nº F599669J DPF/PCA/SP e inscrito no CPF sob o nº 717.784.331-03; **Sergio Luiz Cruz**, brasileiro, casado, diretor de tecnologia da informação, portador da Carteira de Identidade RG nº 12.345.538-8, inscrito no CPF sob o nº 048.477.708-46; e **Fabio Luiz Lourenço Favaron**, qualificado acima; Todos com endereço profissional na Rua Doutor José Áureo Bustamante, 377, Santo Amaro, CEP 04710-090, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo. Fica consignado que o cargo de Diretor Vice-Presidente permanecerá vago. **ENCERRAMENTO:** Nada mais sendo tratado, lavrou-se a Ata, a qual, depois de lida, foi aprovada pelos acionistas e assinada pelos membros da Mesa. **ASSINATURAS:** Rodrigo Noboru Gondo – Presidente da Mesa; e Fernanda Julio Platero – Secretária da Mesa. Acionista: Honda South America Ltda. – representada pelo Sr. **Masaichi Kobayashi** – Diretor Vice-Presidente. São Paulo (SP), 01 de abril de 2024. **HONDA SOUTH AMERICA LTDA. Masaichi Kobayashi** – Diretor Vice-Presidente, **Rodrigo Noboru Gondo -** Presidente da Mesa, **Fernanda Julio Platero -** Secretária da Mesa. **BANCO HONDA S.A. Rodrigo Noboru Gondo** – Diretor Presidente, **Arata Ichinose -** Diretor Executivo Eleito, **Fabio Luiz Lourenço Favaron -** Diretor Eleito. JUCESP nº 225.699/24-2 em 20.06.2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Banco Citibank S.A.

CNPJ/MF nº 33.479.023/0001-80 - NIRE 35.300.028.716

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 03 de Junho de 2024

Data, Hora e Local: No dia 03 de junho de 2024, às 09h30min, na sede social do Banco Citibank S.A., localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1.111, 2º andar - parte, Bela Vista, CEP 01311-920 ("Sociedade"). **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação tendo em vista a presença de acionistas representando a totalidade do capital social da Sociedade, conforme assinaturas constantes no Livro de Presença de Acionistas. **Mesa:** Presidente: Rodrigo Barone Costa; Secretário: Ricardo Meister Martins. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre (i) a destituição da Sra. **Maria Fernanda Lara Kantor**, qualificada abaixo, dos cargos de Diretora Executiva e membro do Comitê de Auditoria da Sociedade e a consolidação da composição dos respectivos órgãos da Sociedade. **Deliberações Unânimes:** Após análise e discussão das matérias constantes da ordem do dia, os acionistas resolveram, por unanimidade de votos e sem ressalvas: 1. Autorizar a lavratura da presente ata na forma de sumário, nos termos do artigo 130, §1º, da Lei nº 6.404/76. 2. Destituir do cargo de Diretora Executiva da Sociedade a Sra. **Maria Fernanda Lara Kantor**, brasileira, casada, administradora, portadora da cédula de identidade RG nº 25.293.599-8 SSP/SP e inscrita no CPF/MF sob o nº 285.685.338-25, residente e domiciliada no Estado de São Paulo. 2.1. Consolidar a nova composição da Diretoria da Sociedade, em decorrência da deliberação precedente, com mandato até a data da realização da Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, a saber: como Diretor Presidente: o Sr. **Marcelo Trevizani Marangon,** brasileiro, casado, administrador, portador da cédula de identidade RG nº 11.073.350-2 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 136.793.918-62; e **(B)** como Diretores Executivos: os Srs. (i) **Adalberto Tripoli Barbosa,** brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 19.316.347-0 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 103.938.288-67; (ii) **Adriano Marques Milani,** brasileiro, casado, engenheiro mecânico, portador da cédula de identidade RG nº 23.168.802-7 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 278.299.078-03; (iii) **Alexandre Pereira Rodrigues de Sa Castanheira,** brasileiro, casado, bancário, portador da cédula de identidade RG nº 22.345.866-1 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 176.430.958-84; (iv) **Andre Del Bel Cury,** brasileiro, casado, bancário, portador da cédula de identidade RG nº 29.001.909 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 277.612.468-66; (v) **Edson Gonçalves Pereira Filho,** brasileiro, divorciado, analista de sistemas, portador da cédula de identidade RG nº 17.443.237-9 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 130.089.238-28; (vi) **Eduardo Miszputen,** brasileiro, casado, bancário, portador da cédula de identidade RG nº 9.945.524 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 148.400.198-27; (vii) **Frederico Leonel Barbosa da Silva,** brasileiro, casado, bancário, portador da cédula de identidade RG nº 50.940.320-7 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 265.229.618-30; (viii) **Luciana Marqueto Miranda,** brasileira, casada, advogada, portadora da cédula de identidade RG nº 20.196.761-3 SSP/SP e inscrita no CPF/MF sob o nº 163.009.448-08; (ix) **Marco Aurélio Ponce,** brasileiro, casado, bancário, portador da cédula de identidade RG nº 18.189.298-4 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 118.028.938-22; (x) **Miguel Faco Queen,** brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade RG nº 10.138.994-2 IFP/RJ e inscrito no CPF/MF sob o nº 796.055.087-53; (xi) **Ricardo Meister Martins,** brasileiro, casado, bancário, portador da cédula de identidade RG nº 43.484.212-6 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 362.048.068-07; (xii) **Ricardo Nobuiti Yuki,** brasileiro, em união estável, economista, portador da cédula de identidade RG nº 19.975.236-9 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 127.100.378-31; (xiii) **Roberto Paolino,** brasileiro, casado, engenheiro mecânico, portador da cédula de identidade RG nº 10.202.495-9 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 175.035.168-44; (xiv) **Rodrigo Barone Costa,** brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade RG nº 29.207.208-9 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 300.563.108-70, também responsável por assuntos financeiros; (xv) **Ronaldo Gouvea Cunha,** brasileiro, casado, bancário, portador da cédula de identidade RG nº 21.395.368 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 079.102.498-96; e (xvi) **Victor Frias de Oliveira Alge,** brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade RG nº 44.940.511, SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 337.570.728-20, todos residentes e domiciliados no Estado de São Paulo, com endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1.111, Bela Vista, CEP 01311-920. 2.2. Os acionistas consigam que a posse e o exercícios dos eleitos, os Srs. **Andre Del Bel Cury, Frederico Leonel Barbosa da Silva, Miguel Faco Queen, Ricardo Nobuiti Yuki, Ronaldo Gouvea Cunha** e **Victor Frias de Oliveira Alge,** qualificados acima, para os cargos de Diretores Executivos da Sociedade, bem como a reeleição dos demais Diretores Executivos indicados acima, conforme deliberação ocorrida nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Sociedade, realizadas em 30 de abril de 2024, encontra-se pendente de autorização pelo Banco Central do Brasil, de acordo com o disposto na Resolução CMN nº 4.970, de 25 de novembro de 2021 e da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964. 3. Destituir como membro do Comitê de Auditoria, a Sra. **Maria Fernanda Lara Kantor,** qualificada acima, sendo a membra que possui conhecimentos na área de contabilidade ("membro qualificado"). 3.1. Consolidar a nova composição do Comitê de Auditoria da Sociedade, em decorrência da deliberação precedente, com mandato unificado até a data da realização da Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2027, a saber: (i) **Alvaro Jorge Fontes de Azevedo,** brasileiro, casado, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 57.597.098 SESP/RJ e inscrito no CPF/MF sob o nº 809.204.977-72, sendo indicado como o membro que possui conhecimentos na área de contabilidade; (ii) **Eduardo Miszputen,** brasileiro, casado, bancário, portador da cédula de identidade RG nº 9.945.524 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 148.400.198-27, e (iii) **Marcelo Martins de Oliveira Pinheiro,** brasileiro, casado, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 16.628.515 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 051.881.618-42; todos residentes e domiciliados na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na mesma Cidade, na Avenida Paulista, nº 1.111, Bela Vista, CEP 01311-920. 3.2. Os acionistas consigam que a posse e o exercícios dos eleitos, os Srs. **Marcelo Martins de Oliveira Pinheiro** e **Alvaro Jorge Fontes de Azevedo** como membros do Comitê de Auditoria da Sociedade, conforme deliberação ocorrida na Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 30 de abril de 2024, encontra-se pendente de autorização pelo Banco Central do Brasil, de acordo com o disposto na Resolução CMN nº 4.970, de 25 de novembro de 2021 e da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964. **Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a assembleia e lavrada a presente ata que, aprovada pelos presentes, foi por todos assinada. São Paulo/SP, 03 de junho de 2024. (Ass.) Presidente: Rodrigo Barone Costa. Secretário: Ricardo Meister Martins. Acionistas: Citigroup Asia Pacific Holding LLC, por Rodrigo Barone Costa; e Chelsea Participações Societárias e Investimentos Ltda., por Eduardo Miszputen e Rodrigo Barone Costa. A presente é cópia fiel da ata lavrada no Livro de Atas de Assembleias Gerais da Sociedade. São Paulo/SP, 03 de junho de 2024. **Ricardo Meister Martins -** Secretário. **JUCESP** nº 253.924/24-8 em 25/06/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 0032910252024

UASG - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 90115/2024.
Nº Processo: 024.00070405/2024-11.
Objeto: Aquisição de Dieta - Complemento Alimentar para atendimento do Programa do Componente Especializado.
Total de Itens Licitados: 01 (um) item licitado.
Valor total da licitação: sigiloso.
Disponibilidade do edital: 01/07/2024.
Horário: das 08h00 às 18h00.
Endereço: Av. Dr. Eneias de Carvalho Aguiar, 188 - Cerqueira César - São Paulo.
Link do PNCP: https://www.gov.br/pncp/pt-br.
Entrega das Propostas: a partir de 02/07/2024 às 08h00 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 16/07/2024 às 09h30 no site: www.gov.br/compras.

DOTZ S.A.

Companhia Aberta - CNPJ/ME nº 18.174.270/0001-84 - NIRE 35.300.453.166 - Código CVM 02583-6

Edital de Convocação da Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convocados os Senhores Acionistas da Dotz S.A. ("Companhia") a se reunirem na assembleia geral extraordinária a ser realizada, às 16h00 do dia 29 de julho de 2024 ("Assembleia" ou "AGE"), de modo exclusivamente digital, para examinar, discutir e votar sobre as seguintes matérias constantes da ordem do dia: (1) deliberar sobre a alteração do número de assentos do Conselho de Administração fixado para o mandato em curso; (2) deliberar acerca da independência de candidato para o cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia; (3) deliberar sobre a eleição de 02 (dois) novos membros para o Conselho de Administração da Companhia; (4) deliberar sobre a exclusão do cargo de Diretor-Presidente de Operações (COO), com a consequente alteração do caput do Artigo 20º, do Parágrafo Segundo do Artigo 21 e da exclusão do Parágrafo Segundo do Artigo 25º do Estatuto Social, com a consequente renumeração dos demais parágrafos, do Estatuto Social; (5) deliberar sobre a alteração do art. 5º do Estatuto Social da Companhia, para refletir o aumento do capital social homologado na Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 24 de maio de 2024; (6) deliberar sobre a reforma e consolidação do Estatuto Social da Companhia para refletir as alterações previstas nos itens (4) e (5) acima; (7) deliberar sobre a ratificação da aprovação do Conselho de Administração ocorrida na Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 27 de junho de 2024 ("RCA de Aprovação"), às alterações a determinados bônus de subscrição série A de emissão da Companhia, emitidos como vantagem adicional ao aumento de capital da Companhia em decorrência da incorporação de ações aprovada na assembleia geral extraordinária da Companhia realizada em 1º de agosto de 2022 ("Bônus de Subscrição Alterados"); e (8) deliberar sobre a ratificação da aprovação do Conselho de Administração ocorrida na RCA de Aprovação à celebração de aditamentos aos certificados dos Bônus de Subscrição Alterados, para refletir as alterações previstas no item (7) acima. **Informações Gerais:** A Companhia realizará a AGE **de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma eletrônica "Ten Meetings" ("Plataforma Digital") ou por meio dos mecanismos de votação a distância, sem a possibilidade de comparecimento presencial.** Para todos os fins legais, a AGE será considerada como realizada na sede da Companhia, conforme disposto na Resolução CVM nº 81. A participação do acionista poderá ser: (i) via boletim de voto a distância ("Boletim de Voto") disponibilizado pela Companhia nos websites da Companhia (https://ri.dotz.com.br), da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (www.b3.com.br), sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida em cada caso estão mencionadas na Proposta da Administração divulgada nesta data; ou (ii) virtual, por meio da Plataforma Digital, pessoalmente ou por representante legal ou procurador devidamente constituído, caso em que o acionista poderá: (a) simplesmente participar da Assembleia, tenha ou não enviado o Boletim de Voto; ou (b) participar e votar na Assembleia, observando-se que, quanto ao acionista que já tenha enviado o Boletim Voto e que, caso queira, vote na Assembleia via Plataforma Digital, todas as instruções de voto recebidas por meio de Boletim de Voto serão desconsideradas. Os Acionistas que desejarem participar da Assembleia via Plataforma Digital deverão acessar o site https://assembleia.ten.com.br/946804382, preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou voto na Assembleia, com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência da data designada para a realização da Assembleia, ou seja, até o dia 26 de julho de 2024 (inclusive). Tanto acionistas, quanto procuradores, no momento em que efetuarem os cadastros, receberão um e-mail informando que a companhia irá avaliar a solicitação de cadastro. Em caso de aprovação, os acionistas e procuradores receberão uma confirmação por e-mail de que o cadastro foi aprovado. Em caso de rejeição, receberão um e-mail explicando o motivo da rejeição e, se for o caso, orientando como podem fazer a regularização do cadastro. Após cadastrado, o procurador terá um ambiente virtual, "Painel de Representantes", que também é acessado através do Endereço Eletrônico do Evento. Nesse ambiente ele pode acompanhar a situação da aprovação de cada representado, bem como atualizar suas documentações, ao acessar com o login e senha previamente cadastrado. Conforme dispõe o artigo 28, § 1º, da Resolução CVM 81, o sistema eletrônico assegurará o envio prévio do Boletim de Voto, registro de presença dos acionistas e dos respectivos votos, assim como, na hipótese de participação a distância: (i) a possibilidade de manifestação e de acesso simultâneo a documentos apresentados durante a assembleia que não tenham sido disponibilizados anteriormente; (ii) a gravação integral da assembleia; e (iii) a possibilidade de comunicação entre acionistas. A Companhia recomenda que os Acionistas se familiarizem previamente com o uso da Plataforma Digital, bem como garantam a compatibilidade de seus respectivos dispositivos eletrônicos para a utilização da Plataforma Digital. Adicionalmente, a Companhia solicita a tais Acionistas que, no dia da AGE, acessem a Plataforma Digital com, no mínimo, 30 (trinta) minutos de antecedência do horário previsto para o seu início, a fim de permitir a validação do acesso de todos os Acionistas credenciados. A Companhia não se responsabiliza por quaisquer problemas operacionais ou de conexão que os Acionistas venham a enfrentar e outras situações que não estejam sob o controle da Companhia. O Acionista que tenha realizado o cadastro e não tenha recebido e-mail com o link e instruções para acesso e participação na Assembleia até as 11h00 horas do dia 28 de julho de 2024, deverá entrar em contato com a Companhia até as 15h00 horas do mesmo dia 28 de julho de 2024, pelo e-mail ri@dotz.com, a fim de que lhe sejam reenviadas suas respectivas instruções para acesso. Aos acionistas que se farão representar por meio de procuração outorgada para o fim específico de participar em assembleia, a Companhia dispensará o reconhecimento de firma, a notarização, a consularização ou o apostilamento dos documentos apresentados, conforme o caso, assim como a entrega de vias originais ou cópias autenticadas. A Companhia tampouco exigirá a tradução juramentada das procurações e documentos lavrados ou traduzidos em língua portuguesa, inglesa ou espanhola, nem dos documentos anexados com as respectivas traduções para esses idiomas. A Companhia somente admitirá procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico contendo certificação digital que esteja dentro dos padrões do Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira ou por outro meio de comprovação da autoria e integridade do documento em forma eletrônica. A Companhia, atendendo as normas da CVM, em especial a Resolução CVM 81, assegurará aos acionistas a possibilidade de exercerem seu voto a distância na AGE. O acionista que optar por exercer seu direito de voto a distância poderá: (i) transmitir as instruções de voto diretamente pelas instituições e/ou corretoras que mantém suas posições em custódia, caso estas disponibilizem esses serviços; (ii) transmitir as instruções de voto diretamente ao escriturador das ações da Companhia, qual seja, o Itaú Corretora de Valores S.A., conforme instruções estabelecidas no manual de participação da AGE; ou (iii) preencher o boletim de voto a distância disponível nos endereços indicados abaixo e enviá-lo diretamente à Companhia, conforme instruções contidas no manual de participação da AGE. Para mais informações, observar as regras previstas na Resolução CVM 81, no manual para participação na AGE e no boletim de voto a distância disponibilizado pela Companhia nos endereços indicados abaixo. Para fins de melhor organização da AGE, solicitamos ao acionista que também antecipe o encaminhamento dos documentos à Companhia, enviando as vias digitalizadas dos Boletins de Voto e dos documentos acima referidos para o seguinte endereço eletrônico: ri@dotz.com (assunto: AGE - 28 de julho de 2024 - Boletim de Voto a Distância). Em até 3 (três) dias contados do recebimento das vias físicas dos referidos documentos, a Companhia enviará aviso ao acionista, por meio do endereço eletrônico indicado pelo acionista no Boletim de Voto, a respeito do recebimento dos documentos e de sua aceitação. Informamos que o Manual para Participação na Assembleia e a Proposta da Administração, bem como os demais documentos previstos em lei e na regulamentação aplicável, permanecem à disposição dos acionistas, na sede da Companhia localizada na Avenida das Nações Unidas, 12995, 16º andar, Sala/Conjunto nº 1601 e 1602, parte, Espaço de Escritório WeWork nº 16W103 e 16W104, CEP 04578-911, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na página de Relações com Investidores da Companhia (https://ri.dotz.com.br/), na página da CVM (www.cvm.gov.br) e na página da B3 (www.b3.com.br), contendo todas as informações necessárias para melhor entendimento das matérias acima, nos termos do §6º do artigo 124, do artigo 133 e §3º do artigo 135 da Lei das S.A. e artigo 6º da Resolução CVM 81. O percentual mínimo para adoção do processo de voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração é de 5% (cinco por cento), nos termos do artigo 3º da Resolução CVM nº 70 e do artigo 5º da Resolução CVM nº 81. Ainda, nos termos do § 1º do artigo 141 da Lei das S.A., o requerimento para a adoção do voto múltiplo deverá ser realizado pelos acionistas até 48 (quarenta e oito) horas antes do horário de início da Assembleia.

São Paulo, 28 de junho de 2024.
Alexandre Saddy Chade
Presidente do Conselho de Administração

COMUNICADO

Acha-se aberta na Secretaria de Estado da Saúde, a licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 90072/2024**, referente ao processo nº **024.00078552/2024-21**, objetivando a **AQUISIÇÃO DE ÓRTESES EM ATENDIMENTO À DEMANDA JUDICIAL** a ser realizado por intermédio do "Portal de Compras do Governo Federal", **cuja abertura está marcada para o dia 16/07/2024 às 10:00 horas.**

Os interessados em participar do certame deverão **acessar a partir de 01/07/2024**, o site www.compras.gov.br, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes.

O Edital da presente licitação encontra-se disponível no Portal Nacional de Compras Públicas https://www.gov.br/pncp/pt-br e no site www.e-negociospublicos.com.br.

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 262ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 20I0795196) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 23 DE JULHO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 01 DE AGOSTO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 262ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 262ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 22 de setembro de 2020, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **23 de julho de 2024, às 14:00 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **01 de agosto de 2024, às 14:30 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams* [illegible]

São Paulo, 01 de julho de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

CCR S.A.

CNPJ/MF nº 02.846.056/0001-97 - NIRE nº 35300158334 - COMPANHIA ABERTA

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 27 DE JUNHO DE 2024

1. DATA, HORÁRIO E LOCAL: Em 27 de junho de 2024, às 16h00, na sede social da CCR S.A. ("Companhia" ou "Emissora"), localizada na Avenida Chedid Jafet, nº 222, Bloco B, 4º Andar, Vila Olímpia, São Paulo/SP. **2. PRESENÇA**: Presente a maioria dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **3. MESA:** Presidente: João Henrique Batista de Souza Schmidt. Secretário: Roberto Penna Chaves Neto. **4. ORDEM DO DIA**: Deliberar sobre: **(i)** a realização, pela Companhia, de sua 17ª (décima sétima) emissão, de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública, em regime de garantia firme de colocação, no valor total de R$ 2.250.000.000,00 (dois bilhões, duzentos e cinquenta milhões de reais) ("Debêntures" e "Emissão" respectivamente), sob o rito automático de registro perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), nos termos da Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei 6.385"), da Resolução da CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 160"), e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("Oferta", respectivamente); e (ii) a autorização expressa para que a Diretoria da Companhia e/ou os procuradores por esta nomeados pratiquem todos os atos, tomem todas as providências e adotem todas as medidas necessárias para a formalização, efetivação e administração das deliberações deste Conselho de Administração, objetivando a Emissão e a realização da Oferta, incluindo, mas não se limitando a (a) contratar os coordenadores da Oferta, sendo um deles denominado Coordenador Líder ("Coordenadores"); (b) contratar os demais prestadores de serviço para realização da Oferta, que incluem mas não se limitam ao banco liquidante e escriturador, agente fiduciário, agência de classificação de risco, assessores legais e B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão B3 ("B3"); (c) negociar e definir os termos e condições adicionais específicos das Debêntures e da Emissão; e (d) negociar e celebrar todos os documentos relativos às Debêntures e à Oferta, incluindo, mas não se limitando, o "*Instrumento Particular de Escritura da 17ª (Décima Sétima) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública, sob Rito de Registro Automático de Distribuição, da CCR S.A.*" ("Escritura de Emissão") e o Contrato de Distribuição das Debêntures (conforme definido abaixo), bem como seus eventuais aditamentos e todos e quaisquer documentos a eles acessórios. **5. DELIBERAÇÕES**: Os Senhores Conselheiros, examinadas as matérias constantes da ordem do dia, após debates e discussões, conforme previsto no artigo 17, inciso (xiv) do Estatuto Social da Companhia e respectivos incisos, por unanimidade de votos, deliberaram: **5.1.** Aprovar a realização da Emissão e da Oferta, com as seguintes características principais: **a) Número da Emissão**: As Debêntures representarão a 17ª (décima sétima) emissão de debêntures da Emissora. **b) Valor da Emissão**: O valor total da Emissão será de R$ 2.250.000.000,00 (dois bilhões, duzentos e cinquenta milhões de reais), na Data de Emissão (conforme abaixo definido) ("Valor Total da Emissão"). **c) Data de Emissão**: Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será aquela a ser definida na Escritura de Emissão ("Data de Emissão"). **d) Número de Séries e Quantidade de Debêntures**: A Emissão será realizada em série única. **e) Prazo e Data de Vencimento**: Ressalvadas as hipóteses de (a) Resgate Antecipado Facultativo e Amortização Extraordinária Facultativa, (b) Aquisição Facultativa (conforme abaixo definido), (c) resgate antecipado decorrente de Oferta de Resgate Antecipado (conforme abaixo definido), (d) vencimento antecipado das Debêntures, conforme a ser previsto na Escritura de Emissão e nos termos da legislação aplicável, as Debêntures terão prazo de vencimento de 05 (cinco) anos contados da Data de Emissão. **f) Valor Nominal Unitário**: O valor nominal unitário das Debêntures será de R$ 1.000,00 (mil reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário"). **g) Forma e Comprovação de Titularidade**: As Debêntures serão emitidas na forma nominativa e escritural, sem a emissão de cautelas e certificados, e, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito emitido pelo Escriturador e, adicionalmente, com relação às Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na B3, conforme o caso, será expedido por esta extrato em nome dos Debenturistas, que servirá como comprovante de titularidade de tais Debêntures. **h) Espécie**: As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58, *caput*, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"). **i) Conversibilidade**: As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Companhia. **j) Atualização Monetária das Debêntures:** O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente. **k) Remuneração das Debêntures:** As Debêntures farão jus a juros remuneratórios, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, correspondentes à variação acumulada de 100,00% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos depósitos interfinanceiros de 01 (um) dia, denominadas "*Taxa DI over extragrupo*", expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculada e divulgada diariamente pela B3, no informativo diário disponível em sua página da Internet (http://www.b3.com.br) ("Taxa DI"), acrescida de sobretaxa equivalente a 0,75% (setenta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, por Dias Úteis decorridos, desde a primeira Data de Subscrição e Integralização ou a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios (conforme abaixo definido) imediatamente anterior até a data do seu efetivo pagamento ("Juros Remuneratórios"). **l) Pagamento da Remuneração**: Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de Resgate Antecipado Facultativo, de Oferta de Resgate Antecipado, de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures e/ou da ocorrência das hipóteses da Cláusula 6.14.5 da Escritura de Emissão, nos termos previstos na Escritura de Emissão, o pagamento dos Juros Remuneratórios será realizado semestralmente nas datas a serem definidas na Escritura de Emissão (cada uma dessas datas, uma "Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios"). **m) Amortização das Debêntures**: Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de Resgate Antecipado Facultativo, de Oferta de Resgate Antecipado, de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures e/ou da ocorrência de qualquer das hipóteses da Cláusula 6.14.5 da Escritura de Emissão, nos termos previstos na Escritura de Emissão, o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em 03 (três) parcelas consecutivas, sendo o primeiro pagamento devido a partir do 36º (trigésimo sexto) mês, inclusive, contado da Data de Emissão, e o último na Data de Vencimento das Debêntures, conforme tabela a ser prevista na Escritura de Emissão (cada uma, uma "Data de Amortização das Debêntures"). **n) Preço de Subscrição e Forma de Integralização**: A integralização das Debêntures no mercado primário será realizada de acordo com as normas de liquidação e os procedimentos aplicáveis da B3, à vista, em moeda corrente nacional, no ato de subscrição preferencialmente em uma mesma data. Na data em que ocorrer a primeira subscrição e integralização das Debêntures ("Data de Subscrição e Integralização"), a integralização das Debêntures será realizada pelo seu Valor Nominal Unitário (conforme abaixo definido). Todas as subscrições e integralizações serão realizadas dentro do período de distribuição na forma do artigo 59 da Resolução CVM 160. As Debêntures poderão ser colocadas com ágio ou deságio desde que aplicadas de forma igualitária na mesma data de integralização. **o) Repactuação Programada**: Não haverá repactuação programada. **p) Aquisição Facultativa**: A Emissora poderá, a qualquer tempo, a seu exclusivo critério, observadas as restrições de negociação e prazo previstos na Resolução CVM 160, o disposto no artigo 55, §3º da Lei das Sociedades por Ações ("LSA"), na Resolução CVM nº 77 de 29 de março de 2022, conforme alterada, e na regulamentação aplicável da CVM, adquirir Debêntures caso algum dos titulares das Debêntures deseje alienar tais Debêntures à Emissora. As Debêntures eventualmente adquiridas pela Emissora nos termos aqui previstos, a exclusivo critério da Emissora, serão canceladas, permanecerão na tesouraria da Emissora ou serão novamente colocadas no mercado, conforme as regras expedidas pela CVM, devendo tal fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora. **q) Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures**: A Emissora poderá, a qualquer momento, após 12 (doze) meses a contar da Data de Emissão, exclusive, observados os termos e condições estabelecidos a seguir, a seu exclusivo critério e independentemente da vontade dos Debenturistas, realizar o resgate antecipado da totalidade das Debêntures ("Resgate Antecipado Facultativo"), mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, acrescido (a) dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis* desde a primeira Data de Subscrição e Integralização ou a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, até a Data do Resgate Antecipado Facultativo; (b) dos Encargos Moratórios devidos e não pagos até a data do referido resgate ("Valor de Resgate Antecipado"); e (c) de prêmio, incidente sobre o Valor de Resgate Antecipado, equivalente a 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) ao ano, considerando os Dias Úteis transcorridos entre a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo e a Data de Vencimento, calculado de acordo com a fórmula prevista na Escritura de Emissão. O Resgate Antecipado Facultativo somente poderá ocorrer mediante comunicação dirigida diretamente aos Debenturistas, com cópia ao Agente Fiduciário, ou, ainda, por meio de publicação de comunicação dirigida aos Debenturistas a ser amplamente divulgada nos termos da Cláusula 6.28 da Escritura de Emissão ("Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo"), com antecedência mínima de 03 (três) Dias Úteis da data prevista para realização do efetivo Resgate Antecipado Facultativo ("Data do Resgate Antecipado Facultativo"), devendo ser realizado de acordo com os procedimentos adotados pela B3, caso as Debêntures estejam custodiadas eletronicamente na B3, ou de acordo com os procedimentos adotados pelo Escriturador, para as Debêntures que não estiverem custodiadas eletronicamente na B3. Adicionalmente, a Emissora deverá encaminhar ao Agente Fiduciário e à B3, cópia do referido comunicado com antecedência mínima de 03 (três) Dias Úteis de sua realização. As Debêntures resgatadas pela Emissora nos termos aqui previstos serão obrigatoriamente canceladas pela Emissora. **r) Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures**: A Emissora poderá, a qualquer momento, após 12 (doze) meses a contar da Data de Emissão, exclusive, observados os termos e condições estabelecidos a seguir, a seu exclusivo critério e independentemente da vontade dos Debenturistas, realizar a amortização extraordinária facultativa do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso ("Amortização Extraordinária Facultativa"). A Amortização Extraordinária Facultativa será limitada a 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário das Debêntures ou saldo do Valor Nominal Unitário e somente poderá ocorrer mediante comunicação dirigida diretamente aos Debenturistas, com cópia ao Agente Fiduciário ou, ainda, por meio de publicação de comunicação dirigida aos Debenturistas a ser amplamente divulgada nos termos da Cláusula 6.28 da Escritura de Emissão ("Comunicação de Amortização Extraordinária Facultativa"), com antecedência mínima de 03 (três) Dias Úteis da data prevista para realização da efetiva Amortização Extraordinária Facultativa ("Data da Amortização Extraordinária Facultativa"), e será realizada de acordo com os procedimentos da B3, caso as Debêntures estejam custodiadas eletronicamente na B3, ou de acordo com os procedimentos adotados pelo Escriturador, para as Debêntures que não estiverem custodiadas eletronicamente na B3. Adicionalmente, a Emissora deverá encaminhar ao Agente Fiduciário e à B3, cópia do referido comunicado com antecedência mínima de 03 (três) Dias Úteis de sua realização. O valor a ser pago aos Debenturistas no âmbito da Amortização Extraordinária será equivalente à parcela do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, a serem amortizadas acrescido de (a) Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis* desde a primeira Data de Subscrição e Integralização ou a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, até a Data da Amortização Extraordinária Facultativa (conforme abaixo definido) ("Valor de Amortização Extraordinária"); e (b) prêmio, incidente sobre o Valor de Amortização Extraordinária, equivalente a 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) ao ano, considerando os Dias Úteis transcorridos entre a data da efetiva Amortização Extraordinária Facultativa e a Data de Vencimento, calculado de acordo com a fórmula prevista na Escritura de Emissão. **s) Oferta de Resgate Antecipado**: A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a qualquer momento a partir da Data de Emissão, oferta de resgate antecipado total ou parcial, das Debêntures, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, que será endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, assegurada a igualdade de condições a todos os Debenturistas para aceitar ou não a oferta de resgate antecipado das Debêntures de que forem titulares, de acordo com os termos e condições, a serem previstos na Escritura de Emissão. **t) Vencimento Antecipado**: Os titulares das Debêntures e/ou o Agente Fiduciário, agindo em conjunto ou isoladamente, observado o disposto na Escritura de Emissão, deverão, em caso de hipótese de vencimento antecipado automático, ou poderão, por meio de Assembleia Geral de Debenturistas em caso de hipótese de vencimento antecipado não automático, e respeitados os prazos de cura, quando aplicáveis, declarar ou considerar, respectivamente, antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto da Escritura e exigir o imediato pagamento, pela Companhia, do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis* a partir da Data de Subscrição e Integralização, ou da data do último pagamento dos Juros Remuneratórios, até a data do efetivo pagamento, e dos Encargos Moratórios (conforme definido abaixo), se houver, independentemente de aviso, interpelação ou notificação, judicial ou extrajudicial, nos termos da Escritura de Emissão, na ocorrência dos eventos de vencimento antecipado previstos na versão final da Escritura de Emissão ("Eventos de Inadimplemento"), sendo certo que tais Eventos de Inadimplemento, prazos de curas, limites e/ou valores mínimos (*thresholds*), especificações, ressalvas e/ou exceções em relação a tais eventos foram negociados e definidos pela Diretoria da Companhia na Escritura de Emissão, bem como se tais eventos são eventos de vencimento automático ou não automático. **u) Destinação dos Recursos das Debêntures**: Os recursos obtidos por meio da Emissão das Debêntures serão destinados para (a) pagamento de dívidas da Emissora, em especial o resgate antecipado facultativo da totalidade das debêntures da 1ª (primeira) série da 16ª (Décima Sexta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Duas Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Emissora, em até 12 (doze) meses contados da Data de Emissão; e (b) reforço de caixa da Emissora. **v) Colocação e Procedimento de Distribuição**: A Oferta, que será objeto de registro pela CVM por meio do rito automático de distribuição, será realizada nos termos da Resolução CVM 160, sob o regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures, com a intermediação dos Coordenadores, nos termos do "*Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública sob o Regime de Garantia Firme de Colocação, da 17ª (Décima Sétima) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, da CCR S.A.*" a ser celebrado entre a Companhia e os Coordenadores ("Contrato de Distribuição"). **w) Distribuição Primária**: As Debêntures serão depositadas em mercado de balcão organizado para distribuição pública no mercado primário por meio do MDA - Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela B3, sendo a distribuição liquidada financeiramente através da B3. **x) Depósito para Negociação**: As Debêntures serão depositadas em mercado de balcão organizado para negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 - Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP21"), administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3. As Debêntures somente poderão ser negociadas, no mercado secundário **(i)** livremente entre Investidores Profissionais (conforme definido abaixo); **(ii)** para Investidores Qualificados (conforme definido abaixo), após 3 (três) meses da data de encerramento da Oferta, nos termos do artigo 86, inciso I, alínea "a" da Resolução CVM 160; e **(iii)** para os investidores em geral, após 6 (seis) meses da data de encerramento da Oferta, nos termos do artigo 86, inciso I, alínea "b" da Resolução CVM 160. Para fins da Escritura de Emissão consideram-se: (a) "Investidores Profissionais" aqueles investidores referidos no artigo 11 da Resolução da CVM nº 30, de 11 de maio de 2021, conforme alterada ("Resolução CVM 30"), sendo certo que nos termos do artigo 13 da Resolução CVM 30, os regimes próprios de previdência social instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou por Municípios são considerados Investidores Profissionais ou Investidores Qualificados apenas se reconhecidos como tais conforme regulamentação específica Ministério da Previdência Social; e (b) "Investidores Qualificados" aqueles investidores referidos nos artigos 12 e 13 da Resolução CVM 30. **y) Encargos Moratórios**: Sem prejuízo dos Juros Remuneratórios das Debêntures, ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer valor devido pela Companhia aos Debenturistas nos termos da Escritura de Emissão, adicionalmente ao pagamento dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis* desde a primeira Data de Subscrição e Integralização ou desde a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sobre todos e quaisquer valores devidos e em atraso, incidirão, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial: (i) multa moratória, não compensatória, de 2% (dois por cento); e (ii) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento; ambos calculados sobre o montante devido e não pago ("Encargos Moratórios"). **z) Demais Características**: As demais características das Debêntures e da Oferta encontrar-se-ão descritas na Escritura de Emissão e nos demais documentos a ela pertinentes. **5.2.** Autorizar a Diretoria da Companhia, bem como procuradores devidamente constituídos para o efeito pela Companhia, a praticar todos os atos necessários para a emissão das Debêntures e realização da Oferta, incluindo, mas não se limitando a (a) contratar os Coordenadores; (b) contratar os demais prestadores de serviço para realização da Oferta, tais como o banco liquidante, escriturador, agente fiduciário, agência de classificação de risco e assessores legais, entre outros; (c) negociar e definir os termos e condições adicionais específicos das Debêntures (especialmente os prazos de curas, limites e/ou valores mínimos (*thresholds*), especificações, ressalvas e exceções às hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures), observada a aprovação deste Conselho de Administração; e (d) negociar e celebrar todos os documentos relativos às Debêntures e à Oferta, incluindo, mas não se limitando, à Escritura de Emissão e ao Contrato de Distribuição, bem como seus eventuais aditamentos e todos e quaisquer documentos a eles acessórios. **6. ENCERRAMENTO**: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, é assinada por todos os presentes, sendo que a certidão desta ata será assinada digitalmente e levada a registro perante a Junta Comercial competente. São Paulo/SP, 27 de junho de 2024. **Assinaturas**: João Henrique Batista de Souza Schmidt, Presidente da Mesa e Roberto Penna Chaves Neto, Secretário. **Conselheiros**: **(1)** Ana Maria Marcondes Penido Sant'Anna; **(2)** Eduardo Bunker Gentil; **(3)** Eliane Aleixo Lustosa de Andrade; **(4)** José Guimarães Monforte; **(5)** João Henrique Batista de Souza Schmidt; **(6)** Luiz Carlos Cavalcanti Dutra Junior; **(7)** Mateus Gomes Ferreira; **(8)** Roberto Egydio Setubal; **(9)** Vicente Furletti Assis; e **(10)** Claudio Borin Guedes Palaia. Certifico que a presente é cópia fiel do original lavrado em Livro próprio. *João Henrique Batista de Souza Schmidt - Presidente da Mesa, Roberto Penna Chaves Neto - Secretário.*

Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.

CNPJ nº 06.976.406/0001-90 - NIRE nº 35.300.347.374

Aviso aos Acionistas

Informamos aos acionistas que os documentos do Art. 133 da Lei nº 6.404/76 se encontram à sua disposição na sede da Cia., na Rua Gomes de Carvalho, nº 1.996, 15º andar, Conjunto 151, Sala M, Vila Olímpia, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04547-905. São Paulo, 26/06/2024.

Usina Paulista Queluz de Energia S.A.

CNPJ/MF nº 06.976.417/0001-70 - NIRE 35.300.347.366

Aviso aos Acionistas

Informamos aos acionistas que os documentos do Art. 133 da Lei nº 6.404/76 se encontram à sua disposição na sede da Cia., na Rua Gomes de Carvalho, nº 1.996, 15º andar, Conjunto 151, Sala L, Vila Olímpia, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04547-905. São Paulo, 26/06/2024.

Brasilprev Seguros e Previdência S.A.

CNPJ nº 27.665.207/0001-31 - NIRE nº 3530013990-9

Extrato da 456ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração Realizada em 31/01/2024

Em 31/01/2024, às 17h, deforma virtual. **Presença:** Os membros do Conselho de Administração proferiram seus votos por meio eletrônico, conforme previsto no art. 18, §3º, do Regimento Interno do Conselho, sob a presidência da Sra. Tarciana Paula Gomes Medeiros, que convidou a mim, Alessandra Nini Ranoya, como Secretária. Na sequência deu-se prosseguimento à pauta, disponibilizada previamente: **I. Deliberações: 1.1. DAD nº 2024/0008 - Demonstrações Financeiras - Exercício de 2023:** Foram submetidas ao Conselho de Administração, as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2023, bem como o Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras - Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, o Parecer dos Auditores Atuariais Independentes - Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda. e o Parecer do Comitê de Auditoria. Esses documentos, após examinados e discutidos, foram aprovados por unanimidade, recomendando-se a avaliação pelo Conselho Fiscal, bem como aprovação pelos Acionistas na AGO. **1.2. DAD nº 2024/0016 - Destinação do Lucro Líquido do Exercício de 2023:** O Conselho de Administração, após exame da proposta apresentada pela Diretoria, recomendou a aprovação e submissão para deliberação dos Acionistas em Assembleia Geral Ordinária, sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31/12/2023, no montante de **R$ 1.907.043.029,54** da seguinte forma: (i) Dividendos no montante total de **R$ 500.000.000,00,** pago em 12/09/2023, conforme deliberação em Reunião de Conselho de Administração realizada em 04/09/2023, a título de antecipação sob a forma de Dividendos Intermediários, à razão de aproximadamente **R$ 142,13** por ação; (ii) Reserva Legal no montante de **R$ 95.352.151,48;** e (iii) Reserva Estatutária no montante de **R$ 1.311.690.878,06.** Nada mais. **Tarciana Paula Gomes Medeiros -** *Presidente do Conselho;* **Alessandra Nini Ranoya -** Secretária. **JUCESP** nº 227.743/24-6 em 21/06/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 159ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 17I0000201) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 23 DE JULHO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 159ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 159ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 29 de agosto de 2017, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **23 de julho de 2024, às 11:50 horas, de forma exclusivamente digital**, [illegible]

São Paulo, 01 de julho de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 0032310124 2024

UASG - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 90109/2024.
Nº Processo: 024.00090967/2024-73.
Objeto: Aquisição de Medicamentos para o atendimento de Demandas Judiciais.
Total de Itens Licitados: 01 (um) item licitado.
Valor total da licitação: Sigiloso.
Disponibilidade do edital: 01/07/2024.
Horário: das 08h00 às 18h00.
Endereço: Av. Dr. Eneias de Carvalho Aguiar, 188 - Cerqueira César - São Paulo.
Link do PNCP: https://www.gov.br/pncp/pt-br.
Entrega das Propostas: a partir de 02/07/2024 às 08h00 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 17/07/2024 às 09h30 no site: www.gov.br/compras.

Mediservice Operadora de Planos de Saúde S.A.

Grupo Bradesco Seguros

CNPJ nº 57.746.455/0001-78 – NIRE 35.300.360.249

Ata Sumária da Assembleia Geral Ordinária realizada em 25.4.2024

Data, Hora e Local: Em 25.4.2024, às 16h, na sede social, Avenida Alphaville, 779, 11º andar, Lado B, sala 1.102 - parte, Empresarial 18 do Forte, Barueri, SP, CEP 06472-900. ***Mesa:*** Presidente: Dagilson Ribeiro Carnevali; Secretário: Ismael Ferraz. ***Quórum de Instalação:*** Totalidade do capital social. ***Presença Legal:*** Administrador da Sociedade e representante da empresa KPMG Auditores Independentes Ltda. ***Publicações Prévias:*** Os documentos de que trata o artigo 133 da Lei nº 6.404/76, quais sejam: os Relatórios da Administração e dos Auditores Independentes e as Demonstrações Contábeis relativos ao exercício social findo em 31.12.2023, foram publicados em 28.2.2024 no jornal "Valor Econômico". ***Edital de Convocação:*** Dispensada a publicação, de conformidade com o disposto no §4º do Artigo 124 da Lei nº 6.404/76. ***Disponibilização de Documentos:*** Os documentos citados no item "Publicações Prévias", a proposta da Diretoria, bem como as demais informações exigidas pela regulamentação vigente foram colocados sobre a mesa para apreciação da acionista. ***Deliberações:*** 1) tomaram as contas dos Administradores e aprovaram integralmente as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social findo em 31.12.2023; 2) aprovaram a destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31.12.2023 no valor de R$73.450.332,38 (setenta e três milhões, quatrocentos e cinquenta mil, trezentos e trinta e dois reais e trinta e oito centavos), proposta pela Diretoria na reunião daquele Órgão de 27.2.2024, dispensada sua transcrição, por tratar-se de documento lavrado em livro próprio, conforme segue: R$3.672.516,63 (três milhões, seiscentos e setenta e dois mil, quinhentos e dezesseis reais e sessenta e três centavos) para a conta "Reserva de Lucros - Reserva Legal"; R$31.784.152,84 (trinta e um milhões, setecentos e oitenta e quatro mil, cento e cinquenta e dois reais e oitenta e quatro centavos) para a conta "Reserva de Lucros - Estatutária"; e R$37.993.662,91 (trinta e sete milhões, novecentos e noventa e três mil, seiscentos e sessenta e dois reais e noventa e um centavos) para pagamento de dividendos, dos quais: R$32.432.122,95 (trinta e dois milhões, quatrocentos e trinta e dois mil, cento e vinte e dois reais e noventa e cinco centavos) já foram declarados e pagos durante o exercício de 2023; e R$5.561.539,96 (cinco milhões, quinhentos e sessenta e um mil, quinhentos e trinta e nove reais e noventa e seis centavos) que deverão ser pagos até 31.12.2024; 3) reelegeram, membros da Diretoria da Sociedade, os senhores: ***Diretor-Presidente: Manoel Antonio Peres***, brasileiro, divorciado, médico, RG 8.014.301.397/SSP-RS, CPF 203.833.888-83, com endereço profissional na Avenida Rio de Janeiro, 555, 19º andar, Caju, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20931-675; ***Diretor Geral: Carlos Alberto Hiwata Marinelli***, brasileiro, casado, administrador de empresas, RG 23.995.501-8/SSP-SP, CPF 250.792.408/06; ***Diretores Gerentes: Gedson Oliveira Santos***, brasileiro, casado, securitário, RG 63.978.640-6/SSP-SP, CPF 261.708.518/05, ambos com endereço profissional na Avenida Alphaville, 779, 18º andar, parte, Empresarial 18 do Forte, Barueri, SP, CEP 06472-900; ***Flávio Bitter***, brasileiro, casado, engenheiro, RG 10.591.790-0/IFP-RJ, CPF 044.453.707/46; ***Diretoras: Thais Jorge de Oliveira e Silva***, brasileira, casada, médica, RG 1.354.562-ES/SSP-ES, CPF 074.060.777/42; ***Sylvio Roberto Alves Vilardi***, brasileiro, solteiro, engenheiro, RG 05.816.359-3/Detran-RJ, CPF 008.932.147/28, todos com endereço profissional na Avenida Rio de Janeiro, 555, 19º andar, Caju, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20931-675; ***Fabio Miranda Daher***, brasileiro, casado, securitário, RG 1.337.361-ES/SSP-ES, CPF 075.763.917-82; ***Vinicius Marinho da Cruz***, brasileiro, casado, securitário, RG 50.942.449-1/SSP-SP, CPF 074.063.487/97; ***Valdirene Soares Secato***, brasileira, casada, administradora de empresas, RG 20.310.424-9/SSP-SP, CPF 131.402.398/58; e ***Antonio Alexandre Arias***, brasileiro, casado, securitário, RG 17.410.616-6/SSP-SP, CPF 101.489.968/09, todos com endereço profissional na Avenida Alphaville, 779, 18º andar, parte, Empresarial 18 do Forte, Barueri, SP, CEP 06472-900, os quais: a) preenchem as condições previstas na Resolução Normativa nº 520, de 29.4.2022, da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS; b) firmaram declarações referentes ao não impedimento do exercício de cargo de administração em companhias, conforme disposto no artigo 147 da Lei nº 6.404/76, as quais ficarão arquivadas na sede da Sociedade; e c) terão mandato de 3 (três) anos, estendendo-se até a posse dos Diretores que serão eleitos na Assembleia Geral Ordinária que se realizar no ano de 2027; 4) designaram, perante à Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, o senhor Thiago Martins, em substituição a senhora Eliane Riva de Almeida Braggion, como responsável técnico no segmento de Odontologia; 5) ratificaram, perante à Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, as demais designações, conforme segue: Manoel Antonio Peres - responsável pela Área Técnica de Saúde; Gedson Oliveira Santos - responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 3.3.1998, que trata dos crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores; Flávio Bitter - como Diretor de Relações com a Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS; Vinicius Marinho da Cruz - responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade. ***Aprovação e Assinatura da Ata:*** Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente esclareceu que, para as deliberações tomadas o Conselho Fiscal da Companhia não foi ouvido por não se encontrar instalado, e encerrou os trabalhos, lavrando-se a presente Ata que, aprovada por todos os presentes, inclusive pelo representante da empresa KPMG Auditores Independentes Ltda., inscrição CRC 1SP206103/O-4, senhor Carlos Massao Takauthi, será encaminhada para que assinem eletronicamente. aa) Presidente: Dagilson Ribeiro Carnevali; Secretário: Ismael Ferraz; Administrador: Carlos Alberto Hiwata Marinelli; Acionista: Bradesco Saúde S.A., representada por seus procuradores, senhores Dagilson Ribeiro Carnevali e Ismael Ferraz; Auditor: Carlos Massao Takauthi. ***Declaração:*** Declaramos para os devidos fins que a presente é cópia fiel da Ata original lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. aa) Presidente: Dagilson Ribeiro Carnevali; Secretário: Ismael Ferraz. Certidão - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - JUCESP - Certifico o registro sob o número 211.358/24-1, em 27.5.2024. a) Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Promon S.A.

CNPJ/MF nº 05.315.149/0001-83 - NIRE 35.300.192.184

Aviso aos Acionistas

Comunicamos aos Senhores Acionistas da **Promon S.A.** que os documentos obrigatórios previstos no artigo 133 da Lei das S/A encontram-se à disposição e serão disponibilizados em formato digital ou presencialmente na sede social, em ambos os casos mediante agendamento e solicitação junto a Serviços a Acionistas (servicos-acionistas@promon.com.br ou telefone (11) 5213-4350). São Paulo, 29/06/2024. Luiz Fernando Telles Rudge - Presidente do Conselho de Administração. (29/06, 02 e 03/07).

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 1ª E 2ª SÉRIES DA 99ª EMISSÃO (IF 22L1266394 / 22L1266385) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 24 DE JULHO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 02 DE AGOSTO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 1ª e 2ª Séries da 99ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª e 2ª Séries da 99ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 12 de dezembro de 2022, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **24 de julho de 2024, às 14:30 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **02 de agosto de 2024, às 14:20 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2022, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 1ª e 2ª Séries da 99ª Emissão - (IF 22L1266394/ 22L1266385), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhado dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhado do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhado do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias da Ordem do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração invalidará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 01 de julho de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

MIDWAY S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

CNPJ/MF nº 09.464.032/0001-12 - NIRE 35.300.354.591

ATA DA REUNIÃO DA DIRETORIA REALIZADA EM 10 DE MAIO DE 2024

Data, Hora, Local: 10.05.2024, às 14h30, na sede social, Rua Lemos Monteiro, 120, Andar 15/Parte, Edifício Pinheiros One, São Paulo/SP. **Presença**: Todos os diretores. **Mesa**: Presidente: Francisco Aurelio Dos Santos; Secretária: Silvana Lavacca Arcuri. **Deliberações Aprovadas**: A proposta de distribuição de (i) dividendos obrigatórios no montante de R$ 33.087.467,29 correspondentes aos dividendos obrigatórios relativos aos exercícios de 2018 a 2023; e (ii) de parte do saldo existente na conta Reserva Especial de Lucros em 31.12.2023, no montante de R$ 66.912.532,71, totalizando R$ 100.000.000,00, conforme a seguinte distribuição: R$ 99.990.000,00 para a acionista RIACHUELO PARTICIPAÇÕES S.A e R$ 10.000,00 para a acionista GUARARAPES CONFECÇÕES S.A. **Encerramento**: Nada mais. São Paulo, 10.05.2024. **Diretores: Francisco Aurélio Dos Santos** - Diretor Presidente, **Silvana Lavacca Arcuri** - Diretora. **Frederico de Aguiar Oldani** - Diretor. JUCESP nº 216.060/24-2 em 04.06.2024, Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

MIDWAY S.A. – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

CNPJ/MF nº 09.464.032/0001-12 - NIRE 35.300.354.591

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 21 DE MAIO DE 2024

Data, hora, local: 21.04.2024, 14hs, na sede social, Rua Lemos Monteiro, nº 120, 15º andar, Parte, Edifício Pinheiros One, São Paulo/SP. **Presença**: totalidade do capital social. **Mesa**: Francisco Aurelio dos Santos – Presidente; e Silvana Lavacca Arcuri – Secretária. **Deliberações aprovadas**: A distribuição (i) de dividendos obrigatórios relativos aos exercícios de 2018 a 2023, no montante de R$ 33.087.467,29; e (ii) de parte do saldo existente na conta Reserva Especial de Lucros em 31.12.2023, no montante de R$ 66.912.532,71, totalizando R$ 100.000.000,00, conforme a seguinte distribuição: R$ 99.990.000,00 para a acionista Riachuelo Participações S.A e R$ 10.000,00 para a acionista Guararapes Confecções S.A. O pagamento ocorrerá em moeda corrente nacional, em uma única parcela, no dia 29.05.2024. **Encerramento**: Nada mais. São Paulo/SP, 21.05.2024. **Acionistas: Riachuelo Participações Ltda.**, por seu Diretor André Michel Farber e por sua Procuradora Silvana Lavacca Arcuri; e **Guararapes Confecções S.A.**, por seus Diretores, Srs. André Michel Farber e Jairo Amorim Gomes de Araújo. JUCESP nº 212.793/24-0 em 28.05.2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1ª SÉRIE DA 82ª EMISSÃO (IF 22K0640841) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 24 DE JULHO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 02 DE AGOSTO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª Série da 82ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª Série da 82ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 03 de novembro de 2022, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **24 de julho de 2024, às 14:00 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **02 de agosto de 2024, às 14:30 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2022, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 1ª Série da 82ª Emissão - (IF 22K0640841), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhado dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhado do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhado do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias da Ordem do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração invalidará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 01 de julho de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 347ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 21G0065100) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 01 DE AGOSTO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 12 DE AGOSTO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 347ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 347ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 21 de junho de 2021, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **01 de agosto de 2024, às 11:40 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **12 de agosto de 2024, às 14:20 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 347ª Série da 1ª Emissão - (IF 21G0065100), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhado dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhado do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhado do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias da Ordem do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração invalidará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 01 de julho de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

TOTVS S.A.

CNPJ/MF nº 53.113.791/0001-22 - NIRE 35.300.153.171

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 23 DE ABRIL DE 2024

1. Data, Horário e Local: Aos 23 de abril de 2024, às 10:00 horas, na sede social da TOTVS S.A. ("Companhia"), localizada na Avenida Braz Leme, 1000, Casa Verde, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 02511-000. **2. Convocação:** Edital de convocação publicado nos dias 26, 27 e 28 de março de 2024, no jornal Valor Econômico, respectivamente nas páginas E16, E2 e E4. **3. Presenças:** Presentes os acionistas representando 73,54% do capital votante, conforme (i) assinaturas apostas na "Lista de Presença de Acionistas" e (ii) boletins de voto a distância, recebidos diretamente na Companhia e por meio do Itaú Corretora de Valores S.A., agente escriturador da Companhia, nos termos da Resolução CVM nº 81/2022. Presentes, também, o Sr. Wagner Bottino, representante da KPMG Auditores Independentes Ltda., o Sr. Gilsomar Maia Sebastião, Vice-Presidente Administrativo Financeiro e Diretor de Relações com Investidores, e o Sr. Gilberto Mifano, Coordenador do Comitê de Auditoria Estatutário e o Sr. Luiz Gotardo Furlan, representante do Conselho Fiscal da Companhia. **4. Composição da Mesa:** Presidente da Mesa: Sr. Laércio José de Lucena Cosentino; Secretária: Sra. Isabella Costa Urnikes. **5. Publicações, Leituras e Documentos:** As Demonstrações Financeiras da Companhia foram publicadas no dia 07 de fevereiro de 2024 nos websites da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), e publicadas em 8 de fevereiro de 2024 no jornal "Valor Econômico" nas fls. E19, E20, E21, E22, E23, E24, E25 e E26. Foi dispensada a leitura dos documentos referidos no artigo 133 da Lei nº 6.404/76. Os demais documentos que suportam as deliberações sobre a ordem do dia abaixo descrita foram disponibilizados na forma da regulamentação aplicável e do estatuto social da Companhia. **6. Ordem do Dia: (i)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **(ii)** deliberar sobre o orçamento de capital para fins do artigo 196 da Lei nº 6.404/76; **(iii)** deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e sobre a distribuição de dividendos; **(iv)** aprovar o número de membros para compor o Conselho de Administração, observado o disposto no parágrafo 3º do Artigo 16 do Estatuto Social da Companhia; **(v)** eleger os membros do Conselho de Administração; e **(vi)** fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria para o exercício de 2024. **7. Deliberações:** Após as discussões relacionadas às matérias constantes da Ordem do Dia e a dispensa da leitura do mapa de votação sintético, que consolida os votos proferidos por meio dos boletins de voto a distância, o qual permaneceu à disposição dos acionistas presentes, nos termos do parágrafo 4º do artigo 48 da Resolução CVM nº 81/2022, foram tomadas as seguintes deliberações: **7.1.1** Aprovar, por maioria dos acionistas votantes, tendo sido computados 342.044.279 votos a favor, 543.100 votos contrários e 94.517.756 abstenções, incluindo as abstenções dos acionistas Laércio José de Lucena Cosentino, Gilsomar Maia Sebastião e Marcelo Eduardo Sant'Anna Cosentino, as contas dos administradores e as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas dos relatórios da administração, dos auditores independentes e do Comitê de Auditoria, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023. **7.1.2** Aprovar, por maioria dos acionistas votantes, tendo sido computados 436.562.035 votos a favor e 543.100 votos contrários, a proposta de orçamento de capital para o ano de 2024, para fins do artigo 196 da Lei nº 6.404/76. **7.1.3** Aprovar, por unanimidade dos acionistas votantes, tendo sido computados 437.105.135 votos a favor, a seguinte destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023: (a) R$36.747.099,26 (trinta e seis milhões, setecentos e quarenta e sete mil, noventa e nove reais e vinte e seis centavos) à reserva legal; (b) R$265.669.045,29 (duzentos e sessenta e cinco milhões, seiscentos e sessenta e nove mil, quarenta e cinco reais e vinte e nove centavos) aos acionistas da Companhia, a título de juros sobre capital próprio, sendo R$138.871.104,30 (cento e trinta e oito milhões, oitocentos e setenta e um mil, cento e quatro reais e trinta centavos) já declarados em 24 de julho de 2023 e pagos em 25 de agosto de 2023 e R$126.797.940,99 (cento e vinte e seis milhões, setecentos e noventa e sete mil, novecentos e quarenta reais e noventa e nove centavos) já declarados em 29 de novembro de 2023 e pagos em 22 de dezembro de 2023, conforme deliberado nas reuniões do Conselho de Administração realizadas em 24 de julho de 2023 e 29 de novembro de 2023, respectivamente; e (c) R$432.404.109,10 (quatrocentos e trinta e dois milhões, quatrocentos e quatro mil, cento e nove reais e dez centavos) à reserva de retenção de lucros, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76, com base no orçamento de capital aprovado nesta Assembleia. **7.1.4** Aprovar, por unanimidade dos acionistas votantes, tendo sido computados 437.105.135 votos a favor, que o Conselho de Administração da Companhia seja composto por 7 membros. **7.1.5** Eleger os seguintes membros para o Conselho de Administração da Companhia, para mandato que se encerrará na Assembleia Geral Ordinária de 2026: (a) por maioria dos acionistas votantes, tendo sido computados 423.503.091 votos a favor, 12.800.047 votos contrários e 801.997 abstenções, a Sra. **Ana Claudia Piedade Silveira dos Reis,** brasileira, divorciada, administradora de empresas, residente e domiciliada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Braz Leme, 1000, Bairro Casa Verde, CEP 02511-000, inscrita no CPF/MF sob nº 855.720.046-34 e portadora da Cédula de Identidade RG nº MG 6.046.504, qualificada como Conselheira Independente, segundo os critérios definidos no Regulamento do Novo Mercado da B3 e no Estatuto Social da Companhia; (b) por unanimidade dos acionistas votantes, tendo sido computados 437.105.135 votos a favor, o Sr. **Edson Georges Nassar**, brasileiro, casado, administrador, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Braz Leme, 1000, Bairro Casa Verde, CEP 02511-000, inscrito no CPF/MF sob nº 114.581.988-55 e portador da Cédula de Identidade RG nº 9.041.013-0, expedida pela SSP/SP, qualificado como Conselheiro Independente, segundo os critérios definidos no Regulamento do Novo Mercado da B3 e no Estatuto Social da Companhia; (c) por maioria dos acionistas votantes, tendo sido computados 421.614.130 votos a favor, 10.207.142 votos contrários e 5.283.863 abstenções, o Sr. **Gilberto Mifano,** naturalizado brasileiro, casado, administrador de empresas, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Braz Leme, 1000, Bairro Casa Verde, CEP 02511-000, inscrito no CPF/MF sob nº 566.164.738-72 e portador da Cédula de Identidade RG nº 3.722.086, expedida pela SSP/SP, qualificado como Conselheiro Independente, segundo os critérios definidos no Regulamento do Novo Mercado da B3 e no Estatuto Social da Companhia; (d) por maioria dos acionistas votantes, tendo sido computados 427.922.336 votos a favor e 9.182.799 votos contrários, o Sr. **Guilherme Stocco Filho,** brasileiro, solteiro, administrador de empresas, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Braz Leme, 1000, Bairro Casa Verde, CEP 02511-000, inscrito no CPF/MF sob nº 176.649.438-25 e portador da Cédula de Identidade RG nº 18.288.054, expedida pela SSP/SP, qualificado como Conselheiro Independente, segundo os critérios definidos no Regulamento do Novo Mercado da B3 e no Estatuto Social da Companhia; (e) por maioria dos acionistas votantes, tendo sido computados 404.614.392 votos a favor, 30.853.420 votos contrários e 1.637.323 abstenções, o Sr. **Laércio José de Lucena Cosentino,** brasileiro, casado, engenheiro eletricista, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Braz Leme, 1000, Bairro Casa Verde, CEP 02511-000, inscrito no CPF/MF sob nº 032.737.678-39 e portador da Cédula de Identidade RG nº 8.347.779, expedida pela SSP/SP; (f) por maioria dos acionistas votantes, tendo sido computados 421.917.141 votos a favor, 14.385.997 votos contrários e 801.997 abstenções, a Sra. **Maria Letícia de Freitas Costa,** brasileira, solteira, engenheira de produção, residente e domiciliada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Braz Leme, 1000, Bairro Casa Verde, CEP 02511-000, inscrita no CPF/MF sob nº 050.932.788-58 e portadora da Cédula de Identidade RG nº 6.057.278-4, expedida pela SSP/SP, qualificada como Conselheira Independente, segundo os critérios definidos no Regulamento do Novo Mercado da B3 e no Estatuto Social da Companhia; (g) por maioria dos acionistas votantes, tendo sido computados 426.222.887 votos a favor, 10.080.251 votos contrários e 801.997 abstenções, a Sra. **Tania Sztamfater Chocolat**, brasileira, casada, graduada em engenharia de produção, residente e domiciliada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Braz Leme, 1000, Bairro Casa Verde, CEP 02511-000, inscrita no CPF/MF sob nº 278.583.348-16 e portadora da Cédula de Identidade RG nº 29.583.956, expedida pela SSP/SP, qualificada como Conselheira Independente, segundo os critérios definidos no Regulamento do Novo Mercado da B3 e no Estatuto Social da Companhia. Os Conselheiros de Administração ora eleitos serão investidos nos respectivos cargos mediante assinatura dos termos de posse no livro próprio, oportunidade em que farão a declaração de desimpedimento prevista em lei. **7.1.6** Aprovar, por maioria dos acionistas votantes, tendo sido computados 405.297.379 votos a favor, 29.397.971 votos contrários e 2.410.685 abstenções, a fixação da remuneração global anual dos administradores em até R$68.259.157,72 (sessenta e oito milhões, duzentos e cinquenta e nove mil, cento e cinquenta e sete reais e setenta e dois centavos), para o exercício de 2024, sendo R$10.598.450,23 (dez milhões, quinhentos e noventa e oito mil, quatrocentos e cinquenta reais e vinte e três centavos) destinados ao Conselho de Administração e R$57.525.808,41 (cinquenta e sete milhões, quinhentos e vinte e cinco mil, oitocentos e oito reais e quarenta e um centavos) destinados à Diretoria Executiva. **7.1.7** Registrar o recebimento de pedido, em assembleia e nos boletins de voto a distância, de instalação do Conselho Fiscal por acionistas titulares de ações representativas de mais de 2% do total do capital social da Companhia. No entanto, dado não terem sido indicados candidatos aos assentos do Conselho Fiscal, os acionistas entenderam restar prejudicado o pedido de instalação. **8. Esclarecimentos:** A presente ata será lavrada na forma de sumário, nos termos do artigo 130, parágrafo 1º, da Lei nº 6.404/76, ficando autorizada a sua publicação com a omissão das assinaturas dos acionistas, nos termos do artigo 130, parágrafo 2º, da Lei nº 6.404/76, e do artigo 10, parágrafo 6º, do Estatuto Social da Companhia. **9. Encerramento e Assinatura da Ata:** Nada mais havendo a tratar, foram os trabalhos suspensos para a lavratura desta ata. Reabertos os trabalhos, foi a presente ata lida e aprovada, tendo sido assinada por todos os presentes, contabilizando-se ainda como presentes e assinantes, na forma do artigo 47, parágrafo 1º, da Resolução CVM nº 81/2022, os acionistas que votaram por meio de Boletim de Voto a distância. Mesa: Laércio José de Lucena Cosentino - Presidente da Mesa; Isabella Costa Urnikes - Secretária da Mesa. *Certificamos que a presente é cópia fiel da ata lavrada no livro próprio.* Laércio José de Lucena Cosentino - Presidente da Mesa. Isabella Costa Urnikes - Secretária. **JUCESP** - 192.259/24-6 em 29 de abril de 2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

IGUÁ SANEAMENTO S.A.

CNPJ/MF nº 08.159.965/0001-33 - NIRE: 35.300.332.351

EDITAL DE ADIAMENTO DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Pelo presente, ficam informados os senhores acionistas da Iguá Saneamento S.A. ("Companhia") que a Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), prevista para ser realizada no dia 28 de junho de 2024, às 14h, a fim de deliberar acerca da Política de Indenidade proposta pela Administração, será adiada, de comum acordo por todos acionistas, para o dia 05 de julho de 2024, às 14h. A realização da Assembleia Geral Extraordinária, na nova data, manterá a mesma ordem do dia e será realizada de forma exclusivamente digital, por videoconferência (plataforma "*MS Teams*") e gravada pela Companhia, nos termos do § 2º-A do art. 124 da Lei das S.A., da Resolução CVM nº 81/2022, e da Instrução Normativa DREI nº 81/2020. Os acionistas e/ou seus representantes legais deverão comparecer à AGE por meio de convite à plataforma disponibilizado e munidos de documentos que comprovem sua identidade, nos termos da legislação e regulamentação em vigor. Os documentos e informações relativos ao tema a ser deliberado na AGE encontram-se disponíveis, para consulta dos acionistas, na sede da Companhia e na página eletrônica da Companhia (https://ri.igua.com.br/) e da CVM (http://www.cvm.gov.br) na rede mundial de computadores e na Plataforma Atlas Governance. São Paulo, 27 de junho de 2024. **Paulo Todescan Lessa Mattos** - Presidente do Conselho de Administração. (28/06 e 01-02/07)

RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2024
PROCESSO SIGADOC: SEDEC-PRO-2023/02095
PROCESSO SIAG0002095/2023

Considerando estarem presentes os pressupostos administrativos da legislação que regem a matéria, RATIFICO os termos do Parecer PGE nº 375/SGAC/PGE/2024 e AUTORIZO a contratação por DISPENSA ELETRÔNICA DE LICITAÇÃO, com fundamento no art. 75, inciso XV da Lei 14.133/2021, em favor do **INSTITUTO NACIONAL DE SELEÇÕES E CONCURSOS -SELECON**, inscrito no CNPJ sob nº 24.465.407/0001-52, sendo o objeto da presente dispensa eletrônica de licitação a escolha de proposta mais vantajosa economicamente para a Administração Pública, MENOR PREÇO GLOBAL DO LOTE ÚNICO, a fim de contratação de instituição sem fins lucrativos que tenha por finalidade estatutária apoiar, captar e executar atividades de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e estímulo à inovação, inclusive para gerir administrativa e financeiramente essas atividades, a fim de prestação de serviços especializados para realização de todas as etapas até a homologação final de processo seletivo simplificado, destinado ao provimento de trinta e três vagas para profissionais temporários, além de formação de cadastro de reserva, por meio de seleção, exclusivamente por análise curricular e documental (títulos e experiência), conforme descrições contidas no Aviso de Dispensa Eletrônica de Licitação nº. 002/2024/SEDEC/MT, no valor total do Lote Único de R$ 51.800,00 (cinquenta e um mil e oitocentos reais); despesa que irá correr pela seguinte Dotação Orçamentária: UO: 17.101 - PROGRAMA: 385 - PROJ/ATIV: 3423 - NATUREZA DE DESPESA: 3390 ELEM/DESPESA: 39 - FONTE: 17530000.

E, para a eficácia dos atos, DETERMINO que a presente ratificação e autorização sejam publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, conforme prevê o art. 72, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021.

Cuiabá-MT, 25 de Junho de 2024.

CÉSAR ALBERTO MIRANDA LIMA DOS SANTOS COSTA
Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico

HONDA LEASING S.A. – ARRENDAMENTO MERCANTIL

CNPJ nº 03.634.239/0001-01 - NIRE 35.300.176.022

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE 01 DE ABRIL DE 2024

DATA, HORA, LOCAL: 1º (primeiro) de abril de 2024, às 11:00 (onze horas) na sede social, na cidade de São Caetano do Sul, estado de São Paulo, na Avenida Senador Roberto Simonsen, 304, Santo Antônio, CEP 09530-401. **COMPARECIMENTO: (i)** Acionista detentora da totalidade do capital social, **HONDA SOUTH AMERICA LTDA.**, neste ato representada por seu Diretor Vice-Presidente, Sr. Masaichi Kobayashi; **(ii)** o Diretor Presidente da Companhia, Sr. **Rodrigo Noboru Gondo**; e **(iii)** a advogada Fernanda Julio Platero, OAB/SP 190.208. **CONVOCAÇÃO:** Dispensadas as formalidades de convocação, conforme autorizado pelo artigo 124, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404/76. **MESA:** Presidente: Sr. Rodrigo Noboru Gondo; e Secretária: Sra. Fernanda Julio Platero. **ORDEM DO DIA: (a)** Eleger o Sr. **Arata Ichinose** para o cargo Diretor Executivo; **(b)** Eleger o Sr. **Fabio Luiz Lourenço Favaron** para o cargo de Diretor; e **(c)** Ratificar a composição da Diretoria da Companhia. **DELIBERAÇÕES:** Iniciados os trabalhos, o Sr. Presidente da Mesa determinou a lavratura da presente Ata na forma de sumário. Na sequência, foram aprovadas pela única acionista as seguintes matérias, constantes da Ordem do Dia: **(a)** A eleição do Sr. **Arata Ichinose**, japonês, casado sob as leis do Japão, engenheiro, portador do Registro Nacional Migratório RNM nº B0580374 e inscrito no CPF sob o nº 044.564.591- 15, com endereço profissional na Rua Doutor José Áureo Bustamante, 377, Santo Amaro, CEP 04710-090, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, **para ocupar o cargo de Diretor Executivo**, com mandato que vigorará até a Assembleia Geral Ordinária de 2025, que deliberar sobre as contas do exercício social a se encerrar em 31/12/2024. **Fica estabelecido que a posse efetiva no cargo está condicionada: à homologação da eleição pelo Banco Central do Brasil; e à obtenção de autorização de residência no País, na modalidade de concomitância, a ser concedida pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública – Secretaria Nacional de Justiça/Departamento de Migrações/Coordenação Geral de Imigração Laboral. (b)** A eleição do Sr. **Fabio Luiz Lourenço Favaron**, brasileiro, casado, administrador, portador da Carteira de Identidade RG nº 20.473.627-4 SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº 289.698.008-32, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, com endereço profissional na Rua Doutor José Áureo Bustamante, 377, Santo Amaro, CEP 04710-090, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, **para ocupar o cargo de Diretor**, com mandato que vigorará até a Assembleia Geral Ordinária de 2025, que deliberar sobre as contas do exercício social a se encerrar em 31/12/2024. **Fica estabelecido que a posse efetiva no cargo está condicionada à homologação da eleição pelo Banco Central do Brasil. DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO:** Os Diretores eleitos acima declaram, sob as penas da lei, não estar impedidos, por lei especial, de exercer a administração da Companhia, nem condenados ou sob efeitos de condenação a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita, suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. **(c)** Tendo em vista as deliberações tomadas na Assembleia Geral Extraordinária de 01/03/2024 e as eleições dos Srs. **Arata Ichinose** e **Fabio Luiz Lourenço Favaron**, referidas acima, fica ratificada a composição da Diretoria da Companhia, pelos seguintes membros, todos com mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2025, que deliberar sobre as contas do exercício social a se encerrar em 31/12/2024: **Diretor Presidente: Rodrigo Noboru Gondo**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Carteira de Identidade RG nº 22.652.460-7 SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº 164.215.018-50; **Diretor Executivo: Arata Ichinose**, qualificado acima; e **Diretores: Masaichi Kobayashi**, japonês, maior, solteiro, administrador, portador Registro Nacional Migratório RNM nº F599669J DPF/PCA/SP e inscrito no CPF sob o nº 717.784.331-03; e **Sergio Luiz Cruz**, brasileiro, casado, diretor de tecnologia da informação, portador da Carteira de Identidade RG nº 12.345.538-8, inscrito no CPF sob o nº 048.477.708-46; **Fabio Luiz Lourenço Favaron**, qualificado acima; Todos com endereço profissional na Rua Doutor José Áureo Bustamante, 377, Santo Amaro, CEP 04710-090, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo. Fica consignado que o cargo de Diretor Vice-Presidente permanecerá vago. **ENCERRAMENTO:** Nada mais sendo tratado, lavrou-se a Ata, a qual, depois de lida, foi aprovada pelos acionistas e assinada pelos membros da Mesa. **ASSINATURAS:** Rodrigo Noboru Gondo – Presidente da Mesa; e Fernanda Julio Platero – Secretária da Mesa. Acionista: Honda South America Ltda. – representada pelo Sr. **Masaichi Kobayashi** – Diretor Vice-Presidente. São Caetano do Sul (SP), 01 de abril de 2024. **HONDA SOUTH AMERICA LTDA. Masaichi Kobayashi** – Diretor Vice-Presidente, **Rodrigo Noboru Gondo -** Presidente da Mesa, **Fernanda Julio Platero -** Secretária da Mesa, **HONDA LEASING S.A. – ARRENDAMENTO MERCANTIL, Rodrigo Noboru Gondo** – Diretor Presidente, **Arata Ichinose -** Diretor Executivo Eleito, **Fabio Luiz Lourenço Favaron -** Diretor Eleito. JUCESP nº 227.962/24-2 em 21.05.2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.